

Luiz Alex Silva Saraiva
Alessandro Gomes Enoque
(organizadores)

CIDADES E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

um debate necessário

EDITORIA PARLAMENTO



**Luiz Alex Silva Saraiva
Alessandro Gomes Enoque**
(Organizadores)

**CIDADES E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS:
UM DEBATE NECESSÁRIO**



**Ituiutaba
2019**

© Luiz Alex Silva Saraiva, Alessandro Gomes Enoque, 2019.

Editor da obra: Anderson Pereira Portuguez.

Capa: Imagem: "Janelas abertas VI", de José Roberto Ferreira Guerra.

Colagem (2015). Acervo do autor;

Arte: Anderson Pereira Portuguez.

Diagramação: Anderson Ferreira de Azevedo Filho.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento – Grupo Geografia:

Dra. Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)

Pareceristas:

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez

Prof. Dr. Ricardo Lanzarini

Prof. Dr. Rosselvet José Santos

Prof. Dr. Antonio de Oliveira Júnior

Profa. Cláudia Neu

Prof. Dr. Giovanni F. Seabra

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário. Luiz Alex Silva Saraiva/ Alessandro Gomes Enoque (org). Ituiutaba: Barlavento, 2019, 433 p.

ISBN: 978-85-68066-96-6

1. Cidades. **2.** Estudos organizacionais. **3.** Urbano. **4.** Interdisciplinar

I. SARAIVA, Luiz Alex Silva. **II.** ENOQUE , Alessandro Gomes.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

SUMÁRIO

Prefácio – As Cidades nos Estudos Organizacionais como Resistência e Reação Sócio-Espaciais <i>Ana Paula Baltazar</i>	05
Capítulo 1 – Os Estudos Organizacionais e as Cidades <i>Luiz Alex Silva Saraiva</i>	21
Capítulo 2 – Para além de Organização-Cidade: OrganiCidade <i>Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva</i>	75
Capítulo 3 – Multiterritorialidades e relações de poder nas cidades <i>Patrícia Bernardo e Elisa Yoshie Ichikawa</i>	105
Capítulo 4 – Sobre favelas enquanto campos de poder e a (des)organização do espaço social <i>Vanessa Brulon e Alketa Peci</i>	135
Capítulo 5 – De mercado novo a mercado das borboletas, as metamorfoses de um edifício “fora do lugar” na região central de Belo Horizonte <i>Oscar Palma Lima, Alexandra Nascimento Silva e Alexandre de Pádua Carrieri</i>	179

Capítulo 6 – A trama “bem-sucedida” de um projeto de bairro numa “cidade sem favelas”	
<i>Nayara Emi Shimada e Elisa Yoshie Ichikawa</i>	243
Capítulo 7 – Empreendedorismo local: contribuições a partir de estudos de dinâmicas de reconversão de funções econômicas de cidades	
<i>Anderson de Souza Sant’Anna, Reed Elliot Nelson, Fátima Bayma de Oliveira e Daniela Diniz Martins</i>	285
Capítulo 8 – A cidade e o círculo privilegiado da cultura	
<i>Wescley Silva Xavier</i>	343
Capítulo 9 – Henri Lefebvre – marxista e humanista: traços de sua apropriação no planejamento urbano e nos estudos organizacionais	
<i>Maria Ceci Misoczky, Clarice Misoczky de Oliveira e Rafael Kruter Flores</i>	381
Sobre os Autores	429

PREFÁCIO

As Cidades nos Estudos Organizacionais como Resistência e Reação Sócio-Espaciais

*Ana Paula Baltazar*¹

No início de 2019 o governo Federal brasileiro extinguiu seu Ministério das Cidades, uma das mais importantes conquistas populares do período republicano. Isso aponta para o desmonte das políticas públicas sócio-espaciais, aquelas que consideram sociedade e espaço como interdependentes. Tende a ser interrompido o entendimento que vinha sendo construído de que o espaço é fundamental para conhecer e produzir a sociedade vice-versa. A cidade, pivô dessa construção socioespacial, é simbolicamente retirada da pauta do governo. Isso não acontece por acaso.

¹ Ph.D. in Architecture and Virtual Environments (University College London). Professora Associada da Escola de Arquitetura e Design da Universidade Federal de Minas Gerais.

Cabe aqui ressaltar uma cadeia de iniciativas para democratização do acesso às cidades, principalmente participação popular nas tomadas de decisão, começando em 1963 com o Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Tal evento, conhecido como Seminário de Quitandinha, contou com a participação de profissionais, técnicos do Estado e membros da sociedade civil, colocando no centro do debate o questionamento da propriedade privada e a necessidade de participação pública continuada nos processos de tomada de decisão sobre as cidades. Em 1964 essa discussão é suspensa com a ditadura militar, mas é retomada com a redemocratização do país, que culmina com a Constituição Brasileira de 1988, o Estatuto da Cidade em 2001 (que regula o capítulo da Política Urbana da Constituição) e a criação do Ministério das Cidades em 2003. Contudo, todas essas iniciativas acontecem no contexto do Estado moderno, priorizando a proteção dos capitais em detrimento dos direitos sociais.

Houve grande discussão popular no momento da elaboração da Constituição de 1988. Foi apresentada uma demanda para reforma urbana sistematizada na Proposta popular de emenda ao projeto de constituição 1987–1988, que foi apenas parcialmente contemplada no documento final. Ficou de fora a parte que me parece mais importante, que propunha a “gestão democrática da cidade”, garantindo participação popular via audiência pública, conselhos municipais de urbanismo, conselhos comunitários e plebiscito ou referendo. Isso veio a ser retomado no “Decreto da participação”, promulgado em 23 de maio de 2014, que não por acaso foi derrubado pelos deputados federais em outubro do mesmo ano.

A cadeia de eventos que minam a possibilidade de tomada de decisão ou ação sócio-espacial direta culmina com a extinção do Ministério das Cidades em 2019, apontando claramente para a manutenção da propriedade privada e da participação popular apenas por meio da democracia representativa, visando garantir a proteção dos interesses dos capitais.

O trabalho dos organizadores do presente livro, mais do que resistência, se insere como reação nesse contexto de desmonte socioespacial ou de tentativa de apagamento da importância das cidades. Com formação em Administração, Luiz Alex Silva Saraiva e Alessandro Gomes Enoque são docentes da UFMG e da UFU, respectivamente, e participam de coordenações de Núcleos de Estudos sobre Organizações, abordando já há muito tempo perspectivas interdisciplinares dos Estudos Organizacionais. Por um lado, Saraiva se dedica às perspectivas dos discursos, da diversidade e das diferenças, da economia criativa, da história e da memória e do simbolismo organizacional. Por outro lado, Enoque se dedica às Ciências Sociais e Políticas, com ênfase nas temáticas da religião, do trabalho e da diversidade, sintetizadas na invisibilidade laboral e social.

No caso específico desse livro, a tangência dos Estudos Organizacionais com as cidades deixa aflorar as perspectivas já amplamente aprofundadas pelos organizadores. Assim, olhar para a vivência das cidades com a lente dos Estudos Organizacionais, a partir de perspectivas diversas, se mostra urgente ou, em outras palavras, é “um debate necessário”, como proposto no subtítulo do livro.

O livro começa com o capítulo de Luiz Alex Saraiva — Os Estudos Organizacionais e as Cidades — apresentando a pluralidade de áreas que somam para a interdisciplinaridade de perspectivas sobre as cidades, não se restringindo aos campos que convencionalmente lidam com a cidade. Apresenta uma compilação bastante rica de autores que abordam a cidade nas Artes, Linguística, Saúde, Ciências do Esporte, Políticas Públicas, Ciências Ambientais, Educação, Comunicação Social, Geografia, História, Ciências Sociais, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, Direito e Economia, como “Prismas interdisciplinares para uma aproximação da cidade”.

Sob o subtítulo “As cidades e os Estudos Organizacionais: uma teia em contínua construção”, Saraiva explicita sua aproximação dos Estudos Organizacionais como ferramenta para problematizar a cidade para além dos aspectos materiais, abordando as experiências vividas. Ainda que reconheça a existência de uma quantidade expressiva e crescente de pesquisas e publicações sobre a cidade no campo dos Estudos Organizacionais, reforça a importância de sistematização da diversidade de olhares possíveis sobre a “cidade enquanto organização”, convidando pesquisadores a darem continuidade na construção desse percurso. Para isso sistematiza três caminhos promissores. O primeiro aborda a territorialidade por meio das disputas por espaço; o segundo aborda a cidade como lugar de sociabilidades, simbolismos e culturas, discutindo diferenças de sociabilidade; e o terceiro aborda desigualdade social e segregação, trazendo para o debate experiências de grupos marginalizados. Mais do que introduzir o livro, o texto de Saraiva propõe a ampliação da discussão sobre a cidade, pretendendo

também contribuir “para a ampliação do que se toma por organização e análise organizacional”.

O livro continua com uma sequência de capítulos que, de formas distintas, respondem à provocação de Saraiva e Enoque para o debate sobre a cidade pelo viés dos Estudos Organizacionais. Inseridos nos possíveis percursos propostos por Saraiva no primeiro capítulo do livro (em alguns casos sobrepondo percursos), os textos provocam reflexões em diferentes escalas de análise.

Em “Para além de Organização-Cidade: OrganiCidade”, capítulo 2 desse livro, Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva propõe esclarecer a relação que constrói entre organização e cidade. Para isso recorre à organicidade como método aberto de representação, vindo do Teatro-Laboratório proposto por Jerzy Grotowsky. A representação é abordada a partir de três significados. O primeiro propõe o entendimento da representação como uma categoria evolutiva para a análise da cidade que abrange e complementa os aspectos morfológicos, populacionais, funcionais, culturais e políticos. O segundo significado é encontrado na semiótica de Charles Sanders Peirce, com os conceitos de signo, semiose e pragmatismo. Já o terceiro diz respeito à representação urbana retomando os conceitos de Peirce para análise da cidade como espaço social. Trabalha então a “Organização-Cidade como representação”. A autora nos oferece então a “OrganiCidade como representação de Organização-Cidade”, e conclui o texto, apontando que OrganiCidade toma a organização no sentido de *organizing*, “o que é ainda uma novidade no campo da administração”, indicando a necessidade de trabalhar não só o conceito de cidade como representação

(tarefa já cumprida pela autora), mas também o de organização como representação (o que ainda não fez), para que fique clara a definição de Organização-Cidade como representação nos Estudos Organizacionais. Essa seria uma provocação de sua OrganiCidade.

No capítulo 3, Patrícia Bernardo e Elisa Yoshie Ichikawa discutem “Multiterritorialidades e relações de poder nas cidades”. As autoras partem das questões teóricas e de trabalho de campo (de inspiração etnográfica), que fundamentaram a análise da prática esportiva e de lazer de *Drift Trike*, visando entender como esse grupo social territorializa a cidade. Elas ressaltam a relação entre poder público e grupos sociais e indagam sobre a consideração dos grupos sociais no planejamento dos espaços das cidades, sobre o tipo de convivência entre cidade vivida e cidade planejada e ainda sobre a possibilidade de suporte institucional para adequação de espaços a práticas de grupos sociais. As autoras enfatizam a responsabilidade do poder público pela construção e manutenção da cidade, cabendo aos grupos sociais o direito de se apropriarem simbolicamente da cidade, ressignificando e delimitando múltiplas territorialidades. O poder público é visto pelas autoras “como um território que perpassa as ações” do grupo social que estudaram, chegando a restringir e proibir as práticas socioespaciais. Concluem questionando os interesses do poder público e a quem tal poder serve quando realiza intervenções na cidade, ainda que fazendo uma ressalva sobre o objetivo de tal questionamento não ser fazer julgamento de valor, mas aprofundar “discussões sobre o papel do poder público na formação das territorialidades nas cidades”.

Vanessa Brulon e Alketa Peci escrevem o capítulo 4, “Sobre favelas enquanto campos de poder e a (des)organização do espaço social”, apresentando a “invenção da favela”, conforme proposto por Lícia do Prado Valladares, como a simplificação das diversas favelas quando são abordadas no singular, como se fossem um território único. As autoras propõem, então, abordar as favelas a partir da noção de campos de poder, entendendo seus processos de organizar (*organizing*). A noção de campo é apresentada como sendo cada vez mais presente nos Estudos Organizacionais, levando aos campos organizacionais. Contudo, as autoras fundamentam a necessidade de extrapolar a organização, indo em direção ao campo social, visando alcançar a noção de campo com suas próprias regras de funcionamento e relações de força, focando como as organizações acontecem e não como aparecem. Para tal abordagem apresentam observação participante de inspiração etnográfica em duas favelas cariocas, lançando mão de análise e descrição minuciosas das redes de ação ali existentes, apoiadas na *grounded theory*. As favelas foram vistas como campos por apresentarem uma lógica própria de funcionamento, chamada de “lógica de lutas”. Tais lutas acontecem de formas variadas e enfatizam relações organizacionais para além da noção de organização. As autoras concluem enfatizando a desconstrução da noção de organizar nos Estudos Organizacionais, evitando olhar para as favelas como locais (des)organizados, reforçando a perspectiva dos processos de organizar como possibilidade de manter o foco nas relações socioespaciais e suas múltiplas perspectivas.

O capítulo 5, “De mercado novo à mercado das borboletas, as metamorfoses de um edifício “fora do lugar” na região central de Belo Horizonte”, é de autoria de Oscar Palma

Lima, Alexandra Nascimento Silva e Alexandre de Pádua Carrieri. Os autores trazem o histórico da idealização, construção e as transformações que ocorreram no Mercado Novo. A dinâmica espacial das transformações é abordada por meio de conceitos da Geografia Humana, como espaço, lugar, território, desterritorialização e reterritorialização, cotejados com a noção de construção de identidade. Para isso os autores elegem a pesquisa qualitativa com vistas a identificar os níveis macro e micro das relações sócio-espaciais que balizam a gestão no mercado ao longo do tempo. Ainda que não discutam os Estudos Organizacionais, apontam a importância da dimensão espacial para seu desenvolvimento conceitual analítico, e parecem dar continuidade ao que já foi discutido em dois capítulos anteriores sobre “processos de organizar”, visando ampliar o escopo dos Estudos Organizacionais para as relações socioespaciais. Evidenciam, assim, as representações sociais dos comerciantes mais antigos do mercado, empreendedores de negócios familiares, visando entender “as representações na (re)construção das identidades do negócio e da família no Mercado Novo”. As transformações culminam com a “ocupação cultural” do terceiro piso, desde o fim de 2010, com o chamado Mercado das Borboletas. O foco no caráter cultural e não político da ocupação é emblemático. Em todos os casos a prefeitura aparece como opositora do Mercado Novo, como se tivesse interesse em destinar o prédio para outro fim, além de ser proprietária do quarto andar, o que garante sua presença “ensejando conflitos e desconfianças”. O artigo coloca em evidência diversas vozes que trazem nuances sobre a gestão socioespacial do Mercado Novo. Os autores fazem isso quando assumem que o espaço é fundamental para a gestão por trazer um olhar “de fora para

dentro” das organizações, entendendo a organização como um espaço social.

Já no capítulo 6, “A trama “bem sucedida” de um projeto de bairro numa “cidade sem favelas””, as autoras Nayara Emi Shimada e Elisa Yoshie Ichikawa trazem a história do bairro Santa Felicidade em Maringá, promovendo tanto uma discussão mais geral sobre o papel dos Estudos Organizacionais encamparem a discussão sobre as cidades, quanto uma discussão mais específica com uma perspectiva crítica do desenvolvimento da cidade de Maringá, uma cidade planejada para atender interesses do capital privado. Começam por provocar o leitor a olhar para os Estudos Organizacionais encampando as discussões sobre cidades, “vistas a partir de suas teias políticas, da gestão pública e de grupos que se colocam hierarquicamente numa posição superior para decidir sobre a organização e reorganização do espaço urbano”. Ou seja, apontam não só para as relações entre os diversos agentes na produção do espaço, mas especialmente para as relações de poder e sua manutenção. A história oficial de Maringá começa com uma empresa colonizadora desbravando uma terra supostamente despovoada no norte do Paraná. Contudo, essa terra era antes ocupada por diferentes populações indígenas, que foram expulsas e os vestígios de sua ocupação destruídos, no intuito de forjar a história de Maringá e do norte do Paraná como regiões prósperas, abertas ao investimento dos grandes capitais. Há claramente um trabalho conjunto entre agentes imobiliários e Estado (principalmente prefeitura) para definir as intervenções na cidade e para controlar o surgimento de fenômenos indesejáveis, como as favelas, na proposta estética planejada. O Bairro Santa Felicidade é criado no contexto do “Programa de Desfavelamento Municipal”, nas décadas de 1970 e 1980, visando “limpeza na

ordem urbana” para manutenção da normalidade de Maringá. A partir da década de 1990 começa um movimento de expansão da cidade para a periferia, levando o bairro Santa Felicidade a ser objeto de disputa dos capitais, sendo seus moradores novamente submetidos a processos de remoção. As autoras concluem que o imaginário da população de Maringá (tanto investidores quanto população atingida) é facilmente permeado pelo ideário “de um lugar atrativo e belo”, ou “um modelo de cidade que esbanja progresso e qualidade de vida e de serviços”. Isso contribui para discursos da prefeitura sobre a melhoria da qualidade de vida, disfarçando interesses do capital dominante. Isso leva também a um falseamento da história oficial da cidade e do bairro, que exclui a vida cotidiana, e altera o modo de vida daqueles que fazem parte dessa construção socioespacial, mas que continuam no anonimato.

“Empreendedorismo local: contribuições a partir de estudos de dinâmicas de reconversão de funções econômicas de cidades” é o capítulo 7, de autoria de Anderson de Souza Sant’Anna, Reed Elliot Nelson, Fátima Bayma de Oliveira e Daniela Diniz Martins. Nesse capítulo os autores fazem uma análise das cidades de Tiradentes (MG) e Paraty (RJ), sob o viés de seus empreendedores, “principais agentes dinamizadores dos processos de reconversão de funções econômicas”. Primeiramente os autores apresentam a noção de reconversão, para além das noções de regeneração, reestruturação, revitalização e requalificação. Eles se apoiam na “Teoria da ação prática” de Pierre Bourdieu, especialmente as noções de *habitus*, campo e capital, para analisar os relatos das entrevistas iniciais em Tiradentes. Essa análise aponta tensões nas dinâmicas locais, evidenciando a importância do entendimento das relações que

caracterizam variações no empreendedorismo local, sem separar totalmente o empreendedor do resto da população. Tal análise resultou numa tipologia dos empreendedores, composta por tradicionais (remanescentes e pioneiros), modernos (negociais e profissionais) e pós-modernos (camaleões e vanguardistas). O estudo de caso de Tiradentes trouxe categorias bastante completas para análise do empreendedorismo em cidades históricas que enfrentam dinâmicas de reconversão de suas funções econômicas. Tais categorias foram posteriormente adotadas para o caso de Paraty, ainda que nem todas se aplicassem. Contudo, os dois estudos de caso apontam “que o empreendedor depende de seu entorno — assim como modifica a configuração espacial em que se insere”, ainda que não haja respostas na literatura sobre a relação entre as dinâmicas dos tipos de empreendedorismo e as distintas configurações espaciais. Os autores concluem que a diversidade de tipos de empreendedorismo por um lado estimula mudanças, mas por outro acaba contribuindo para a “preservação do poder local das oligarquias políticas tradicionais”.

No capítulo 8 Wesley Silva Xavier traz “A cidade e o círculo privilegiado da cultura”, tendo Cataguases como palco para “discutir como a produção e o consumo de bens culturais provocam e perpetuam fissuras entre classes na cidade, produzindo um círculo privilegiado da cultura”, ampliando a dominação de classes. Anuncia, logo de início, a cultura como algo que dissimula as contradições sociais, articulada por relações de poder assimétricas, privilegiando os interesses dos grupos dominantes. Tais grupos pautam as relações de produção e consumo da cultura, definindo “o que deve circular enquanto mercadoria” e “a quem este produto cultural deve servir”. Interessante a pesquisa empírica, por meio de análise de

fragmentos de discursos de pessoas ligadas a produções culturais independentes, ao poder público e a fundações culturais. Xavier define Cataguases como a cidade dos *informados* e dos *desavisados*, referindo-se ao histórico modernista na literatura e na arquitetura, bastante presente na cidade entre as décadas de 1920 e 1950, tanto econômica quanto politicamente. Atualmente os *informados* dominam a produção cultural no sentido da preservação, por meio de fundações e investimentos públicos para manutenção do patrimônio, principalmente dos edifícios. Por outro lado, os *desavisados* ignoram o passado vanguardista da cidade, sendo subservientes, focados no trabalho para mera reprodução da vida e alheios à produção cultural de vanguarda. Contudo, Xavier nos mostra que há uma relação dialética entre *informados* e *desavisados*, perpetuada pela atuação do poder público e das fundações de cultura, além de ser responsável pela emergência do círculo privilegiado da cultura, “que toma para si a expertise em determinar a produção e o consumo da cultura na cidade e, evidentemente, o que deve ou não ser legitimado como produção cultural”. É emblemática a dificuldade do grupo hegemônico com a Folia de Reis, que Xavier nos deixa ler em alguns trechos que reproduz das entrevistas. A cultura popular é difícil de ser enquadrada nos editais, e também de ser rejeitada, por se encontrar constantemente contraposta a um desejo de preservação de uma suposta cultura de vanguarda. O autor conclui que “em sua faceta mais contemporânea, o capital aniquila a possível superação de suas contradições, não apenas ao manter distante do consumo os que estão fora do círculo privilegiado, mas também por fazer das elaborações artísticas ... um processo mediado pelos interesses estabelecidos pelo próprio capital através das fundações”.

O capítulo 9 encerra o livro, trazendo “Henri Lefebvre – marxista e humanista: traços de sua apropriação no planejamento urbano e nos estudos organizacionais”, de autoria de Maria Ceci Misoczky, Clarice Misoczky de Oliveira e Rafael Kruter Flores. Os autores fazem um trabalho minucioso de leitura de Henri Lefebvre, buscando entender as dificuldades e falhas em sua apropriação no Planejamento Urbano no Brasil e nos Estudos Organizacionais. Para isso, propõem um recorte da obra enfocando a crítica da vida cotidiana e a política do possível. Os autores apresentam um breve recorte de três obras cruciais: “O direito à cidade”, “A revolução urbana” e “A produção do espaço”. O que permeia os três textos é o foco no espaço diferencial, num esforço de questionar a ilusão do espaço abstrato, apontando para a autogestão de forma global. Os autores passam então à crítica da apropriação de Lefebvre no campo do Planejamento Urbano no Brasil, trazendo algumas leituras que lhes parecem pertinentes, mas mostrando a grande dificuldade de sua apropriação por boa parte dos pesquisadores do campo. Dessa forma, questionam “se a dificuldade em entender as proposições de Lefebvre se deve a uma leitura excessivamente parcial e/ou à dificuldade em assumir as críticas ao objeto que define essa área — o planejamento urbano — como instrumento a serviço da reprodução das relações sociais capitalistas de produção e da transformação do espaço concreto em espaço abstrato”. No que diz respeito à presença de Lefebvre nos Estudos Organizacionais, os autores argumentam que “também tem sido marcada por uma apropriação parcial de sua obra”, com uma tendência a reificar o espaço e a mutilar a dialética tridimensional em favor de argumentar que “o espaço é socialmente produzido”. Os autores ressentem que nos Estudos Organizacionais "os processos sociais contraditórios que produzem o espaço, no entanto, são pouco ou

nada explorados, o que fica evidente pela ausência gritante dos temas que marcam a obra de Lefebvre em sua relação com a de Marx: o proletariado como sujeito ativo na luta de classes, a teoria do valor, a alienação, a práxis revolucionária, entre outros”. Esse último capítulo, apesar de bastante ambicioso e crítico das apropriações de Lefebvre pelos dois campos que permeiam todos os capítulos do livro, conclui o livro com chave de ouro, alertando para o cuidado com as teorias que emolduram descrições socioespaciais, que sempre correm o risco de se perderem em reificações ou abstrações do espaço.

O livro apresenta uma diversidade de perspectivas da cidade pelo viés dos Estudos Organizacionais, tomando a cidade enquanto organização, enfatizando os processos de organizar as relações entre pessoas, a vivência da cidade como vivência socioespacial e as relações de poder que levam à dominação e ao privilégio. Ainda que sob uma mesma temática, o apanhado de textos apresentados nesse livro é bastante variado do ponto de vista metodológico. Se por um lado são trazidas reflexões que tendem para a descrição de relações entre os agentes quase tangenciando a Teoria Ator Rede, que despreza qualquer emolduramento teórico (prévio ou posterior), por outro lado aparecem também reflexões fortemente embasadas em teorias, articulando-as de forma bastante pertinente.

Em todos os casos, contudo, fica clara a necessidade de continuarmos resistindo e reagindo ao desmonte socioespacial em curso no país, olhando para a cidade com as múltiplas perspectivas metodológicas dos Estudos Organizacionais apontadas nos capítulos desse livro, bem como os diversos

percursos propostos pelos organizadores e explícitos no capítulo introdutório de Saraiva.

CAPÍTULO 1

Os Estudos Organizacionais e as Cidades

Luiz Alex Silva Saraiva

Meu objetivo neste capítulo é qualificar a cidade como possibilidade de estudo para além dos convencionais campos do Urbanismo, da Geografia ou da Administração Pública. Pretendo me aproximar de tradições interdisciplinares oriundas da Antropologia Urbana, da Sociologia Urbana, da Psicologia Social, e das Artes, por exemplo, só para citar algumas possibilidades, centrando na perspectiva dos Estudos Organizacionais a tarefa de constituir o fio condutor do ponto de vista teórico de uma discussão dessa natureza no campo da Administração.

Assumo, como não poderia deixar de ser, que essa empreitada só é possível a partir das possibilidades de soma de muitos prismas distintos de análise, os quais trago para o capítulo. Meu primeiro movimento, portanto, é o de qualificar

interdisciplinarmente a problemática que ora apresento, de maneira a, de forma simultânea, trazer sua oportunidade, pertinência e aderência aos estudos dessa área específica. Em seguida, trarei os estudos realizados no campo de Administração em geral, e nos Estudos Organizacionais, em particular, de maneira a demonstrar a pujança e a pluralidade das pesquisas que tematizam a cidade.

A cidade se apresenta e, mais do que isso, gradativamente se destaca enquanto objeto de pesquisa porque se trata de um entrecruzamento formidável de pessoas, saberes, diferenças, possibilidades das quais não podemos nos furtar enquanto área de conhecimento (Fischer, 1996). Ela se situa em uma paisagem do ponto de vista geográfico, constitui um espaço específico repleto de lugares situados e percebidos simbolicamente, e de inúmeros territórios em disputa pelos que a habitam. Eivada de edificações e vias, sujeita a limites e regulamentações, habitada por pessoas que pertencem a grupos sociais diversificados, a cidade se vê concretamente experimentada de maneira distinta pelos diversos grupos urbanos, o que multiplica as possibilidades de aproximação e de análise, bem como os desdobramentos para sua compreensão (Kuster & Pechman, 2014).

Sendo a cidade este cruzamento de elementos e possibilidades, não surpreende que tantas áreas de conhecimento a tratem com o propósito de compreender a sua complexa trama. Assim, penso que, ao contrário de nos perguntarmos por que a cidade deveria nos interessar enquanto objeto de pesquisa, a questão deveria ser: “Por que a cidade não deveria nos interessar enquanto objeto de pesquisa”?

Meu esforço nesse momento é o de mapear, preliminar e sinteticamente, a produção de várias áreas de conhecimento, e não aprofundar o debate, o que entendo ser competentemente feito ao longo do livro. Já que essa temática se apresenta como algo relativamente novo neste campo, minha intenção é a de explorar uma parte do que já foi produzido sobre o assunto, mesmo ciente de que não o esgotarei – o que, inclusive, nem é a minha intenção.

Prismas interdisciplinares para uma aproximação da cidade

A cidade faz parte de uma vasta rede de possibilidades temáticas, como já abordado. Na área de **Artes**, por exemplo, Boulton (2011) reflete sobre como, a partir de um panorama estético adotado em bangalôs em Lexington, Kentucky, nos Estados Unidos, desenvolve-se um senso de propriedade que impele à ampliação da competência da estética para além dos domínios da “alta cultura” das elites, uma vez que interroga os trabalhos de panoramas ordinários e a interface da epistemologia do panorama e o tangível, a cena visível. Britto e Jacques (2009), por sua vez, criticam a atual espetacularização urbana e defendem a restituição do caráter político do espaço público, via valorização da experiência corporal das cidades, como uma forma de microrresistência a um processo desigual e despolitizador. Assim, propõem a corpocidade, uma forma por meio da qual a arte, reconhecida como *locus* da experiência, pode promover percepções espaço-temporais muito mais complexas do que sugerem os efeitos moralizadores e individualistas, normalmente atribuídos à mera contemplação cenográfica. Estética e política,

assim, seriam alguns dos direcionadores da discussão nesse campo, mostrando engajamento ao tratar de cidades e a necessidade de encarar a estética para além da mera beleza urbana.

A partir da perspectiva da **Linguística**, Papen (2012), ao focar Prenzlauer Berg, localizado na antiga Berlim Oriental, na Alemanha, discute o processo de gentrificação em curso nesta região, dado que o espaço público continua sendo uma área de contestação entre a sociedade civil, empresas privadas e o Estado, uma vez que os residentes protestam, por meio de grafites, contra o remodelamento e venda de seus apartamentos para novos proprietários. Mediante o uso de análise textual e visual, com entrevistas com produtores de sinais, a autora mostra como o panorama linguístico reflete e molda a mudança social e desenvolvimento urbano desde a reunificação alemã. Nesse caso, a resistência política se manifesta linguisticamente, pondo em foco a cidade também enquanto embate nesse nível.

Na área da **Saúde**, trabalhos como os de Chasles (2016), Almeida (1997) e Costa (1997) problematizam a cidade sob diversas óticas. Chasles (2016) o faz retomando as antigas relações entre cidade e saúde. A partir da exploração de dados históricos de indicadores de morbidade e de mortalidade, a autora discorre sobre o papel da gradativa conscientização do higienismo na preservação da saúde das populações urbanas, dado que a transformação do espaço das cidades se vinculou à consciência dos desafios sanitários.

Almeida (1997) discute a proposta de cidades/municípios saudáveis na perspectiva da questão estratégica e do

compromisso político, sustentando a necessidade de articulação com outros movimentos sociais para que não seja vista e adotada apenas como projeto técnico, paralelo e marginal ao planejamento e gestão das políticas públicas, como movimento isolado, ou “modismo”. Costa (1997), por sua vez, põe em pauta a possibilidade de haver uma cidade saudável. Sendo a cidade uma expressão da sociedade que a produz e a consome, seria necessário “construir” uma sociedade saudável para que a cidade também fosse saudável, o que sugere o tamanho do desafio.

Uma das formas de encarar essa tarefa é apontada pelas **Ciências do Esporte**, nos textos de Borges e Tonini (2012), Tavares (2011) e Silva *et al.*, (2011). Borges e Tonini (2012) põem a cidade em pauta ao discutirem o incentivo ao esporte de alto rendimento como política pública a partir em Vitória, no Espírito Santo. Mesmo havendo uma legislação municipal de incentivo, a carência em eficácia e efetividade social fragiliza a relação entre o esporte de alto rendimento e a cidade estudada. Silva *et al.* (2011) se concentram sobre o legado das Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro, a partir de reportagens jornalísticas. O interessante exercício de projetar a herança do que “ainda não foi” amplia e redefine os limites históricos, um prisma de análise muito interessante para as cidades, que precisam definir o seu próprio legado ao se candidatarem como sedes de megaeventos. Tavares (2011), por sua vez, se volta a analisar a organização e o relacionamento dos espaços de Beijing, na China, e dos Jogos Olímpicos de 2008, tendo observado que os espaços “olímpicos” se tornaram delimitados e exclusivos. Ainda que tenham sido criados com uma finalidade específica, os espaços para os jogos excederam o papel original, relacionando-se ao projeto político do país sede.

No âmbito dos estudos de **Políticas Públicas**, Bacqué *et al.* (2011), debruçando-se sobre as políticas parisienses de mistura social, deparam-se com a necessidade de superar a controvérsia associada a políticas de moradia que não reproduzam a segregação dos subúrbios de Paris. Em face do aburguesamento e gentrificação da capital francesa, o Conselho da cidade tem procurado “balancear” a população, trabalhando no sentido de redesenvolver uma vizinhança de trabalhadores, de maneira a desenvolver a coesão social local.

Também com um olhar voltado à sociedade, Raichelis (2006) problematiza a gestão pública e a questão social na grande cidade. Baseando-se na cidade de São Paulo, a autora defende que é preciso identificar tensões e fazer uma agenda que considere as necessidades da gestão democrática da cidade e das políticas sociais públicas. Souza (2009), também tratando da capital paulista, observa as intervenções das políticas públicas municipais nas periferias. Grandes aglomerados populacionais residindo em conjuntos habitacionais gigantescos, além de favelas ou em ocupações irregulares, apresentam necessidades múltiplas e complexas que precisam ser consideradas pelas políticas públicas.

Marques e Bichir (2001), também tratam de São Paulo, mas se voltam, historicamente, para as políticas de infraestrutura urbana em São Paulo entre 1978 e 1998. Partindo de dados primários, relacionam os investimentos públicos e sua distribuição espacial na cidade, usando uma base construída a partir de indicadores sociais. Desde então, os autores problematizam os aspectos distributivos da política e o seu impacto sobre os habitantes do município de São Paulo. Além de

interessantes achados sobre o perfil de investimentos de partidos de esquerda e de direita à frente da prefeitura, os autores ratificaram que ocorre um investimento superior nas áreas mais privilegiadas da cidade, em detrimento da periferia, o que é um alerta para a necessidade de o governo objetivamente atuar no sentido de procurar corrigir as assimetrias urbanas, e não reforçá-las.

Como é possível perceber, do ponto de vista das Políticas Públicas, a cidade se apresenta de forma extremamente complexa, o que faz com o que o seu êxito dependa de diversos elementos. De acordo com Sawaya (2006), é imprescindível que se conheça efetivamente a realidade para a qual se dirigem as políticas públicas para definir o conteúdo e a forma pelas quais serão geridos os programas governamentais. Assim, fundamentar o conhecimento na realidade concreta dos cidadãos, e em suas necessidades, possibilita melhores padrões de resposta às questões a serem resolvidas em um dado contexto social. De certa forma, ainda que seja uma questão de sensibilidade dos formuladores de políticas públicas, o fato é que esta postura ainda é pouco visível, entendendo-se muito de demandas (de ordem econômica), mas pouco de necessidades (de ordem humana).

Assim, a produção do espaço urbano se vê desafiada por aspectos como a globalização, que redefine concepções, processos e procedimentos, dos pontos de vista material e simbólico, dado que estes precisam de contínua reformulação para se adaptar aos desafios contemporâneos das cidades (Sánchez, 2001). Carvalho (2000) denuncia que a ideia de uma cidade global é uma ideologia que, quando cotejada com o planejamento, revela a apropriação do espaço urbano por quem

dispõe de mais recursos, o que implica segregação. Daí a necessidade de correção das imperfeições pelas políticas públicas que precisam redefinir o que se toma por metrópole urbana, bem como lidar com a complexidade de seus impasses.

A cidade também é problematizada do ponto de vista das **Ciências Ambientais**. Martins (2011), enfocando a região metropolitana da maior cidade do país, assume que o ambiente não pode se resumir a processos naturais, devendo ser ampliado para incorporar as relações entre tais processos e as dinâmicas e processos sociais. A partir daí, trata de duas situações extremas: dos assentamentos precários nas periferias junto a mananciais e áreas ambientalmente sensíveis, e de áreas centrais, que embora tenham população decrescente, têm potencial de adensamento. Para o autor, inserir a questão ambiental na cidade implica encarar as limitações das políticas urbanas a fim de se fugir da retórica com que o tema tem sido tratado.

Jacobi (2000) ratifica, em uma pesquisa sobre a percepção dos moradores sobre os problemas ambientais, a forma de resolução e os agentes envolvidos, a dependência da ação governamental, independente de se tratar de centro ou de periferia urbana. As diferenças entre os moradores de estratos de alta, média e baixa renda, respectivamente distribuídos na cidade em regiões central, intermediária e periférica, sugere que enquanto os menos privilegiados demandam a garantia mínima de acesso ao serviço, os moradores dos bairros centrais e intermediários apresentam uma demanda global, por exemplo ligada à limpeza de rios, mananciais e reservatórios, o que sugere que o urbano é permeado de fortes assimetrias também na questão ambiental, uma vez que se verificam exclusões variadas, além de risco, falta

de informação e baixos níveis de participação junto ao poder público.

Do ponto de vista da **Educação**, Müller e Nunes (2014) trazem à tona a especificidade da cidade em sua relação com a infância. As autoras, a partir de questões clássicas das Ciências Sociais, problematizam a criança e a infância, bem como sua inserção no contexto urbano, destacando que o potencial de apropriação da cidade pelas interações infantis contrasta com o poder do adulto, o que sugere um vasto campo de estudos. Na mesma linha, Farias e Müller (2017) discutem a cidade como espaço da infância. Para as autoras, a experiência da infância nos centros urbanos é cada vez mais fragmentada, o que endereça à educação a tarefa de transcender a vida escolar, já que as crianças precisam ser educadas para lidar com o urbano na sua diversidade, que se lhes apresenta de forma cada vez mais complexa.

Introduzindo a questão da educação e das periferias, Tschoke e Rechia (2012) tratam do lazer na cidade de Curitiba, tendo encontrado evidências de que as possibilidades de vivência do lazer infantil se veem limitadas pela violência, pelo vazio dos espaços, pela ausência dos pais e por poucas e pontuais ações do Estado. Ser criança em uma cidade em condições econômicas pouco privilegiadas implica, assim, todo um quadro de limitações, nos quais a educação escolar muitas vezes é a única forma de preparação para o mundo urbano. Isso aumenta a responsabilidade dos educadores e redimensiona a escola, seu papel e sua relação com a urbe.

Em Belo Horizonte, na fronteira de bairros de classe média e uma favela, Lansky, Gouvêa e Gomes (2014) puderam identificar que as crianças experimentam o espaço conferindo-lhe significados próprios a partir de aspectos identitários. Para lidar com as limitações de circulação urbana impostas pelos adultos, as crianças desenvolvem formas particulares de se relacionar com a cidade, um achado que é confirmado em diversas áreas de conhecimento: a cidade é apropriada de maneira distinta, dependendo do grupo em foco, inclusive no caso de grupos etários em formação, como é o caso das crianças. Qual a cidade que se lhes apresenta, então?

Bedran (2011), em um estudo sobre **Comunicação Social**, demonstra que aplicações da arte e da indústria gráfica atuaram como mediadoras entre as classes urbanas e que a publicidade brasileira surgiu, no início do Século XIX, com uma linguagem dinâmica e inovadora, adequada para o urbano que emergia na cidade do Rio de Janeiro. Isso permitiu um notável suporte quanto à construção do modo de vida urbano que viria a se tornar padrão para o restante do país. Já data dessa época o descompasso entre a sofisticação dos anúncios e as formas de produção de consumo e a desconsideração das assimetrias sociais.

Canclini (2002), tratando da Cidade do México, transcende seus aspectos social e físico e explora as formas imaginadas pela imprensa. O autor se propõe a problematizar a comunicação e sua influência na reconstituição do espaço público nesses circuitos comunicacionais, considerando, para isso, que nem sempre os meios de comunicação se voltam para a transparência e democratização da cidade, pois em muitos casos,

quando apenas reproduzem a ordem urbana, terminam por organizar a audiência de forma dócil e acrítica, tornando-se cúmplices da estrutura socioeconômica vigente, o que reforça uma perigosa perspectiva que silencia sobre as mazelas da sociedade.

Estudos sobre a cidade sob o prisma da **Geografia**, também se fazem presentes. Monié e Vidal (2006) põem em discussão as relações entre cidades e portos em um contexto de globalização, destacando que o transporte marítimo, pressionado pela competição internacional, tem contribuído para o encurtamento relativo de distâncias entre homens, mercadorias e informações. Isso demanda dos governos ações no sentido de criação de uma nova cultura portuária, que avance na integração de esferas de produção, consumo e circulação em distintas escalas geográficas.

A questão da produção urbana do espaço é discutida por Carlos (2015). Para a autora, a reprodução da sociedade se realiza por meio da produção do espaço urbano no mundo moderno, um cenário em que o urbano vem sendo construído como negócio. Trata-se de uma constituição que apresenta inúmeras contradições ligadas à posse/não posse de recursos materiais, e de uma série de privilégios/limitações de tal condição. Daí a necessidade de se superar uma visão estritamente geográfica e se avançar para a problematização da produção urbana, uma vez que esta produção está além da Geografia, revelando dinâmicas sociopolíticas que precisam ser consideradas para que a cidade seja adequadamente examinada. As existências humanas, assim, não se dão em um quadro de mera localização; são permeadas por barreiras, tensões e conflitos que não cabem em esquemas que

tratam do espaço da cidade como se se tratasse de uma questão de ocupação de paisagens geográficas.

Na mesma linha de problematizar a cidade, Lees (2012) revisita a Geografia da gentrificação, com um olhar voltado à necessidade de pesquisadores adotarem uma abordagem pós-colonial para se posicionarem criticamente quanto ao desenvolvimentismo, à categorização e ao universalismo. As cidades não têm de ser “globais”, sob pena de isso ser uma ideia universalista que descontextualiza uma hierarquia urbana, a partir do norte global, categorizando cidades “mais” ou “menos” civilizadas e, portanto, mais ou menos desenvolvidas. As políticas, assim, precisam ser mais claras no sentido de abraçarem posições politizadas, que considerem, por exemplo, o peso das mobilidades na cidade e os arranjos para questionar como e se a gentrificação tem viajado do norte global para o sul global.

A **História** também tem grandes contribuições para o estudo das cidades. No que se refere a patrimônio, há uma função social que este aspecto e a memória teriam no âmbito urbano. Costa (2012, p. 87) defende que “a maneira com que os museus e monumentos estão inseridos na sociedade civil e seu poder de produzir códigos e valores culturais fazem deles parte integrante do processo de promoção das identidades e da cidadania”. Assim, a questão histórica na cidade está além da geração de algo que pode ser imediatamente consumido por transeuntes eventuais: estamos diante mesmo de um processo de melhoria da qualidade da interação social e de construção de cidades saudáveis.

De maneira geral, como aponta Barreira (2003, p. 315), “repensar a cidade sob a ótica de sua ‘memória’ ou sob o prisma

de significados atribuídos á noção de patrimônio supõe compreender a lógica das prioridades sobre o uso e valorização de espaços efetivados ao longo do tempo”. Nessa linha, ela empreende uma jornada rumo a descortinar a cidade de Fortaleza, Ceará. A partir de considerações críticas sobre a invenção das tradições (Hobsbawn & Ranger, 1984), a autora se debruça sobre o discurso da preservação do patrimônio nesta cidade, identificando que o resgate de uma versão da história está comprometido com o turismo por procurar articular passado e presente em torno de imagens que favoreçam o consumo da cidade. No mesmo sentido vai King (2010), só que abordando a cidade de Londres. Para este autor, é menos importante o critério econômico que tem se imposto nos últimos anos para determinar o que são “cidades globais”, e mais relevante compreendermos as condições culturais distintas de cada cidade, de maneira que o que diferencia as cidades é tão relevante quanto o que as assemelha.

Gandara (2011), tratando do planejamento da cidade de Teresina como projeto republicano, aponta que precede o surgimento da cidade uma articulação entre interesses políticos e econômicos que procuravam, sob a égide do desenvolvimento, trazer a modernidade para o estado do Piauí. O projeto moderno desta cidade expressa uma preocupação quanto à “ordem” e ao “progresso” para a constituição de um modo específico de vida urbana, também de certa forma presente na perspectiva dos idealizadores. Todavia, autores como Castelo Branco (2007), enfatizam a tensão que existe entre a cidade visível, trabalhada pelo urbanismo, e a cidade subjetiva, vivida nas práticas cotidianas dos habitantes da urbe. Um dos exemplos de prática nos é dado por Damasceno (2007), ao explorar as formas pelas

quais a juventude de Fortaleza se apropria da cidade ao longo do tempo, as quais frequentemente se distanciam das intenções do poder público.

A construção de monumentos, por exemplo, “possui uma carga de intencionalidade, em apoio a determinadas posições políticas e culturais, que o transforma em um eficaz instrumento de poder” (Nascimento & Bitencourt, 2008, p. 330). A função do monumento seria consolidar e expor “as manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura exercem sobre a memória individual, tornando-a uma memória coletiva” (Le Goff, 1984, p. 13). Todavia, Saraiva (2017) pontua que a presença de monumentos é insuficiente para que se possa pressupor que há uma história apropriada pelas pessoas, já que elas podem rejeitar os monumentos e, sem povo, não há história a ser contada.

A perspectiva histórica sobre cidades também é particularmente rica do ponto imagético, como atestam os trabalhos de Possamai (2007), Fabris (2006), Koury (2006) e Turazzi (2006). Esses autores exploram diferentes facetas da cidade ao longo do tempo, explorando imagens e a forma pela qual elas ajudam a configurar o imaginário urbano. Turazzi (2006), argumenta que a imagem fotográfica foi empregada tanto como recurso de representação visual das transformações levadas a cabo no Rio de Janeiro, quanto para criar memórias, individuais e coletivas da cidade de “antes” e de “depois”.

Possamai (2007, p. 59) se debruça sobre álbuns de fotografia de Porto Alegre e a memória que evocam. Para esta autora, o álbum de vistas urbanas “funciona como coleção desses

restos da cidade, elaborada para permanecer como memória de um tempo preciso que lançou sua marca no espaço ali presente em imagem”. As imagens, então, contam uma história, como a dos nossos mortos (Koury, 2006), e os laços familiares e sociais estabelecidos em um dado período de tempo, uma história de inovação pelo desconforto captado pelas imagens, como no caso das imagens de Aleksandr Rodtchenko da União Soviética (Fabri, 2006), ou ainda, a história comparada de aspectos sanitários (Rezende, 2007).

No âmbito das **Ciências Sociais** há muitas e variadas contribuições sobre a cidade como objeto de estudo. Um primeiro eixo se refere à concepção de cidade que temos e o que ela abriga. Gorelik (2005) enfoca a produção da cidade latino-americana, ressaltando que nossa condição periférica influencia nossa capacidade de produzir de espaços urbanos, diferenciando-nos dos discursos da “cidade global”. Para o autor, temos um ideal de representação de um conjunto de características atribuídas às cidades, pouco preciso e elucidativo, que, na verdade, só podemos atingir, com relação a uma ideia do que constitui a cidade na América Latina, se considerarmos que a cidade latino-americana existe como uma construção cultural.

Um segundo eixo de discussões está associado à dimensão cultural da cidade. Costa (2002) destaca um paradoxo no âmbito das Ciências Sociais. Para ele, à medida que se fortalece o argumento da globalização, multiplicam-se as identidades culturais nas cidades, o que se manifesta na forma de múltiplas concepções e demandas de cultura, do que a cidade nem sempre dá conta, já que privilegia alguns aspectos em detrimento de outros. Nesse sentido, Koury (2004), sugere que uma cidade, ao

abrigar diferentes estilos de vida e individualidades, permite que emerja uma cultura subjetiva que se baseie nas diferenças e na liberdade individual para que elas existam. Todavia, deve ser pontuado que há sempre um potencial de hierarquização de diferenças, sendo questões como a interseccionalidade relevantes para compreender as culturas hegemônicas em uma urbe. Mesmo que tais culturas sejam objeto central nas cidades, como Miranda (2000) argumenta, o multiculturalismo e as novas formas de sociabilidade a que ele alude nem sempre são alcançados de forma efetivamente plural em termos urbanos.

Uma terceira linha de argumentação se refere à segregação urbana e às desigualdades sociais (Villaça, 2011), que dão abertura para que diversos tipos de violências aconteçam com minorias (Carman, 2010). Os que não se encontram em posições urbanas privilegiadas precisam se valer de diversos mecanismos para sobreviver, como recorrer ao comércio informal (Cleps, 2009), e a práticas urbanas que, muitas vezes se situam na esfera do ilegal (Pereira, 2010; Telles, 2009; Telles & Hirata, 2007; 2010). Os ilegalismos urbanos, portanto, não deixam de ser formas de produção social da cidade, produtos da sua incapacidade de reduzir as assimetrias nela existentes.

Por fim, um quarto eixo de discussão se refere à revitalização urbana (Jayme & Neves, 2010), o que frequentemente passa pela gentrificação (Wacquant, 2010). Apesar de o termo “revitalização” ser, a rigor, um equívoco, já que há vida na cidade, ele é bastante empregado como sinônimo de requalificação urbana. A ideia é a de implantar uma nova forma de “vida” – leia-se, de sociabilidade urbana – mais “qualificada”, a partir de associações entre poder público e

iniciativa privada nas cidades. No caso analisado por Jayme e Neves (2010) em Belo Horizonte, o foco diz respeito aos shoppings populares que reagruparam vendedores ambulantes que antes circulavam nas calçadas do centro da capital mineira. Foco de uma política pública de higienização, depois de muitos conflitos, essas pessoas foram circunscritas aos limites de espaços específicos, o que trouxe diversos desdobramentos em um quadro no qual eles passaram, de “camelôs” a “empreendedores”, um percurso difícil apesar do que apregoam os discursos hegemônicos de empreendedorismo (Perdigão, Carrieri & Saraiva, 2014; Costa & Saraiva, 2012).

Wacquant (2010) explora outra faceta desta requalificação urbana: a gentrificação. Este fenômeno se refere à requalificação de áreas consideradas degradadas nos centros urbanos, com a melhoria geral da infraestrutura de maneira que venham ser “novamente” ocupados. O autor examina esse fenômeno destacando que se trata de um processo no qual o governo assume crescentemente o papel de provedor de bens e serviços para cidadãos de classe média, público-alvo para a reocupação urbana, em detrimento direto dos trabalhadores de nível socioeconômico mais baixo, que são gradativamente expulsos das regiões centrais para as periferias, por conta de movimentos de especulação imobiliária. A invisibilização dos mais pobres integra um projeto de construção de uma cidade-vitrine, que prevê que participem da cidade apenas os que podem consumi-la.

Na **Filosofia**, a cidade também é problematizada de diversas maneiras, e aqui trazemos dois exemplos. A partir do conceito heideggeriano de mundo a partir das noções de espaço e

discurso, tais como elas aparecem em “Ser e tempo”, Oliveira (2008) examina o mundo, simultaneamente, como um espaço discursivo e como um discurso espacial. Adotar a perspectiva discursiva a respeito do mundo ajuda a esclarecer a definição grega do homem como animal político – e discursivo – bem como a ideia de jogos de linguagem de Wittgenstein. Nogueira (1998), por sua vez, retoma a temática da cidade real versus a cidade imaginária. Segundo ela, ao refletir sobre cidade, terminamos pensando a nosso próprio respeito, uma vez que a cidade é uma metonímia das frustrações e possibilidades humanas. A autora propõe a noção de uma cidade reencantada, que aproxima o cotidiano urbano da memória, do simbólico e do mito.

Muitas contribuições relevantes para a compreensão das cidades, sob o prisma adotado neste capítulo, vêm da **Antropologia**, em particular da Antropologia Urbana. O local se vê transformado por processos sociais e históricos que desafiam as tradicionais formas de encarar o que se toma por cidade. Feldman-Bianco (2009), por exemplo, ao analisar as relações entre globalização, escala da cidade e a incorporação de imigrantes portugueses na cidade de New Bedford, nos Estados Unidos, observou continuidades e metamorfoses nos papéis por eles desempenhados, tendo em vista os reposicionamentos de Portugal na economia global. Dado que esta se apoia em uma perspectiva neoliberal, fazem parte da equação a organização flexível do trabalho, a restrição de políticas imigratórias e a criminalização de imigrantes, o que termina por definir espaços específicos na cidade para aqueles que saem dos seus países de origem.

Nesta cidade que os antropólogos enxergam, impera o individualismo, o anonimato e a violência, tal como no título do trabalho de Velho (2000). Estes aspectos, elementos centrais de muitos estudos urbanos, destacam que a vida em grandes cidades parece carregada de elementos clássicos, como os apontados por Simmel (1967), acrescidos de discussões particulares por estarmos no Brasil. Nossa condição periférica, especificamente latino-americana, tal como apontado por Gorelik (2005), faz com que a violência seja compreendida e incorporada à vida urbana como parte de um processo de socialização, sendo o indivíduo e o seu anonimato partes desse quebra-cabeças.

A realidade, assim, é negociada, o que se estende a diversas instâncias, como o patrimônio cultural estudado por Velho (2006). Valores e interesses discrepantes entre os diversos envolvidos implicam conflitos em diversos níveis, o que tem desdobramentos sobre processos de patrimonialização, como o de tombamento do terreiro de candomblé, Casa Branca, em Salvador, e o de Copacabana, no Rio de Janeiro. O autor se debruça em demonstrar que as políticas públicas voltadas ao patrimônio não se dissociam da complexidade da vida social, razão pela qual devem atuar em conjunto da dinâmica da sociedade.

Cavalcanti (2009) traz contribuições instigantes sobre a temporalidade, a espacialidade e os valores presentes na consolidação de favelas no Rio de Janeiro. Para a autora, os recentes programas de reurbanização, que substituíram os de remoção, implicaram em especulação imobiliária, associados à apropriação dos espaços da favela pelo tráfico de drogas, o que levou a casa – agora de alvenaria – a se transformar em processo,

projeto de futuro e instância produtora de valores monetários e subjetivos. Permanência, consumo e cidadania são necessidades que passam a ser incorporadas nas favelas cariocas, redefinindo a cidade.

Outro exemplo de como as cidades podem ser percebidas nos é dado por Vianna (1999), ao abordar Lisboa sob a ótica de Fernando Pessoa e cotejá-la com a metrópole de Simmel. O autor, a partir da Literatura, permite conhecer a capital portuguesa, a partir da perspectiva do *flâneur*, explorando, detalhada e afetivamente, o que significa conhecer a experiência urbana por meio de uma forma específica de ver a cidade. Além da tradicional etnografia, a Antropologia amplia metodologicamente a forma pela qual pode ser estudada a cidade, incorporando metodologias como o desenho, adotado por Kuschner (2011), uma vez que ajudam a contribuir para a compreensão de narrativas gráficas e simbólicas da vida urbana.

A área de **Psicologia** também traz formidáveis contribuições para a compreensão da cidade. Guedes (2003, p. 73), por exemplo, explora o espaço político da cidade, tratando tanto “das tramas e correlações visíveis e subjacentes à questão da construção do ambiente humano e sua apropriação pelas pessoas individuais ou coletivas, privadas ou públicas, para atender às sagradas necessidades que emanam da vida cotidiana, quanto da reprodução e sobrevivência da espécie e a invenção da cultura e da história”.

A política na cidade, a forma pela qual lidamos com as diferenças existentes na urbe, incorpora alguns caminhos e caminhantes considerados excedentes na cidade contemporânea

(Sousa & Bechler, 2008), que se propõe a expurgar o labirinto e o mistério das cidades antigas na sua fria funcionalidade. Esta cidade, na visão de Venturini (2009), abriga nosso “mapa da cidade”, nossos percursos costumeiros – algo essencialmente ligado ao nosso nível social. A partir da observação do clandestino em cidades italianas, o autor explora os diversos mecanismos urbanos de intolerância e de acolhida. A disponibilidade dos sujeitos, em um ou em outro caso, permite que se identifique “os outros”, e como a cidade se volta (ou não) para a empatia.

Voltar-se para propiciar o encontro com a diferença, convertendo a cidade em território de conflitos e também de negociação, como propõe Palombini (2009), faz da cidade algo utópico – e por isso, desejável – ao incorporar no seu contexto as suas relações com a subjetividade. Nogueira (2009) segue na mesma linha ao explorar a materialidade do trabalho no contexto urbano. Para esta autora, é fundamental refletir sobre a relação entre subjetividade e espaço, uma vez que os sujeitos sociais se apropriam subjetivamente dos espaços da cidade, formando e consolidando, continuamente, suas identidades.

E como ficam as identidades em uma cidade que passa por um processo induzido de transformação de lugar rural para urbano? Mourão e Cavalcante (2006) lidam com essa questão ao tratar do caso de Maracanaú, no Ceará, tendo identificado, como não podia deixar de ser, que o lugar urbano multiplica as relações dos sujeitos com o espaço habitado. Há novas e múltiplas identidades do lugar, tanto baseadas em aspectos como a valorização de símbolos do passado, a participação no cotidiano

presente e expectativas quanto ao futuro. Cidade e campo, assim, se opõem diretamente em aspectos concretos e simbólicos.

Da área de **Arquitetura e Urbanismo** vem uma série de reflexões que problematizam a cidade global e os processos de “recuperação urbana” em curso no mundo todo. Limena (2001) trata do que denomina “cidades complexas”, defendendo que são cada vez mais comuns crises urbanas que tratam de um processo intrincado, o que demanda a necessidade de um tratamento interdisciplinar para a superação dos limites entre ciência, técnica e arte na urbe. Fix (2009) introduz, na mesma linha, a influência da financeirização global da economia para explicar como se dá o processo de urbanização na cidade de São Paulo, fortemente assentado em uma perspectiva de articulação com o poder público, embora haja predominantemente uma apropriação privada de benefícios.

Duarte e Czajkowski Júnior (2007) examinam a forma pela qual tem acontecido a naturalização da ideia de marketing urbano, a criação mesmo de uma “marca” pelas cidades, que de tudo fazem para se diferenciar umas das outras, tal como se fossem produtos e, assim, mobilizar recursos a partir da projeção de uma dada imagem, interessante para investidores diversos. Embora alguns analistas apontem o marketing urbano como inovador, por permitir a articulação entre agentes públicos e privados, outros condenam essa iniciativa por ela significar, em diversos aspectos, a mercantilização da cidade.

Pesquisadores dessa área são particularmente interessados na temática da gentrificação. Webb (2010), tratando da Inglaterra, propõe que se repense o papel dos mercados na renovação urbana.

Sua crítica, endereçada ao que ele chama da “heurística da gentrificação”, se fundamenta em uma experiência baseada na moradia no norte e oeste de terras médias inglesas, com tendência ao abandono, o que gerou narrativas complementares para além da ideia de mera especulação do mercado. Curran (2010) segue na mesma linha ao argumentar, com base em Williamsburg, Nova York, que as demandas por inovação e renovação urbana devem ser equilibradas com a manutenção de espaços mais antigos, como os industriais, de forma que haja atividades econômicas em um espectro mais amplo e que a cidade não expulse as pessoas por não absorver suas formas de existência.

Brown-Saracino e Rumpf (2011) exploram reportagens de jornais de sete grandes cidades norte-americanas, tendo identificado desde coberturas jornalísticas de apoio à gentrificação, até aquelas estritamente críticas a este fenômeno. Dado o amplo espectro de representações, os autores revelam a mutabilidade do significado do termo do longo do tempo, o que é de interesse para os estudos urbanos com foco nos processos de mudança nas cidades.

A gentrificação, apesar de ser muitas vezes concebida como uma espécie de engenharia social (Thörn, 2012), traz uma série de implicações de cunho político, desde aquelas ligadas à luta política pelo não deslocamento (Deverteuil, 2012), até a uma assunção de ser um lugar privilegiado para a atuação de movimentos sociais. Thörn (2012) se concentra em dois casos, sendo um na Dinamarca e outro na Suécia, os quais se enquadram na ideia de estado de bem estar social escandinavo, tendo, ao final, demonstrado que a participação de movimentos sociais é complexa, ambígua e contraditória, e que os processos de

gentrificação ganhariam se contassem com a participação mais ativa de movimentos sociais.

Shaw e Sullivan (2011) se concentram em aspectos raciais ligados à gentrificação, discutindo para além da renovação urbana propriamente dita. Eles analisaram um festival de artes em Portland, nos Estados Unidos e concluíram que há menos participação de negros do que de brancos nas atividades, e isso não se deve a um desinteresse pelas artes, mas ao fato de que os negros se sentem desconfortáveis e mal-vindos. A arte, nesse caso, é usada como argumento para a renovação da vizinhança, desconsiderando questões étnicas, como se se tratasse apenas de um esquema técnico, sem interface social.

Essa ausência de humanidade nos processos de renovação urbana é central no texto de Jackson (2011), que nos provoca com a ideia de gentrificação do nada. Segundo ele, estaríamos diante de um processo global de gentrificação, destinado a atualizar os recursos do capital para adequar as cidades a seus próprios interesses, no qual se observa o espraiamento da ideia de renovação e ocupação de diversos espaços urbanos de maneira a que se tornem “mais produtivos e modernos”. O não dito é que se trata de um movimento do capital dirigido, de forma especulativa, a potenciais clientes membros da classe capitalista transnacional, de promoção de um estilo de vida global e metropolitano que se pode ter em proximidade com o centro da cidade.

A cidade também tem sido analisada sob a ótica do **Direito**. Suas regulamentações essenciais, como o estatuto da cidade, precisam ser discutidas para além das características técnicas, dada à evidente carga política que abrigam. Carvalho

(2001), por exemplo, defende que se deve ter em mente o alcance social de qualquer política pública, o que faz dos levantamentos técnicos de demanda apenas parte do trabalho do poder público de definir prioridades em cima de necessidades da população.

Em relação ao mesmo tema, Boeira, Santos e Santos (2009), ao situarem o debate na crise da modernidade, destacam que há negligência de discussões teóricas e epistemológicas no debate sobre o estatuto da cidade, sendo necessário articular o direito urbanístico, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade no debate, assim como as políticas públicas, que devem ser orientadas pelas teorias e experiências associadas à terceira via e à formação de capital social.

Oliveira *et al.* (2006) observam a cidade sob a ótica da criminalidade juvenil, sustentando que é necessário um desconfinamento das vidas na cidade. Quanto a São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, vale destacar que nesta cidade há um expressivo nível de adolescentes internados, e, portanto, em permanente risco de vulnerabilidade, uma vez que se opta pela privação de liberdade em detrimento de aplicação de medidas de regime aberto. Neste caso, os autores propõem um enfrentamento da questão também no nível do imaginário social. Como a representação predominante tem a adolescência pobre a infratora como uma figura-limite, é preciso ampliar a solidariedade, uma vez que a “a redução nas liberdades dos excluídos nada acrescenta à liberdade dos livres” (Oliveira *et al.*, 2006, p. 61).

Por fim, mas não menos importante, nosso breve mapeamento interdisciplinar nos leva às contribuições na área da **Economia**. Sob a ótica econômica, as cidades têm sido

compreendidas nas suas possibilidades de geração de riqueza. Guerrieri, Hartley e Hurst (2012), ao tratar do caso de Detroit, nos Estados Unidos, uma cidade em franco declínio urbano desde os anos 1980, estes se deparam com o fato de que dentro desta cidade, as diversas regiões reagem de maneira distinta ao declínio econômico, reproduzindo o que os autores denominam de uma espécie de gentrificação interna, com efeitos mais acentuados nas regiões mais pobres do que nas regiões mais abastadas.

No que diz respeito à cidade de São Paulo, três estudos trazem questões muito interessantes sob a perspectiva econômica. Silveira (2009), trata dos circuitos de economia urbana na capital paulista, a partir de Milton Santos: o circuito superior, formado pela economia baseada em atividades bancárias e financeiras, comércios, indústrias e serviços modernos; e o circuito inferior, derivado do anterior, uma economia pobre, constituída por atividades cujo grau de capitalização, tecnologia e organização é relativamente baixo. Para a autora, as possibilidades de organização técnica e financeira do circuito superior criam novas formas de subordinação do circuito inferior, aumentando o consumo e, simultaneamente, a pobreza.

Kowarick (2007) se debruça sobre os cortiços no centro de São Paulo. Em face de um cenário de perda de população, de saída do setor financeiro e de empreendimentos de luxo, esta área da cidade se depara com os problemas do “esvaziamento” em grandes centros urbanos, principalmente uma mudança no perfil dos habitantes. Com boa parte da população residindo em cortiços, ali se observa falta de higiene e de privacidade, o que endereça aos envolvidos a necessidade de discutir o destino da população pobre da cidade e o rumo dos investimentos públicos

de maneira a possibilitar melhoria das condições de vida da população.

Silva (2009) lida com os motoboys paulistanos, à luz da circulação e da condição de trabalho precário que enfrentam. A partir de meados da década de 1980, e já incorporados na paisagem de São Paulo, os motoboys “expõem vivas as estratégias e as lógicas do capitalismo contemporâneo como forma de garantir no espaço as exigências da circulação fluída, de modo a garantir acumulação sempre ampliada do sistema capitalista na cidade de São Paulo” (Silva, 2009, p. 41). Suas condições precárias de trabalho, sempre associadas à máxima urgência, são parte de um processo econômico que se traduz em um comportamento social embrutecido, estreitamente associado a uma forma de existência precária e periférica na capital paulista.

As cidades e os Estudos Organizacionais: uma teia em contínua construção

A cidade na área da **Administração** tem sido problematizada de muitas formas. Todavia, no que interessa aos propósitos desse capítulo, elegemos a abordagem no campo dos **Estudos Organizacionais** como foco não apenas por uma questão de aderência, mas por coerência e aproximação, uma vez que eu próprio possuo uma profícua produção na área. Nos Estudos Organizacionais, a cidade tem sido problematizada para além dos aspectos materiais, isto é, as políticas públicas, os planos e edificações. Tomamos a cidade enquanto experiências vividas, como possibilidades de vivência, e como isso pode se materializar e ser problematizado de distintas maneiras.

Um primeiro tema que aparece com força é o da territorialidade. Entendida como uma possibilidade dos sujeitos na cidade, a vivência nos espaços se dá em um contexto de manifestação de diferenças e de disputas pelo mesmo espaço urbano. Bretas e Saraiva (2013), por exemplo, se voltam a discutir as práticas de controle e as territorialidades no âmbito urbano. Para tal fim, elegem o trabalho de flanelinhas e lavadores de carro da cidade de Belo Horizonte. Os principais resultados sugerem que o uso de práticas formais de controle, como a emissão de bilhetes de estacionamento na cidade, tenta promover a desterritorialização e legitimar discursos hegemônicos, vinculados ao ganho econômico, silenciando sobre outros problemas urbanos, como a falta de oportunidades profissionais, por exemplo. Assim, atores que não têm seus interesses defendidos desenvolvem suas próprias práticas de controle na cidade, o que deveria ser considerado na gestão urbana, já que a cidade inclui as vivências da sua população.

Carrieri, Saraiva e Pimentel (2008), ao tratar da institucionalização da Feira Híppie de Belo Horizonte, identificaram influência do poder público durante os primeiros quarenta anos da feira, sugerindo que a legitimidade de organizações não ortodoxas como esta pode se submeter a critérios ortodoxos, como a legislação, à medida que os atores não delimitam seu território claramente, o que dá margem a que trabalhos com foco simbólico possam ser desenvolvidos para analisar como os indivíduos se posicionam dentro dos campos institucionalizados.

Ao tratarem de outra organização não-ortodoxa, Coimbra e Saraiva (2013) estudaram o Movimento Quarteirão do *Soul*,

tendo alcançado resultados que sugerem a forma como um mesmo espaço pode abrigar vários lugares, sendo a territorialidade dinâmica, o que leva a encarar o lugar como uma construção social. Os autores sustentam que é necessário considerar as intervenções sociais no espaço urbano sob a ótica simbólica, devendo ser a cidade vista para além de seus limites físicos e geográficos, já que ela é o que o seu povo acredita, vivencia e (re)cria.

Com foco também na territorialidade, mas associando-a à identidade nas organizações, Saraiva, Carrieri e Soares (2014) examinaram o Mercado Central de Belo Horizonte, uma organização em que identificaram a existência de três territórios: o do comércio, o da fé e o da administração. Esses territórios têm fronteiras pouco claras, influenciando-se mutuamente e, em alguns casos, entrando em atrito, seja pelo extravasamento de funções, seja porque o convívio entre desiguais se instala, o que gera a necessidade de “jogar o jogo” organizacional. A identidade termina sendo configurada dinamicamente, tendo como referência a cidade e como esta sugere “regras do jogo” para a interação naquele ambiente específico.

Um segundo eixo de discussão traz a cidade como lugar de sociabilidades, simbolismos e de culturas. Preocupados com o conceito de organização-cidade, Saraiva e Carrieri (2012) exploram o caso da cidade mineira de Itabira, representada de forma complexa e contraditória, variando de um polo material (cidade operária mineradora) a outro simbólico (cidade cultural). Enfatizando a história, a identidade e o povo, os autores avançam no conceito de cidade ao destacar a necessidade de se assumir a

cultura como metáfora, já que a cidade é, inescapavelmente, seu povo.

Teixeira, Carrieri e Peixoto (2015), por sua vez, problematizam o cotidiano da cidade de Belo Horizonte na Revista *Veja BH*, tendo mapeado de que se trata da uma representação midiática elitista e glamourizada do cotidiano da classe média alta belo-horizontina, suas formas de lazer, suas práticas culturais e gastronômicas. Tal perspectiva sobrepõe a cidade planejada em detrimento da cidade vivida e silencia sobre problemas que possam “arranhar” a imagem de uma cidade poderosa e em crescimento.

Ipiranga (2010) explora a cultura da cidade, assumindo que a conformação de uma cidade e a organização de seus espaços formam uma base material por meio da qual é possível fazer uma reflexão sobre a gama de sensações e práticas sociais. Com base nessa perspectiva, a autora se lança à tarefa de compreender o espaço urbano por meio da consideração da sua cultura e dos seus espaços intermediários – ruas, bairros e equipamentos como os bares e restaurantes. O desenvolvimento socioterritorial entra em foco à medida que os dados permitiram identificar tempos simultâneos e espaços diferenciados de uma “cidade dividida em duas, rica em simbolismos e interação, fragmentada e solitária, incapaz de compartilhar os códigos culturais, o que sugere desafios à sua gestão” (Ipiranga, 2010, p. 66).

Na mesma linha, Colares e Saraiva (2016a) defendem que teorizar sobre cultura sempre pode levar-nos a generalizações descabidas, daí surgindo a necessidade de refletir sobre culturas – no plural. Com base nessa ideia, os autores se propõem a

analisar material midiático em redes sociais para analisar a construção da representação social de “cultura”, a partir do Circuito Cultural Praça da Liberdade e do Espaço Comum Luiz Estrela, ambos localizados em Belo Horizonte –MG. Observa-se uma tendência de qualificar o Circuito Cultural Praça da Liberdade como um espaço “oficial” e nobre, enquanto outros espaços culturais tendem a ser marginalizados. Todavia, exemplos como o Espaço Comum Luiz Estrela demonstram que a iniciativa popular emerge como uma possibilidade de novas representações da cultura, contrapondo-se à representação hegemônica.

Ao examinar artefatos culturais da cidade de Itabira, Saraiva (2017), se depara com os efeitos da indústria cultural, uma vez que nessa cidade a cultura é usada para manter as disparidades sociais. Isso significa, por um lado, a tentativa de um pequeno grupo de invocar e impor, por meio de monumentos, uma figura – a do poeta Carlos Drummond de Andrade – como mote da cultura local e, por outro, que essa figura seja rejeitada pelos nativos, os quais não reconhecem, na sua obra, sua própria cultura, e tampouco a cultura de que necessitam

Outra forma de sociabilidade nos é dada por Fantinel e Fischer (2012), que analisam os cafés como espaços privilegiados de sociabilidade urbana. Para as autoras, o espaço café se mantém na contemporaneidade porque é espaço gregário, associativo e simbólico em diferentes medidas, traduzindo algumas formas de sociabilidade contemporânea, como diferentes tipos de interação e socialização. “Estudar os cafés possibilita compreender fenômenos organizacionais perenes, mas que se transformam conforme os espaços e tempos em que vivem. Os cafés são, pois,

emblemáticos nesse sentido, em cidades do Brasil e do mundo” (Fantinel & Fischer, 2012, p. 281).

Ao observar a cultura organizacional de um restaurante Chalé da Praça XV, ponto turístico da cidade de Porto Alegre, Fantinel e Cavedon (2010) encaram o desafio de discutir o simbolismo das representações sociais quanto ao tempo e ao espaço. Elas mapearam as representações de tempo e espaço dos clientes e trabalhadores do restaurante, tendo identificado homogeneidades e heterogeneidades entre elas, chegando a uma conclusão que sugere alternativas para incrementar o potencial turístico do estabelecimento.

Saraiva e Machado (2007), também com foco na cultura organizacional, tratam do caso do Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte. Esta organização apresenta duas culturas organizacionais simultaneamente: uma que preserva a memória do Curral Del Rey, espaço geográfico que precedeu a criação de Belo Horizonte e onde a cidade foi erigida. O outro celebra a modernidade republicana, uma vez que a capital mineira foi considerada a vitrine da República e seus ideais de modernidade. Esse embate se dá na existência de dois acervos, de duas arquiteturas e de duas matrizes simbólicas que competem entre si na definição de qual memória (e de qual cidade) preservar, o que traz inúmeros desdobramentos para a compreensão da capital mineira.

Ipiranga (2016) também explora as práticas culturais de espaços urbanos, mas relacionando-as ao organizar estético. A autora problematiza culturas, histórias, estranhezas, sociabilidades e formas específicas de operações, segundo Michel

de Certeau (2014) e outros autores. A partir daí, “costura” a discussão com as possíveis experiências estéticas proporcionadas pelo atuar nas práticas de espaços urbanos dos sujeitos que vivem na cidade, concluindo o artigo com sugestões de pressupostos e procedimentos metodológicos que podem ser empregados nessa perspectiva.

No estudo de Pimentel *et al.* (2011), os autores se propõem a explorar a relação entre a elaboração de metáforas e a identidade dos espaços, físico e simbólico na cidade de Congonhas, em Minas Gerais. Os achados da pesquisa sugerem que os elementos materiais, além de serem indexadores por excelência da produção metafórica de sentidos, cumprem um papel de significar em um domínio ontológico, isso é, dependendo de quanto se tem, se acessa tipos específicos de espacialidade. Achados semelhantes foram feitos por Saraiva e Carrieri (2014), no que se refere à materialidade de uma história singular, um operário que se tornou poeta na cidade de Itabira, em Minas Gerais. As condições materiais às quais ele teve acesso ao longo dos anos circunscreveram uma forma específica de lidar com a cidade, ressignificando-a à medida que se alterava concretamente como sujeito.

Uma terceira linha de estudos problematiza a relação entre desigualdade social e segregação urbana. A desigualdade social pode se apresentar de inúmeras formas. Nos textos selecionados, ela se caracteriza pela espacialidade, pela economia informal, pela questão racial, pelo etarismo ou situação de rua, e pela estética marginal.

Silva e Saraiva (2019), ao se debruçarem sobre os discursos relacionados aos projetos de requalificação das cidades, procuraram identificar as estratégias que legitimam (ou que pretendem legitimar) o processo de (re)produção do espaço urbano. Os autores problematizaram as obras de revitalização da região portuária da cidade do Rio de Janeiro, tendo identificado que as construções discursivas procuram associar tempo e espaço, bem como as ideias de “recuperação” à possibilidade de “comercialização” – o que inclui memórias e identidades no âmbito da cidade.

Medeiros, Valadão Junior e Ferreira (2008), ao tratar de condomínios horizontais fechados na cidade de Uberlândia, problematizam as relações entre excluídos e “incluídos”, a partir dos espaços que ocupam na cidade. A ocupação de espaços implica formas de representação muitas vezes alheias ao que se passa fora dos muros do condomínio, e que a produção do espaço como fonte de poder não é uma tendência recente, tendo sido o espaço usado historicamente para segregar classes sociais.

Coimbra e Saraiva (2014) nos dão um exemplo desta segregação espacial ao confrontar o espaço produzido e o espaço vivido pelos integrantes do Quarteirão do *Soul* em Belo Horizonte. Nesse movimento social, o espaço urbano é construído pelos atores sociais, a partir de suas emoções e representações. Os membros, negros pobres e da periferia se apropriam, física e simbolicamente, do centro da cidade para dançar *soul music*, para além das edificações e regulações. Os autores identificaram que o Quarteirão do *Soul* se destaca pela ressignificação de tempo e de espaço, uma vez que viver a cidade altera a dinâmica de um

local para que seus participantes reafirmem sua identidade com a cultura *soul*.

Uma segunda forma de desigualdade verificada diz respeito ao ponto de vista econômico, e se refere aos trabalhadores informais. Rodrigues e Ichikawa (2015) tratam do cotidiano de um catador de material reciclável, problematizando a “escolha” dos que lidam com o lixo urbano. Eles identificaram que embora trabalhar na rua não seja uma escolha e a liberdade das ruas seja imprescindível, na atividade podem coexistir ações táticas e estratégicas, ressignificando o homem ordinário dos subprodutos da sociedade. A discriminação que sofre da sociedade o oprime, influenciando seu consumo e a forma pela qual ele usa o espaço urbano, prevalecendo a subsistência sobre a sustentabilidade.

Mendes e Cavedon (2012) argumentam que a atividade de camelô, sua precariedade e informalidade no contexto urbano se deve a uma incapacidade do mercado formal de absorver mão-de-obra. O mercado camelô que tal atividade suscita, conforme os autores, é uma prática urbana – mas uma daquelas que se deseja esconder de todas as formas possíveis porque escapa das prescrições das políticas vigentes. Nesse sentido, Carrieri, Maranhão e Murta (2009) analisaram a mudança dos camelôs para os shoppings populares na cidade de Belo Horizonte, uma ação orquestrada pela prefeitura municipal que terminou por “higienizar” a cidade, livrando-a de tudo o que a distanciasse do projeto de cidade global. Os autores identificaram o aumento da precariedade de suas condições políticas e sociais de trabalho em conversas com os próprios camelôs, o que nem sempre

correspondeu aos discursos da mídia e da prefeitura sobre o assunto.

Perdigão, Carrieri e Saraiva (2014) exploraram como o empreendedorismo informal é retratado no discurso oficial representativo da Prefeitura de Belo Horizonte e dos camelôs dessa cidade. Ratificando o estudo anterior, os autores concluem que a transferência compulsória dos camelôs das ruas para os novos espaços comerciais atendeu a interesses públicos e empresariais, que se viam prejudicados pela atividade empreendedora informal. Ao serem reclassificados como “lojistas”, os camelôs tiveram de assumir novos papéis, de empreendedores, em um quadro geral de precarização das condições de trabalho.

Por fim, ainda do ponto de vista econômico, mesmo atuando em uma verdadeira instituição da cidade de Belo Horizonte, a Feira Hippie, os trabalhadores precisam fazer uso de estratégias subversivas para sobreviver. Carrieri *et al.* (2008) identificam, do ponto de vista da estratégia na perspectiva microssocial dos atores, que os trabalhadores, lidando com diferentes fontes de pressão, definem suas existências por meio de trajetórias instáveis e obscuras como mecanismos de interação entre os micro e macro contextos.

A questão racial é, nos textos, uma terceira forma de desigualdade urbana. O estudo de Nascimento *et al.* (2015) fornece pistas de que espaços privados, como shopping centers, são fortemente segregados racialmente ao se constituírem como espaços simbólicos privativos de determinados grupos sociais. Os dados empíricos do estudo evidenciam a construção discursiva da

“cor” como dimensão de significação das representações e práticas sociais dos indivíduos que demarcam simbolicamente quem pode e onde deve circular em determinados espaços organizacionais, especialmente nos shoppings centers.

Esses achados são corroborados pelo estudo de Nascimento *et al.* (2016), voltado a compreender como os discursos da mídia eletrônica apresentam reflexos e refrações das práticas de resistência dos jovens de periferia (os “rolezinhos”) nos espaços organizacionais dos shopping centers. Estes, construídos como espaços organizacionais de segregação – explicitamente pelo consumo e, implicitamente, pelo racismo – enfrentam resistências e ressignificações de grupos marginalizados, tensionando relações urbanas sociais e urbanas assimétricas nessas organizações.

Grupos marginalizados pelo etarismo, por estarem na rua ou por exercerem uma atividade marginal marcam o quarto tipo de desigualdade estudado. Com uma perspectiva etária, Colares e Saraiva (2016b) exploraram o lugar dos idosos no contexto da sociedade capitalista, tendo em vista suas limitações físicas e psicológicas e o conseqüente desprezo de que desfruta o ser humano idoso por sua inaptidão ao trabalho e ao capital. Observando a construção da noção do “ser idoso”, por meio das práticas de sociabilidade desenvolvida por estes no espaço urbano em Belo Horizonte, o estudo identificou que, à exceção daqueles que ainda podem ter habilidades ou conhecimentos aproveitados pelo capital, a maioria dos idosos são tidos como velhos e, portanto, desprezados assim que passam a não satisfazer as necessidades do mercado de trabalho. A aposentadoria, que deveria servir de sustento aos idosos e retribuição aos anos de

contribuição ao sistema de seguridade, acaba por ser insuficiente, lançando-os ao mercado de trabalho novamente e, mais uma vez, reafirmando sua posição marginalizada – ocupando vagas no trabalho informal e, frequentemente, em subempregos.

Honorato e Saraiva (2016, p. 158) se lançam à tarefa de ampliar as fronteiras do que é tomado como organização e, assim, o que pode ser objeto de análise organizacional, para tanto problematizando a população em situação de rua. Os autores assumem que a cidade, “sendo por definição ‘habitada’ para desfrutar de um olhar adequado, precisa que a análise organizacional vá além da administração pública e do urbanismo, incorporando os que vivem a cidade e, com isso, determinam o que ela, de fato, é”. Partindo de uma discussão sobre cidade-modelo, subordinada a interesses econômicos, e que por isso precisa ser “limpa” para propiciar seu consumo imediato, e sobre o papel no *management* na promoção da cidade global, os autores tratam, sob a ótica de Michel de Certeau, das cidades praticadas e das microliberdades possíveis na apropriação popular do urbano. As principais contribuições sugerem que a cidade é um *locus* dos Estudos Organizacionais por excelência, sendo seus diversos aspectos possíveis partes, também, da análise organizacional, uma vez que a dinâmica social urbana abriga múltiplos confrontos, como os entre ordem e subversão, o que expõe diversas possibilidades de entender a cidade do ponto de vista organizacional.

Em “A construção social da ordem e da subversão nos discursos da (e sobre a) população em situação de rua de Belo Horizonte”, Honorato, Saraiva e Silva (2017) procuram revelar a construção social das noções de ordem e subversão nos discursos

da população em situação de rua da capital mineira e dos atores implicados (sociedade domiciliada, entidades de auxílio, representantes da municipalidade, polícia e comerciantes). Os autores problematizam a associação entre ordem e normalidade e a relação da sociedade com o que ela considera um descartável urbano, entendendo a subversão como uma práxis política necessária para impulsionar a transformação social na direção de uma convivência humana mais afeita à diversidade cultural.

Viegas e Saraiva (2015) abordaram a relação entre discursos, práticas organizativas e pichação na cidade de Belo Horizonte. Para os autores, a forma pela qual as cidades têm sido apresentadas hegemonicamente privilegia uma ótica de ordenamento social e urbano, inegavelmente favorável à valorização econômica. À medida que essa perspectiva é abandonada por grupos que, por exemplo, desejem se expressar, territorializando a cidade, a partir de representações distantes do que é esperado, como a pichação, observamos discursos e ações de repressão pela “manutenção da ordem”. A todo custo, a cidade deve ser uma “vitrine”, o que exclui qualquer possibilidade de estética que não seja estreitamente comprometida com a valorização do capital. Silencia-se sobre o não acesso à cultura nas periferias, as segregações múltiplas de origem, classe social, raça, profissão a que os mais pobres estão sujeitos na cidade, em nome de um ordenamento urbano que não está presente nas periferias em que tais pessoas vivem. Não é de se espantar que as regulamentações existentes não encontrem eco entre os pichadores, que adotam uma espécie de ética do “pixo”, que se opõe, estética e politicamente, ao programa da prefeitura, à conduta policial e ao pensamento dominante sobre a pichação e os pichadores.

Conclusão

Nesse capítulo, lancei-me à tarefa de procurar sistematizar uma aproximação entre Estudos Organizacionais e Cidade. A ideia é conferir protagonismo à cidade, de maneira a se consolidar enquanto tema, bem como superar seu *status* de objeto no campo dos Estudos Organizacionais. A partir de um caminho extensivo que procurou percorrer, de forma sintética, dezenas de contribuições de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, busquei situar a crescente e interdisciplinar produção de conhecimento a respeito das cidades, com foco na pluralidade de perspectivas em torno da cidade enquanto tema.

A segunda parte trouxe a discussão especificamente para o campo dos Estudos Organizacionais, não apenas por ser este o campo em que me situo como pesquisador, mas, sobretudo, em virtude da necessidade de sistematização do já expressivo e crescente volume de pesquisas e publicações sobre a cidade. Aqui encontrei três grandes correntes ou linhas mestras que parecem se complementar, ou cujas fronteiras são, em alguns casos, borradas como ocorre em fenômenos complexos. O primeiro grupo de textos enfoca a territorialidade, promovendo discussões que giram em torno da disputa pelos espaços na cidade pelos diversos grupos sociais que a compõem. Um segundo foco se concentra em torno de estudos de sociabilidades, simbolismos e de culturas, entendendo o urbano como um complexo amálgama de possibilidades simbólicas erigidas a partir dos diferentes modos de sociabilidade na urbe. Por fim, a última corrente trabalha com a desigualdade social e segregação que grupos, de alguma forma marginalizados, vivenciam no âmbito das cidades. Evidentemente esses três grupos não esgotam o que podemos

encontrar de possibilidades no campo, mas apontam caminhos promissores para os Estudos Organizacionais.

O que se pode esperar desse encontro? A julgar pela expressiva quantidade de publicações sobre o tema, um amplo e fértil terreno. Um rico mosaico de possibilidades a partir de múltiplos e interdisciplinares olhares sobre o urbano, com uma perspectiva organizacional. E, como organização, é um conceito polimorfo e em contínua disputa. Nesse processo é preciso pensar sobre uma perspectiva de organização que possa abranger e permitir um olhar que nos habilite, enquanto membros da comunidade de Estudos Organizacionais, a entender do que se trata a cidade enquanto organização. Como não tenho a capacidade de enxergar o futuro, torço para que estudantes e colegas de diversas áreas possam ver nesse percurso um caminho ao qual desejem se juntar, contribuindo para a ampliação do que se toma por organização e análise organizacional.

Referências

- Almeida, E. S. (1997). Cidade/município saudável – a questão estratégica: o compromisso político. *Saúde e Sociedade*, 6(2), 71-78.
- Bacqué, M.-H., Fijalkow, Y., Launay, L., & Vermeersch, S. (2011). Social mix policies in Paris: discourses, policies and social effects. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(2), 256-273.

Barreira, I. A. F. (2003). A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*, 5(9), 314-339.

Bedran, L. M. (2011). Cultura urbana, linguagem visual e publicidade nos tempos do Rio Moderno. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 34(2), 37-53.

Boeira, S. L., Santos, A. C. B., & Santos, A. G. (2009). Estatuto da cidade: aspectos epistemológicos, sociopolíticos e jurídicos. *Revista de Administração Pública*, 43(3), 695-712.

Borges, C. N. F. & Tonini, G. T. (2012). O incentivo ao esporte de alto rendimento como política pública: influências recíprocas entre cidade e esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 34(2), 281-296.

Boulton, A. (2011). Property and aesthetics in an ordinary american landscape. *Geographical Review, Oxford*, 101(2), 224-242.

Bretas, P. F. F. & Saraiva, L. A. S. (2013). Práticas de controle e territorialidades na cidade: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. *Gestão.Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 11(2), 247-270.

Britto, F. D. & Jacques, P. B. (2009). Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 337-350.

Brown-Saracino, J. & Rumpf, C. (2011). Diverse imageries of gentrification: evidence from newspaper coverage in seven U.S. cities, 1986–2006. *Journal of Urban Affairs*, 33(3), 289-315.

Canclini, N. G. (2002). Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, VIII (1), 40-53.

Carlos, A. F. A. (2015). A virada espacial. *Mercator*, 14(4), 7-16.

Farias, R. N. P. & Müller, F. (2017). A cidade como espaço da infância. *Educação & Realidade*, 42(1), 261-282.

Feldman-Bianco, B. (2009). Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos*, 15(31), 19-50.

Fischer, T. (1996). (Org.). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV.

Fix, M. (2009). Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. *Caderno CRH*, 22(55), 41-64.

Gandara, G. S. (2011). Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. *História*, 30(1), 90-113.

Gorelik, A. (2005). A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social*, 17(1), 111-133.

Guedes, J. (2003). Cidade e espaço político. *Psicologia USP*, 14(3), 73-78.

Guerrieri, V., Hartley, D., & Hurst, E. (2012). Within-city variation in urban decline: the case of Detroit. *American Economic Review: Papers & Proceedings*, 102(3), 120-126.

Hobsbawm, E. & Ranger, T. (1984). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra.

Honorato, B. E. F. & Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, 14(36), 158-186.

Honorato, B. E. F., Saraiva, L. A. S. & Silva, E. R. (2017). A construção social da ordem e da subversão nos discursos da (e sobre a) população em situação de rua de Belo Horizonte. *Organizações em Contexto*, 13(26), 339-383.

Ipiranga, A. S. R. (2016). Práticas culturais de espaços urbanos e o organizar estético: uma proposta de estudo. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 5(2), 105-123.

Ipiranga, A. S. R. (2010). A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65-90.

Jackson, J. (2011). The global gentrification of nothing. *Spaces and Flows: An International Conference on Urban and ExtraUrban Studies*, 1(1), 25-36.

Jacobi, P. (2000). Do centro à periferia – meio ambiente e cotidiano na cidade de São Paulo. *Ambiente & Sociedade*, III(6/7), 145-163.

Jayme, J. G. & Neves, M. A. (2010). Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Caderno CRH*, 23(60), 605-617.

King, A. D. (2010). O que está acontecendo com a pesquisa sobre cidades mundiais? *Estudos Históricos*, 23(46), 247-260.

Koury, M. G. P. (2006). O imaginário urbano sobre fotografia e morte em Belo Horizonte, MG, nos anos finais do século XX. *Varia Historia*, 22(35), 100-122.

Koury, M. G. P. (2004). Fotografia e interdito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(54), 129-141.

Kowarick, L. (2007). Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. *Lua Nova*, 70, 171-211.

Kuschnir, K. (2011). Drawing the city: a proposal for an ethnographic study in Rio de Janeiro. *Vibrant*, 8(2), 608-642.

Kuster, E. & Pechman, R. (2014). *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: UFMG.

Lansky, S., Gouvêa, M. C. S., & Gomes, A. M. R. (2014). Cartografia das infâncias em região de fronteira em Belo Horizonte. *Educação & Sociedade*, 35(128), 629-740.

Le Goff, J. (1984). Memória/história. *Enciclopédia Einaudi*. v. 1. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

Lees, L. (2012). The geography of gentrification: thinking through comparative urbanism. *Progress in Human Geography*, 36(2), 155-171.

Limena, M. M. C. (2001). Cidades complexas no século XXI: ciência, técnica e arte. *São Paulo em Perspectiva*, 15(3), 37-44.

Mac-Allister, M. (2004). A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 11(ed.esp.), 171-181.

Marques, E. C. & Bichir, R. M. (2001). Estado e espaço urbano: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. *Revista de Sociologia e Política*, 16, 9-29.

Martins, M. L. R. (2011). São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. *Estudos Avançados*, 25(71), 59-72.

Medeiros, C. R. O., Valadão Junior, V. M., & Ferreira, A. P. (2008). Condomínios horizontais fechados: segregação do espaço social. *Revista Eletrônica de Administração*, 11(12), s.p.

Mendes, L. & Cavedon, N. R. (2012). A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 4(1), 123-140.

Miranda, D. S. (2000). Reflexões sobre o papel da cultura na cidade de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, 14(4), 105-110.

Monié, F. & Vidal, S. M. S. C. (2006). Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. *Revista de Administração Pública*, 40(6), 975-995.

Mourão, A. R. T. & Cavalcante, S. (2006). O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. *Estudos de Psicologia*, 11(2), 143-151.

Müller, F. & Nunes, B. F. (2014). Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento. *Educação & Sociedade*, 35(128), 659-674.

Nascimento, D. & Bitencourt, J. B. (2008). De granito e de bronze: marcos da identidade carbonífera em cidades catarinenses. *Varia Historia*, 24(39), 329-343.

Nascimento, M. C. R., Oliveira, J. S., Teixeira, J. C., & Carrieri, A. P. (2015). Com que cor eu vou pro shopping que você me convidou? *Revista de Administração Contemporânea*, 19(3), 245-268.

Nascimento, M. C. R., Teixeira, J. C., Oliveira, J. S., & Saraiva, L. A. S. (2016). Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os “rolezinhos” na cidade de Belo Horizonte (MG). *Revista de Administração Mackenzie*, 17(1), 55-81.

Nogueira, M. A. L. A cidade imaginada ou o imaginário da cidade. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, 5(1), 115-123.

Nogueira, M. L. M. (2009). Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(1), 69-86.

Oliveira, C. Da ruína e da conservação do mundo: o mundo como espaço discursivo e como discurso espacial. *Kriterion*, 117, 153-161.

Oliveira, C. S., Wolff, M. P., Henn, R., & Conte, M. (2006). Criminalidade juvenil e estratégias de (des)confinamento na cidade. *Katálysis*, 9(1), 53-62.

Palombini, A. L. (2009). Utópicas cidades de nossas andanças: *flânerie* e amizade no acompanhamento terapêutico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 295-318.

Papen, U. (2012). Commercial discourses, gentrification and citizens' protest: the linguistic landscape of Prenzlauer Berg, Berlin. *Journal of Sociolinguistics*, 16(1), 56-80.

Perdigão, D. A., Carrieri, A. P., & Saraiva, L. A. S. (2014). Das ruas para os shoppings populares: o empreendedorismo informal no discurso dos camelôs e da Prefeitura de Belo Horizonte. *Perspectivas Contemporâneas*, 9(1), 43-58.

Pereira, A. B. (2010). As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. *Lua Nova*, 79, 143-162.

Pimentel, T. D., Carrieri, A. P., Pimentel, M. P. C., & Brito, M. J. (2011). “Da basílica à feira... Do oásis ao Shoppinglêu”: a trajetória das metáforas do Jubileu em Congonhas (MG). *Revista de Administração Pública*, 45(1), 45-66.

Possamai, Z. R. (2007). Narrativas fotográficas sobre a cidade. *Revista Brasileira de História*, 27(53), 55-90.

Raichelis, R. (2006). Gestão pública e a questão social na grande cidade. *Lua Nova*, 69, 13-48.

Rezende, E. A. S. (2007). Construindo imagens, fazendo clichês: fotógrafos pela cidade. *Anais do Museu Paulista*, 15(1), 115-186.

Rodrigues, F. S. & Ichikawa, E. Y. (2015). O cotidiano de um catador de material reciclável: a cidade sob o olhar do homem ordinário. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(1), 97-112.

Sánchez, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, 16, 31-49.

Saraiva, L. A. S. (2017). O poeta e a cidade: um estudo semissimbólico de artefatos culturais. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 6(1), 31-51.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2014). Uma vida, uma cidade: um estudo discursivo de uma metonímia. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 3(1), 143-157.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576.

Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. P., & Soares, A. S. (2014). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), 97-126.

Saraiva, L. A. S. & Machado, A. M. A. (2007). Bipolaridade simbólica no Museu Histórico Abílio Barreto. *Cadernos EBAPE.BR*, 5(2), 1-14.

Sawaya, A. L. (2006). Políticas públicas: pontos de método e experiências. *Estudos Avançados*, 20(56), 131-147.

Shaw, S. & Sullivan, D. M. (2011). “White night”: gentrification, racial exclusion, and perceptions and participation in the arts. *City & Community*, 10(3), 241-264.

Silva, C. A. F. et al. (2011). Expectativas da mídia sobre o legado das olimpíadas de 2016: racionalidade instrumental e substantiva. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 33(4), 939-957.

Silva, C. L. O. & Saraiva, L. A. S. (2019). O espetáculo por trás do canteiro de obras: estratégias discursivas dos projetos de revitalização da cidade olímpica. *Organizações & Sustentabilidade*, 7(1), 32-46.

Silva, V. C. P. (2009). A cidade no labirinto: descortinando metáforas da pós-modernidade. *Sociedade & Natureza*, 21(1), 147-158.

Silveira, M. L. (2009). Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, 22(55), 65-76.

Simmel, G. (1967). A metrópole e a vida mental. In G. Velho (Org.). *O fenômeno urbano* (pp. 10-24). Rio de Janeiro: Zahar.

Sousa, E. L. A. & Bechler, J. (2008). Labirintos na cidade contemporânea. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(2), 390-403.

Souza, M. V. (2009). Políticas públicas e espaço urbano desigual: favela Jardim Maravilha (SP). *Estudos Avançados*, 23(66), 267-281.

Tavares, O. (2011). Beijing 2008: os jogos olímpicos, a cidade e os espaços. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 33(2), 357-373.

Teixeira, J. C., Carrieri, A. P., & Peixoto, T. C. (2015). O cotidiano da cidade de Belo Horizonte na revista *Veja BH*: a classe média alta, a cidade poderosa e os dilemas do planejado versus o vivido. *Revista Gestão & Conexões*, 4(2), 7-39.

Telles, V. S. (2009). Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos Estudos*, 84, 153-173.

Telles, V. S. & Hirata, D. V. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Estudos Avançados*, 21(61), 173-191.

Thörn, H. (2012). In between social engineering and gentrification: urban restructuring, social movements, and the place politics of open space. *Journal of Urban Affairs*, 34(2), 153-168.

Tschoke, A. & Rechia, S. (2012). O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 34(2), 263-280.

Turazzi, M. I. (2006). Paisagem construída: fotografia e memória dos melhoramentos urbanos na cidade do Rio de Janeiro. *Varia Historia*, 22(35), 64-78.

Velho, G. (2006). Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, 12(1), 237-248.

Velho, G. (2000). Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*, 6(13), 15-29.

Venturini, E. (2009). A cidade dos outros. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 203-222.

Vianna, H. (1999). Ternura e atitude blasé na Lisboa de Pessoa e na metrópole de Simmel. In G. Velho (Org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal* (pp. 109-120). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Viegas, G. C. F. S. & Saraiva, L. A. S. (2015). Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(5), 68-94.

Villaça, F. (2011). São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, 25(71), 37-58.

Wacquant, L. (2010). Ressituando a gentrificação: a classe popular, a ciência e o estado na pesquisa urbana recente. *Caderno CRH*, 23(58), 51-58.

Webb, D. (2010). Rethinking the role of markets in urban renewal: the housing market renewal initiative in England. *Housing, Theory and Society*, 27(4), 313-331.

CAPÍTULO 2

Para além de Organização-Cidade: OrganiCidade

Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva

Durante anos, no decurso deste processo de amadurecimento, acostumei-me a reunir minhas ideias sob a designação de falibilismo [...] (Peirce, 1980, p. 115)

[...] o pensamento constitui-se caminhando na direção de um pensamento futuro, que tem como pensamento o mesmo valor que ele, só que mais desenvolvido; desta forma, a existência do pensamento de agora depende do que virá; tem apenas existência potencial, depende do pensamento futuro da comunidade (Peirce, 1980, p. 83).

Proponho, em OrganiCidade, interpretar Organização-Cidade (Mac-Allister-da-Silva, 2001), tendo em vista a clareza, a

falibilidade e as consequências práticas aceitáveis a partir dessa concepção. Essa proposta envolve, em primeiro lugar, tornar mais claras minhas ideias sobre a relação entre organização e cidade e o modo como construí essa relação; segundo, identificar falhas nessas ideias e construção; e, terceiro, provocar consequências práticas com essas ideias e construção.

Para o entendimento dessa proposta é perda de tempo buscar o significado de organicidade no Google, ou em qualquer outro mecanismo de pesquisa, bem como em glossários, dicionários (de língua, etimológico, de conteúdo específico científico e técnico, etc.), enciclopédias, ou quaisquer outras publicações de consulta, digitais ou impressas. As possíveis definições, a suposta origem e a provável composição da palavra organicidade, pouco contribuem para a significação de OrganiCidade.

OrganiCidade significa uma relação entre organização e cidade. Para evidenciar esse significado, ponho em maiúsculo as primeiras letras das palavras Organi(zação) e Cidade, que se fundem em uma arbitrária composição. OrganiCidade é por definição um ícone, o que, segundo Peirce (1990), é imprescindível para se comunicar uma ideia. Como signo icônico, sua qualidade representativa se caracteriza por certa similaridade entre o signo e o objeto, o que nesse caso é também uma ideia, que gera outra ideia desse objeto-ideia, sendo essa última ideia gerada por um interpretante. A similaridade entre esse signo icônico e a relação entre organização e cidade pode ser vista como uma imagem que representa, de forma direta e simples, essa relação, um diagrama que representa, de forma análoga, as partes

dessa relação e uma metáfora que representa essa relação, fazendo um paralelo entre ela e outro objeto ou outra ideia.

Além de uma metáfora que representa a relação entre organização e cidade, OrganiCidade é uma metáfora do método de representação dessa relação. Para construir esse significado vou ao Teatro-Laboratório, onde as “produções são investigações do relacionamento entre ator e plateia”. (Grotowski, 1976, p.1-2). Da plateia lembro de Cidades-Laboratório para estudos sociais e organizacionais: Chicago dos sociólogos da Escola de Chicago (Delle Donne, 1983), Varsóvia de Czarniawska-Joerges (1997a) e Salvador de Fischer (1996). Subo nesse palco e avanço na proposta de Cidade-Laboratório para estudos organizacionais ao explorar a cidade, não apenas como cenário de organizações, mas como organização fazendo cena e não apenas de teatro e cinema. Estreia, assim, Organização-Cidade (2001) como representação e método de representação de cidade.

No Teatro-Laboratório, organicidade é um método de representação definido por Grotowski (1976), nos seguintes termos:

É o ato de desnudar-se, de rasgar a máscara diária, da exteriorização do eu. É um ato de revelação, sério e solene. O ator deve estar preparado para ser absolutamente sincero. É como um degrau para o ápice do organismo do ator, no qual a consciência e o instinto estejam unidos (Grotowski, 1976, p. 1-2).

Grotowski (1976, p. 80, 82, 164, 205) caracteriza organicidade como um método, aberto para o desconhecido, até porque todo “método que não se abre no sentido do desconhecido

é um mau método”; “oposto de prescrições”, não tendo fórmulas, “pois todas as ‘fórmulas’ só terminam em banalidades; individual, com o estabelecimento “para cada ator aquilo que bloqueia suas associações íntimas e ocasiona sua falta de decisão, o caos da sua expressão e a sua falta de disciplina”, e “o que o impede de experimentar o sentimento da sua própria liberdade”; libertador, ao “eliminar, tirar do ator tudo que seja fonte de distúrbio”, isto considerando que “não é necessário o aprendizado coisas novas, mas a eliminação de hábitos antigos”; e criativo, retirando do ator aquilo que o prende, sem lhe ensinar como criar.

A criatividade, continua Grotowski (1976. p. 80, 82, 178-179, 204), “é de uma sinceridade sem limites, ainda que disciplinada, isto é, articulada através de signos”, e o criador não deve [...] achar em seu material uma barreira neste sentido”; e ao se desejar “realmente criar uma verdadeira obra-prima”, não se deve seguir “os caminhos mais fáceis de associações”, nem procurar “numa representação, a espontaneidade, sem uma partitura”.

Nesse ato criativo de representação conduzido pela organicidade, ainda na visão de Grotowsky (1976, p. 82), o ator se transforma “numa doação do eu que atinge os limites da transgressão” e, em paralelo, “numa espécie de provocação para o espectador”. Nessa relação que assim se estabelece entre ator e espectador, ambos os lados são ativos e o espectador pode aceitar ou recusar a provocação do ator.

Transfiro organicidade do Teatro-Laboratório como OrganiCidade para a Cidade-Laboratório. Similarmente à organicidade (Grotowsky, 1976), OrganiCidade significa um

método de representação que também se caracteriza como aberto, sem prescrição ou fórmula, individual, espontâneo e disciplinado, criativo, libertador, transgressor e provocativo. Diferentemente de organicidade (Grotowsky, 1976), o método OrganiCidade é aplicado para representação da relação entre organização e cidade que construí em Organização-Cidade (Mac-Allister-da-Silva, 2001), isto é, para fazer uma representação de uma representação que fiz anteriormente. OrganiCidade como método de representação da representação da relação entre organização e cidade também se diferencia de organicidade (Grotowsky, 1976) pela relação que não é mais entre ator e espectador, e sim entre autor e leitor e, antes, entre autor e autor. Para provocar o leitor, busco eliminar de mim, como autor de Organização-Cidade (Mac-Allister-da-Silva, 2001), tudo que me impeça de experimentar a liberdade e, de modo paradoxalmente espontânea e disciplinada, criar. Nesse ato criativo e provocativo, criador e criatura se confundem porque sou eu objeto de minha própria crítica, sendo também objeto da crítica de terceiros.

O método de representação metafóricamente definido como OrganiCidade é um método de interpretação de texto. Em uma perspectiva histórica, Eco (2010) identifica duas opções de método de interpretação de texto: uma que parte da premissa de que o texto tem um significado fixo, e procura evidenciar esse significado, provavelmente intencionado pelo autor e forçosamente independente da interpretação; e outra que pode apresentar infinitas interpretações do texto. Para Eco (2010, p. 279), essas opções “são, ambas, exemplos de fanatismo epistemológico”, a “primeira exemplificada por vários tipos de fundamentalismo e por várias formas de realismo metafísico” e a segunda “representada, em seus termos mais extremos, por

aquilo” que ele chama de “semiose hermética”. Nesses termos, Eco (2010) critica não a semiose ilimitada como originalmente escrita, mas a forma como ela é interpretada:

Se tenho particularmente insistido sobre as diferenças entre as posições de Peirce e várias formas de deriva, é porque me aconteceu observar, em muitos estudos recentes, uma tendência geral para fazer equivaler a semiose ilimitada a uma leitura livre em que a vontade dos intérpretes, para usarmos a metáfora de Rorty, sorva os textos até dar-lhes a forma que servirá a seus fins.

Meu escopo, ao sovar (respeitosamente) Peirce, era simplesmente o de substituir o fato de que as coisas não são assim tão simples. É difícil decidirmos se uma dada interpretação é boa; mais fácil, ao contrário, é reconhecermos as más. Sendo assim, meu escopo não era tanto dizer o que é semiose ilimitada, mas ao menos dizer o que ela não é e não pode ser (Eco, 2010, p. 290-291).

Peirce (1980, p.133-134) recorda que “*Semeiosis* no período grego ou romano, à época de Cícero já [...] significava a ação de praticamente qualquer espécie de signos” ao definir semiose como “uma ação ou influência, que consiste em, ou envolve, a cooperação de três sujeitos, o signo, o objeto e o interpretante, influência tri-relativa essa que não pode, de forma alguma, ser resolvida em ações entre pares”. Nessa concepção, o signo, além de tríade, é processual, e esse processo de significação tende a ser ilimitado, o que se configura como semiose ilimitada:

Um signo representa algo para a ideia que provoca ou modifica. [...] O representado é o seu objeto; o comunicado, a significação; a ideia que provoca seu

interpretante. O objeto de representação é uma representação que a primeira representação interpreta. Pode conceber-se que uma série sem fim de representações, cada uma delas representando a anterior, encontre um objeto absoluto como limite. A significação de uma representação é outra representação. Consiste, de fato, na representação despida de roupagens irrelevantes; mas nunca se conseguirá despi-la por completo; muda-se apenas para roupa mais diáfana. Lidamos então com uma regressão infinita. Finalmente, o interpretante é outra representação a cujas mãos passa o facho da verdade; e como representação também possui interpretante. Aí está uma nova série infinita (Peirce, 1980, p. 93).

Eco (2010) ressalta que o limite da semiose é uma questão de decisão da comunidade de intérpretes desse texto:

[...] O princípio peirciano de falibilismo é também – sob o ponto de vista textual – um princípio de pluriinterpretabilidade. [...]

Apesar disso, qualquer comunidade de intérpretes de um dado texto (para que seja a comunidade dos intérpretes daquele texto) deve de algum modo chegar a um acordo (ainda que não definitivo e de modo falível) acerca do tipo de objeto (semiósico) de que se está ocupando. Assim a comunidade, embora possa usar um texto como campo de jogo para a atuação da semiose ilimitada, em várias situações deve convir que é preciso interromper um pouco o *play of musement*, o que lhe é possível graças a um juízo consensual (se bem que transitório) (Eco, 2010, p. 290).

Coloco o limite da semiose nas consequências práticas ou efeitos práticos concebíveis, podendo esses efeitos ser também decididos pela comunidade. Esse limite é dado pelo pragmatismo segundo o qual “toda concepção é uma concepção de efeitos práticos concebíveis”, e uma concepção se diferencia pela possibilidade de modificar uma conduta prática, isto é, mudar um hábito. Recorro ao pragmatismo para limitar a semiose ou significação ou representação, ou ainda interpretação, e, em paralelo, me desembaraçar “rapidamente de todas as ideias essencialmente obscuras” e “tornar distintas ideias essencialmente claras, mas cuja apreensão é mais ou menos difícil”. (Peirce, 1990, p. 232-233, 237).

O pensamento de Peirce (1980, 1982, 1984, 1986a, 1986b, 1990, 1993a, 1993b), incluindo pragmatismo e semiose, fundamenta tanto Organização-Cidade (Mac-Allister-da-Silva, 2001) quanto OrganiCidade, particularmente no que se refere à representação ou interpretação. Observo, a propósito, que embora não tenha conhecimento de qualquer referência de Grotowski (1933-1999) a Peirce (1839-1914), vejo semelhanças entre organicidade (Grotowsky, 1976) e semiose (PEIRCE, 1980, 1990; ECO, 2010), pois ambas se constituem em métodos de representação ou interpretação passíveis de serem igualmente caracterizados como espontâneos e, paradoxalmente disciplinados ou limitados, sendo assim, criativos, além de abertos, sem prescrições ou fórmulas, ou mesmo categorias, individuais ou específicos, libertadores, transgressores e provocativos.

Sob esse método esboçado nessa introdução, desenvolvo a interpretação de Organização-Cidade (Mac-Allister-da-Silva,

2001) e, mais especificamente torno mais claras minhas ideias sobre a relação entre organização e cidade e o modo como é construída essa relação. Também identifico falhas nessas ideias e construção, e provooco consequências práticas com essas mesmas ideias e construção. Essa interpretação é apresentada em duas seções - Organização-Cidade como representação; e OrganiCidade como representação de Organização-Cidade -, tendo a última também a função de conclusão.

Organização-Cidade como Representação

[...] chegamos, por fim, ao problema da Clareza que, mais do que qualquer outro na lógica, é mais praticamente vital. [...] Minha opinião atual continua a ser, substancialmente, a mesma de então, mas todos esses anos não se passaram sem que eu aprendesse algo de novo. Posso, agora, definir a proposição de uma forma mais precisa [...]; e posso enunciar as razões do método de um modo que, deve-se conceder, é mais científico, mais convincente e mais definidor que antes (Peirce, 1990, p. 32).

[...] nada [é] tão desanimador como uma explicação científica (Peirce, 1980, p. 76).

Tal qual OrganiCidade, Organização é um ícone que criei para representar a relação entre organização e cidade, de forma mais elaborada, a ponto de se constituir um conceito ou mais exatamente um constructo. Ao definir esse constructo procurei expressar toda a complexidade de seu significado e, em paralelo,

sua construção, mas o significado poderia ser definido como representação. (Mac-Allister-da-Silva, 2001)

Construí o significado de Organização-Cidade como representação com base na interpretação de três outros significados de representação: representação de cidade do tipo signo (Roncayolo, 1986); signo, semiose e pragmatismo (Peirce, 1980, 1982, 1984, 1986a, 1986b, 1990, 1993a, 1993b); e representação urbana (Ferrara, [197-], 1986a, 1986b, 1988, 1990, 1991, 1993a, 1993b, 1994, 1997).

O primeiro significado de representação é uma das categorias de análise do objeto cidade, definidas por estudiosos nos mais diversos campos de conhecimento e sistematizadas por Roncayolo (1986) como uma evolução. Cada uma das categorias compreende e supera a categoria que a antecede, isto na seguinte ordem: morfologia, população, funcional, cultural, política e representação. A representação ocupa a última posição e é a categoria mais evoluída, que pode compreender e superar todas as categorias que a antecedem, de modo que seus aspectos representativos podem envolver os aspectos morfológicos, populacionais, funcionais, culturais e políticos. (Mac-Allister-da-Silva, 2001)

Roncayolo (1986) divide a categoria representação de cidade em representação dos produtores e representação dos habitantes. A representação dos produtores refere-se a modelo urbanístico como sistemas de ideias dos produtores. A representação dos habitantes é de três tipos: imagem, que se refere a percepções visuais dos habitantes sobre a forma física criada antes pelos produtores; prática, que se refere aos

comportamentos dos habitantes; e signo, que se refere a signos, símbolos, discursos, linguagens que mediam a relação entre os habitantes e a cidade. (Mac-Allister-da-Silva, 2001).

Cada um desses quatro tipos - modelo urbanístico, imagem, prática, e signo -, nessa ordem, é analisado como uma representação mais evoluída de cidade por compreender e superar a antecedente. Analisando especificamente a representação de cidade do tipo signo, Rocanyolo (1986) considera que ela é uma possível síntese do conjunto de representações de cidade pela sua potencial superação da problemática dicotomia produtor-habitante; ressalta tratar-se de um jogo muito complexo, apesar do interesse que os métodos de linguística ou da semiologia despertam; questiona se esse jogo semiológico dará resposta a todo o problema; e conclui que a categoria representação, mesmo do tipo mais evoluído como signo e com todas as possibilidades que oferece, necessita ainda de desenvolvimento (Mac-Allister-da-Silva, 2001).

Ao tomar representação de cidade do tipo signo como o primeiro significado de representação observo que Rocanyolo (1986) ignora a existência de estudos sobre cidade como representação e, especificamente, como signo que são desenvolvidos com base em uma semiologia que não é linguística. Distingo duas semiologias ou semióticas ou ciências de signo em função de suas principais referências e de seus fundamentos: a imaginada por Saussure (1857 - 1913), um linguista suíço, que é uma teoria da língua na qual signo é uma entidade de dupla face, significante e significado; e outra criada pelo já citado Peirce (1839 - 1914), um filósofo norte-americano, que é uma teoria da linguagem em geral, na qual signo é produto

de uma relação indissociavelmente triádica de signo, objeto e interpretante. (Eco, 1980; Pignatari, [197-]) (Mac-Allister-da-Silva, 2001).

É na semiótica de Peirce (1980, 1982, 1984, 1986a, 1986b, 1990, 1993a, 1993b) que encontro o segundo significado de representação. Representação significa: signo, como "aquilo [signo] que, sob certo aspecto ou modo, representa algo [objeto] para alguém" e desenvolve, na mente deste alguém, "um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido [interpretante]" (Peirce, 1990, p. 46); semiose, como o processo de significação que envolve necessariamente a tríade signo, objeto e interpretante, e tende ao infinito; e pragmatismo, que associa o significado do signo e correlato limite da semiose a suas consequências ou seus efeitos práticos concebíveis, tendo como últimos interpretantes as práticas, os hábitos e especialmente as mudanças de hábitos. (Mac-Allister-da-Silva, 2001).

Quanto ao terceiro significado de representação, extraí da projeção que Ferrara ([197-], 1986a, 1986b, 1988, 1990, 1991, 1993a, 1993b, 1994, 1997) realiza da semiótica de Peirce (1980, 1982, 1984, 1986a, 1986b, 1990, 1993a, 1993b) e, mais especificamente, signo, semiose e pragmatismo, para o estudo de cidade como espaço urbano ou social.

A semiótica do espaço urbano ou do espaço social projetada por Ferrara (1993b, p. 230 – 232) não é "uma tentativa de aplicação da semiótica aos estudos urbanos", o que "seria uma simplificação mecânica da própria semiótica". Trata-se de "um esforço interdisciplinar de diálogo entre várias ciências que se ocupam do espaço social, no sentido de produzir não uma

explicação, mas uma interpretação que se apoia em percepções sensíveis do espaço social a fim de construir a sua inteligibilidade", isto é, "uma operação interdisciplinar entre o sensível e o inteligível". (Mac-Allister-da-Silva, 2001)

O objeto da semiótica do espaço urbano ou do espaço social por definição é o espaço urbano ou social, "considerado enquanto construído ou habitado, ou seja, enquanto transformado criativamente pelos grupos humanos"; e a linguagem que se manifesta nesse espaço, como "modo como se representam as suas transformações", isto é, "os sinais, as marcas que os processos de transformação social deixam no espaço e no tempo contando uma história não verbal que se nutre de imagens, máscaras, fetiches, que designa uma expectativa, um cotidiano, valores, usos, hábitos e crenças do homem que dinamiza o espaço social". (Ferrara, 1993b, p. 227 – 233) (Mac-Allister-da-Silva, 2001).

A complexidade desse objeto se evidencia ao ser definido por Ferrara (1986b) como texto não verbal, sendo esta denominação, por um lado, relativamente imprópria, porque o não verbal pode conter o verbal e, por outro lado, justificável, porque o não verbal não é dominado pelo verbal. A linguagem do espaço urbano ou social é, por definição, um texto não verbal, sendo a cidade o espaço privilegiado do não verbal.

O texto não verbal apresenta como características a fragmentação, a ausência de código, a não existência prévia de sintaxe e significado, a superação do emissor pela emergência do receptor como emissor, a imprecisão e a riqueza de informação. Para interpretação do texto não verbal assim caracterizado,

Ferrara (1986b, p. 26) propõe a leitura não verbal como: “uma maneira peculiar de ler: visão/leitura, espécie de olhar tátil, multissensível, sinestésico”, “uma leitura, se não desorganizada, pelo menos sem ordem preestabelecida, convencional ou sistematizada”, e que “aciona um processo de conhecimento a partir da experiência e do exercício cotidiano da sua prática: a capacidade associativa e a produção de inferências, conhecimento como interpretação” (Mac-Allister-da-Silva, 2001).

O método de interpretação do texto não verbal denominado leitura não verbal (Ferrara, 1986b) é desenvolvido como método de interpretação semiótica do espaço urbano ou social, da linguagem urbana e da cidade. Esse último método é denominado como representação urbana (Ferrara, 1993b).

O significado de representação urbana como método de interpretação semiótica se define em sua dimensão cognitiva e se evidencia nas consequências práticas concebíveis. Representação urbana é um "simulacro a expor as fissuras e contradições das cidades que desafiam o conhecimento e a ação", o que "exige um interpretante dinâmico, que, numa verdadeira operação cognitiva, deve processar-se entre aqueles signos que decorrem e representam o próprio urbano como objeto de conhecimento"; o que significa uma "interpretação cognoscitiva mais a ação que dela decorre". Representação urbana significa também as consequências práticas concebíveis da interpretação cognoscitiva, como ações e mudanças de hábitos; destacando-se as ações críticas científicas e políticas sobre a cidade. (Ferrara, 1993b, p. 259 - 260) (Mac-Allister-da-Silva, 2001).

O terceiro significado de representação é representação urbana como signos de representação do urbano, o que envolve signo, objeto e interpretante e se constitui como representações urbanas e, no seu conjunto, linguagem urbana; semioses, como processos de significação ou representação urbana; e método de interpretação de signos, representações, linguagens e semioses; sendo esse método também semiose, e ambos, semiose e métodos, influenciados pelo pragmatismo (Ferrara, 1993b; Mac-Allister-da-Silva, 2001).

Representação urbana por um lado resulta de uma série de interpretações qualificadas como cognoscitivas e em termos peirceanos denominadas de interpretantes lógicos. Cada interpretação dessa série é uma interpretação desenvolvida em relação à interpretação que a antecede, o que é peirceanamente denominado de interpretante desenvolvido. O limite dessa série de interpretações são as consequências práticas concebíveis dessa última interpretação que é representação urbana; e esses efeitos validam seu significado (Mac-Allister-da-Silva, 2001).

Por outro lado, representação urbana é o significado de representação e esse significado de representação é o significado de cidade e esse significado de cidade como representação é, por similaridade, o significado de Organização-Cidade. Cidade como representação e Organização-Cidade como representação foram assim igualmente definidas:

[..] representações e, no seu conjunto, linguagem (conhecimentos, cognições, signos) como processo e resultado de representação (conhecimento, cognição, semiose) sobre representações e linguagens anteriores (conhecimentos, cognições, signos anteriores) que

resultam em representações e linguagens posteriores (conhecimentos, cognições, signos posteriores) na forma de pensamentos e ações, hábitos e mudanças de hábito; tratando-se de representações de representações e, no seu conjunto, linguagens de linguagens (conhecimentos de conhecimentos, cognições de cognições, signos de signos) (Mac-Allister-Da-Silva, 2001, p. 165 - 166).

Esse significado de Organização-Cidade como representação atinge e extrapola seus limites nas consequências práticas concebíveis:

[...] foram verificadas as plausíveis ou possíveis consequências do uso desse último conceito de organização-cidade como "representação", sendo estas consequências sistematizadas em três ordens – das consequências que se circunscrevem a esta tese e são relativas ao conceito de cidade como organização, das consequências que extrapolam esta tese, se projetam para o campo dos estudos organizacionais e são relativas à produção de conhecimento sobre o objeto cidade no campo dos estudos organizacionais e das consequências que extrapolam esta tese e o campo dos estudos organizacionais, se projetam para a gestão organizacional e são relativas à gestão da cidade –, estando as consequências de cada uma destas ordens relacionadas com as consequências das outras ordens e sendo a soma das consequências de todas estas ordens, em síntese, o significado do conceito que assim se verifica (Mac-Allister-da-Silva, 2001, p. 180-181).

OrganiCidade como representação de Organização-Cidade

Do ponto de vista metodológico, isto é eficaz, pois confere ao ator o máximo de poder sugestivo [...]. Mas acima e além da eficácia metódica, uma nova perspectiva se abre para o espectador. [...] A expressão “para o espectador” implica num certo coquetismo, numa certa falsidade, numa barganha consigo mesmo. Devemos dizer “em relação ao” espectador ou, talvez, em lugar dele. É precisamente aqui que está a provocação. (Grotowski, 1976, p. 83).

Depois do enfrentamento do problema de clareza, ou da falta de clareza de minhas ideias sobre a relação entre organização e cidade e o modo como construí essa relação, busco identificar falhas nessas ideias e construção. Ao empreender essa busca identifiquei quatro falhas agrupadas duas a duas em função de suas características.

As duas primeiras falhas foram apontadas quando, no Doutorado em Administração da Universidade Federal da Bahia, UFBA, desenvolvi a tese intitulada Organização-Cidade: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais (Mac-Allister-da-Silva, 2001).

Uma falha apontada na defesa da tese foi sua não cientificidade, o que ilustra o comentário de um dos membros da banca, de que ele se esforçava para construir uma ciência e eu queria destruir essa ciência com um trabalho. Ele se referiu à ciência da administração, da qual eu, naquele momento, não poderia sequer pensar em escapar. Porém, a falha não estava no

conhecimento em administração, na sua maior ou menor pertinência a esse campo de conhecimento, e sim no modo de produção de conhecimento, ou seja, o que incomodou foi o método que adotei:

O que caracteriza a posição, em meio a reflexões e debates epistemológicos sobre o campo dos estudos organizacionais, assumida nesta tese é o conceito de conhecimento como signo ou, simplesmente, signo, isto é, todo e qualquer fenômeno mental que é e existe como signo.

Com base no conceito de signo, o campo dos estudos organizacionais torna-se absolutamente fragmentado em signos e assume a condição de "ciência propriamente dita" e orientada para o "fazer ciência", isto é, para a inovação do conhecimento.

Também com base no conceito de signo, define-se produção de conhecimento no campo dos estudos organizacionais como uma prática "semiótica" caracterizada por uma produção contínua de signos sujeitos à generalidade, mas passíveis de inovação, tendo, como estratégia de produção e inovação do conhecimento, o pragmatismo ou, mais exatamente o método abduativo ou abdução que rompe com a continuidade do conhecimento pautado na generalidade, o hábito, e faculta a inovação do conhecimento, a mudança de hábito, ao admitir hipóteses apenas plausíveis ou possíveis, desde que passíveis de verificação como interpretação (Mac-Allister-da-Silva, 2001, p. 86).

Na tese, todo meu esforço para explicitar minhas escolhas epistemológicas, ontológicas, teóricas e metodológicas não resultaram em suficiente clareza, nem convenceram esse membro

da banca e outras pessoas. Aqui reafirmo essas escolhas e, como sujeito, assumo de forma ainda mais explícita minha relação com o objeto.

Outra falha apontada quando da defesa da tese foi a ausência de um estudo empírico. Acusaram a falta de um objeto concreto e de um modelo com categorias de análise, procedimentos metodológicos que envolvessem técnicas de pesquisa, instrumentos de levantamento de informações, recursos de processamento quantitativo ou qualitativo das informações, forma de análise das informações levantadas e processadas, amostra ou universo, além de definição dos sujeitos.

Não bastaram a indicação e a realização de uma pesquisa bibliográfica e o delineamento e o desenvolvimento de uma interpretação, com base nessa pesquisa e a adoção do seguinte método:

O método abduutivo ou abdução , também segundo Peirce (1990, p. 215, 226, 232 - 237), rompe com a continuidade do conhecimento pautado na generalidade, afetando as premissas do método dedutivo e facultando a inovação do conhecimento, ao adotar como hipótese, "um ato de introversão (insight), embora de uma introversão extremamente falível", isto é, uma "sugestão" que advém "como num lampejo" e resulta, como todo e qualquer conhecimento que é sempre subsequente, de um conhecimento anterior, pois é "verdade que os diferentes elementos da hipótese já estavam em nossas mentes antes; mas é a idéia de reunir aquilo que nunca tínhamos sonhado reunir que lampeja a nova sugestão diante de nossa contemplação", admitindo essa hipótese "na ausência de

quaisquer razões especiais em contrário, contanto que seja capaz de ser verificada experimentalmente, e apenas na medida em que é passível de uma tal verificação".

A "verificação experimental" ou "verificação" ou "experiência", como ressalta Peirce (apud Ibri, 1992, p. 4), não deve ser aí entendida como "aquilo que diretamente é revelado pela arte observacional" e "está conectado e assimilado ao conhecimento já possuído e derivado de outro modo, recebendo, assim, uma interpretação ou teoria", mas como "interpretação em si mesma", isto é, "o inteiro resultado cognitivo do viver".

[...]

A esta altura conclui-se que o método abduutivo ou abdução é o que primeiro responde ao pragmatismo ou pragmaticismo por possibilitar, mais do que a produção, a inovação do conhecimento e correlata "mudança de hábito", isto é, a "ciência propriamente dita" e orientada para o "fazer ciência" (Mac-Allister-da-Silva, 2001, p. 85).

Não entenderam ou não aceitaram o método abduutivo associado ao pragmatismo peirceano que utilizei, nem as consequências práticas que indiquei; pois no entendimento dessas pessoas faltava um estudo empírico que aplicasse o suposto referencial teórico e validasse o constructo Organização-Cidade. Contudo, passados mais de dez anos, a tese continua apresentando consequências práticas como os estudos de Saraiva e Carrieri (2012) e Coimbra e Saraiva (2013). Destaco esses estudos não porque envolvem o que denominam de empírico, que se constituem de análises de cidades-objetos desenvolvidas sob a referência de Organização-Cidade (Mac-Allister-da-Silva, 2001) e de certa forma validam o constructo, mas especialmente por consistirem em interpretações de minha interpretação ou representação da relação entre organização e cidade.

Ao fazer a releitura da tese, identifiquei duas outras falhas, as quais, diferentemente das duas primeiras, parecem que passaram despercebidas das pessoas que conseguiram ler a tese. Digo conseguiram porque tanto o texto é de difícil leitura quanto tem sido difícil o acesso a esse texto, pois a versão digital sumiu da biblioteca na qual foi depositada e seu arquivo não foi devidamente anexado no banco de dissertações e teses do programa de pós-graduação nem no da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. Descobri esse problema de difusão da tese há algum tempo e oportunamente pretendo solucioná-lo.

Falhei ao delimitar o campo dos estudos organizacionais circunscrito ao campo da administração e, em paralelo, condicionar o significado de Organização-Cidade à instrumentalização da gestão. Como esse constructo já extrapolava os limites do campo da administração, o defini “no campo dos estudos organizacionais integrado a outros campos de conhecimento e, inclusive, ao campo da semiótica”, e “isto fora do domínio do campo das ciências sociais e, em particular, da sociologia e integrado a outros campos de conhecimento, principalmente aqueles que tomam o objeto cidade como objeto de estudo”. Também cometi um ato falho ao considerar a instrumentalização da gestão na ordem de consequências que extrapolavam a tese e o campo dos estudos organizacionais e se projetavam para a gestão organizacional, “consistindo nas consequências relativas à gestão da cidade” (Mac-Allister-da-Silva, 2001, p. 166 -167; 171-172).

Mantive essa concepção confusa do campo dos estudos organizacionais em publicações posteriores à tese, algumas

extraídas dela (Mac-Allister-da-Silva, 2001, 2002, 2003, 2004), Com o tempo clareei essa concepção, passando a identificar três configurações do campo dos estudos organizacionais: (1) como parte do campo da administração, (2) como equivalente ao campo da administração, e (3) como independente do campo da administração, podendo até contê-lo em função de sua abrangência. (Fadul & Mac-Allister-da-Silva, 2009), Hoje prefiro pensar em Organização-Cidade nessa última configuração do campo dos estudos organizacionais, concebendo cidade tão só como organização e a despeito de administração ou gestão.

A falha mais grave de minha tese tem a ver com o conceito de organização que introduzi como *organizing*:

Czarniawska-Joerges (1997a, p. 475 - 476) toma cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais aplicando o conceito de learning organizing a cidade e, principalmente, à gestão de cidade. [...]

Na definição do conceito learning organizing, Czarniawska-Joerges (1997a, p. 475 - 476) desdobra-o em três conceitos fundamentais ao desenvolvimento de sua reflexão, quais sejam: organizing, learning e translating.

No que se refere a organizing, Czarniawska-Joerges (1997a, p. 476) critica a enfática e precária noção de organização como uma entidade estável com limites, afirmando que a organização nada mais é do que, citando Knorr-Cetina, uma "ficção social" que requer várias "ficções de apoio", de ordem legal, econômica e técnica, e destacando, dentre as "ficções de apoio" à "ficção" da organização, a "estrutura organizacional" por considerar que as estruturas existentes – quer facilitem, quer dificultem os processos organizacionais – podem ser

mudadas, redesenhadas ou reconstruídas em função dos processos organizacionais que são dinâmicos, complexos e frequentemente invisíveis.

Czarniawska-Joerges (1997a, p. 476) define o conceito de organizing como a atividade de organizar ou ordenar, o que requer ações que são sociais e políticas, materiais e simbólicas, cognitivas e emocionalmente orientadas.

[...]

No que se refere a learning, Czarniawska-Joerges (1997a, p. 477 - 478) explicita que o conceito que utiliza na sua reflexão sustenta-se antes no que Rorty, por sua vez, conceitua como "neopragmatismo", também designado como "filosofia pragmática" e "teoria do conhecimento pragmática".

[...]

Também segundo Czarniawska-Joerges (1997a, p. 477 - 478) com base em Rorty, o que se configura é um "modelo [neo]pragmático de aprendizagem", no qual o conceito de learning é definido como um processo cognitivo que se caracteriza por ser ativo, isto é, um processo de busca, descoberta e experimentação; social, porque os aprendizes invariavelmente voltam-se para os outros no sentido de confirmar ou desqualificar suas descobertas, transformando a si mesmos e ao mundo, e regido pela linguagem, como um sistema simbólico de qualquer coisa, não necessariamente palavras.

[...]

Czarniawska-Joerges (1997a, p. 480) define finalmente o conceito de learning organizing, desdobrado nos conceitos de organizing, learning e translating, como um processo social de busca e experimentação, consistindo em construção mental que se realiza pela associação entre o desconhecido e o conhecido e tradução de experiências de

organização e aprendizagem de um contexto para outro (Mac-Allister-da-Silva, 2001, p. 23-26).

Observo a coincidência entre os trabalhos de Czarniawska-Joerges (1990a,1990b, 1996, 1997a, 1997b) e os meus trabalhos (Mac-Allister-da-Silva, 1994, 1998, 2001, 2002, 2003, 2004), no que se refere à utilização de pragmatismo para abordagem de cidade e organização. Conheci os trabalhos dessa autora apenas no Doutorado, no final da década de 1990, enquanto meu conhecimento de pragmatismo aplicado à cidade vem desde a graduação na década de 1980 e se aprofundou no Mestrado, no início da década de 1990. Minha concepção pragmática de cidade foi construída não com base nos trabalhos dessa autora, mas de Ferrara ([197-], 1986a, 1986b, 1988, 1990, 1991, 1993a, 1993b, 1994, 1997), e do pensamento não de Rorty (*apud* Czarniawska-Joerges, 1997a), mas de Peirce (1980, 1982, 1984, 1986a, 1986b, 1990, 1993a, 1993b). Contudo, nossas reflexões apresentam similaridades inclusive na concepção de cidade e organização como algo em constante processo de construção; o que ela traduziu em *learning organizing* aplicada a cidade (Czarniawska-Joerges, 1997a) e eu em Organização-Cidade como representação (Mac-Allister-da-Silva, 2001). Confesso que só agora, em 2015, estimulada por um comentário em uma banca de qualificação de um projeto de Doutorado sob minha orientação e pela leitura do texto Contribuições do Organizar (Organizing) para os Estudos Organizacionais (Duarte & Alcadipani, 2013), é que me dei conta de que organização no sentido de *organizing* é ainda uma novidade no campo da administração.

Falhei ao não desenvolver esse conceito de organização. Tomei esse conceito como premissa, desenvolvi o conceito de cidade como representação e, sem igualmente desenvolver o conceito de organização como representação, defini Organização-Cidade como representação (Mac-Allister-da-Silva, 2001).

Essa última falha supera a falha anteriormente identificada e anula as duas primeiras falhas apontadas por terceiros e por mim relativizadas. Ao identificá-la, exponho uma fragilidade do constructo e da construção de Organização-Cidade e, com essa exposição, evidencio a falibilidade de minhas ideias sobre a relação entre organização e cidade e o modo como construí essa relação. Essa exposição por um lado resulta da eliminação de obstáculos ou fontes de distúrbios na interpretação ou representação de Organização-Cidade e, por outro lado pode provocar outras interpretações ou representações. Eis aqui a provocação de OrganiCidade.

Referências

Coimbra, K. E. R. & Saraiva, L. A. S. (2014). Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o Quarteirão do Soul. *Economia & Gestão*, 14(37), 28-52.

Czarniawska-Joerges, B. (1997a). Learning organizing in a changing institutional order: examples from city management in Warsaw. *Management Learning*, 28(4), 475-495.

Czarniawska-Joerges, B. (1997b). Narrating the organization: dramas of institutional identity. Chicago: The University of Chicago Press.

Czarniawska-Joerges, B. (1996). Autobiographical acts and organizational studies. In P. Jeffcutt, R. Grafton-Small & S. Linstead (Org.). *Understanding management* (pp. 157-170). London: SAGE.

Czarniawska-Joerges, B. (1990a). Merchant of meaning: management consulting in the Swedish public sector. In B. R. Turner (Org.). *Organizational symbolism* (pp. 139-150). Berlin: De Gruyter.

Czarniawska-Joerges, B. (1990b). Linguistic artifacts at service of organizational control. In P. Gagliardi (Org.). *Symbols and artifacts: views of corporate landscape* (pp. 339-364). New York: Aldine Gruyter.

Delle Donne, M. (1983). *Teorias sobre a cidade*. Lisboa: Martins Fontes.

Duarte, M. F. & Alcadipani, R. (2013). Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXVII.

Eco, U. (2010). *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva.

Eco, U. (1980). *Tratado geral da semiótica*. São Paulo: Perspectiva.

Fadul, É. M. C. & Mac-Allister-da-Silva, M. A. (2009). Limites e possibilidades disciplinares da administração pública e dos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 13(3), 351-365.

Fischer, T. (1996). (Org.). *Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV.

Grotowsky, J. (1976). *Em busca de um teatro pobre* (2a ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Mac-Allister-da-Silva, M. A. (2004). A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 11(ed.esp). 171-181.

Mac-Allister-da-Silva, M. A. (2003). City-organization: a contribution towards a wider approach of the object city as a study subject in the field of organizational studies *Proceedings of European Group of Organisational Studies Conference*, Copenhagen, Denmark, 19th.

Mac-Allister-da-Silva, M. A. (2002). Fazer ciência no campo dos estudos organizacionais. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais*, Recife, PE, Brasil, II.

Mac-Allister-da-Silva, M. A. (2001). *Organização-cidade: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como*

objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Mac-Allister-da-Silva, M. A. (1998). Liquidação de metáforas. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Administração*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, XXI.

Mac-Allister-da-Silva, M. A. (1994). *Shopping center na subversão do consumo: uma versão da cidade do Salvador*. 1994. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Peirce, C. S. (1980). Escritos coligidos. In. V. Civita (Ed.). *Os Pensadores: Peirce e Frege* (2a ed). São Paulo: Abril Cultural.

Peirce, C. S. (1993a). *Semiótica e filosofia: textos escolhidos de Charles Sanders Peirce* (9a ed). São Paulo: Cultrix.

Peirce, C. S. (1990). *Semiótica* (2a ed). São Paulo: Perspectiva.

Peirce, C. S. (1993b). *Writings of Charles Sanders Peirce: a chronological edition*. Bloomington: Indiana University Press.

Pignatari, D. (197-). Uma ciência que ajuda a "ler" o mundo. In L. D. Ferrara & D. Pignatari. *Semiótica: manual de leitura AUP 415 e AUP 406*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Roncayolo, M. (1986a). Cidade. In F. Gil (Coord.). *Enciclopédia Einaudi* (pp. 397-487). Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576.

CAPÍTULO 3

Multiterritorialidades e relações de poder nas cidades

Patrícia Bernardo
Elisa Yoshie Ichikawa

As reflexões que apresentamos neste capítulo começaram durante a realização de uma pesquisa de inspiração etnográfica que buscou compreender como, em seu cotidiano, um grupo social específico territorializa a cidade. Ao todo foram nove meses entre os primeiros contatos, inserção, vivência e saída do campo estudado, durante o quais muitos questionamentos foram levantados ao observar o cotidiano de diversos atores e a convivência entre diferentes territórios. Uma das convivências que nos deparamos é do poder público atuando sobre os territórios dos grupos sociais, devido aos espaços em comum que atuavam. Esta relação entre poder público e os grupos sociais já era percebida desde o início do contato com as teorias e pesquisas sobre a temática das cidades. Diante disto, sempre nos fazíamos diversas indagações, quais sejam: será que os grupos sociais são

levados em consideração na construção dos espaços planejados? A cidade vivenciada pelos grupos é incorporada harmoniosamente à cidade planejada ou convivem em conflito? Ao ler os recentes estudos na área, e ao realizar a nossa pesquisa já citada, percebemos que, por vezes, as cidades não possuem uma estrutura considerada adequada para a realização de algumas práticas sociais. Quando ocorre isso, será que estes grupos encontram apoio para realizarem as adequações das estruturas? Ou ao contrário, são tratados com indiferença, ou mesmo são criadas dificuldades para as suas práticas? Diante de quais condições encontram este apoio/resistência e de que maneira isso ocorre?

Não temos a intenção de estabelecer uma discussão para achar soluções de gestão para a administração pública neste capítulo, mas gostaríamos de fomentar uma discussão sobre o assunto. Os grupos sociais são importantes para a construção do fenômeno cidade (teoricamente falando) e o estabelecimento dela (a construção real). Desta forma, há de se supor que eles são levados em consideração quando do seu planejamento. Mas será que isso é verdadeiro? A cidade realmente está sendo planejada visando as práticas de seus moradores ou isso está somente nos discursos políticos? São diversas perguntas, as quais não temos respostas prontas, mas propomos, com este capítulo, iniciar a discussão.

Expomos, então, os principais pontos das bases teóricas em que nos apoiávamos durante a realização da nossa pesquisa e o surgimento destas indagações. Em conjunto apresentamos os acontecimentos presenciados em campo que reforçavam as

indagações e apontamentos de outras pesquisas realizadas que, ao contrário de nos esclarecerem, nos enchiam de inquietações.

Territórios e territorialidades nas cidades

Tradicionalmente, questões relacionadas a cidades, territórios e territorialidades são estudadas pela Geografia, a tal ponto que são os pioneiros nos estudos sobre territorialidade (Raffestin, 1993; Ferreira, 2000). Mas, nas últimas décadas, outros campos vêm desenvolvendo trabalhos referentes a estas temáticas, como é o caso das pesquisas realizadas pelo campo dos Estudos Organizacionais. A partir desta possibilidade de estudos sobre as cidades dentro dos Estudos Organizacionais, um novo conceito proposto por Silva (2001) começou a ser trabalhado: o de organização-cidade. Neste conceito, a cidade é vista como uma organização social constituída por diversas organizações sociais e indivíduos não organizados, a qual confere e incorpora coletivamente processos individuais e uma cultura, sendo que isto resulta na formação de uma identidade cultural e em uma gestão que se refere à totalidade da cidade. Dentro desta concepção, aspectos sociais, econômicos, físicos, geográficos, morais, culturais, além da linguagem, da comunicação, do político-administrativo e do jurídico são mais abordados, tendo em vista a totalidade da cidade, bem como norteiam os estudos relacionados à gestão e aos processos que ocorrem dentro desta complexa organização que é a cidade.

À medida que esse conceito de organização-cidade foi sendo discutido, ampliou-se a percepção sobre o tema, e a

dinâmica simbólica passou a ser observada nos estudos (Saraiva & Carrieri, 2008, 2012), a qual permite uma melhor compreensão da vida social dentro das cidades. A dinâmica simbólica constitui no modo como os diferentes grupos dentro de uma organização “percebem, interpretam e se apropriam dos signos existentes, em uma contínua corrente de significados que ocorre simultaneamente aos processos formalizados de gestão” (Saraiva & Carrieri, 2008, p.7). Ao incorporarmos estes aspectos da dimensão simbólica ao conceito de organização-cidade, há a possibilidade de trabalhar, dentro dos Estudos Organizacionais, as práticas sociais realizadas pelos sujeitos na construção do seu cotidiano, pois se passa a compreender que as pessoas são responsáveis por empregar sentidos aos elementos, aos espaços e ações criando, dessa forma, novos significados que são mutáveis no decorrer do tempo.

Com isso, tem-se que as pessoas possuem grande responsabilidade pela construção, transformação e manutenção da cidade. Assim, as experiências individuais e coletivas que constroem a história de uma cidade estão relacionadas com as práticas vivenciadas nos diferentes espaços existentes dentro dela. São estes diferentes espaços que criam a heterogeneidade da cidade, pois são transformados de acordo com o estilo de seus habitantes e dos diferentes grupos que os frequentam, ou seja, quebram a homogeneidade e padronização que se procura ter ao estabelecer padrões em estruturas físicas e usos de espaços públicos por parte da gestão pública.

Mas o poder público também possui uma importante parcela na construção e manutenção da cidade. Por meio de seus agentes, ele é responsável pela criação dos espaços projetados, os

quais possuem uma finalidade primeira específica constituindo, assim, a cidade física, a qual é planejada, produzida e construída sob o seu domínio. Todavia, estes espaços projetados sofrem influências, direta e indiretamente, dos grupos sociais a sua volta, podendo, com isto, modificar a forma de consumo e o sentido primeiro empregado aos espaços (Coimbra & Saraiva, 2014; Lemos, 1994). Ao realizar estas modificações, os sujeitos estão recriando a cidade de acordo com as suas experiências e logo entramos na concepção da cidade experimentada, ou seja, os espaços são consumidos de acordo com os significados e sentidos compartilhados pelos seus frequentadores, promovendo diferentes usos ou contra-usos (Lemos, 1994; Leite, 2007).

Ou seja, cabe aos agentes do poder público, por exemplo, a construção, manutenção e controle sobre as vias públicas e praças. Todavia, indivíduos e grupos podem se apropriar simbolicamente destes espaços e delimitá-los e, com isso, ressignificá-los, estabelecendo novos sentidos e usos que podem estar distantes do sentido primeiro apresentado pela administração pública. Seguindo este exemplo, pode acontecer de grupos sociais ocuparem ruas para a realização de suas práticas, definindo novas regras e consumo do espaço, realizando controle de acesso, deixando marcas ou elementos que especificam o espaço como seu local de lazer e convívio, não mais espaços de passagem de transeuntes anônimos (Coimbra, 2013; Viegas, 2014; Bernardo, 2015), ou, ainda, as pessoas em situação de rua que ocupam praças e ruas modificam o sentido do uso ao estabelecerem uma relação de moradia nestes espaços (Honorato, 2014). Pode-se dizer que ocorre uma apropriação destes espaços por meio da vivência do cotidiano destes sujeitos, deixando de estarem somente sob o domínio do poder público.

Quando tratamos da dimensão de apropriação dos espaços, nos deparamos com as concepções de território e de territorialidade. Um território é, exatamente, formado a partir da apropriação, concreta ou abstrata, de um espaço por parte de um indivíduo ou um grupo que o organiza, usa e controla, restringindo o acesso ou o poder de terceiros sobre este delimitado espaço (Raffestin, 1993; Gregory *et.al.*, 2009; Fischer, 1997). Para que possamos definir que há a formação de um território, não basta que um espaço seja utilizado para interações sociais e que seus significados, funções e sentidos sejam modificados. É necessário que haja uma relação de posse, de apropriação por parte de alguém ou de algum grupo. Além disso, este sentimento de posse precisa ser externado por meio de ações que possuam um sentido social ou por meio de estruturas físicas que irão delimitar o espaço e controlar o acesso de pessoas (Santos, 2006; Fischer, 1997). Como dito anteriormente, essa posse do espaço pode ser legal ou abstrata, realizada por um grupo ou por um indivíduo, ou seja, um espaço pode ser apropriado por um grupo social de forma simbólica e este mesmo espaço pode pertencer ao poder público, duas apropriações ocorrendo de maneira conjunta. Quando encontramos esta situação, temos mais de um território sendo formado dentro do mesmo espaço; teremos o território constituído pelo grupo convivendo com o território do poder público e os elementos ou práticas de um podem interferir nos elementos e práticas do outro.

Com relação aos elementos citados que constituem um território, há os elementos fixos e fluxos. Os elementos fixos são aqueles já estabelecidos como pertencentes ao espaço, que possibilitam a realização de ações que modificam a dinâmica deste. Já os fluxos são aqueles que se relacionam com os fixos,

possibilitando, com isto, a modificação do significado e do valor tanto dos elementos como do espaço (Santos, 2006). Sobre estes elementos ocorre a atuação concreta dos atores sociais que frequentam os espaços. É por meio desta relação que ocorre a transformação, tanto física quanto de sentidos, bem como a construção dos limites que determinam as fronteiras e as diferenciações com os demais territórios.

Além dos elementos, Raffestin (1993) aponta a existência de atores que influenciam a construção de um território e a sua transformação, denominados atores sintagmáticos. Desempenhando o papel destes atores podemos encontrar tanto o Estado, Prefeitura, Associações como uma pessoa qualquer, tanto grandes organizações, como pequenos grupos informais. Ou seja, há diversos atores sintagmáticos e eles podem atuar de maneira pontual, por um período de tempo determinado ou de maneira contínua e nos variados níveis de intensidade. O autor ainda explica que estes atores estabelecem entre si uma relação de interdependência, onde ações praticadas por um ator afetam as ações dos demais, o que por consequência influencia, direta ou indiretamente, na construção e dinâmica do território. Então, podemos ter mais de um ator sintagmático atuando sobre o mesmo território, como por exemplo, agentes do poder público e membros de grupos sociais, Eles estarão influenciando a construção e dinâmica e também os elementos pertencentes ao espaço. Isto é possível porque a relação entre estes atores ocorre, principalmente, em espaços públicos e, ao observá-la, é possível perceber as relações de poder estabelecidas, de dominação e de resistência (Raffestin, 1993). Na visão de Coimbra (2013), as práticas destes atores estão revestidas de poder, bem como de sentidos e significados, pois estes fatores são importantes

delimitadores dos territórios, possibilitando observar a apropriação e o pertencimento, o que diferencia determinado espaço dos outros.

Além das influências destes atores, dentro dos limites territoriais há a produção de um sistema de sentidos e significados que atua sobre os elementos pertencentes ao espaço e norteia as práticas realizadas pelos sujeitos. Este sistema forma uma representação do que é considerado como o espaço apropriado, ou uma imagem do que se deseja para ele. Ao mesmo tempo em que ocorre esta produção, um campo de poder é instituído e isto pode ocorrer de modo declarado ou de maneira muito sutil. É possível perceber este poder por meio do controle realizado, seja das ações praticadas, do acesso ao território ou da demarcação dos limites. Tais limites podem ser especificados de modo visível e declarado, utilizando para isso a restrição de acesso ao espaço ou elementos físicos colocados como barreiras. Todavia, estes limites também podem estar restritos ao campo do conhecimento e sentidos, pois somente os que compartilham do conhecimento ou sentidos é que podem ser considerados detentores daquele território (Raffestin, 1993; Fischer, 1997).

Para Raffestin (1993), a estrutura e as práticas realizadas no território são as exteriorizações de uma estrutura internalizada pelos sujeitos. É como se no território houvesse uma encenação do que foi apreendido com os sistemas de significados e com a imagem do território já construída. Um fator importante sobre esta questão da estrutura internalizada e a estrutura exteriorizada, é a ligação deste ponto com a imagem territorial projetada e o território real. A imagem territorial projetada pode ser individual ou coletiva e é o que se planeja para o território (estruturas

externas, funções, elementos), e ela é influenciada, de maneira mais direta, pela estrutura internalizada, pelos sentidos compartilhados. Entretanto, nem sempre a imagem que se possui é o território real, ou seja, nem sempre o que se planejou é o que foi construído e realizado na prática. Isso pode acontecer devido à atuação de diferentes atores sobre o mesmo território, movidos por intencionalidades diversas e estabelecendo entre si relações de forças, que podem ser conflituosas (Raffestin, 1993). Os grupos sociais possuem uma imagem territorial projetada referente ao território que possuem. Todavia, o território real não será semelhante à imagem que construíram, pois sobre este território atuam as forças de cada um de seus membros, além de outros atores que convivem no espaço.

A formação de uma estrutura territorial, seja física ou restrita ao campo do conhecimento, tem por finalidade primeira a demarcação dos limites, concretos ou abstratos, e, conseqüentemente, a declaração da diferenciação deste território em relação aos demais (Raffestin, 1993). Os aspectos relacionados à constituição das estruturas e do território real, bem como a demarcação dos limites e a diferenciação, podem ser analisados por meio da compreensão das territorialidades existentes no espaço.

Adentrando no conceito de territorialidade, os estudos referentes ao assunto começaram com os naturalistas observando o comportamento dos animais, por volta de 1920. Vale ressaltar que somente após alguns anos iniciaram-se os estudos voltados a observar tais práticas na sociedade humana e que não houve uma busca por parte dos pesquisadores sociais em realizar definições sobre o termo (Raffestin, 1993). Existe, nos dias de hoje, um

conceito tradicionalmente aceito entre os estudiosos americanos sobre o que vem a ser territorialidade, no qual nos embasamos, que a especifica como “um fenômeno de **comportamento** associado à organização do espaço em **esferas de influência** ou em **territórios** nitidamente **diferenciados**, considerados **distintos e exclusivos**, ao menos parcialmente, por seus **ocupantes** ou pelos que os definem” (Hall *apud* Raffestin, 1993, grifo nosso).

Diante do conceito exposto, tem-se a territorialidade como um fenômeno comportamental relacionado aos espaços, aproximando da ideia de Raffestin (1993), de que ela é o reflexo das múltiplas dimensões vivenciadas dentro de um território por uma coletividade. Ou seja, a territorialidade constitui-se das múltiplas dimensões vividas dentro de um território e, para compreendê-la é necessário observar o comportamento daqueles que ocupam ou frequentam o espaço, sendo que pode ser caracterizado como comportamento das ações e relações estabelecidas, ressaltando que estas práticas podem ser utilizadas também como forma de exteriorizar os sentidos e significados compartilhados, as relações de poder e domínio no território.

A territorialidade está relacionada a questões identitárias, tanto individuais como do grupo, pois além do sentimento de posse, há o sentimento de pertença envolvido (Fischer, 1997; Leite, 2007; Coimbra & Saraiva, 2013). Aqui há claramente uma identificação e relação das pessoas com o espaço, a qual é fortalecida por meio dos sentidos e significados em conjunto com a experiência vivenciada. E este conjunto de sentimentos mais as relações de poder, conscientes e inconscientes, promovem modificações tanto nos territórios como nos sujeitos, sendo que

estas modificações podem ser intencionais ou não (Raffestin, 1993). Assim, o território é modificado pelas pessoas mas, da mesma forma, modifica a identidade delas por meio dos sentimentos envolvidos e das influências de dominação nas relações de poder.

Dentre as múltiplas dimensões vivenciadas na territorialidade há as práticas territoriais, as quais podem ser vistas como as ações praticadas em consequência do uso dos espaços e lugares, realizadas pelas pessoas que estabeleceram uma relação de posse e o demarcaram como seu território (Coimbra, 2013). Tais práticas são ações realizadas após a posse, legal ou imaginária, de um espaço. Assim, compreendemos que elas são resultantes da dinâmica de produção do sistema de significados e que estão permeadas de poder, concordando com a visão de Gregory e seus colaboradores (2009), de que os espaços não são neutros, possibilitando a existência de um campo de poder dentro do território.

As relações sociais são condições necessárias para que ocorram as práticas de territorialidade, pois as ações para demarcação de um território são realizadas com a finalidade de expressar a terceiros que aquele espaço, em particular, é posse de alguém ou de um grupo. É inevitável trabalhar a questão do poder quando observamos as relações sociais e o sentimento de posse e isto ocorre porque ao realizar ações que delimitam o acesso de pessoas a um espaço ou controlam os frequentadores, já estamos observando práticas e relações de poder. Entretanto, a existência de toda a dinâmica da territorialidade é possibilitada por haver um envolvimento de sentimentos, significados e uma identificação do sujeito ou grupo com o espaço.

Fischer (1997) é um dos autores que defendem que o comportamento dos indivíduos, dentro dessa dinâmica da territorialidade, também está relacionado a elementos identitários e de poder. Como consequência desta mescla, destes sentimentos e elementos, há o desejo de realizar a proteção do território. Então, ao demarcar um território está se declarando que aquele espaço está guardado e protegido e, por tal motivo, qualquer entrada sem autorização provocará uma reação de defesa (Fischer, 1997). São elementos físicos delimitando o espaço e convenções sociais regulando o comportamento de um grupo e mesmo a permanência de um indivíduo no local. Por exemplo, a rua, local público, é ocupada e tem sua função modificada ao ponto de um grupo definir quais regras serão seguidas e, em caso de descumprimento, quais serão as penalidades. Além disso, as práticas são limitadas pelo sistema de sentidos compartilhados pelo grupo. Ou seja, as ações possuem algum sentido e são respeitadas pelos membros do grupo social que frequentam o espaço. Àqueles que não pertencem ao grupo, cabe somente respeitar os limites impostos ou a punição, seja ela só simbólica ou moral (Coimbra & Saraiva, 2013; Bernardo, 2015).

Chegamos a um dos principais pontos que demonstra a existência da territorialidade em um espaço, a relação de inclusão e exclusão. Raffestin (1993) explica que a demarcação dos limites em conjunto com a posse, real ou simbólica, determinam o território. Todavia, para o autor, a territorialidade vai além da separação de um território do outro e salienta ser necessário que ocorram práticas que diferenciem este território dos demais. Esta percepção se aproxima da ideia apresentada por Soja (1971), sobre a alteridade existente na territorialidade, na qual aponta que

um território se distingue do outro devido às singularidades que possui. Isso pode acontecer por meio dos elementos, dos membros, dos sentidos compartilhados ou das próprias relações sociais estabelecidas em seu interior. E esta diferenciação pode promover, igualmente, a inclusão ou exclusão. Aqueles que compartilham dos sentidos empregados pelo grupo irão compreender as práticas realizadas e este será um dos fatores que determinará se tal sujeito pertence ao grupo social que detém a posse do território, ao passo que a não compreensão dos sentidos compartilhados é fator determinante para a exclusão do sujeito.

O reconhecimento e a afirmação de pertença ao grupo ligam o sujeito, em maior ou menor grau, ao sentimento de posse sobre o território que este grupo possui (Viegas, 2014; Honorato, 2014). Mas, o sentimento de posse é externado por meio de práticas e a pertença do sujeito a um grupo também. Assim, tais práticas são realizadas em um local onde existam as mínimas condições para a identificação e compreensão destas, ou seja, no território, pois nele há um contexto que permite esta dinâmica. Aqui retomamos um ponto próprio do território e da territorialidade: as relações sociais. O território é um dos locais apropriados para a realização das relações sociais, pois permite o encontro de diferentes pessoas, o que possibilita a formação das relações. Então, o território pode funcionar como mediador, ou facilitador, das relações sociais (Raffestin, 1993). E na territorialidade as relações sociais são essenciais, pois é por meio delas que as ações permeadas de poder são realizadas e os sentidos são compartilhados, o que promove o convívio e as mudanças no espaço e nas pessoas que pertencem ao grupo (Raffestin, 1993).

Diante do que foi apresentado sobre a territorialidade, é possível observar a existência de três principais pontos que ajudam na compreensão deste fenômeno. O primeiro está relacionado ao comportamento em relação ao espaço, ou seja, a interação dos sujeitos com o território e as relações sociais ali ocorridas. Outro ponto está relacionado à questão da identidade e estamos nos referindo à formação de uma identidade do espaço, bem como à influência que pode exercer na identidade dos indivíduos que o frequentam. E o terceiro ponto que ajuda na compreensão da territorialidade é a exclusividade, esta pode ser vista em dois sentidos: no primeiro sentido, o espaço pode ser público, mas a relação de posse sobre o território é para poucos sujeitos; e o outro sentido é referente à exclusividade do próprio território, no sentido de diferenciação dos demais (Coimbra, 2013; Soja, 1971). Todos estes aspectos podem ser analisados por meio das práticas sociais realizadas, principalmente, nos espaços públicos.

Neste sentido, Leite (2002; 2007), ao analisar o consumo e as práticas nos espaços públicos, salienta que podemos observar as diferentes manifestações de apropriação e preferências. E Coimbra (2013) ainda ressalta que a dinâmica urbana é influenciada diretamente pelas manifestações das identidades e intersubjetividades dos indivíduos e grupos sociais e que uma das influências diretas é a fragmentação da cidade. Ou seja, retomamos a ideia já apresentada de que a cidade é heterogênea, ocupada por diferentes territórios delimitados pelos significados e sentidos compartilhados pelos grupos que os frequentam, e nestes ocorrem as manifestações que os diferenciam dos demais. Assim, nos deparamos com a formação de grupos sociais dentro

das cidades e as suas manifestações nos locais públicos, criando e recriando territórios dentro do seu perímetro.

Dentre os locais públicos em que ocorrem estas manifestações temos as ruas, um espaço já marcado historicamente pela ocupação das massas para suas manifestações de resistências, culturais e de lazer (Bezerra, 2008; Lefebvre, 2002). Rachel Fontes Sodré (2008), ao realizar uma pesquisa sobre a prática de grafite nas ruas do Rio de Janeiro, também observa que as ruas são importantes locais de manifestações de grupos sociais. Elas são consideradas locais de encontro, mas também é possível se deparar com expressões que são envolvidas por significados e sentidos compartilhados pelos indivíduos pertencentes a um grupo social. Todavia, estas expressões não são somente ações de resistências declaradas, como passeatas em busca de reivindicações ou apoio; as ruas podem ser usadas como locais para a expressão cultural e de lazer. E ao realizarem estas práticas, os sujeitos estão compartilhando suas subjetividades e declarando suas identidades (Sodré, 2008). Temos então, novamente, que dentro de um espaço podemos encontrar a formação de mais de um território e que existem ações revestidas de poder que quebram a neutralidade do espaço e criam relações de poder.

Possíveis problemáticas das multiterritorialidades e relações de poder

Com estes principais pontos apresentados sobre os conceitos, algumas questões merecem um olhar mais atento e

uma delas se refere à coexistência de diferentes territorialidades em um mesmo espaço. Como dito anteriormente, em um mesmo espaço podemos ter a construção de mais de um território, cada qual com a sua dinâmica de territorialidade. Diante desta possibilidade, nos deparamos com o convívio de diferentes grupos que compartilham cada qual de um sistema de sentidos e de uma imagem territorial desejada, e realizam suas práticas baseados nesta estrutura internalizada. Com isso modificam o espaço e se influenciam mutuamente. Como isso ocorre?

Pode acontecer que o código ou sistema territorial que os grupos possuem não esteja declarado, mas ele está internalizado pelos membros e pode ser visível no processo de decisão e nas ações realizadas. Ele também conduz os processos sociais dentro do espaço e, por meio da sua compreensão, é possível conhecer os elementos pertencentes ao território, sua estrutura, seus limites e as relações de poder (Raffestin, 1993). Ressalta-se que este código é válido e influencia os elementos do território, o comportamento dos sujeitos que o frequentam e as suas práticas territoriais. Estas relações do sistema territorial podem ser observadas no território do poder público, seus agentes realizam práticas que estão permeadas de sentido e significado que são transmitidos de modo informal, mas devido à natureza deste território algumas práticas e sentidos específicos, são compartilhadas de maneira formal, estipulando os valores, critérios e procedimentos de tomadas de decisões, por exemplo. Entretanto, o poder público é um território que perpassa diversos territórios e, por isso, o seu sistema de sentidos e significados pode influenciar diversos espaços ocupados e territorializados, afetando as práticas territoriais de outros sujeitos ou grupos.

No entanto, o sistema compartilhado não é somente um importante responsável pela estruturação do território, mas ele pode funcionar como um mecanismo para assegurar o controle sobre o que pode ser distribuído, alocado ou possuído dentro dos espaços, bem como realizar a integração e coesão entre os territórios, promovendo um bom convívio (Soja, 1971). Além disso, Soja (1971) afirma que a observação do sistema ou código permite perceber a origem das relações de poder e ressalta que isso é possível, tanto internamente quanto entre os territórios, e pode-se diagnosticar se há dentro de um mesmo território mais de uma ordem ou poder estabelecido. Quando ocorre esta situação há a possibilidade de haver conflitos e disputas, em caso de divergências de interesses ou quando os detentores de poder se sentem ameaçados. Esses conflitos podem gerar transformações nos sentidos, e até nas estruturas, porque os significados empregados são modificados de acordo com os interesses dos sujeitos. Deparamos-nos, então, com as relações de poder e percebemos a intimidade entre a formação do sistema de sentidos compartilhados e o campo de poder quando estamos tratando de territorialidades.

Quanto a este processo de produção de sistema de sentidos e a imagem desejada, temos que os agentes do poder público tendem a atuar de maneira mais intensa durante a formação do espaço físico, quando especificam os sentidos por detrás dos elementos que já constituem a região e dos que estão sendo incorporados por meio de novas construções. Esta atuação ocorre baseada no sistema de sentidos compartilhados entre eles e no campo de poder em que estão inseridos. Mas a atuação também pode ocorrer durante processos que exigem sérias e grandes intervenções - como os de qualificação, revitalização,

reconstrução - que podem modificar as formas de consumo e as estruturas dos espaços. Quando acontecem estas intervenções, questiona-se: “Os grupos são vistos pelos agentes do poder público como elementos fluxos, passíveis de serem alocados em outras regiões?” ou “Como grupos territorializam o espaço como um campo de poder?” e, ainda, “Diante de quais situações a visão sobre os grupos é modificada?”

Dois acontecimentos relatados em pesquisas podem ilustrar o exposto nas linhas anteriores. O primeiro, relatado por Coimbra (2013), expõe os conflitos vivenciados por um grupo de *soul music* que se reunia há anos em determinada rua de Belo Horizonte/MG, que necessitou mudar para outra região depois de receber notificações da prefeitura. Mesmo após reuniões para negociação entre representantes, o grupo não conseguiu retornar para a região que ocupava, precisando, com isso, romper a relação de identidade com o espaço e estabelecer-se em outro espaço e com ele estabelecer novas relações. O segundo exemplo é apresentado na pesquisa de Shimada (2015) que relata parte do processo de qualificação que um bairro da cidade de Maringá/PR sofreu, onde vários moradores foram convidados a deixar o local e passassem a residir em outra localidade mais afastada. Tanto as pessoas que permaneceram, como as que foram embora, necessitaram passar por um processo de adaptação e reestruturação; ou seja, o poder público, de diferentes formas e em variados níveis, interfere nos espaços dentro da cidade e mesmo quando essa interferência afeta as práticas ou provoca a mudança de toda a estrutura, as decisões são apenas comunicadas, pouco discutidas com a intenção de compreender os grupos que frequentam ou habitam o espaço.

Quando nos deparamos com essas situações, temos a impressão de que aqueles que estão por detrás do poder público tratam os homens comuns, os que são considerados como “sem vez” ou sem tanto prestígio, como peças em um tabuleiro nos jogos para realizarem a administração pública. Não há a consciência, ou esta não é levada em consideração, de que estes grupos de pessoas não são somente elementos passíveis de serem realocados sem grandes prejuízos e que já estabeleceram uma relação com aquele espaço, e que também se sentem tão, ou mais, donos dele. Mas, nestes casos, as ações são tomadas com base nos interesses daqueles que pertencem ao poder público ou são grandes influenciadores dele, e nos sentidos que compartilham e compreendem como adequados e que tentam transmitir aos membros pertencentes aos outros territórios. Ao realizarem estas intervenções, é possível que ocorram conflitos entre as forças existentes no espaço por haver interesses divergentes, uma vez que vão afetar o território de outros grupos.

Sobre estes interesses, Raffestin (1993) explica que os interesses de um grupo podem ser expressos pela imagem criada do território, quer dizer, por meio da representação da realidade construída, sendo que a imagem ou representação pode ser manipulável pelo poder dominante. Não é possível dissociar a imagem ou representação criada e o território (Raffestin, 1993), pois o território só existe devido à intencionalidade que moveu a ação de apropriação e a representação é criada com base na intencionalidade, sendo que esta imagem é uma das responsáveis pela manutenção do sentido e significado do espaço. Quando observamos diferentes grupos construindo a sua territorialidade sobre o mesmo espaço, podemos verificar estas divergências de interesses e das imagens criadas, como no caso das ruas que o

grupo de *soul music* de Belo Horizonte/MG utilizava para a realização de suas práticas culturais e de lazer, e com elas estabeleceu uma relação de significados e sentidos, formando seu território em espaços onde já existiam outros territórios estabelecidos, como os comerciantes e o poder público. A partir do momento que as divergências das imagens criadas e dos interesses começaram a se tornar latentes durante a convivência dos grupos, os conflitos tornaram-se inevitáveis (Coimbra, 2013). Por mais que o poder público atuasse como um território de mediação dos conflitos que surgiram, o grupo de *soul music* foi retirado do espaço e os comerciantes tiveram seus interesses privilegiados em consideração ao outro grupo. Mas ao final, quem teve seus interesses privilegiados de fato, uma vez que quem decidiu e declarou como as práticas e quem permaneceria no espaço foi o poder público? Estaria o poder público desempenhando o papel de poder dominante do espaço? A mediação dos conflitos ocorre de maneira tendenciosa de acordo com seus interesses?

Leite (2002) afirma que as relações de poder e interesses existem desde o princípio da ocupação do território, e estão ligadas diretamente com a formação de sentidos e significados. E Carlos (1994) ainda ressalta que além da ocupação, a utilização do espaço também é movida por interesses que podem privilegiar elementos ou indivíduos em detrimento de outros, fortalecendo as redes de poder existentes no território. Diante disto, retomamos alguns pontos que observamos em campo durante a realização da nossa pesquisa, já mencionada. O grupo social estudado utiliza das ruas das cidades para a realização da prática do *Drift Trike*, modalidade esportiva e de lazer. Por isso, além das relações de poder internas do próprio grupo, que podem ser motivadas por

interesses divergentes, que levem a realizar ações que privilegiem alguns, possibilitando que obtenham benefícios ou a manutenção de poder, o grupo ainda necessita conviver com outros territórios estabelecidos no mesmo espaço ocupado. Vale lembrar que entre estes diferentes territórios há relações de poder concorrentes, como com o poder público.

Durante o tempo de realização da nossa pesquisa foi possível observar que o poder público é um território que perpassa as ações deste grupo social de maneira fundamental, chegando a restringir ou até a proibir a realização da prática do *Drift Trike*. Alguns casos podem ser usados como exemplo, como na cidade de Nova Trento/SC, local no qual a realização da prática exige que seja solicitada autorização dos órgãos responsáveis pela ladeira, os quais especificam o período e o dia que podem utilizar, por se tratar de uma região turística. Outro caso é a cidade de Cornélio Procopio/PR, onde a prática foi proibida, passível de ser penalizada com advertência por parte dos órgãos públicos. Mas, durante o período em que estivemos em campo, devido à insistência de reuniões e conversas com os representantes do poder público, houve uma liberação para a prática, desde que ocorra uma autorização prévia. No entanto, coincidentemente, os avanços nas conversas ocorreram em um período em que houve um aumento na divulgação da prática em programas televisivos e, de maneira sutil, um discurso de apoio ao esporte começou a ser lançado. Em outra cidade da região, Apucarana/PR, há divulgação em jornais da região por parte de órgãos do poder público de apoio ao *Drift Trike*. Isto geralmente ocorre sempre que a equipe da cidade participa de algum campeonato e consegue boas colocações. Todavia, durante o período que estivemos em campo, observamos que o maior apoio

destes órgãos estava restrito a autorizações de fechamento de vias públicas durante campeonatos e a concessão de um ônibus do município para os membros do grupo irem participar de campeonatos na região. Podemos, dessa forma, perceber sutilezas nas intervenções de apoio do poder público e a sua força de influenciar e modificar outros territórios baseando-se nos seus interesses.

Reflexões finais sobre o poder público e as multiterritorialidades

Diante do que expomos, vale retomar alguns pontos. A cidade pode ser vista como um campo formado por diferentes territórios, onde atores sociais atuam realizando a construção e reconstrução desta, por meio da vivência cotidiana individual e coletiva. Podemos perceber que o poder público é um território que perpassa os demais, influenciando sua dinâmica, sendo influenciado por eles e, dependendo da situação e do espaço ocupado, esta influência pode ser em maior ou em menor grau. Essa relação pode ser bem observada no convívio entre o poder público e os grupos sociais que ocupam espaços que possuíam como finalidade primeira atender a demandas coletivas de lazer e mobilidade. Por exemplo, quando grupos sociais ocupam ruas e região ao seu redor para a realização de suas atividades, estabelecem com esse espaço uma relação repleta de sentidos e um sentimento de posse, fazendo deste seu território, considerando tanto aspectos do espaço físico, como aspectos subjetivos ou abstratos. O convívio entre diferentes territórios, e a relação de influência mútua, pode ocorrer de maneira harmônica

ou com alguns conflitos, o que dependerá da imagem formada das relações de poder e dos interesses existentes nas relações e ações.

Como visto anteriormente, cada sujeito ou grupo produz uma imagem ou uma representação daquilo que espera para o território que ocupa, sendo que esta imagem é construída com base nos sentidos e significados internalizados, bem como na vivência experimentada naquele espaço. Todavia, há outro fator que influencia na produção da imagem que engloba os interesses que movem as ações. Segundo Raffestin (1993), estes interesses podem ser manipuláveis pelo poder dominante e neste ponto é possível que ocorram conflitos. Se em determinado espaço temos as forças de poder público e os interesses de um grupo de comerciantes convivendo com grupos sociais que o utilizam para o desenvolvimento de suas práticas, caso ocorram grandes divergências em relação às imagens construídas e aos interesses dos grupos, teremos disputas pelo poder e conflitos territoriais, já mencionados anteriormente. Neste caso, o poder público pode atuar como mediador. Todavia, a sua mediação também será movida por interesses que podem privilegiar elementos ou indivíduos em detrimento de outros. Ao notar situações em que ocorrem essas intermediações, percebemos que o poder público observa os grupos sociais e procura meios para atender a sua demanda. Mas, quais grupos? Em quais interesses suas intervenções no espaço se baseiam?

Além disso, quando nos deparamos com estas influências do poder público, podemos nos questionar: “Será que os grupos sociais acatam em silêncio e sem contestar as ordens do poder público e as obedecem piamente?” ou “ Por meio da dinâmica da territorialidade que constroem no seu cotidiano, é possível criar

uma aparente submissão?” ou ainda, “Mas de fato existem pequenas subversões que permitem que os sujeitos ressignifiquem aquilo que foi imposto?”

Vale repetir que quando estamos tratando de territorialidade, estamos nos referindo a múltiplas dimensões vivenciadas dentro do território e, indo além, que esta vivência organiza o espaço, podendo esse espaço se referir a territórios da área geográfica ou a esferas de influência. Ademais, a territorialidade está relacionada a questões identitárias individuais e do grupo, havendo, então, sentimentos de pertença, além dos de posse, envolvidos (Fischer, 1997; Leite, 2007; Coimbra & Saraiva, 2013). Deste modo, podemos encontrar a formação de diferentes territorialidades sobre o mesmo espaço, com diferentes grupos sociais atuando no mesmo território. Mas estas territorialidades não atuam somente sobre um espaço. Como no caso do poder público, temos que este território, por se estabelecer, majoritariamente, nas esferas de influência, transcorre nos mais variados espaços dentro das cidades.

Ao final dessas reflexões, mais indagações surgiram: “Podemos falar de uma territorialidade do poder público nas cidades ou uma territorialidade que influencia as cidades?”; “O poder público chega a estabelecer relação de vínculo ao ponto de envolver sentidos e sentimentos com os espaços da cidade, tanto com os físicos como com os subjetivos?”; “A territorialidade do poder público não estaria estabelecida no espaço político e, a partir disso e por isso, teria a capacidade de influenciar os demais territórios nas cidades?”; “Os interesses que movem as ações do poder público estão relacionados ao campo político ou aos espaços da cidade?” “Se os interesses estão relacionados ao

político, como afirmar que o desejo é de atender a cidade e aos grupos que a formam?”

Se o poder público pode ser visto como um território firmado na esfera de influências, compreendemos que sua territorialidade também é construída na política. Dessa forma, é possível considerar a cidade como um lócus onde essa territorialidade é mais visível. Isto ocorre porque a cidade real é o reflexo da cidade subjetiva, abstrata e simbólica construída pelos que detinham (e detêm) o poder, sendo que o poder público desempenha papel fundamental para essa construção. Se o poder dominante criou a imagem de uma cidade linda, sem favelas, sem pobreza, haverá uma disseminação de discursos para que esta imagem também seja assimilada pelos demais moradores da cidade. Por meio da disseminação destes discursos há a internalização dos sentidos e significados que passam a ser compartilhados pelas pessoas. Quando isso ocorre, as ações praticadas tendem a ser motivadas por essa imagem e teremos, claramente, essa exteriorização da cidade simbólica e, quanto mais há a exteriorização, mais há o reforço no processo de internalização da imagem criada.

Entretanto, se durante esse processo algum elemento, espaço ou território é considerado como divergente do esperado, ou mesmo empecilho para a exteriorização da imagem criada pelo poder dominante, são tomadas ações para eliminar ou mascarar essa divergência. Geralmente, cabe ao poder público realizar essas intervenções que manterão a construção da cidade idealizada pelo poder dominante. Então, mais indagações podem ser adicionadas: “Movida por quais interesses há essa intervenção do poder público?”; “Ele intervém na construção da cidade

visando atender a quem e quais grupos são observados?”. Não questionamos com a intenção de fazer julgamento de valor mas como forma de nos levar a aprofundar em discussões sobre o papel do poder público na formação das territorialidades nas cidades.

Referências

Bernardo, P. (2015). *Cotidiano no trike e territorialidades na cidade*. Dissertação de mestrado, Universidade estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

Bezerra, A. C. A. (2008). Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. *Espaço e Cultura*, 23, 7-18.

Carlos, A. F. A. (1994). *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP.

Coimbra, K. E. R. (2013). Dinâmica territorial urbana: análise do movimento Quarteirão do Soul em Belo Horizonte. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Coimbra, K. E. R. & Saraiva, L. A. S. (2014). Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o Quarteirão do Soul. *Economia & Gestão*, 14(37), 28-52.

Coimbra, K. E. R. & Saraiva, L. A. S. (2013). Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento Quarteirão do *Soul*. *Gestão & Regionalidade*, 29(86), 34-46.

Ferreira, L. F. (2000). Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Revista Território*, 5(9), 65-83.

Fischer, T. (1997). A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle. *Revista de Administração Pública*, 31(3), 74-88.

Gregory, D., Johnston, R., Pratt, G., Watts, M., & Hatmores, S. (2009). (Ed.) *The dictionary of human geography* (5th ed). Singapore: Wiley-Blackwell.

Honorato, B. E. F. (2014). *Ordem e subversão nas cidades: um estudo sobre a população em situação de rua de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Lefebvre, H. (2002). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG.

Leite, R. P. (2002). Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 115-172.

Leite, R. P. (2007). *Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea* (2a ed). Campinas: UNICAMP.

Lemos, C. B. (1994). Construção simbólica dos espaços da cidade. In R. L. Monte-Mor (Coord.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH.

Silva, M. A. M. (2001). *Organização-cidade: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (4a ed). São Paulo: EDUSP.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46(2), 547-576.

Saraiva, L. A. S. & Carrieri, A. P. (2008). Simbolismo e dinâmica nas organizações. *Anais do Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD*, Belo Horizonte, MG, Brasil, V.

Shimada, N. E. (2015). *Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade: a territorialização do bairro Santa Felicidade pelos seus moradores*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

Sodré, R. F. (2008). *Tintas nos muros: um estudo sobre a produção de grafite no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado,

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Soja, E. W. (1971). *The political organization of space*. Washington: Association of American Geographers.

Viegas, G. C. F. S. (2014). *Dinâmica urbana e pichação: entre preto fosco e tons de concreto há quem prefira outras cores*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

CAPÍTULO 4

Sobre favelas enquanto campos de poder e a (des)organização do espaço social

*Vanessa Brulon
Alketa Peci*

Introdução

Talvez uma das obras mais emblemáticas no que se refere às favelas seja o livro *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*, escrito pela autora Licia Valladares, no qual são retratadas as diferentes representações sociais associadas às favelas. A obra surpreende quando Valladares (2005) nos fala sobre a invenção da favela. Mas, quando se sobe o morro logo se sente na pele o que a autora nos mostra em palavras: “essa favela tão evidente é, de certo modo, uma favela ‘inventada’” (Valladares, 2005, p. 21). As diferentes representações sociais da favela que foram sendo construídas ao longo do tempo determinam o que hoje os moradores do asfalto entendem como

“favela” (Valladares, 2005). Os incontáveis estereótipos atrelados à palavra compõem uma carga muito pesada que nos inibe de subir o morro, que nos mantêm presos à favela que inventamos².

Nesse processo de construção da favela, naturaliza-se o uso do singular e a palavra “favela” passa a representar todos esses territórios como iguais e unitários (Valladares, 2005). A ideia de homogeneização desses territórios é cada vez mais reforçada frente a propostas como a tese da “cidade partida” (Ventura, 1994), em que a favela (no singular) representa “a outra metade da cidade” (Valladares, 2005). Lógica conveniente, que muitas vezes serve para justificar um tratamento igual a territórios tão diversos (Valladares, 2005).

Em um contexto de fragmentação do território (Santos, 2008), característico do momento atual, torna-se possível encontrar espaços às margens do Estado, que se apresentam como periferias onde as pessoas são insuficientemente socializadas nas leis (Das & Poole, 2004), onde o Estado não se faz presente da mesma forma e na mesma intensidade (Asad, 2004). Dito de outra forma, a presença do Estado não é homogênea em todo o território nacional (Machado da Silva, 2008a). No contexto brasileiro em geral e, em particular, no Rio de Janeiro, os espaços às margens do Estado podem ser representados principalmente pelas favelas,

² Mesmo os moradores do asfalto que sobem a favela, como os turistas, por exemplo, sobem, em geral, uma favela inventada, sem a intenção de desconstruí-la. Os carros de “Safári” utilizados para transportar os turistas ilustram bem essa situação.

historicamente identificados como a expressão de antítese da ordem pública (Strozemberg, 2009).

Enquanto espaços às margens do Estado, as favelas passaram a assumir uma lógica própria, tendo disputas e cooperações internas como suas próprias regras de funcionamento. É nesse sentido que se busca aproximar aqui as favelas da noção de campos de poder. O conceito de campo parece trazer luz aos processos de organizar desempenhados nas favelas, e aos seus efeitos na materialidade do espaço, capazes de emitir um sentido de desorganização. Para melhor explorar esta problemática, nos propomos aqui a analisar a relação entre a dinâmica do campo das favelas e os seus processos de organizar.

Sobre favelas

Não é difícil perceber, quando se chega a uma nova cidade, onde estão os espaços reservados aos considerados “marginais”, muito embora as fronteiras entre estes e outros espaços sejam muitas vezes imprecisas. As grandes cidades, desde sua origem, sempre procuraram destinar espaços, geralmente às margens (Das & Poole, 2004), aos “excluídos” ou “menos favorecidos”.

Durante o Século XIX, eram os cortiços que ocupavam o papel de lugar de pobreza e serviam como moradia para aqueles que na época eram considerados membros de uma “classe perigosa” (Valladares, 2005). Portanto, os cortiços tinham a eles associada a ideia de “antro da vagabundagem e do crime, além de

lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral” (Valladares, 2005, p. 24). Por isso, eram com frequência alvo dos discursos médicos e higienistas, o que muitas vezes desencadeava a adoção de ações por parte dos governos (Valladares, 2005). Um exemplo, talvez dos mais emblemáticos, foi a demolição do famoso cortiço “cabeça de porco”, no final do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro (Valladares, 2005).

Segundo Valladares (2005), alguns estudos sugerem que os cortiços podem ser considerados o “germe” da favela. Conforme os cortiços foram perdendo seu lugar de destaque dentre aqueles preocupados com o higienismo, a partir do início do século XX, as favelas vão, pouco a pouco, assumindo esse lugar (Valladares, 2005).

A acelerada disseminação de favelas no Brasil teve início no fim do século XIX, quando foi formada a primeira aglomeração urbana que recebeu esse nome na cidade do Rio de Janeiro, no Morro da Providência (Oliveira, 1985). O Morro da Favella, como inicialmente era chamado, surge a partir da instalação, iniciada em 1887, de combatentes de Canudos que tinham por finalidade exercer pressão para que o Ministério da Guerra pagasse a eles o que os devia (Valladares, 2005). Não há consenso, entretanto, em relação à origem do nome. Conforme explica Valladares (2005), embora alguns defendam que o nome advém da planta favella, comum no morro da Favella situado na Bahia, e também encontrada no morro carioca que recebeu este nome, outros defendem que o Morro da Favella localizado na Bahia foi um local de resistência dos combatentes durante a guerra de Canudos.

Aos poucos a denominação “Morro da Favella” passou a ser estendida para qualquer aglomerado de barracos sobre terrenos invadidos, que não contavam com serviços públicos (Valladares, 2005; Oliveira, 1985). Embora, conforme relata Valladares (2005), já existissem outras aglomerações semelhantes ao Morro da Favella, foi este último que entrou para a história a partir de sua relação com Canudos e teve seu nome associado ao fenômeno em geral.

No início do século XX, as favelas começaram a se expandir e a se tornar “visíveis” (Oliveira, 1985). Embora esse processo tenha sido iniciado nos anos de 1930, é nos anos 1950 a 1960 que começa uma expansão descontrolada das favelas (Valladares, 2005). Segundo Pino (1998), foram principalmente problemas como inflação, desemprego, bem como altos preços de aluguéis que levaram a este quadro. As favelas foram se constituindo como parte da evolução urbana de algumas cidades do Brasil, como Belo Horizonte, Recife, Salvador e Brasília (Silva, 2009). Agravado pela tendência migratória para centros urbanos, o crescimento das favelas acelerou-se, e, em 1950, 7% da população total da cidade do Rio de Janeiro morava em favelas (Oliveira, 1985).

As favelas têm sido tradicionalmente definidas a partir de uma lista de características que se propõem comuns e generalizáveis a todas as favelas e que, em geral, retratam um cenário de precariedade. Segundo Maricato (2001), por exemplo, o termo “favela” refere-se a regiões marcadas por uma situação ilegal de ocupação do solo, na qual o morador não tem direito legal sobre a terra que ocupa, podendo ser despejado a qualquer momento. A autora as caracteriza como regiões sujeitas à

exclusão urbana, já que são mal servidas pela infraestrutura e serviços urbanos, como os de água, esgoto ou transporte.

A partir de suas definições correntes, as favelas são caracterizadas como espaços fortemente marcados por uma lógica de ausências, e historicamente definidos a partir daquilo que não têm ou não são (Observatório de Favelas, 2009). Como explicam Zaluar e Alvito (2006), a partir destas definições, as favelas acabaram sendo associadas a uma imagem de carência, falta, vazio. Cavalcanti (2007) destaca os termos “pobreza” e “ilegalidade” como aqueles que, historicamente, passaram a constituir a essência da maior parte das definições da palavra “favela”.

A caracterização das favelas como espaços carentes, precários em uma série de aspectos, além da carga pejorativa que acaba por associar a esses espaços, leva a uma falsa ideia de homogeneidade entre os diversos territórios denominados de favela. Para Valladares (2005, p. 151), ao se pensar a favela no singular, acaba-se reduzindo “um universo plural a uma categoria única” e negando as diferenças de natureza sociológica que existem entre elas. Como lembra Cavalcanti (2009), diversos estudos já mostraram que as características tradicionalmente suscitadas para definir o que são as favelas já não são mais capazes de retratar a diversidade de realidades que hoje estão atreladas à palavra “favela” e que por ela se pretende representar. O Observatório de Favelas (2009), uma organização social de pesquisa que se dedica à produção de conhecimento sobre favelas e fenômenos urbanos, em relatório resultante do seminário “O que é favela, afinal?”, realizado em 2009, defende que esses

espaços devem ser definidos a partir daquilo que eles são, e devem ser reconhecidos em sua especificidade sócio-territorial.

Mesmo em sua diversidade, os territórios de favelas possuem em comum uma importante característica: o nome a eles atribuído. Em decorrência do nome que compartilham, os territórios chamados favelas passam também a compartilhar uma série de estereótipos e estigmas que as levam a receber um tratamento comum.

Como bem mostra Valladares (2005), a favela foi inventada. Não obstante a concretude que a favela parece ter, retratada por estatísticas diversas e por sua frequente presença nos noticiários, uma série de representações sociais a respeito da favela foi sendo construída nos últimos 100 anos (Valladares, 2005). Em sua obra *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*, Valladares (2005) retoma às representações sociais da favela desde sua origem, e mostra como esta passou de um problema a ser solucionado, alvo de um discurso médico-higienista, a um problema que exigia administração e conhecimento e até mesmo à solução. Mostra, ainda, o surgimento da favela como objeto de interesse das ciências sociais e como as inúmeras pesquisas, que foram sendo desenvolvidas principalmente desde a década de 1950, ajudaram a desencadear uma série de dogmas sobre os territórios de favelas.

À favela inventada, aos poucos foi sendo associada a uma noção de marginalidade, que se originou de uma diversidade de perspectivas que compõem o que ficou conhecido como teoria da marginalidade desenvolvida, principalmente, a partir da década de 1960 (Valladares, 2005). Como explica Valladares (2005), a

teoria da marginalidade articulou-se à ideia da existência de uma “cultura da pobreza” e passou a ser associada a espaços urbanos “marginais”, segregados do restante da cidade, como eram consideradas as favelas.

Em artigo originalmente publicado em 1967, Machado da Silva (2011) já chamava atenção para a ideia de marginalidade expressa em uma das vertentes que estudam as favelas. Segundo o autor, a perspectiva que tem o intuito de propor soluções para o “problema social” das favelas, tem por trás a crença de que é preciso integrar a favela ao restante da cidade, de que a favela funciona como uma entidade autônoma, autonomia esta “expressa em termos de uma ‘marginalidade’ sociopolítica e econômica” (Machado da Silva, 2011, p. 699). O autor apresenta uma visão crítica a essa posição e defende, em primeiro lugar, que ao partir de uma ideia de favela como algo isolado, essa vertente ignora os vínculos que esta estabelece com o sistema global. Machado da Silva (2011) aponta, ainda, que a compreensão da favela como “marginal” leva a uma postura assistencialista e também dá margens à imposição de valores das classes dominantes como forma de solucionar os seus problemas.

Uma síntese do debate em torno da Teoria da Marginalidade, que também se apresenta como uma crítica a esta teoria, foi apresentada por Perlman (2002) no livro *O mito da marginalidade*. Embora tal livro tenha recebido muito destaque em âmbito nacional e internacional, Valladares (2005) lembra que a crítica que a autora traz à teoria da marginalidade não é original ou pioneira, mas segue, isto sim, o trabalho de outros autores, brasileiros e americanos, como o próprio Machado da Silva (2011), que já haviam discutido a questão.

Ao discutir o “mito da marginalidade”, Perlman (2002) nos mostra que há um conjunto de estereótipos atrelado às favelas, de tal forma generalizado, que constitui uma ideologia utilizada para justificar as políticas das classes dominantes voltadas para as favelas. A partir de uma revisão das escolas de pensamento que se desenvolveram em torno da noção de marginalidade, Perlman (2002) chega a um “tipo-ideal” da subcultura marginal, que representa a figura do favelado como um indivíduo caracterizado como desorganizado e isolado, pobre, desintegrado da vida política da cidade ou que assume uma postura de radicalismo de esquerda, para mencionar alguns dos seus traços.

A partir da visão dicotômica da cidade, incentivada pela teoria da marginalidade e anos mais tarde reforçada pela tese da “cidade partida” (Ventura, 1994), as favelas, pensadas de forma unitária, recebem até hoje estereótipos diversos que mudam de acordo com o contexto histórico e social, e que as marcam como espaços isolados da cidade que precisam, com urgência, ser a ela integradas.

Método

A coleta de dados se deu por meio de uma pesquisa de campo de inspiração etnográfica com duração de um ano e 4 meses, de janeiro de 2013 a abril de 2014, em duas favelas cariocas com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), selecionadas com base nos seguintes critérios: localização em duas diferentes regiões da cidade (zona norte e zona sul);

acessibilidade. A pesquisa de campo foi realizada, por uma das autoras deste artigo, por meio de observação participante, de inspiração etnográfica. Conforme explicam Emerson, Fretz e Shaw (1995, p. 1), a etnografia “*involves the study of groups and people as they go about their everyday lives*”. Portanto, para a realização de uma pesquisa etnográfica, o pesquisador precisa se aproximar de seu objeto de pesquisa, o que significa não apenas uma proximidade física e social, mas também uma verdadeira inserção no mundo daqueles outros que se está pesquisando (Emerson, Fretz & Shaw, 1995).

A observação participante de inspiração etnográfica é, em geral, complementada com outras formas de coleta de dados, que permitem ao pesquisador conferir os resultados obtidos por meio da observação (Sanday, 1979). Nesse sentido, realizamos entrevistas com moradores de favelas, meus principais interessados, mas também com representantes do Estado inseridos nas favelas, que possuíam convívio diário com os moradores de favelas e faziam parte da rotina da favela. Nesse sentido, 91 pessoas foram entrevistadas e as entrevistas tiveram duração média de 2 horas.

Vale ressaltar que as entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado. Os moradores entrevistados foram selecionados a partir da observação que possibilitou identificar lideranças comunitárias, e pessoas que possuíam maior interação com alguns agentes do campo burocrático do Estado. Além disso, ao final de cada entrevista foram pedidas indicações de pessoas a serem entrevistadas. Os agentes do Estado foram selecionados também por meio de observação, e nos casos em que os programas possuíam poucos representantes nas favelas, buscou-

se entrevistar todos eles, caso do PAC, UPP Social e Territórios da Paz. Foi adotado o critério de saturação para selecionar a quantidade de pessoas entrevistadas, ou seja, os dados foram coletados até que todas as categorias estivessem saturadas e nenhum dado novo ou relevante parecesse surgir (Strauss & Corbin, 2008).

Os dados obtidos por meio da pesquisa de campo foram analisados com base em teoria fundamentada (ou *grounded theory*), conforme propõe Strauss e Corbin (2008). O termo “teoria fundamentada” refere-se a uma teoria que surge com base em dados, reunidos e analisados de maneira sistemática, por meio de um processo de pesquisa (Strauss & Corbin, 2008). O objetivo deste tipo de análise é possibilitar que, com base nos dados, parta-se da descrição para um ordenamento conceitual, que se constitui na organização dos dados em categorias segundo suas propriedades e suas dimensões, para a produção de teoria, ou seja, um conjunto de conceitos desenvolvidos e relacionados por meio de declarações de relações.

Para nos engajarmos neste tipo de análise, contamos com o auxílio do software Atlas.ti 7³, que me ajudou a lidar com as mais de 3.200 páginas de dados. Com auxílio do software, seguindo as etapas de análise sugeridas por Strauss e Corbin (2008), iniciamos o nosso processo de análise de dados a partir da microanálise, ou seja, da análise detalhada, linha por linha, de cada documento de nota de campo ou de entrevista transcrita, produzindo, a partir daí as primeiras categorias, que se

³ Vale ressaltar que o software foi utilizado apenas para facilitar a organização da grande quantidade de dados, porém não recorri às ferramentas de codificações automáticas disponíveis no software.

configuraram enquanto categorias iniciais. Tendo em vista que o processo de análise não é um processo estático ou rígido, mas envolve a liberdade e criatividade do pesquisador, na microanálise já são realizadas tanto a codificação aberta, quanto a axial. Nesse sentido, na primeira leitura detalhada buscou-se identificar temas persistentes, aspectos chave, que pudessem ser organizados em categorias, bem como a forma como eles estavam relacionados. Busquei organizar estes dados empíricos recorrentes em códigos, que também foram influenciados pelos meus pressupostos de pesquisa.

Após a primeira etapa de microanálise, seguiu-se uma nova etapa voltada para uma codificação seletiva, ou seja, para a integração e refinamento de teoria às categorias, para a formação de um esquema teórico maior. Nesse sentido, ainda com o auxílio do software Atlas.ti 7, nos voltamos novamente à leitura dos dados, buscando elevar as minhas categoriais a um nível teórico. A aderência conceitual das categorias produzidas ajudou a validá-las enquanto categorias teóricas.

Uma importante parte da teoria fundamentada diz respeito à validade das categorias construídas. Uma das formas de conseguir esta validade é por meio da apresentação e discussão destas categorias construídas com outros pesquisadores, para verificar o seu sentido e incorporar estas sugestões. Seguindo esta lógica, ao longo de todo o trabalho, as categorias foram compartilhadas entre as duas autoras deste artigo, para que este papel de validação fosse cumprido, sugerindo categorias novas e eliminando outras. Buscamos, por meio deste processo, conferir maior validade às categorias construídas.

A partir daqui este artigo será narrado na primeira pessoa para retratar a experiência de uma das autoras em campo.

Sobre Favelas enquanto Campos de Poder

Embora as favelas não possam ser consideradas como espaços onde habitam apenas pessoas pobres ou marcados apenas por faltas e ausências, conforme já defendia Machado da Silva (1967) na década de 1960 – e conforme eu mesma pude constatar ao longo de minha pesquisa de campo - há, sem dúvida, nos espaços de favelas, uma série de necessidades básicas que ainda não foram satisfeitas. Nas duas favelas em que desenvolvi a minha pesquisa o lixo era um problema gritante. Ainda que os moradores jogassem os seus lixos em caçambas, estas viviam lotadas e transbordavam e, muitas vezes, dificultavam ou impediam a circulação por determinadas ruas. Como consequência, em ambas as favelas, havia ratos, que alguns moradores até brincavam de chamar por um nome próprio para revelar, de forma bem-humorada, o frequente convívio com o animal. Quando chovia, ficava claro que o sistema de esgoto era inadequado: o esgoto transbordava de forma tão intensa, que às vezes chegávamos a ver fezes boiando pelas ruas. O acesso à saúde e à educação eram precários, assim como o acesso ao transporte público, inexistente dentro das favelas. Por diversas vezes vivenciei falta de água e de luz, o que ocorria quase semanalmente. Na favela da zona Sul os moradores chegaram a passar a noite de Natal do ano de 2013 às escuras. As minhas observações a este respeito eram reforçadas pelas falas dos moradores, que faziam questões de me apontar os problemas da

comunidade, pois viam em mim uma possível via para que suas demandas fossem atendidas, não importando o quanto eu esclarecesse que este não era o meu papel. Embora as favelas tendam a centralizar as discussões em torno do problema de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, esta está longe de ser a única questão na qual o Estado precisa intervir e prover melhorias dentro destes espaços.

É claro que existem outros espaços da cidade que vivem em situações similares ou piores do que algumas favelas cariocas. Entretanto, conforme mostrou Valladares (2005), a criação de uma categoria única que se intitula a “favela” no singular, fez com que estes espaços se tornassem “símbolos” dos problemas sociais da cidade. E, mais ainda, tratadas no singular, as favelas passaram a atrair ações do Estado homogeneizadas e homogeneizadoras (Valladares, 2005).

Embora as favelas sejam espaços heterogêneos, cada uma delas com suas características próprias, os moradores parecem possuir um reconhecimento de sua condição comum como alvo destas políticas que se voltam para a “favela” no singular (Birman, 2008). Há, segundo Birman (2008, p. 114), um reconhecimento de que todos ali “são objetos de uma política discursiva que os aloca numa posição subalterna e estigmatizada, independente de ser contra as suas vontades”, “um reconhecimento de que existe um ‘nós’ cujo sentido é dado essencialmente pelo fato de serem, em conjunto, alvo dessa política que os governa”.

Esta identidade conferida a este grupo de pessoas que possuem em comum ao menos o reconhecimento de serem alvo

de uma mesma política, de um mesmo tratamento estigmatizado - pelo simples fato de habitarem um mesmo espaço geográfico, ou espaços geográficos com algumas características comuns -, apontou-nos para o conceito de campo de poder.

O conceito de campo aparece com uma frequência cada vez maior nas pesquisas da área de estudos organizacionais (Emirbayer & Johnson, 2008), principalmente para se pensar as relações de poder, dominação, classes que estes campos representam (Everett, 2002). Intensamente difundido na área, o conceito de campo ganhou força, particularmente, a partir da noção de campos organizacionais, cunhada pela abordagem institucional, perspectiva teórica que até hoje possui forte influência na área.

A noção de campos organizacionais traz contribuições para os estudos das organizações na medida em que inclui não apenas um tipo de organização, mas todas as organizações relevantes para o fenômeno em análise (Emirbayer & Johnson, 2008). Em virtude de sua utilidade para a análise das organizações, o conceito de campo organizacional ganhou grande apelo, a ponto de podermos dizer que foi dentro da abordagem institucional que o conceito de campo foi mais utilizado e elaborado (Emirbayer & Johnson, 2008).

Entretanto, conforme defendem Emirbayer e Johnson (2008), embora o conceito tenha trazido fortes contribuições para a área, a utilidade da noção de campo, conforme formulado originalmente por Bourdieu (autor cujo pensamento influenciou fortemente a noção de campos organizacionais da abordagem institucional), tem sido subutilizada quando aplicada apenas ao

nível dos campos organizacionais: “A truly unified field-based framework for organizational analysis must bring the field-theoretic approach to bear, not only on the analysis of clusters of organizations, but also on the analysis of the social configurations in which organizational fields are themselves embedded” (Emirbayer & Johnson, 2008, p. 3).

Favorável à utilização do conceito em estudos organizacionais, Swartz (2008), defende que a perspectiva de campo de Bourdieu oferece à área ganhos conceituais muito maiores do que as noções de contexto organizacional, ambiente ou população, com as quais os seus pesquisadores estão habituados a trabalhar. Ao discutir as contribuições que tal conceito pode trazer, o autor explica que a noção de campo ressalta, por exemplo, as dinâmicas de conflito, que ficam em segundo plano em outras perspectivas teóricas. Segundo Swartz (2008), o conceito ajuda, ainda, a explicitar o tipo e a qualidade das relações que se estabelecem, indicando quem é dominado e quem é dominante, o que não ocorre a partir da noção de populações ecológicas.

Indo ao encontro dos autores, me proponho aqui a trabalhar com a noção de campo, conforme proposta por Pierre Bourdieu, para a análise das favelas. O conceito de campo é definido por Bourdieu e Wacquant (2012, p. 134) “como una red o una configuración de relaciones objetivas entre posiciones”. Os campos, assim pensados, são relacionais, dinâmicos, contingenciais, em constante mudança, indicando a necessidade de serem pensados relacionalmente ou dialeticamente (Everett, 2002).

O dinamismo que marca as estruturas do campo segue uma lógica própria. Cada campo possui sua lógica específica que vai determinar o seu funcionamento particular (Bourdieu & Wacquant, 2012). Marca-se, assim, que o campo deve ser pensado “como um espaço estruturado com suas próprias regras de funcionamento e suas próprias relações de força” (Misoczky, 2006, p. 81). Ou seja, cada campo possui um jogo que lhe é próprio e que o distingue de outros.

A lógica inerente a determinado campo está associada a relações de poder e dominação. Disputam-se a hegemonia do saber (campo científico), da linguagem (campo linguístico), do bem-estar social (campo do Estado), de acordo com a lógica que determina um campo específico.

Daí que os campos são constantemente comparados aos jogos - analogia originalmente estabelecida por Bourdieu e Wacquant (2012). Entretanto, para eles, diferentemente de um jogo, o campo possui regras que não estão explícitas ou codificadas, e as próprias regras do jogo estão também em jogo ali.

Fligstein e McAdam (2012) trazem importantes contribuições para que se avance em relação ao pensamento de Bourdieu em sua recente obra *A Theory of Fields*. Apesar de a teoria proposta não estar direcionada exclusivamente aos pesquisadores de estudos organizacionais, os avanços que ela traz ajudam a superar uma das principais dificuldades da área no que diz respeito à perspectiva de campos: o tratamento das organizações enquanto agentes coletivos.

Inspirados fortemente (mas não exclusivamente) na perspectiva de Bourdieu, com a qual declaram ter grande afinidade, Fliegstein e McAdam (2012) se propõem a apresentar uma teoria integrada que explique como a estabilidade e a mudança são alcançadas por atores sociais em arenas sociais circunscritas. Para tal, partem do conceito de campos de ações estratégicas, como unidades fundamentais de ação coletiva na sociedade, “*which can be defined as mesolevel social orders, as the basic structural building block of modern political/organizational life in the economy, civil society, and the state*” (Fliegstein & McAdam, 2012, p. 3)⁴.

Com base nesta perspectiva teórica, consigo enxergar nas favelas uma rede de relações entre posições, marcada por conflitos, mas também por cooperações, bem como uma lógica própria de funcionamento. Apoiamo-nos aqui no pensamento de Fliegstein e McAdam (2012), os quais defendem a existência de uma relação entre o espaço social, composto de campos, e o espaço geográfico. Para os autores, uma proximidade geográfica leva também a uma proximidade no espaço social, e por isso é comum que campos de poder estejam ligados no espaço geográfico. Os autores defendem que os espaços físicos são também ocupados por campos, e torna-se muito mais fácil a criação de um novo campo, quando as pessoas que irão fundá-lo possuem um contato físico direto. É nesse sentido que o crescimento das cidades é uma das forças que claramente estão envolvidas na proliferação de campos (Fliegstein & McAdam, 2012). Embora não tratasse as favelas enquanto campos,

⁴ Tradução livre: que podem ser definidas como ordens sociais de nível meso como o bloco básico de construção estrutural da vida política/organizacional moderna na economia, na sociedade civil e no Estado.

Cavalcanti (2007) já apontava para esta possibilidade, ao afirmar que as fronteiras sociais e espaciais se tornam um princípio estruturador da vida social na favela, e com o tempo tornam-se estruturas incorporadas, parte do *habitus* dos moradores de favelas, por meio de seu reforço e seu apego constitutivo ao espaço.

Como um campo fundado a partir de sua estreita relação com o espaço físico ocupado por seus agentes, o campo da favela, conforme chamaremos aqui, tem no próprio espaço físico uma condição definidora de seus agentes e dos próprios limites do campo. Dito de outra forma, para que se faça parte do campo da favela é preciso possuir uma parte do espaço físico que a constitui. Cavalcanti (2007) defende que seria enganador inferir que, quando os moradores de favela se mudam para regiões externas próximas às favelas os limites da favela são reconfigurados, pois partir para essa hipótese seria equivalente a assumir o argumento da “cultura da favela”, e assumir que os moradores de favela levam a favela com eles. Ao contrário, conforme mostra a autora, a distância simbólica entre morar na favela e morar de frente para a favela é a principal atração para se mudar para fora da favela, para sua vizinhança desvalorizada. É nesse sentido que afirmo que o campo da favela corresponde e restringe-se ao seu espaço geográfico ou tem na dimensão espacial um forte elemento constitutivo.

Nesse sentido, me proponho a apresentar os elementos empíricos que me levam a crer que, para os propósitos da presente pesquisa, é possível compreender as favelas enquanto campos. Segundo Bourdieu e Wacquant (2012), o principal aspecto que define um campo é o fato deste possuir uma lógica própria. No

caso das favelas foi possível observar a existência de uma lógica própria a qual chamarei aqui de lógica de “lutas”, denominação que parte de uma expressão cunhada pelos próprios moradores. Diante de uma série de necessidades básicas não satisfeitas e de uma escassez de ações do Estado, os moradores de favelas são guiados por um sentido de urgência, tendo em vista que lhes faltam coisas básicas para sua sobrevivência. Nesse sentido, passaram a assumir para si a responsabilidade de “lutar” para que suas demandas sejam satisfeitas, seja fazendo eles mesmos, seja por meio de um grande esforço para cobrar uma ação do Estado. Parece existir uma crença generalizada de que os moradores de favelas precisam lutar.

Não foram poucas as vezes em que ouvi na minha pesquisa, relatos de moradores mais idosos a respeito de seu passado de “luta” na comunidade. Cavalcanti (2007) identificou em sua pesquisa o uso do termo “luta” pelos moradores para se referir a um período marcado por esforços coletivos voltados para o melhoramento das construções e dos serviços coletivos na favela. Segundo Cavalcanti (2007, p. 128), a expressão “muita luta” “has a teleological effect that is productive of a sense of agency, and of a mode of identification that expresses an ethics that values hard work and perseverance⁵”. O que significa dizer que para os moradores as coisas não chegam com facilidade. Assim, a construção material da favela é atribuída ao trabalho físico e aos investimentos financeiros desempenhados pelos moradores ao longo dos anos (Cavalcanti, 2007).

⁵ Tradução Livre: tem um efeito teleológico produtor de um senso de agência e de um modo de identificação que expressa uma ética que valoriza o trabalho duro e a perseverança.

Também em minha pesquisa deparei-me com estas falas, que me contavam sobre uma vida na favela muito mais difícil do que a atual, e que diziam que os jovens de hoje tinham tudo muito fácil. Contavam-me sobre as longas horas que passavam na fila para pegar água, para as quais chegavam a levar colchões para passar a noite; falavam-me sobre como construíram com as próprias mãos suas casas, o atual sistema de distribuição de água e o de esgoto da favela, e às vezes discutiam se determinada obra havia sido realizada por eles ou por algum programa público – já não se lembravam mais.

Embora Cavalcanti (2007) tenha se referido às “lutas” para marcar um período específico da vida na favela, o termo “lutas” ainda é hoje usado pelos moradores para retratar a dinâmica da favela, e o mecanismo que eles utilizam para conseguir melhorias para este espaço. As “lutas” retratam tanto o fato de os moradores fazerem muitas coisas por eles mesmos, como obras, mutirões de limpeza ou de construção, quanto a estratégia por eles desempenhada para conseguir atrair ações do Estado ou fazer com que os órgãos públicos cumpram a sua função dentro das favelas. “Antes era muita dificuldade mesmo. E hoje você sabe a minha luta, né? (Morador 6, Favela da zona Norte) – assim comparou uma moradora o período passado e o atual. As lutas ainda se fazem presentes e necessárias para a conquista de melhorias nas favelas: “Se tem alguma coisa aqui, é com muita luta. Muita luta” (Morador 26, favela da zona Norte).

Os moradores hoje se referem a estas “lutas” como marca de sua relação com o Estado, e afirmam que para conseguir alguma coisa dos órgãos públicos é preciso “muita luta”. As lutas às quais os moradores se referem, necessárias para conseguir

alguma ação do Estado, versam desde abaixo-assinados entregue aos órgãos públicos em prol de alguma demanda, a denúncias ao Ministério Público, denúncias nas redes sociais ou na imprensa, ameaças ou concretizações de manifestações, incessantes ligações de vários moradores ao 1746, ou até ações um pouco mais violentas quando os agentes do Estado levam adiante ações com as quais os moradores não concordam. Este foi, por exemplo, o caso dos nomes de ruas na favela da Formiga, conforme me relatou um representante da UPP Social:

Inventaram o decreto de que todas as ruas da Formiga iam receber o nome de fruta. Estou morando na Formiga, na Uva, na Formiga, Melão da Formiga, pô, gente, tá de sacanagem. Os moradores não aceitaram. Então quando alguém foi lá botar a placa, eles sacudiram a escada para o cara cair. E não vai botar. E não aceitaram, não botaram (Representante da UPP Social 2, Favela da zona Norte)

E as “lutas”, muitas vezes, parecem ter resultados, ainda que após alguma situação de estresse com o órgão público que está sendo demandado. Uma moradora bastante engajada neste tipo de ação, especialmente em relação a problemas de lixo da comunidade, contou com orgulho suas conquistas em relação à Comlurb:

Quantas e quantas vezes eu deixei eles enfurecidos comigo. Já troquei três pessoas da Comlurb para a comunidade. Se eles começam a vacilar com a comunidade ‘ah, não vou fazer isso, ah, não quero fazer isso’. Eu meto o pau mesmo. Vamos embora. Vocês não servem para a comunidade (Morador 6, Favela da zona Norte).

Entretanto, quando o Estado não consegue atendê-los, os moradores de favelas, diante da urgência que lhes é comum devido à natureza de suas demandas, optam por fazer por eles mesmos, ainda que para isso precisem partir para a informalidade. Por isso, são comuns nas favelas os mutirões de limpeza, a organização de cooperativas ou outras formas de organização, movimentações conjuntas, por meio de muito esforço coletivo.

O esforço dos moradores desencadeava-se nas “lutas” devido a uma coesão social existente nas favelas. Conforme demonstrou Grillo (2013), pode-se dizer que há nas favelas uma experiência de comunidade, enquanto uma vivência comum ou um compartilhamento. Segundo a autora, embora não se possa dizer que todos se conhecem ou saibam tudo sobre a vida alheia, há, nas favelas, redes sociais de interconhecimento densas e extensas. Neste mesmo sentido, Misse (2013) também defende em sua pesquisa que há, nas favelas, forte coesão social, como nenhuma região de classe média da cidade é capaz de alcançar.

Entretanto, esta coesão social não é harmônica. As favelas são marcadas por disputas internas e por grupos antagônicos que concorrem entre si. Tive que aprender a circular com muito tato entre os grupos antagônicos em ambas as favelas, que também me disputavam como recurso de poder. Aprendi a identificar os principais grupos em disputa, os líderes de cada grupo e, após esse exercício, confirmava com alguns agentes do Estado, especialmente da UPP Social e do Territórios da Paz (que pareciam ter um conhecimento mais profundo a respeito da dinâmica da comunidade) se eles identificavam os mesmos grupos que eu.

As disputas se revelavam de formas diversas. A concorrência talvez mais óbvia se dava em torno da associação de moradores, um núcleo organizacional de destaque no território de favelas. Em ambas as favelas pude identificar grupos de oposição à associação em vigência, que faziam planos e traçavam estratégias para ganhar o poder nas próximas eleições. Estes grupos também disputavam os recursos do Estado investidos nas favelas, e ouvi várias acusações de “roubos” de projetos, de ideias, ou disputas por materiais. Em ocasião em que os moradores foram forçados a montar conjuntamente um “projeto” para angariar um recurso oferecido pelo BNDES, tais disputas tornaram-se ainda mais evidentes. Os moradores se recusavam a “colocar o seu projeto na mesa” para juntar com os demais porque acreditavam que suas ideias seriam roubadas. E as reuniões para a construção deste projeto, as quais eu acompanhei desde o início da minha pesquisa, eram ambientes de disputas muito mais do que de consenso, o que aumentou ainda mais a dificuldade de se chegar a um projeto final.

Também pude observar, ao longo de minha pesquisa de campo, inúmeras disputas entre moradores em torno da posse de espaço na favela, como um recurso, ou um capital, nas palavras de Bourdieu, importante para defini-los enquanto parte do campo. Até hoje me recordo com detalhes da primeira reunião entre UPP e moradores, da qual participei na favela da zona Sul. Quando o comandante abriu a discussão para ouvir as queixas da comunidade, a reunião passou a girar em torno da temática do espaço, e diversos moradores questionavam como deveriam fazer para conseguir espaço, fosse para projetos sociais ou para moradias, e outros reclamavam de invasões e discutiam formas de retomar um espaço que antes era seu. Uma moradora contou,

por exemplo, que o espaço da rádio comunitária que ela comandava havia sido cedido, pela prefeitura e pelo presidente da associação, para uma família que perdeu a sua casa em um desabamento na favela. Queixou-se de estar sendo impedida de dar continuidade às atividades da rádio porque a família havia ocupado o local e brincou que eles já tiveram três filhos desde que se mudaram para lá. Outro morador, também brincando, sugeriu que lhes dessem uma televisão, para evitar o aumento da família e a ocupação permanente do espaço.

De forma ainda mais surpreendente, ouvi sérias discussões entre moradores, em ambas as favelas, por terem sido acusados de não serem moradores da favela. Na favela da zona Norte, em ocasião da festa de comemoração do aniversário da comunidade, duas senhoras discutiram fervorosamente porque uma havia acusado a outra de ser moradora do asfalto e de, portanto, não poder dar palpite a respeito da organização da festa. A discussão terminou em choro e em gritos da segunda moradora, argumentando que embora ela morasse na parte baixa da favela, ali ainda era favela. Já na favela da zona Sul, em algumas reuniões comunitárias, do PAC ou da UPP, moradores foram acusados de não ter mais direito a voz porque, afinal, haviam se mudado para fora da favela. Estas acusações também terminavam em intensas discussões.

Dentro das favelas pesquisadas havia, ainda, divisões territoriais que também geravam disputas. Alvito (2006) refere-se a estas divisões como microáreas da favela e mostra o apego dos moradores a suas localidades de origem, e a competição entre elas. Indo ao encontro do autor, também pude observar nas favelas subdivisões internas e percebi como estas subdivisões

também impunham competições, tendo em vista que cada localidade buscava atrair recursos para si, por meio de suas “lutas”. A subdivisão territorial também é marca das disputas internas às favelas, reforçando a possibilidade de pensá-las como campos de poder.

As disputas também se davam entre favelas. Como os recursos fornecidos pelo Estado eram escassos, as favelas precisavam lutar entre elas. Tive a oportunidade de participar de algumas reuniões que contavam com a presença de representantes de diferentes favelas. Nelas percebi um discurso de competição voltado para atração de recursos públicos, bem como para queixas de que algumas favelas eram privilegiadas em detrimento de outras. Os moradores brincavam, inclusive, que tinham que fazer mais coisas para chamar a atenção em suas favelas, para sair na mídia e, conseqüentemente, ganhar mais atenção do Estado. A fala de uma representante do Territórios da Paz, ao me explicar porque ela resolveu criar reuniões conjuntas para promover trocas entre diferentes favelas, revela o reconhecimento desta competição entre elas:

Quando eu comecei, eu comecei muito por conta disso. “Nós somos a melhor favela, aqui ninguém entra, a gente é foda, a gente isso, a gente aquilo”. Eu falava assim: “[Rodolfo], por que vocês são a melhor favela?” “Porque a gente arrasa numa reunião, a gente pode chegar a uma Casa Civil, porque...”. “Pô”, eu falei “vem cá, tu conhece as lideranças do Borel? Você conhece as lideranças lá do Leme? Você tem noção, [Rodolfo], do poder de articulação?” “Ah, duvido”. “Então tá. Peraí, peraí que eu vou te convidar para você conhecer”.

Mas, como campos, as favelas também possuem relações de cooperação. As “lutas” eram marcadas por criação de parceria entre os moradores. Era apenas por meio destas coalizões, ou relações de cooperação entre eles, que era possível a realização de mutirões, a criação de algum tipo de organização para suprir uma demanda da comunidade à qual o Estado não consegue atender, ou para a cobrança de algumas demandas. As relações de cooperação também se davam entre favelas e era muito comum que as lideranças comunitárias das favelas se conhecessem e estabelecessem contato, para troca de informações, ou até mesmo parcerias diretas para a realização de alguma ação conjunta.

Mas como todo campo, também nas favelas os agentes ocupavam posições, era possível perceber que alguns aproximavam-se mais da posição de incumbentes do campo e outros da posição de desafiadores. A expressão “donos do morro”, usada pelos moradores para assim se referir ao chefe do tráfico daquela favela, é bastante simbólica da posição de dominantes ou incumbentes, ocupada pelos traficantes nos espaços das favelas. Estes são designados como os donos do recurso capaz de definir um agente como parte do campo: o espaço físico da favela. E o fato de os moradores se guiarem por uma “lei do tráfico” também revela a posição de domínio destes agentes. Para além do tráfico também é comum a identificação, dentro das favelas, de agentes intitulados “lideranças comunitárias”, em geral reconhecidas por todos como tal. O termo “liderança” também é revelador de outros agentes que se aproximam mais desta posição de incumbentes e, conseqüentemente, de uma desigualdade de poder dentro do campo da favela. Também em ocasião da construção do “projeto” para angariar recursos do BNDES, em meio aos

conflitos, as posições de dominância revelaram-se. Em uma das favelas, por exemplo, uma organização de muito poder escolheu quais moradores poderiam participar com os seus projetos do “projeto” maior. Aqueles que ficaram de fora procuraram se inserir no projeto da favela vizinha, pois aquela organização ditou que assim seria. Os agentes do Estado reconhecem o domínio das “lideranças comunitárias” e precisam aprender a lidar com elas para a realização de seu trabalho:

Porque também tem isso, né, toda liderança fala por um grupo de pessoas. Então ela tende a centralizar que esse grupo de pessoas seja representado e que se fala com esse grupo de pessoas. Também não gosta muito que você acesse pessoas que não são representadas por eles, entendeu. Até porque isso poderia enfraquecê-los, de certa forma (Representante do Territórios da Paz 3, Favela da zona Norte)

Em suma, se aqui se defende que as favelas também podem ser pensadas enquanto campos de poder, isto se dá diante de algumas evidências empíricas que me aproximaram do conceito: como todos os campos, as favelas parecem possuir uma lógica própria, a qual aqui denominei de lógica de “lutas”, marcada pela informalidade; relações de disputas e cooperações parecem marcar o espaço das favelas e a relação entre favelas; os agentes que disputam parecem assumir relações assimétricas, nas quais uns (como traficantes ou lideranças comunitárias) possuem mais poder do que outros.

(Des)organizando Favelas

Como um espaço às margens do Estado (Das & Poole, 2004), as favelas acabaram por assumir uma lógica, uma dinâmica própria de funcionamento e, como consequência, os seus próprios processos de organizar. Indo ao encontro do dinamismo e processualidade que marcam os campos de poder, buscamos aqui analisar a organização ou desorganização das favelas à luz do conceito de processos de organizar, capaz de retratar com mais fidelidade o que observamos nas dinâmicas das favelas.

A aplicação da perspectiva sistêmica em administração exigiu que fossem criadas unidades independentes (entendidas como sistemas abertos), separadas por fronteiras bem definidas de seu ambiente externo e relacionada com ele por meio da adaptação (Czarniawska, 2010). Estas unidades foram chamadas de “organizações”, um termo genérico derivado da expressão “organizações formais” (Czarniawska, 2010). Surge, assim, uma tendência a acreditar que é impossível pensar sem o conceito de “organização”, pois o mundo se faz perceber como organizado ou, pelo menos, como organizável (Tsoukas, 2013).

Nesse sentido, “(...) *the insistence on studying ‘organizations’ can obscure key instances of organizing: organizing without organizations; organizing among organizations; and organizing in spite of organization*”⁶ (Czarniawska, 2010, p. 144). Czarniawska (2010) lembra que muitos processos de organizar acontecem entre organizações, seja

⁶ Tradução Livre: a insistência em estudar as “organizações” pode obscurecer instâncias fundamentais dos processos de organizar: o organizar sem organizações; o organizar entre as organizações; e o organizar, apesar da organização.

na forma de alianças ou esforços cooperativos, seja na forma de redes, ou de fusões e aquisições, ou a cooperação entre várias partes de diferentes organizações formais, com o propósito de desempenhar uma ação conjunta. Processos de organizar, lembra Czarniawska (2010), podem ocorrer dentro de organizações formais, mas raramente estão contidos em seus limites, e impor esta moldura ao cenário exclui muitos fenômenos novos que estão relacionados aos processos de organizar. A liberação dos processos de organizar desta moldura artificial imposta pelo limite virtual de uma organização formal, na visão da autora, pode ajudar os pesquisadores a examinar processos de organizar que acabam escondidos quando se tem um foco nas organizações. No caso do campo das favelas aqui analisado, a libertação destas molduras às quais se refere a autora, mostrou-se fundamental para a análise empírica. Parafrazeando o pensamento de Bruno Latour a respeito do estudo das sociedades, Czarniawska (2014) reforça que os pesquisadores organizacionais precisam olhar para o performático ao invés de olhar para as organizações; devem olhar para como as organizações são realizadas, como elas acontecem, e não para como elas aparecem.

Guiados por uma lógica semelhante, vários pesquisadores em estudos organizacionais vêm se pautando em uma perspectiva processual. Ao abandonar a noção de organização, Czarniawska (2010, p. 154) defende que os pesquisadores organizacionais deveriam estudar processos de organizar (“organizing”), enquanto conexões entre ações:

My plea is to study organizing as the connection, re-connection, and disconnection of various collective actions to each other, either according to patterns

dictated by a given institutional order or in an innovative way. Such collective action needs not be performed within the bounds of a formal organization.⁷

A autora assume a noção de processos de organizar enquanto uma cadeia de ações, enquanto conexões não lineares entre eventos que possuem um propósito (Czarniawska, 2014). Lindberg e Czarniawska (2006) explicam que o conceito de redes de ações tem como pressuposto a ideia de que os processos de organizar demandam que diferentes ações coletivas estejam ligadas entre si seguindo um padrão institucionalizado.

Contrapondo-se ao formalismo da burocracia do Estado, o campo da favela e sua lógica de “lutas” é pautado em uma informalidade, que os permitir “lutar” com base em um padrão institucionalizado que lhes impõe mais agilidade e funcionalidade. Misse (2013) mostra como as favelas são marcadas pela ilegalidade e pela informalidade, desde sua forma de moradia irregular até o transporte e o sistema de entrega de correspondências irregulares. O mesmo pode ser observado em minha pesquisa de campo. Nas favelas que frequentei, os traços da informalidade estavam por toda parte: os meios de transporte que eu usava para subir os morros variavam entre a Kombi e o moto-taxi, ambos irregulares; nas associações de moradores havia amplos escaninhos onde era organizada a correspondência

⁷ Tradução Livre: O meu apelo é para estudar a organização como a conexão, re-conexão, e desconexão de várias ações coletivas umas com as outras, quer de acordo com os padrões ditados por uma determinada ordem institucional ou de uma forma inovadora. Tal ação coletiva não precisa ser realizada dentro dos limites de uma organização formal.

a ser distribuída na favela, tendo em vista que os endereços não eram formalizados; as moradias não possuíam um registro formal; as organizações que funcionavam na favela e quase todo o comércio eram irregulares; boa parte da energia elétrica era distribuída pela comunidade por meio dos famosos “gatos”, ligações elétricas ilegais.

Partindo para a informalidade, nestes anos de “luta” em prol da comunidade, em muitos aspectos os moradores de favelas desenvolveram processos de organizar marcados por padrões de maior agilidade e funcionalidade em comparação com o próprio Estado. Em outras palavras, eles aprenderam a resolver os próprios problemas em um ritmo de urgência compatível à natureza de suas demandas, de uma forma que o Estado, em sua lógica burocrática, ainda não consegue fazer. Por isso, em alguns casos eles assumem a sua funcionalidade superior, e arregaçam as mangas, e fazem eles mesmos o que seria função do Estado.

Já em meus primeiros contatos com a favela da zona Sul, primeira favela que frequentei, me deparei com uma infinidade de organizações criadas pelos próprios moradores para tentar suprir demandas não atendidas pelo Estado – suas ações giravam em torno de questões ambientais, educacionais, música, dança... Embora a favela da zona Sul recebesse especial atenção, por se tratar de uma favela de grande visibilidade, e por isso recebesse mais recursos e apoios para este tipo de organização, logo no início da minha pesquisa de campo tive a oportunidade de constatar que esta não era uma característica que se restringia a ela. Participei do evento Troca de Saberes, organizado pelo Territórios da Paz, na favela da Rocinha. Lá tive a oportunidade de conhecer diversos projetos de moradores das mais diversas

favelas da cidade, que se propunham a suprir as demandas não atendidas, naquele caso especialmente voltadas para a área ambiental, foco do evento. Foi neste mesmo evento que conheci a senhora que me levou para conhecer a favela da zona Norte, onde também realizei minha pesquisa de campo. Mesmo lá, uma favela de pouca visibilidade, esta senhora organizava um projeto voltado para o problema de poluição do Rio local.

Para além deste tipo de organização, que funcionava de uma forma mais permanente, os moradores de favelas têm, em geral, o hábito de realizar mutirões, nos quais se organizam coletivamente para realizar alguma ação em prol da comunidade. Tive a oportunidade de participar de alguns destes mutirões na favela da zona Norte. Os moradores queriam remover o lixo de uma pedra no alto do morro, muito importante para a história da comunidade: ali era o local onde no passado pegavam água; depois se tornou o “micro-ondas⁸” do tráfico de drogas e, com a entrada da UPP, virou local de grande acúmulo de lixo. A ideia era retirar o lixo para a construção de um eco-museu. Recorreram à Comlurb para a retirada do lixo. Porém, esta respondeu que não seria capaz de atender a esta demanda. Assim, fizeram um acordo de que eles retirariam e ensacariam o lixo, e a Comlurb desceria com o lixo aos poucos, de dez em dez sacos. Reconhecendo a incapacidade da Comlurb de resolver este problema, o assumiram para si, arregaçaram as mangas e, com “muita luta”, tiraram o lixo de lá.

⁸ Local onde os traficantes queimavam corpos.

A lógica parece ser esta: se o Estado não tem condições de fazer, os moradores fazem por eles mesmos. Esta lógica foi retratada em entrevista por uma moradora:

as coisas que acontecem aqui que eu te falei é na força do braço. Então eu acredito que () da comunidade a gente não espera o Poder Público chegar, a gente não espera o Estado chegar, () a gente, a gente. Que que tem que fazer? Tem que desentupir bueiro. Vai lá, desentope. Árvore está ameaçando cair em cima da casa de uma pessoa. Tem que vir o Estado. Não. Vai lá, corta a árvore (Morador 22, Favela da zona Norte).

Os próprios agentes do Estado reconhecem que muitas vezes os moradores têm mais facilidade do que eles para lidar com alguns problemas da comunidade. Cheguei a presenciar agentes do Estado recorrendo a moradores, com pedidos de ajuda. Caminhava com uma moradora da favela da zona Norte pelas ruas desta favela e, quando chegávamos na rua principal, mais larga, cruzamos com um mini-tractor da Comlurb. O motorista, que parecia já conhecer a moradora, disse a ela que uma das subidas do morro estava cheia de buracos e que eles que estavam dificultando a subida da Comlurb. Perguntou à moradora se ela sabia que outro órgão público era responsável pelos buracos, e pediu que ela entrasse em contato com a CEDAE para verificar se aquela questão era de responsabilidade deles.

A necessidade das “lutas” para que suas demandas sejam satisfeitas parece não ser mais questionada, nem por moradores de favelas, nem pelos agentes do Estado. Por diversas vezes os agentes do Estado criticavam os moradores porque estes não se mobilizavam, não participavam das reuniões, não se inscreviam

em cursos oferecidos, como se sua falta de esforço fosse um dos grandes motivos que justificasse a situação atual das favelas. E, mesmo entre os moradores parecia haver uma aceitação de que eles tinham a obrigação de fazer mais esforço. As mesmas queixas que faziam os agentes do Estado, faziam os moradores a si mesmos: reclamavam que eram desmobilizados, que quase ninguém comparecia às reuniões e, inclusive ouvi uma liderança comunitária fazer um discurso acalorado aos jovens, dizendo que eles tinham que se esforçar muito mais do que os outros porque eles eram negros e pobres.

Na ocasião do mutirão de limpeza relatada anteriormente, eu parecia a única realmente indignada com a incapacidade da Comlurb de retirar o lixo dali – indignação que só fez aumentar quando dois policiais da UPP pararam para filmar a nossa ação de limpeza. Bastante inconformada com aquela situação, diante da enorme quantidade de lixo que ainda tínhamos que retirar, enquanto trabalhava questionei a um morador a respeito do motivo da impossibilidade da Comlurb. O morador me respondeu que a Comlurb não tinha infraestrutura e nem efetivo suficiente para realizar o trabalho. Deixando escapar a minha indignação falei em voz alta “a Comlurb não dá conta, mas os moradores dão, né?” (Notas de Campo, 21/09/2013). Um representante da UPP Social que também ajudava no mutirão tentou “salvar” a Comlurb (e o município em geral) da minha crítica e respondeu: “mas tem coisas que a gente não tem condições mesmo de fazer” (Notas de Campo, 21/09/2013). Meio sem graça respondi: “entendo...” (Notas de Campo, 21/09/2013), e guardei para mim a minha indignação. Posteriormente, em entrevista com uma moradora, percebi que os moradores pareciam não questionar o fato de estarem fazendo o trabalho da Comlurb. A moradora, orgulhosa,

assim me retratou a contribuição da Comlurb para os mutirões na pedra: “A Comlurb tá fazendo o papel dela. Ela tá providenciando os sacos que nós estamos enchendo, né? Ela está descendo... Todo dia ela carrega dez saquinhos e coloca lá na caçamba e leva” (Morador 4, Favela da zona Norte). Com o tempo pude identificar de onde vinha este aparente conformismo dos moradores com a incapacidade do Estado em atendê-los: os moradores entendiam, muito melhor do que eu, que para o Estado a favela era um território novo e complexo, e que eles precisariam de tempo para criar novas rotinas que incluíssem este espaço “alheio” da cidade. Diante deste reconhecimento, moradores e agentes do Estado assumiam que os primeiros precisavam “lutar”.

O que me inquietava não era a visão de que é necessária uma mobilização social. Sempre acreditei e defendi esta ideia, e não foi à toa que decidi me dedicar à área de estudos organizacionais, quando constatei a dimensão libertadora que a noção de organizações também pode conter, embora a primeira vista pareça paradoxal. Entretanto, qualquer forma de desigualdade sempre me inquietou, e me deparei em campo com uma forte desigualdade de percepções em termos do que são obrigações de um morador de favelas e de um morador do “asfalto”. Como parte do segundo grupo, nunca tive que fazer grandes esforços para ter o meu lixo removido, e também nunca sofri pressões para participar de reuniões com os mais diversos órgãos públicos e ainda assim tive minhas necessidades básicas atendidas. Por que se cobra de um morador de favelas um esforço tão maior?

Diante da demanda por maior esforço, os moradores aprenderam a “se virar”, desenvolveram processos de organizar

marcados por agilidade e funcionalidade que a informalidade, marca do campo, os possibilita alcançar. Acontece que os produtos destes processos de organizar ágeis e funcionais, que apelam para a informalidade, resultam em uma materialidade que foge aos padrões estéticos aos quais estão acostumados os moradores do asfalto. Os “gatos”, por exemplo, resultam na exposição de muitos fios misturados e bastante visíveis. Como as casas nas favelas costumam ser construídas pelos próprios moradores, e a construção nas lajes é extremamente recorrente diante da escassez de espaços, tem-se nas favelas uma arquitetura que exprime improvisado e que deixa os arquitetos bastante intrigados. Às vezes lajes mais largas são construídas sobre casas mais estreitas, e vice-versa. Muros desajeitados também são construídos em alguns locais, especialmente no período em que as favelas sofriam com tiroteios mais frequentes, quando estes serviam como forma de proteção. Os sistemas de água, quando construídos pelos próprios moradores, também são expostos pelas vielas das favelas e chamam atenção.

Mas a matéria também possui uma dimensão simbólica e emite significados (Yanow, 2010). Para Yanow (2010), também é preciso se atentar para o significado que as coisas emitem e reconhecer que o espaço é um ator significante na criação e comunicação de significado. Ou, conforme lembrou Santos (2009, p. 59), “as coisas nascem já prenhes de simbolismos, de representatividade, de uma intencionalidade destinados a impor a ideia de um conteúdo e de um valor que, em realidade, elas não têm. Seu significado é deformado pela sua aparência”. Assim, Santos (2009) nos lembra que os objetos espaciais se apresentam a nós de forma a nos enganar. A estética da favela, que não segue os padrões do “asfalto”, parece transmitir significados de

desorganização. Mas os processos de organizar próprios dos moradores de favelas são sinônimos de desorganização, apenas para aqueles que olham de fora, que são externos a este campo com sua lógica própria.

É nesse sentido que propomos aqui a noção de (des)organização do espaço social. Embora a materialidade do espaço das favelas pareça simbolizar desorganização, esta resulta de processos de organizar dos moradores que se constituem como a forma de organização própria da favela. Dito de outra forma, se por um lado podemos falar em uma desorganização da favela, na medida em que sua estética resultante não segue os padrões de “organização” semelhantes aos do “asfalto”, por outro, podemos falar em uma organização da favela, tendo em vista que, a partir da visão dos moradores, o que eles fazem por meio de suas “lutas” consiste em organizá-la, em torná-la habitável, em transformá-la em um espaço organizado de forma que seus habitantes possam ali viver e sobreviver.

Conclusão

Tivemos por objetivo neste artigo analisar a relação entre a dinâmica do campo das favelas e os seus processos de organizar. Encontramos no conceito de campo, conforme proposto por Bourdieu, e complementado por Fliegstein e McAdam (2012), uma alternativa que amplia as nossas possibilidades de análise das favelas.

Mostramos, nesse sentido, que as favelas podem ser pensadas como campos de poder, como redes de relações entre posições. Observamos nas favelas uma lógica própria de funcionamento, a qual denominamos de lógica de “lutas”: os moradores de favelas precisam “lutar”, seja para atrair ações do Estado, seja para fazer por eles mesmos. Mais ainda, estão presentes nas favelas disputas e cooperações entre os diversos agentes, que culminam em posições de dominantes e dominados no campo.

Indo ao encontro da processualidade dos campos, analisamos as favelas com base no conceito de processos de organizar, o qual nos permite libertá-las das molduras artificiais impostas pela noção de “organização” (Czarniawska, 2014). Mostramos que os moradores de favelas desempenham processos de organizar que seguem padrões ditados pela lógica do campo. Apelando para a informalidade, que marca as suas “lutas”, os agentes das favelas desenvolvem processos de organizar ágeis e funcionais.

Entretanto, o resultado desses processos de organizar pautados pela informalidade é uma materialidade que segue uma estética outra que não aquela aceita pelo “asfalto”. Como a matéria emite significados (Yanow, 2010), a estética da favela simboliza, para os olhares externos, desorganização. É nesse sentido que buscamos desconstruir a noção de “organizar”, para pensá-la enquanto processos de (des)organizar, tendo em vista que, se por um lado parecem impor desorganização, por outro consistem na maneira que os moradores de favelas organizam o seu espaço de forma a habitá-lo.

Por meio da desconstrução da noção de organizar, buscamos inserir as discussões sobre favelas no escopo das temáticas de estudos organizacionais, porém tirando-as de seu lugar comum de espaços desorganizados que clamam por uma intervenção externa, com vistas a organizá-las. Buscamos, isto sim, incorporá-las à área como espaços que desafiam as nossas concepções comuns a respeito do que é organizar, questionando um conceito no qual muito nos apoiamos, sem que exploremos, em certa medida, os múltiplos olhares capazes de definir ou redefinir os seus sentidos.

Referências

Alvito, M. (2006). Um bicho-de-sete-cabeças. In A. Zaluar & M. Alvito (Orgs.). *Um século de favela* (pp. 181-208). Rio de Janeiro: FGV.

Asad, T. (2004). Where are the margins of the State? In V. Das & D. Poole, D. (Ed.). *Anthropology in the margins of the State* (pp 279-288). Santa Fe: School of American Research Press.

Birman, P. (2008). Favela é comunidade? In L. Machado da Silva. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro* (pp. 97-114). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bourdieu, P. & Wacquant, L. (2012). *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

Cavalcanti, M. (2009). Do barraco à casa: tempo, espaço e valor (es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69), 69-80.

Cavalcanti, M. (2007). *Of shacks, houses, and fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, University of Chicago, Chicago, IL, USA.

Czarniawska, B. (2014). *A theory of organizing*. London: Edward Elgar.

Czarniawska, B. (2010). Going back to go forward: on studying organizing in action nets. In T. Hernes & S. Maitlis. *Process, sensemaking, and organizing* (pp. 140-160). Oxford: Oxford University Press.

Das, V. & Poole, D. (2004). State and its margins: comparative ethnographies. In V. Das & D. Poole (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press.

Emerson, R. M., Fretz, R. I., & Shaw, L. L. (1995). *Writing ethnographic fieldnotes*. Chicago: University of Chicago Press.

Emirbayer, M. & Johnson, V. (2008). Bourdieu and organizational analysis. *Theory and Society*, 37(1), 1-44.

Everett, J. (2002). Organizational research and the praxeology of Pierre Bourdieu. *Organizational Research Methods*, 5(1), 56-80.

Fligstein, N. & Mcadam, D. (2012). *A theory of fields*. Oxford: Oxford University Press.

Grillo, C. (2013). *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Lindberg, K. & Czarniawska, B. (2006). Knotting the action net, or organizing between organizations. *Scandinavian journal of Management*, 22(4), 292-306.

Machado da Silva, L. A. (2011). A política na favela. *Dilemas: Revista de Estudo de Conflito e Controle Social*, 4(4), 699-716.

Machado da Silva, L. A. (2008a). Introdução. In L. A. Machado da Silva. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Maricato, E. (2001). *Favelas: um universo gigantesco e desconhecido*. Recuperado em 19 janeiro, 2012, de: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab>.

Misoczky, M. C. (2006). Leituras enamoradas de Marx, Bourdieu e Deleuze: indicações para o primado das relações nos estudos organizacionais. In M. M. F. Vieira & D. M. Zouain (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em administração* (pp. 71-96). Rio de Janeiro: FGV.

Misse, D. G. (2013). *Políticas sociais em territórios pacificados*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Observatório de Favelas (2009). O que é favela afinal? In J. S. Silva (Org.). *O que é favela, afinal?* (pp. 21-23). Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

Perlman, J. E. (2002). *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Sanday, P. R. (1979). The ethnographic paradigm (s). *Administrative Science Quarterly*, 24(4), 527-538.

Santos, M. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009b.

Santos, M. (2008). *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (6a ed). São Paulo: EDUSP.

Silva, M. C. A. (2013). *A transformação da política na favela: um estudo de caso sobre os agentes comunitários*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Strauss, A. L. & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed.

Strozemberg, P. (2009). Alguém tem receio de ser multado na favela? In J. S. Silva (Org.). *O que é favela, afinal?* (pp. 67-69). Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.

Swartz, D. (2008). Bringing Bourdieu`s master concepts into organizational analysis. *Theory and Society*, 37(1), 45-52.

Tsoukas, H. (2013). Organization as chaosmos. In D. Robichaud & F. Cooren (Eds.). *Organization and organizing: materiality, agency and discourse*. London: Routledge.

Valladares, L. (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.

Van Maanen, J. (2010). A song for my supper more tales of the field. *Organizational Research Methods*, 13(2), 240-255.

Ventura, Z. (1994). *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras.

Yanow, D. (2010). Giving voice to space: academic practices and the material world. In A. Van Marrewijk & D. Yanow (Eds.). *Organizational spaces: rematerializing the workaday world* (pp. 139-158). London: Edward Elgar Publishing.

Zaluar, A. & Alvito, M. (2006). Introdução. In A. Zaluar & M. Alvito (Orgs.). *Um século de favela* (pp. 1-8). Rio de Janeiro: FGV.

CAPÍTULO 5

De mercado novo a mercado das borboletas, as metamorfoses de um edifício “fora do lugar” na região central de Belo Horizonte

Oscar Palma Lima
Alexsandra Nascimento Silva
Alexandre de Pádua Carrieri

Introdução

O presente artigo discute as transformações ocorridas num edifício denominado de Mercado Novo (MN), desde sua criação em 1963 até os dias atuais, na cidade de Belo Horizonte. De central de abastecimento, empreendimento originalmente idealizado pela administração municipal, o MN atualmente abriga lojas de embalagens plásticas, produtos especializados em sorveteria e em limpeza, muitos restaurantes com preços relativamente baixos, e um espaço para eventos para jovens de classe média durante os fins-de-semana. Nessa trajetória, os novos e velhos atores sociais que compõem o MN, ainda tentam encontrar o seu lugar na cidade de Belo Horizonte.

Implícito nessas mudanças está o intenso processo de urbanização da capital mineira, a partir de meados da década de sessenta e princípios da de setenta, que levou a transformações no modo de vida dos cidadãos e nas atividades do referido Mercado. Isso inclui o esvaziamento do centro pelas classes mais ricas após a década de cinquenta, as políticas municipais de requalificação do centro (com a proibição de ambulantes nos passeios, reforma de praças, etc.) e a mudança de significados que a população passou a atribuir àquela região (de lugar “degradado” para lugar de compras, passeio e lazer) após a intervenção do poder público.

Para analisar o percurso deste edifício, cujos principais protagonistas foram a administração municipal e os comerciantes que lá se estabeleceram, buscamos trabalhar os conceitos de Geografia Humana de espaço, lugar, território, desterritorialização e reterritorialização – os quais passaremos a descrever brevemente.

As considerações sobre espaço trazem consigo a discussão sobre **lugar**. Ele é uma parcela do espaço apropriada de vida, sendo produto humano produzido e reproduzido na relação cotidiana e histórica entre espaço e sociedade, entre o indivíduo e o coletivo (Leite, 2007; Spink, 2001, p. 23). O que se denomina do lugar, por meio da linguagem, impõe-se aos atores sociais de forma que as significações que eles atribuem ao lugar não interferem no significado constituinte desse lugar. Assim, somente os significados já dados ao lugar seriam suficientes para produzir nele o **não lugar** e o **entre lugar**, ou seja, **lugar** transformado em passagem simbólica (Xavier *et al.*, 2012).

Contra a ideia de **lugar**, Augè (1994) utiliza a ideia de **não-lugar**, que não é nem identitário, nem relacional e nem

histórico. Reconhece-se um **não-lugar** por duas características. Por um lado, é um espaço constituído em função de certos fins (trânsito, comércio, lazer, etc.); por outro lado, é um espaço em que o indivíduo-passageiro mantém uma relação de uso, uma vez que ele não circunscreve ou constitui os elementos do lugar. Todavia **lugar** e **não-lugar** nunca existem puros: eles se misturam e se recompõem ao caracterizar um mesmo espaço, no qual um e outro jamais se realiza totalmente (Ibid.). Para Castrogiovanni (2007 *apud* Xavier *et al.*, 2012), a mesma formalização do **lugar** cria o **entre-lugar**. Enquanto o **não-lugar** não pertence aos sujeitos, o **entre-lugar** parece ser o lugar visitado pelo sujeito em certo tempo, de forma que haja uma apropriação parcial dele.

A incorporação da dimensão espacial aos Estudos Organizacionais é promissora para o desenvolvimento conceitual analítico da área. Segundo Pimentel e Carrieri (2011), grande parte dos avanços da ciência da administração advém do estudo sistemático da manipulação do tempo e do espaço. Isso pode ser exemplificado com a melhora das técnicas de apressamento da produção por Taylor, com a reutilização do espaço organizacional pela linha de montagem fordista e com a reavaliação toyotista desta reutilização. Além do mais, o estudo do espaço possibilitaria entender como ele é apropriado pelas organizações, uma vez que a identidade no processo organizativo (social e pessoal), a dinâmica dos grupos sociais e a ocupação/manipulação do espaço físico são processos relacionados (Saraiva *et al.*, 2014).

Com relação aos espaços institucionais, situados a nosso ver entre o **lugar** e o **não lugar**, pode-se depreender que estes propiciariam a interação social e a aquisição de uma “bagagem”

de conhecimentos sociais historicamente acumulados (Berger & Luckman, 2004). Essa socialização está ligada à formação de identidade, pois o modo como alguns espaços (de socialização) são apropriados, contribui para a percepção das pessoas sobre o mundo e para a construção de suas identidades (Souza & Carrieri, 2012).

O entendimento da relação (nem sempre) harmoniosa entre espaço e identidade é importante para clarear certas práticas de gestão. Como veremos, considerando a sua localização no centro de Belo Horizonte, o Mercado Novo, ao longo de seus mais de cinquenta anos, se transformou de acordo com as socializações, as ações de sobrevivência dos sujeitos e as oportunidades que partiam do poder público, produzindo diferentes identidades.

Lembramos ainda que, na concretização empírica deste trabalho, optamos pela pesquisa qualitativa. O interesse da pesquisa foi mapear os comerciantes mais antigos para depois realizar entrevistas de profundidade sobre sua história de vida enquanto empreendedor de um negócio familiar. Queríamos evidenciar as representações sociais deles para entendermos as representações na (re)construção das identidades do negócio e da família no Mercado Novo.

A escolha pela pesquisa qualitativa nos permitiu identificar, a partir dos sujeitos entrevistados, dois níveis pelos quais se balizam os negócios neste mercado. No extremo do nível macro há ingerências oriundas da concorrência e das instituições públicas, ao passo que no extremo do nível micro, há manifestação subjetiva de maneiras de falar, conversar e

negociar, veiculando sentidos no cotidiano, por meio dos quais eles interagem. Todavia, no lugar de preocupar-se com esses limites, ensajou-se aos sujeitos de pesquisa revelarem suas articulações dentro desses níveis. O histórico dessas transformações é o que será tratado ao longo desse artigo.

O presente artigo está dividido em seis partes. A primeira é esta introdução. Na segunda, levantam-se referenciais teóricos sobre o estudo do espaço, considerando os conceitos da Geografia Humana. A terceira parte expõe a metodologia deste trabalho. A quarta seção apresenta as políticas de higienização municipais no centro de Belo Horizonte. Da quinta à oitava parte, apresentamos o histórico de transformações do Mercado Novo. Finalmente, na nona e última parte, são abordadas as conclusões dos autores.

A dinâmica espacial para pensar a gestão a partir da Geografia Humana

Apresentaremos aqui os conceitos da Geografia Humana de espaço, lugar, território, desterritorialização e reterritorialização para a compreensão das dinâmicas espaciais que envolvem a Mercado Novo e também que são importantes para a compreensão da gestão pública deste município, lugar onde a história e o planejamento espacial se confundem.

Afinal, Belo Horizonte teve, desde sua estruturação, forte participação do poder público na produção e ocupação do espaço. A primeira cidade planejada no Brasil, cuja planta foi elaborada pelo engenheiro Aarão Reis, foi inspirada nas experiências de Paris e de Washington. Cidade moderna e positivista, recusa das

tortuosas e acidentadas vielas das cidades mineradoras, foi imaginada para romper com o passado e celebrar o início da nova era: a República. Além do planejamento metódico, com ruas na malha ortogonal e avenidas na diagonal, há, desde já, um esforço do Poder Público em controlar a ocupação do território através da separação das classes sociais no espaço, com a Avenida do Contorno funcionando como dispositivo de segregação (Gomes & Lima, 1999).

Em seu trabalho, Corrêa (1995) compara o **espaço** a uma quadra esportiva polivalente, onde se realizam simultaneamente atividades humanas, com regras e dinâmicas próprias. Já Santos (1985) sugere as categorias forma, função, estrutura e processo para melhor compreensão do espaço. Todas, com relações dialéticas entre si. A **forma** é aspecto visível, exterior, de um objeto, seja visto isoladamente (enquanto aparência do espaço) ou no arranjo de um conjunto de objetos (como uma casa, um bairro, ou uma cidade). A **função** é o papel desempenhado pela forma. Habitar, trabalhar, comprar, ter lazer são algumas das funções associadas à casa, ao bairro, à cidade. A **estrutura** é a matriz social, econômica e histórica que cria e justifica as formas e funções espaciais. Por fim, o **processo** é a estrutura em seu movimento de transformação pelas suas contradições internas. (Santos, 1985)

Como já mencionado, parte das considerações sobre espaço traz consigo a discussão sobre **lugar**. Ele é uma parcela do espaço apropriada de vida, sendo produto humano produzido e reproduzido na relação cotidiana e histórica entre espaço e sociedade, entre o indivíduo e o coletivo. (Leite, 2007; Spink, 2001). Essas relações se configuram tanto entre os sujeitos,

quanto entre eles e a natureza, de modo que esse processo interativo forma uma rede singular de significações (culturais, emocionais e sociais) e de identidades (individuais ou coletivas) (Stepheson, 2010; Xavier, Barros, Cruz, et al., 2012). Todavia, ainda que uma **parte** do todo, o lugar, pela sua densidade e interatividade social, pode ser estudado como representante do **todo** (Leite, 2007).

Pode-se também caracterizar o **lugar** como tendo três características, quais sejam: ele é identitário, relacional e histórico (Augé, 1994). **Identitário** por representar ao indivíduo (frequentador da praça, residente da casa, etc.) um conjunto de possibilidades, prescrições e proibições. **Relacional** (ou até “existencial”) por ser o solo comum de experiências compartilhadas. **Histórico** porque ele se concretiza no e pelo tempo. Ou seja, como seu habitante “vive na história”, o lugar torna-se um “lugar de memória” de um passado vivido. (Ibid.)

Em oposição aos **lugares**, Augé (1994) propõe os **não-lugares**: espaços de trânsito e de ocupação efêmera, em que as pessoas estão apenas de passagem, nos quais o contato com o outro é limitado e que, por essa razão, neles predomina a solidão. Por exemplo, o “viajante-espectador” não consegue ver o destino turístico como um **lugar**, pois os significados ali atribuídos advêm, em sua maioria, das informações dos guias turísticos (AUGÉ, 1994). Nesse sentido, enquanto visitante, ele se distingue do “sujeito do cotidiano espacial” (o comerciante, a clientela fiel, etc.) que ali comparecem (Xavier, Barros, Cruz, et al., 2012).

Segundo Sá (2006), nos não-lugares prevalece a lógica funcional da rapidez na satisfação das necessidades e de

movimentação da sociedade. De acordo com Augè (1994), os conceitos de lugar e não-lugar são tipos ideais. Embora opostos, os lugares e não-lugares não existem separadamente, pois jamais se realizam completamente, havendo um pouco de um no outro.

Para Xavier, Barros, Cruz, et al. (2012), a mesma formalização do **lugar** cria o **entre-lugar**, sendo este um espaço intermediário que une **lugares** e **não-lugares** em um desenho singular. São lugares de passagem, intersticiais, intermediários, físicos e simbólicos. Situados no meio das designações das identidades, eles se transformam no processo de interação simbólica, possibilitando os hibridismos culturais ao acolher as diferenças. Assim, situadas entre os espaços de fluxo e as diferentes formas de lugares, tornam-se pontes capazes de compartilhar os códigos culturais (IPIRANGA, 2010).

Apesar de o conceito de **território** estar intrinsecamente ligado aos conceitos de **espaço** e **lugar**, eles não devem ser confundidos. Subordinado ao conceito de **espaço**, ele vincula-se à “apropriação da terra”, mas não à “propriedade da terra”. Essa apropriação pode ocorrer de três maneiras: **política**, por grupos ou instituições sobre um segmento do espaço; **afetiva**, derivada de práticas espaciais segundo renda, raça, idade etc.; ou **ambas** (Corrêa, 1996).

Uma mudança social também pode representar uma dinâmica territorial com fatores identitários (Appadurai, 1997). Assim, a mudança social pode ser vista em termos de **territorialização**, **desterritorialização** e **reterritorialização**. A **desterritorialização** é o processo que esvazia o território das raízes sociais e culturais reconhecidas pelos sujeitos. Há uma perda dos significados identitários frente ao espaço ocupado e do

conteúdo relacional que permitia a identificação entre o sujeito e o território. Após esse esvaziamento da **territorialização**, surgirão vários tipos de **reterritorialização**, ou seja, serão criados novos vínculos sociais e culturais que substituirão os perdidos (Pereira, Carrieri, 2005; Appadurai, 1997).

As categorias espaciais – espaço, lugar, território, desterritorialização e reterritorialização – ganham corpo e dinâmica quando se observa os movimentos de ocupação nas metrópoles. Afinal, a cidade é uma grande “teia organizacional densa e virtual”, um todo constituído por diversas unidades organizativas (ambulantes, *shopping centers*, etc.), sendo ela mesma uma organização plena de significados e estranhamentos, como atestam o deslocamento de pessoas, as demolições, as novas construções, bem como os novos códigos de ocupação nas áreas urbanas (Fischer et al., 2012). Com histórias e identidades singulares, a cidade se mostra “plural” quanto às relações e manifestações dela, (des)construindo identidades e identificações (Ibid).

Todavia, ainda que a geografia humana considere a relação entre “pessoas e lugares”, isso não constitui uma preocupação da prática do planejamento urbano. (Daskalaki et al., 2008; Stepheson, 2010) Afinal, seu instrumental continua baseando-se na representação do espaço enquanto mapa ou plano, espaço indiferenciado e manipulável segundo as restrições de eficiência e de caprichos pessoais, cuja importância está no fisicamente mapeado e não nos significados do mundo “vivido” (Stepheson, 2010).

Chanlat (1996) também problematiza o planejamento espacial instrumentalizado. Uma vez que o espaço recebe investimentos afetivos, materiais, profissionais e políticos, todo o ordenamento espacial torna-se um **jogo arriscado** e um **desafio**. É um **jogo arriscado** porque, a partir das disponibilidades do espaço, os atores procuram apropriar-se dele por meio de relações de poder. Constitui, também, um **desafio** porque o espaço concedido é um espaço possível entre tantos outros e, uma vez realizado, sempre será submetido à crítica do espaço **vivido** (Chanlat, 1996). De modo contestatório, o lugar pode se tornar um recurso discursivo e, por meio da linguagem, através de, por exemplo, rótulos e descrições negativas, os grupos podem resistir e deslegitimar as intervenções administrativas, das quais discordam (Brown & Humphreys, 2006).

Além da questão instrumental, há no Brasil, segundo Saraiva e Carrieri (2010), uma ideologia que legitima a reserva dos recursos a uma elite burocrática de planejadores pois, ao contrário do povo, cujas práticas sociais atestam sua incompetência e desnorteamento, eles saberiam o que fazer com a posse desses bens. Assim, mesmo que essas práticas “informais” possuam legitimidade (como parentesco, vizinhança, confiança ou solidariedade na luta pela sobrevivência), à medida que elas confrontarem os órgãos estatais, correm o risco de serem punidas, expulsas ou fechadas, independente do motivo (Spink, 2001).

Por fim, no que diz respeito à organização-cidade, parece que a maior parte dos gestores públicos desconsidera, no desenho oficial da cidade, os desenhos singulares que espontaneamente surgem e suas nuances econômicas, sociais e culturais

específicas. Como nos mostrará este estudo, é preciso compreender a cidade sem simplificá-la. Assim, seria possível projetar intervenções urbanísticas com base na identidade da cidade e das comunidades que nela habita (Ipiranga, 2010; Fischer et. al., 2012).

Caminhos percorridos

Na abordagem empírica desta pesquisa se desenvolveu um estudo do percurso da ocupação de um edifício que se denominou, em Belo Horizonte, de Mercado Novo (MN). Esse estudo nos remeteu à tradição qualitativa de investigação que desloca os sujeitos sociais para o epicentro ontológico e epistemológico, ao contrário da tradição quantitativa que busca a vida própria das variáveis independentes da consciência humana.

Como afirmam Denzin e Lincoln (1994), na pesquisa qualitativa o pesquisador tem a liberdade de escolher, combinar e criar os métodos de pesquisa de modo mais pertinente ao objeto que se deseja estudar, sendo aquele, portanto, um “*bricoleur*” (Certeau, 1994).

Quanto à coleta de dados, Becker (1994) sugere a técnica do mosaico, pois a diversidade de sujeitos e métodos possibilitaria contribuir para a visão do todo. Para Goldenberg (2002) isso é uma maneira de revelar como os indivíduos universalizam, em suas vidas, a época em que vivem. Cavedon e Ferraz (2005) já utilizaram, conjuntamente, as observações, as entrevistas e as histórias de vida em um estudo sobre estratégias e representações de pequenos comerciantes no viaduto Otávio Rocha, em Porto Alegre. Em concordância, nesta investigação

tais técnicas foram adotadas como complementares, sendo adicionada a técnica do mosaico, investigada ao longo da pesquisa. Entendemos por **mosaico** cada entrevista, documento e/ou fonte histórica, escrita ou oral, observações participantes e diário de campo. Vale ressaltar que a pesquisa foi construída a partir da abordagem de multi-casos, que consiste na investigação de dois ou mais sujeitos/objetos através da interrelação de vários estudos de casos (Triviños, 1987).

Para a manutenção da coerência metodológica desta pesquisa, operacionalizou-se as investigações por meio de um processo amostral não probabilístico por conveniência (Denzin & Lincoln, 1994). À medida que os sujeitos iam aceitando participar da pesquisa, eles indicavam outros (técnica da bola-de-neve) (Vergara, 2005). As **entrevistas** foram realizadas entre julho de 2010 a dezembro de 2013, de segunda a sexta-feira, quando havia maior chance de serem feitas entrevistas. Conversas informais e observações foram registradas em **diários de campo** para que fossem lembrados fatos importantes, não considerados anteriormente. Foi utilizada a observação participante que, conforme Blalock Jr. (1973) e Cavedon (1999b), envolve a profunda inserção do pesquisador no cotidiano em estudo. Dessa maneira, buscamos captar o que Malinowski (1978, p. 29) chamou de “imponderáveis da vida real”, significados no cotidiano do grupo social que dão sentido as suas práticas (modos de trabalhar, negociar etc.).

As entrevistas foram coletadas com o auxílio de um roteiro semi-estruturado que possibilita maior flexibilidade com as questões e os próprios entrevistados. Foram entrevistadas 37 pessoas (E1 a E37) com negócios no MN. A ideia era partir da

construção das trajetórias dos atores (mais antigos até mais novos) e brincar a história do MN. Infelizmente, nem todas as falas estão reproduzidas neste artigo, tendo sido privilegiados os entrevistados mais antigos, que exercem o comércio desde a inauguração do MN. Focou-se nas histórias de vida desses gestores familiares e de seus comércios (suas organizações familiares), histórias essas que se revelam por meio das narrativas, podendo-se chegar a uma compreensão do universo simbólico de tais organizações e de suas práticas organizacionais. Vale ainda salientar que a transcrição das entrevistas foi feita na íntegra, mantendo-se a estrutura original do discurso do respondente. Quanto ao Mercado das Borboletas, local de shows e eventos no terceiro andar do MN, como não nos foi possibilitada a gravação de entrevistas, a análise se baseou em conversas pelo telefone, consultas à *internet* e idas ao local durante as festas.

Este trabalho não tratará especificamente da gestão dos negócios. O intuito foi entender o uso do MN pelos entrevistados e por outros cidadãos. Partindo-se desta categorização, as análises realizadas serão apresentadas buscando isentar-se de opiniões pessoais e favoritismos. Além disso, os horizontes temporais devem ser considerados *a fortiori*. Assim, este estudo poderá contribuir como fonte de dados para a compreensão de fenômenos relacionados ao Mercado. Toma-se assim, o que disse Bakhtin (1999, p. 10) sobre Dostoievski, como uma base metodológica: “Nada lhe parece acabado; todo problema permanece aberto, sem fornecer a mínima alusão a uma solução definitiva”.

As políticas de “higienização” do centro da cidade

Antes de falarmos do Mercado Novo, é preciso fazer um resgate do que foram as políticas municipais de “higienização”, para compreendermos as mudanças que vêm ocorrendo naquele espaço. Em Belo Horizonte, à semelhança de outras capitais, as décadas de 50 e 60 marcam o início do deslocamento do centro da cidade pelas camadas de mais alta renda. A zona sul, a área “nobre” da cidade no projeto de Aarão Reis, onde as classes de maior prestígio se instalaram e aí permanecem, consolida-se à medida que essas classes se auto-segregam. Nesse deslocamento de uma direção, o centro é abandonado como local de moradia e, depois, de compras e lazer. É quando surgem os primeiros subcentros voltados para elas, mais próximos e mais sofisticados, destinatários simbólicos de *status* e modernidade, como a Savassi, o Lourdes, os *shopping centers*, etc. Posteriormente, o processo iniciado com a criação e verticalização de bairros de alta renda em meados do século XX extrapolará os limites do município com a comercialização de condomínios de alto luxo na região de Nova Lima no fim do século (Villaça, 1998; Plambel, 1986).

O centro, ao ser abandonado pelas camadas de alta renda, entra, aos olhos desta, em “decadência”. Villaça (1998) defende que o declínio dos centros principais são fenômenos provocados pelo poder das classes mais altas sobre o espaço urbano e o sistema de locomoção. Nesse sentido, o abandono dessa região teve como causas o aumento do uso do automóvel, que exigia uma cidade mais adaptada a ele (garagem nos edifícios, vias mais largas, etc.); o crescente fluxo de veículos e pessoas, consolidando o centro como local de passagem; o deslocamento

das empresas; e o empenho do capital imobiliário em tornar obsoletos os centros existentes e promover novas frentes imobiliárias.

Ao abandono do centro pelas classes ricas, seguiu-se uma tomada dele pelas camadas mais populares e a conseqüente desvalorização daquela região. Ao deixar de ser um local interessante para o consumo e moradia nobre, o centro também deixou de atrair o investimento de capitais e, os edifícios dali tiveram o seu valor de troca reduzido em detrimento de outras regiões que passaram a ser o novo destino desses capitais (Villaça, 1998).

É importante salientar que os moradores das periferias são os principais frequentadores do centro justamente por serem os maiores beneficiados pelos bens e serviços ali instalados. Todavia, são sistematicamente tratados pelo planejamento da capital como “inadequados” ao que se quer para a região, a saber, “visitantes e usuários solváveis” (Vainer, 2002). Ainda sim, eles insistem em comparecer, seja através do comércio informal (camelôs, ambulantes, toreros), seja através de pequenos crimes, em ações que se caracterizam mais pela falta de alternativas que por opção. Nesse sentido, a ausência de políticas públicas para as áreas periféricas, crescentemente ampliadas, repercute no centro, para onde vão as demandas por bens e serviços de uma população que não é atendida nos seus lugares de moradia.

É nesse contexto que os projetos de intervenção urbana ganham destaque, no sentido de melhorar a imagem da cidade através da reutilização da infraestrutura, do dinamismo do comércio local, etc. Seria o período da **Reinvenção Urbana**,

iniciado na década de 1990, cujo objetivo principal são ações sobre a economia da cidade para a geração de emprego e renda (Vargas & Castilho, 2006). Tal objetivo tornaria a estrutura determinante da **forma** e da **função** daquele espaço, de acordo com as categorias de Santos (1985).

Na graduação de atividades urbanas para atender a essa reinvenção, surgem as classificações dos centros (centro “histórico”, “comercial”, “de negócios”, etc.) segundo a atividade desenvolvida e o raio de influência. Assim sendo, a nova ideologia do planejamento urbano pressupõe “avaliar a sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisar o porquê de se fazer necessária a intervenção” (Vargas & Castilho, 2006, p. 3).

Tornam-se comuns, nesse contexto, as analogias do planejamento urbano com a Biologia. Nesse jogo de significados, temos um “organismo” que precisa da intervenção cirúrgica/acupuntural para recuperar a saúde, manter a vida ou atender às exigências estéticas (Vasconcellos & Mello, 2006). As intervenções adotadas por essa “medicina”, que é um aperfeiçoamento do modelo de quarentena utilizado na Idade Média para o enfrentamento da peste (aplicação de confinamento, vigilância, registro centralizado, desinfecção e divisão do espaço para inspeção), deram origem ao processo conhecido como “higienização”. Esse conjunto de procedimentos, inspirados no modelo disciplinar de “cidade pestilenta” (Foucault, 1987), orientava-se pelos ideais modernistas de arejamento e desaglomeração, justificando a derrubada das edificações e a retirada dos habitantes, ainda que essa desterritorialização

produzisse a segregação social, ao romper a tecidura urbana e os elos de vizinhança (Vasconcellos & Mello, 2006).

É interessante notarmos que esse movimento de limpeza do hipercentro das cidades é um movimento que se repete de tempos em tempos. Julião (1996) nos ensina que já no começo do século XX a cidade também passava por este tipo de limpeza. Para esta autora o discurso higiênico constituiu-se um dos pilares da normatização da vida humana na nova cidade no começo do novo século. Dentro desta nova concepção de ordem pública vinculada aos imperativos da produção, e respaldado por um discurso que desqualificou o homem pobre, uma gama de comportamentos individuais e coletivos, quando não puderam ser remodelados, foram reprimidos ou banidos para outros territórios urbanos.

A década de 1990 é quando os projetos de intervenções em áreas urbanas centrais reaparecem sob uma nova forma, destacando-se internacionalmente, inclusive na América Latina. A retomada do planejamento urbano, após algum tempo em desuso, teria surgido com um modelo de inspiração no “plans cap al 92” de Barcelona, cuja urbanística ficou conhecida como a matriz do Planejamento Estratégico. Utilizando-se do jargão empresarial, esse modelo visava atender às exigências da nova fase de capitalismo flexível e predominância do setor terciário. Nele, as cidades disputariam entre si os capitais internacionais (provenientes do turismo de negócios, de lazer e cultural, etc.), utilizando-se de seus atributos espaciais (Arantes, 2002; Vainer, 2002).

Nesse sentido, em meio à competição global por recursos, as cidades deveriam ser geridas como empresas eficientes a fim de encontrar o seu nicho estratégico e atraí-lo pela promoção de suas vantagens comparativas (Harvey, 1996). A receita de Barcelona, exportada para o mundo por uma empresa de consultoria⁹, implantada no Brasil pela primeira vez na capital carioca em 1994 (Vainer, 2002), pode ser entendida como uma ação para explorar e potencializar a “imagem-cidade” – composta pelas características que conferem identidade e prestígio à metrópole. As intervenções (gentrificação, exortações cívicas, *city marketing*, etc.) se articulariam para “desenvolver uma imagem forte e positiva da cidade, explorando ao máximo o seu capital simbólico, de forma a reconquistar sua inserção privilegiada nos circuitos culturais internacionais” (Arantes, 2002, p. 54).

Ainda que essa política pública de *image-making* não seja de fato uma grande ruptura com as formas anteriores de planejamento urbano, centradas na gentrificação, a novidade dela, segundo os seus defensores, estaria na mobilização da opinião pública. A ideia seria incrementar a adesão ao ícone da cidade, motivando os cidadãos a participar, de modo favorável, na elaboração e execução do plano. A “cultura cívica” e “consenso público”, para citar duas expressões usadas como eufemismos, dariam mais consistência à construção de cidade. Nesse sentido,

⁹ A empresa, catalã, chama-se a *Tecnologies Urbanas Barcelona S. A.* (TUBSA). No grupo destacam-se Jordi Borja (presidente da empresa), Manuel Castells e Manuel de Forn – intelectuais que, por meio de consultorias e publicações, aliado à experiência de Barcelona, ajudaram a divulgar o novo modelo (Vainer, 2002).

teríamos, junto à intervenção urbana, uma fábrica de ideologias sobre o território, a comunidade, o civilismo, etc. (Arantes, 2002).

Dito isso, analisaremos agora, os instrumentos (legais e outros) que a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) tem utilizado para restabelecer o status simbólico do centro pois, a partir da Constituição Federal de 1988, inicia-se uma nova etapa no planejamento urbano brasileiro, quando essa política é passada para o poder público municipal, sendo este obrigado a elaborar um plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes (CF, art. 182, § 1º).

Em decorrência da nova legislação, Belo Horizonte, desde julho de 2003, dispõe de um **Código de Posturas** (CP – Lei 8616/03) municipal que regulamenta o uso e ocupação do espaço urbano pelos cidadãos. Resumidamente, esse código disciplina os usos da cidade. Assim, aos nossos olhos de *flâneures*, interessamos como o Centro de BH passa por uma mudança de aparência, como toda mercadoria no capitalismo (Debord, 1997). Além da ressignificação do espaço como valor de troca, também interessa quais usos/funções a cidade procurava esconder, reordenar, favorecer. tendo como instrumento as regulamentações do espaço.

O CP surgiu porque houve a necessidade, segundo o gerente de Controle Urbano da Secretaria de Gestão regional Centro-Sul na época da pesquisa, 2006 a 2009, com atualizações em 2011, de se resolver o “problema”. O “problema” parecia se referir especialmente aos vendedores ambulantes que povoavam o hipercentro da cidade.

O projeto de revitalização do centro da cidade se deu de 2001 a 2008 e neste se realizou a retirada dos 2.371 ambulantes do hipercentro, bem como sua alocação em mercados e galpões que se transformaram em *Shopping* populares (Oiapoque, Tupinambás, Xavantes, Caetés, Tocantins e Barro Preto)¹⁰. Esse processo de reterritorialização se deu a partir do Código de Posturas, que dispunha:

Art. 118 - Fica proibido o exercício de atividade por camelôs e toreros em logradouro público. (...)

Art. 3º - Os camelôs e toreros cadastrados pelo Executivo entre 1998 e novembro de 2002 e que estejam exercendo suas atividades poderão permanecer no local de exercício até que sejam criados os espaços de que trata o § 1º do art. 4º das Disposições Transitórias deste Código, para os quais serão transferidos.

Art. 4º - O Executivo promoverá, de forma negociada, dentro do prazo de 6 (seis) meses a partir da vigência deste Código, a desocupação de camelôs e toureiros do logradouro público.

§ 1º - Serão criados, fora do logradouro público, na Zona Central de Belo Horizonte (ZCBH), na Zona Hipercentral (ZHIP) ou em área de grande circulação de pedestres, locais específicos com viabilidade econômica destinados a abrigar as atividades exercidas por camelôs e toreros.

¹⁰ Disponível em:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPic=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regionalcentrosul&tax=13759&lang=pt_BR&p=5460&taxp=0&%3E Acessado em: 15/06/2014.

Dessa forma, ficou estabelecido, legalmente, o impedimento do trabalho de ambulantes nas ruas de Belo Horizonte. Contudo, foi garantido um espaço para trabalharem àqueles que fossem devidamente cadastrados. Este espaço, “com viabilidade econômica”, foi criado com a função de “abrigar” camelôs e toreros. Assim, a transferência dos camelôs das ruas para os mercados está inserida no programa, cujo nome é **Centro Vivo**, realizado em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH), a Telemar, entre outros. Este, conforme consta no *site* oficial de projetos da PBH¹¹, “é um conjunto de obras e projetos sociais que visam à recuperação da área central de Belo Horizonte. Suas ações são focadas na inclusão social, econômica, cultural, na requalificação urbanística e ambiental e na segurança social”.

Ainda segundo o *site*, o programa **Centro Vivo** tem como principais objetivos: “Reforçar o Centro da capital como região simbólica da cidade e do Estado, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-o como local de encontro de todos e de oportunidades de negócios e geração de emprego”. Vale citar Fernando Pimentel, prefeito da cidade, na ocasião: “Nós estamos aqui celebrando a promulgação de uma lei que é um verdadeiro estatuto da vida urbana, que é a regulação da convivência no espaço de Belo Horizonte” (Cf. Publicidades PBH, 15/07/2003).

Entretanto, de um modo geral, o Centro Vivo veio apenas operacionalizar as diretrizes de intervenção pública na estrutura urbanística do hipercentro (ZHIP), já definidas pelo artigo 12 do Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei 7165/96), além de integrar

¹¹ Disponível em: < <http://www.vivabh.org.br/projetos.html#Centro> >
Acessado em: 20/06/2014.

uma série de ações e projetos que vinham acontecendo desordenadamente naquela região.

Segundo Santos (1987, p.25), “o jogo dos fatores de mercado é ajudado por decisões de ordem pública, incluindo o planejamento, as operações de renovação urbana e de remoção de favelas, cortiços e outros tipos de habitação subnormal”. Desta maneira, as atividades de uso e ocupação do espaço são alteradas. Isso foi o que aconteceu com o processo geopolítico de transição das ruas para os mercados. No discurso informal da prefeitura, incorporado pela população, preza-se a transferência dos camelôs em favor do pedestre e em favor do urbanismo, a partir da “limpeza do centro da cidade”.

Apesar de haver uma desprivatização das vias públicas, o processo serviu somente para restituir o uso unidimensional dos passeios, quase transformados em “não lugares”, uma solução bastante limitada para uma questão complexa como a dos ambulantes. Mesmo assim, foi uma resposta muito bem fundada no diagnóstico negativo do Projeto da Área Central (PACE), realizado décadas antes, sobre o percurso de pedestres no Hipercentro¹², que colocava o comércio de rua como parte do problema (Plambel, s/d).

Ao indicar os reflexos negativos, o diagnóstico do PACE salienta a economia de transbordo, distribuída ao longo do

¹² Desenvolvido desde 1975, implantado em 1980, com o intuito de revitalizar o centro enquanto lugar de atividades econômicas, de promover mudanças na estrutura de transportes e de recuperar a qualidade ambiental, o PACE é entendido como marco balizador da política pública para o centro de Belo Horizonte (Souza & Carneiro, 2003).

itinerário dos pedestres, entre um ponto e outro das linhas ônibus no Hipercentro. Posto que se destina ao consumo imediato, essa economia, presente nos “entre lugares” da capital, prejudicaria as funções “nobres” do Hipercentro, que deveria ser revitalizado como “um lugar de mercado” com características de centro metropolitano (Souza & Carneiro, 2003).

A expulsão dos ambulantes, cuja permanência era associada a atividades ilícitas (contrapando) e à poluição visual (superlotação de barraquinhas nas calçadas), ajudou na produção simbólica do espaço do centro de Belo Horizonte enquanto um lugar de morar, trabalhar, consumir e lazer. Segundo a prefeitura e os jornais locais, houve uma grande aceitação das pessoas que moram, trabalham e usam as áreas intervidas pelo programa **Centro Vivo**. Percebemos isso, por exemplo, na fala do então prefeito Fernando Pimentel, quando participou do projeto Cidade em Debate, em 2004, sobre esse programa: “Não é só uma obra, não é só uma intervenção física, mas toda uma mudança conceitual sobre o tratamento a ser dado ao centro. Nós temos grandes expectativas em relação a esse programa, que está sendo muito bem aceito pela população”¹³.

A remoção dos camelôs, a liberação dos passeios, o aumento da fiscalização e a melhoria da segurança também foram os aspectos mais elogiados pelos entrevistados de uma pesquisa de opinião, realizada em junho de 2006, encomendada pela PBH para subsidiar a implementação do Plano Diretor do Hipercentro (PRÁXIS, 2006). Em parte, tal aprovação se deu pela instalação de câmeras de vigilância 24 horas pelo programa **Olho Vivo**, uma

¹³ Disponível em: <<http://www.radaroficial.com.br/d/4709889951662080>>

parceria entre a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS), representando o Governo Estadual, a PBH, a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A (PRODABEL) e a CDL/BH.

O projeto, que custou inicialmente 100 milhões de reais ao erário (Silva, 2005), é composto por 72 câmeras distribuídas em locais de grande comércio e/ou classe alta, abrangendo os bairros Barro Preto, Savassi, Funcionários, Lourdes e o Hipercentro, para diminuir os índices de ocorrências policiais, de depredações em equipamentos públicos e aumentar a sensação de segurança da população. Implantado em 2002, de forma experimental, o **Olho Vivo** passou a operar de maneira plena, no Hipercentro de Belo Horizonte, a partir de 13 de dezembro de 2004. A instalação das câmeras, segundo os jornais, favoreceu a percepção da população de que o centro se tornara um lugar mais seguro e agradável – fator que pode ter contribuído para o aquecimento do comércio na região¹⁴.

Há que destacar as semelhanças entre o modelo de Barcelona e o programa **Centro Vivo**. Em primeiro lugar, ambos objetivavam a reurbanização geral da cidade, a partir de intervenções pontuais. Todavia, aqui a proposta de intervenções

¹⁴ Cf. Jornal Estado de Minas. “Olho Vivo reduz violência em BH”, 24/03/2006.

pontuais para dar uma nova forma ao espaço foi mais modesta¹⁵, se comparada ao ambicioso projeto de construção de cem praças na metrópole catalã (Arantes, 2003). Além disso, ambos buscaram a divulgação de seu projeto junto à população, a venda da imagem de cidade segura, o consenso em torno da importância de melhorias para região com benefício ao restante da cidade; promoção do espírito de “patriotismo cívico”, de pertencimento e de participação, entre outros.

Para finalizar, mesmo que as políticas da Prefeitura tenham sido mais punitivas com os ambulantes da região, elas tiveram seus impactos sentidos em outros lugares, em alguns casos não menos drásticos, como nos mercados da cidade¹⁶. Esse

¹⁵ As intervenções, já concluídas, foram a reforma das praças Sete, da Estação e Raul Soares e Rui Barbosa; as requalificações das ruas Rio de Janeiro, dos Caetés, dos Carijós, trechos da avenida Amazonas, ruas do entorno do Mercado Central; e a requalificação das áreas hospitalar. Disponível em: < <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&app=politicasurbanas&tax=16903&pg=5562&taxp=0&> >

¹⁶ Esse foi caso dos três mercados distritais de Belo Horizonte: o Mercado de Santa Tereza, do Barroca e do Cruzeiro. Ainda que o funcionamento dos referidos espaços, inaugurados em 1974, seja regulado pelo Plano Diretor da cidade, pela Lei de Uso e Ocupação do Solo e pelo Código de Posturas, há um sentimento de que a PBH está em descaso com eles. Atualmente, o Mercado de Santa Tereza, na Região Leste, está vazio, à espera de decisão judicial. O Mercado do Barroca, na Região Centro-Sul, está fechado desde 2000, para dar lugar à sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O Mercado do Cruzeiro, na mesma região, o único em pleno funcionamento, passa em tempos em tempos por ameaças da desocupação e por promessas de revitalização. A situação do Mercado Santa Tereza nos interessa para fins deste artigo e será revisado mais adiante. Disponível em: < http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_2/2009/02/06/em_noticia_interna.id_sessao=2&id_noticia=98250/em_noticia_interna.shtml >

foi o caso do Mercado Novo cuja identidade espacial foi transformada com a presença de jovens de classes média e alta nas festas promovidas no local – um movimento, em parte, causado pelas políticas públicas contra o esvaziamento do hipercentro¹⁷. Veremos como esse processo se deu a partir da constituição e histórico deste edifício.

O Nascimento de um novo espaço na cidade

Iniciado em 1963, a partir de um empreendimento da construtora Sobrado, o Mercado Novo (MN) era um projeto renovador. A construção deste edifício objetivava, via iniciativa privada, criar um mercado que seria modelo para o abastecimento de Belo Horizonte e que se diferenciaria substancialmente do espaço até então existente: o Mercado Municipal (MM) – hoje, o atual Mercado Central (MC) de Belo Horizonte.

O MN possui quatro andares. O térreo, que é quase uma galeria, um **entre-lugar** por onde se atravessa de uma rua a outra, abriga o comércio de hortifrutigranjeiros e é gerido pela *Associação do Novo Mercado*. No primeiro andar, há um pequeno estacionamento para carga e descarga de mercadorias e, do total de lojas existentes no MN, há um grande percentual de estabelecimentos comerciais em funcionamento. No segundo andar há um espaço explorado como estacionamento, com

¹⁷ Conforme a reportagem no Jornal Estado de Minas em 29/07/2003: “[...] morar no centro de Belo Horizonte é viver entre o céu e o inferno. O acesso fácil e rápido ao comércio e serviços atrai os mais velhos, apesar do tráfego intenso, do barulho e da poluição, mas a violência preocupa e afasta os mais jovens, que têm necessidade de diversão, principalmente à noite”.

capacidade de 140 vagas, assim como algumas lojas construídas e utilizadas. O terceiro andar é caracterizado por grandes espaços com várias bancadas de cimento e sem paredes, lojas inacabadas e algumas poucas em funcionamento. Nele fica o “Mercado das Borboletas”, espaço de festas e eventos culturais, que vem se tornando ponto de encontro de jovens de classe média e alta. Esses três andares são geridos pelo *Condomínio do Mercado Novo*. O quarto andar é o terraço, de propriedade da Prefeitura. No edifício não há elevadores, sendo utilizadas as escadas e a rampa do estacionamento para transitar entre os andares.

O projeto do MN foi, de acordo com entrevistados, parte de uma tentativa da Prefeitura de alterar a comercialização e abastecimento de alimentos para a cidade. Nesse sentido, alguns relatam que o MN foi construído para substituir o Mercado Municipal. Para os gestores da construtora Sobrado, o projeto do MN objetivou, principalmente, a venda de lojas aos comerciantes do MM.

Segundo relatos, o espaço do MN substituiria as precárias condições do MM que, à época, era um espaço sem cobertura, com ruas de terra, enlameçadas, e com barracas de lona. Nessa perspectiva, as lojas ofertadas pareciam ser uma alternativa de sobrevivência ou até o único caminho possível aos comerciantes do MM, diante dos boatos de que o MN seria o novo espaço para o abastecimento da cidade ao invés do MM, que seria transformado em uma praça de lazer. Consequentemente, o MN seria onde os novos negócios pelos quais muitos comerciantes do Mercado da Prefeitura investiram e se enveredariam a fim de continuarem suas atividades.

O local escolhido para a construção do MN foi uma garagem de bondes, que deixaram de servir como meio de transporte para a capital. Sua localização, próxima ao antigo Mercado Municipal, contígua ao bairro Barro Preto, conferiu-lhe um papel de articulação com outra parte baixa do centro metropolitano – as Avenidas Paraná e Olegário Maciel, o ribeirão Arrudas e os trilhos da estrada de ferro –, determinantes para as atividades (econômicas e outras) de uma população de renda média baixa. (Souza & Carneiro, 2003).

Contudo, como as ações dos homens não podem ser previstas e controladas, uma vez que a imprevisibilidade é imanente à nossa condição humana (Arendt, 2007), em um movimento não previsto pela Prefeitura, os comerciantes do MM se cotizaram e compraram aquele velho espaço, agora conhecido como Mercado Central (MC), que passou a ser gerido por meio de uma associação e não mais pelo órgão municipal. Essa ação resultou na inadimplência do negócio imaginado pela Prefeitura e a construtora Sobrado, pois os comerciantes que se comprometeram a financiar a construção das suas lojas no MN, desistiram de investir nesse projeto, que passou por dificuldades financeiras.

Como forma de garantir a inauguração das atividades comerciais do MN, uma “feira aberta” foi instituída. Com o tempo, os espaços dali, antes abertos e de livre acesso, foram divididos e transformados de tabuleiros em lojas. E foi assim que os comerciantes ocuparam o andar térreo que, no projeto inicial do MN, deveria ser um estacionamento.

Dada a interrupção do projeto do MN, os comerciantes do térreo criaram uma associação – a *Associação do Novo Mercado* – com o intuito de consolidar, formal e informalmente, as atividades comerciais dos que já estavam trabalhando naquele espaço parcialmente construído. Ela passou a reivindicar e fiscalizar o término da construção do MN, formalizar, junto à Prefeitura, a situação deste, e defender os interesses dos seus associados. A associação, portanto, adquiriu os direitos de administração e gerenciamento da parte térrea da construção.

A partir da formalização do negócio, os diversos comerciantes do Mercado parcelaram suas dívidas e pagaram, ao longo do tempo, o que era devido à associação. A Prefeitura, assim como aconteceu no Mercado Municipal após a privatização, interferiu na estruturação desse Mercado, determinando a mudança no piso, o fechamento das lojas e a construção de paredes que separariam as lojas, tabuleiros e bancadas já existentes.

No que tange a ocupação do MN, o andar térreo assemelhava-se ao Mercado Municipal, com negócios relacionados ao abastecimento da cidade, haja vista que ali se estabeleceram ex-funcionários do MN, que resolveram ali continuar o negócio de seus patrões. Um dos motivos apontados para esse possível empreendedorismo eram os baixos valores de aluguel e/ou preço das (pequenas) lojas. Como muitos lojistas do MM que já tinham comprado lojas no MN desistiram do projeto da construtora em meio à construção, elas se tornaram acessíveis à renda de funcionários. Outro motivo é que os funcionários, tendo socializado naquele ambiente, acabaram desenvolvendo

estratégias e táticas diretamente associadas ao público, que já os conhecia.

Em outros casos, alguns dos atuais comerciantes já tinham tido experiências em comércios em outros Mercados e viram no MN uma oportunidade para seguirem seu rumo. Também pelos baixos valores de aluguéis, o MN democratizou a oportunidade comercial no centro da cidade. Ali se permitiu o começo de atividades a indivíduos sem tradição comercial, oriundos de atividades pouco remuneradas ou com pouco capital disponível para a compra de loja na região central. Filhos, comerciantes falidos, profissionais de outras atividades, parentes e conhecidos de lojistas do Mercado, começavam seu negócio em pequenas lojas que iam se expandindo.

Todavia, esses comerciantes tinham suas atividades comerciais legitimadas pela associação que os representava e os uniam simbolicamente diante da desagregação que os voltava para as respectivas vidas individuais e comerciais. Nesse sentido, essa associação desde suas origens sempre foi reconhecida, mas não era prestigiada por muitos daqueles que dela faziam parte. “Capengando” em busca da agregação de interesses, essa associação ganha mais força política à medida que individualmente a situação piora, pois esta se legitima e se afirma por suas práticas reconstituidoras do Mercado em meio à individualidade de seus membros. Ainda que a participação tenha sido pouco efetiva, a associação se afirmou a partir de dificuldades impostas à existência do Mercado.

Apesar da construção do MN ter sido caracterizada pela dificuldade financeira de seus novos empreendedores, é

interessante evidenciar que o início no MN deu um novo rumo às vidas de pessoas que já estavam no comércio ou em outras atividades produtivas, mas que viram neste espaço uma oportunidade de trabalhar no abastecimento da cidade ou de montar um negócio qualquer e dele sobreviver. Nesse sentido, a desorganizada e apressada inauguração de uma feira de produtos hortifrutigranjeiros, em 1962, visando à ocupação rápida do novo espaço, buscava também definir uma identidade dele frente ao MM e à cidade.

A luta contra a Prefeitura para a legalização do MN, a negociação com a construtora para a compra dele, a arrecadação de verba para manutenção do espaço, dentre outras ações da associação, foram práticas provenientes de sua origem pelas quais configuravam a união e o reconhecimento dos comerciantes sobre ela. Atualmente, novas ações dessa associação (jornalzinho, a compra de equipamentos, a divulgação do Mercado e a congregação de lojistas) reinventam sua legitimidade e prospectam novos futuros, ainda que sem o entusiasmo de muitos comerciantes.

Desse modo, a Prefeitura e a construtora, quando não mais tinham objetivos (substituir o MM) e responsabilidades (término da construção pela Sobrado) para esse lugar, abriram caminhos para que outros idealizadores **reterritorializassem** o projeto do MN. Dessa reconstrução social e econômica, o edifício do Mercado se divide em duas partes com caminhos distintos: o térreo e o primeiro, segundo e terceiro andares. Vejamos como a formação da identidade desses espaços se desenvolveu.

Os dois lados do mercado: o de baixo e o de cima

Por seu caráter inicial de improvisação, o espaço do MN teve em seus momentos diferentes etapas na sua construção caracterizadas pela preferência comercial dos espaços “de baixo” em relação aos “de cima”. Da descontinuidade do projeto inicial da Prefeitura, uma nova construção (ou **reterritorialidade**) se fez premente ali ao custo de uma ocupação equitativa dos quatro andares do edifício.

Como vimos, a diversidade social e econômica que se uniu em torno do comércio do MN constituiu um grupo formalmente instituído em prol da sedimentação das práticas comerciais no andar térreo (“a parte de baixo”) do prédio, projetando-os no contexto comercial da capital. Ainda sim, havia um acordo com a construtora Sobrado por meio da qual as lojas do segundo e terceiro andares deveriam ser finalizadas para que os comerciantes lá se estabelecessem. Enquanto isso não ocorria, os lojistas exploravam o térreo por meio de contratos de comodato com a construtora. No entanto, durante a primeira década do prédio, frente ao movimento comercial no térreo, os comerciantes definiram continuar ali, não desejando mudar para os andares de cima.

Se na parte de baixo, inicialmente se definiu e se posicionou em favor do rentável comércio, que justificou e deu voz a eles no todo que era o MN, na parte de cima, o desinteresse, a demora na construção e estruturação, desagregou a perspectiva de seu projeto inicial: ser a verdadeira área comercial do MN. E enquanto a parte de cima, ainda sem identidade, era ocupada como depósito de lixo e material, a parte de baixo contribuía para

a ascensão comercial e material de muitos comerciantes. O que era para ser estacionamento, virou comércio e onde era para ser comércio, tornou-se comércio e estacionamento, invertendo/reterritorializando o projeto inicial. Conforme nos conta o entrevistado E 17:

Quando eu vim para o mercado há trinta e dois anos atrás, o segundo andar era um deserto. E hoje na parte onde é o estacionamento, eram lojas e *box*. Os vizinhos destes prédios traziam a lixarada toda para cá. Colchão velho, sofá velho. E então aqui tinha rato para lá e para cá. (E17).

Só alguns anos após a sua construção, lojas do primeiro, segundo e terceiro andares começaram a ser utilizadas comercialmente, ainda de modo desigual. Um fato peculiar é que, ao longo dos anos, aproveitando o desinteresse da associação dos lojistas pela parte de cima, uma vez que ela se empenhava em cobrar da construtora a edificação da parte de baixo, um ávido comprador tornou-se proprietário de 70 a 80% das baratas lojas dos três primeiros andares para especulação imobiliária. Por si só, esse fato foi responsável pela estagnação comercial e má conservação desta parte do Mercado. Os poucos comerciantes que se interessavam pelo local, nada podiam fazer para melhorar a área que ocupavam, visto que grande parte das lojas estava desocupada, e o proprietário da maioria delas não contribuía para as melhorias que poderiam ser feitas com a taxa de condomínio (limpeza, pagamento e contratação de funcionários, etc.). Sem recursos, o condomínio do MN perdeu sua função gestor do imóvel e passou a mediar os conflitos entre interesses imobiliários e comerciais, contribuindo para a inércia de um

espaço que hoje não atrai clientes e nem novos comerciantes. Atualmente, das novecentas e cinquenta lojas disponíveis no Mercado, cerca de seiscentas estão desocupadas.

Todavia, nessa ocupação desigual de lugares, gráficas, oficinas, confecções, dentre outros serviços, foram se apoderando dos espaços desocupados dos três andares acima do térreo, dinamizando-os. Esses estabelecimentos, pela localização no centro de Belo Horizonte e pelos baixos aluguéis, tornaram-se atrativos a atividades que demandavam espaço (serviços de tornearias, conserto de instrumentos musicais, confecção de roupas, gráficas). Por serem trabalhos feitos por encomenda, esses serviços não necessitam da circulação de clientes, como ocorre com o comércio de hortifrutigranjeiros do térreo, configurando esse espaço como um outro **lugar** no mesmo Mercado.

Na parte de cima há ainda um quarto andar, o terraço, de propriedade da Prefeitura, mas que por não ser utilizado, permanece descoberto e abandonado. Aliás, para os lojistas, ele seria um ator que dificulta o futuro do Mercado. Em primeiro lugar, por ser uma das responsáveis pela baixa ocupação do Mercado, já que dificulta a concessão de alvará de funcionamento para certas lojas. Segundo entrevistados, a Prefeitura não o faz devido à falta de regularização do prédio quanto às exigências do Corpo de Bombeiros. No entanto, eles afirmam que as vistorias estão sendo feitas e o Mercado já reúne condições para os alvarás. Essa situação é utilizada pelo entrevistado E20 como forma de exemplificar um pressuposto desinteresse da gestão municipal no desenvolvimento do MN, cujo motivo é silenciado:

É através do departamento competente e então é fornecido o alvará de localização para a loja poder se instalar aqui, se instalar aqui dentro. E ter condições de abrir a loja. E eles não liberam. [...] Que o Mercado ainda não reúne condições de ser completamente ocupado. Nós já fizemos após o incêndio que ele foi interditado, fizeram muita exigência e o Mercado foi reaberto. Nós atendemos todas elas. E fizemos uma reunião para o comitê de defesa do cidadão, o corpo de bombeiros com a Prefeitura e o pessoal do condomínio e o promotor responsável pela área. E então ficou decidido que o Mercado logo que obtivesse a licença final do corpo de bombeiros que aqui tinha condições de funcionar o projeto de prevenção contra incêndio fosse aprovado a Prefeitura teria no mesmo dia que começar a expedir os alvarás de localização. Fizemos o acordo escrito e assinado por todos. O corpo de bombeiros já concedeu e aprovou o projeto. Não tem mais nada a fazer. Agora só falta a Prefeitura começar a expedir os alvarás de localização. Aí parece que vai deslanchar. Isso tudo que foi conseguido através da promotoria, da Prefeitura e corpo de bombeiros nós atendemos e foi feito. E então está completamente liberado. É só a prefeitura começar agora a incentivar. (E20)

A situação delicada com a Prefeitura é também resultado de um incêndio que ocorreu no segundo andar do prédio em maio de 2004 e que queimou cerca de quarenta lojas do MN. As marcas, o teto esfumaçado, continuam ainda hoje. O acontecimento contribuiu para legitimar a imagem de precariedade que é divulgada nos *media*.

Alguns dos entrevistados acrescentam que esse desinteresse municipal sobre o MN também pode ser referenciado diante da diferença de atenção dispensada pela imprensa sobre o MC, conforme relatado pelo entrevistado E1, a seguir:

Agora a vantagem do Mercado lá é que o poder político deles é muito forte. Justamente porque lá é um ponto turístico. E então eles têm... a Prefeitura ou qualquer órgão que mantém negócio de turismo para Belo Horizonte se interessa em minoria aí. Dá apoio [...] Reportagem até que não sai muito não. Nós somos meio discriminados aqui.
(E1)

A posição tomada pelo entrevistado E1, em relação à melhor perspectiva identificada pelo turismo, é indireta. A atividade/fluxo turística(o) aparece como solução para os problemas vivenciados no MN, por estar diretamente relacionado à influência política dos lugares/organizações. Nesse caso, pela comparação feita entre MN e MC, entende-se que, apesar deste manter suas atividades mais relacionadas ao abastecimento, ao contrário do MC, essa condição não é considerada adequada. Nesse sentido, o turismo atrairia a atenção dos *media* e do poder público, o que nos leva a observar indícios de uma possível territorialização nesse espaço.

Seja por uma fiscalização exagerada, pouco incentivo fiscal ou pelas dificuldades na documentação, a Prefeitura surge como a personagem opositiva ao MN, prejudicando-o. Nesse sentido, alguns comerciantes legitimam a oposição ao personagem em algumas falas afirmando, com o gravador desligado, que a Prefeitura teria outros interesses pelo prédio, tal como a utilização destinada aos comércios como os *shoppings*

populares, que hoje compõem, como vimos, uma das políticas públicas de assepsia urbana¹⁸.

Surgem a CEASA, os sacolões e os supermercados: novas práticas adaptativas

Além da Prefeitura e dos *media*, outros processos influenciaram as estratégias de sobrevivência dos lojistas do Mercado Novo. Em 1974, dentro de uma política nacional de abastecimento das cidades, inaugurou-se no município de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, a Central Estadual de Abastecimento (CEASA). Muitas modificações se deram no MN a partir da aparição dessa empresa de economia mista do governo federal. A instituída central de abastecimento de Belo Horizonte, segundo os próprios comerciantes do Mercado, se justificava uma vez que o MN não mais comportava a demanda advinda do crescimento da cidade. Assim, toda a estruturação atacadista do Mercado deveria ser destituída a partir da imposição municipal, que não mais permitia o comércio de atacado nesse Mercado.

Entretanto, o varejo ainda sustentaria os comerciantes, tornando-se o principal para aqueles que estavam no MN. A partir do CEASA, novas práticas apareceram em prol do varejo. Uma delas surgiu com as mercadorias que não eram vendidas no atacado do CEASA e, conseqüentemente, eram jogadas fora. Um comerciante que afirma ter suas origens no MN resolveu comprar por baixos preços essas mercadorias e revendê-las em sua loja por

¹⁸ Sobre esse tema ver Carrieri *et al.* (2008); Murta *et al.* (2010); Souza *et al.* (2014).

preços mais baratos, originando um tipo de comércio de hortifrutigranjeiros, conhecido por “Sacolão”.

Pelo sucesso dessa prática comercial, os comerciantes do MN passaram a necessitar de novas estratégias de sobrevivência no comércio de varejo. Em primeiro lugar, os sacolões complicaram a concorrência por preço, a partir da estratégia de compras unificadas. Diferentemente dos comerciantes dos sacolões, o comerciante do MN não tem condições de comprar grandes quantidades de mercadorias para competir no preço. Em segundo lugar, essas lojas estão distribuídas em vários pontos da cidade, inclusive nas proximidades do MN, facilitando o consumo daqueles que antes frequentavam os corredores do Mercado.

Quando os supermercados também passaram a comercializar produtos hortifrutigranjeiros, o comércio do Mercado se viu ainda mais prejudicado. As lojas que comercializavam esses produtos passaram a não mais vendê-los e nem diversificar a oferta deles. Assim, o MN muda sua oferta de produtos. No trecho a seguir, o entrevistado E6 reconhece tais relações territoriais, fazendo uma breve representação da ocupação do comércio no território belo-horizontino:

Os bairros todos hoje têm bons supermercados. E então para a gente que é pequeno fica difícil [...] Porque os supermercados não vendiam frutas. Não tinha frutas, não tinha legumes, não tinha verdura. Não tinha sacolão. E então a preferência dos clientes era o Mercado. Era aqui e no Mercado Central. (E6)

Em busca da sobrevivência, o MN procura, literalmente, ir atrás de clientes, comercializando seus produtos, por meio de telefone e entregas de mercadorias. Contratos informais de abastecimento são feitos com comerciantes da região central (lanchonetes, restaurantes etc.). As verduras, pela dificuldade de conservação, precisavam ser entregues rapidamente. Neste sentido, a boa localização do prédio do MN o transformou, em substituição ao CEASA, em um ponto por onde as verduras no atacado eram comercializadas e repassadas. Os recursos para a entrega são variados, sendo feitos por caminhões, carros e carrinhos de madeira – esses últimos, uma antiga prática ainda presente no MN. A entrega parece ser a prática essencial, já que a dificuldade de estacionar próximo ao Mercado, localizado numa região que não acompanhou o aumento de veículos nas últimas décadas, é um problema para os clientes. De acordo com o entrevistado E2: “As pessoas vêm e acabam tomando muitas aqui na porta porque não estão estacionados no lugar certo. E então a gente acaba entregando a mercadoria na porta para eles por causa disto também”.

Todavia, a comercialização de verduras, na visão de alguns comerciantes, não aponta a nova realidade desse setor. Segundo o entrevistado E5, “nem aventureiro” (um vocábulo referente à possíveis compradores do MN) compra mais lá. Não há mais um comércio incipiente desse gênero alimentício. Nessa perspectiva de consumo, donas de casa e outros consumidores domésticos raramente iriam ao Mercado. Uma das causas seria o Código de Posturas que, em alguns de seus artigos, restringe a venda de alimentos em vias públicas, refuncionalizando esses entre-lugares:

Hoje nem verdura de folha que a Prefeitura não deixa mais vender na rua. Porque antigamente tinham as pessoas que vinham e sentavam ali do lado de fora, ali por volta das dez horas e vendiam tudo ali. E vinha o cara que ia ali e arrematava aquilo tudo ali e levava aquilo tudo lá para dentro e conseguia vender. Agora não tem mais. Porque eles proibiram. (E5)

Nesse sentido, outra estratégia incidente no Mercado Novo é a diversificação de produtos. Laticínios, armazéns, temperos, cigarros, enlatados, frios, dentre outros, aparecem ou se multiplicam. Por iniciativa dos antigos comerciantes de hortifrutigranjeiros, ou por novos entrantes, por práticas de tentativa e erro, as mercadorias ficavam ou não nas prateleiras das lojas. E, uma vez que o CEASA não atende quem não tem condições de se deslocar até ele, o Mercado pôde atender às demandas dos pequenos comerciantes e ambulantes do micro-comércio (vendedores de cachorro-quente, baleiros, pequenas lanchonetes etc.). O Mercado ascendente passa a ser denominado **semi-atacado**, um atacado que deveria existir pelo comércio de grande quantidade de mercadorias, mas cuja existência é frustrada pelo pequeno número de clientes e pelas compras esporádicas.

A referida diversificação acaba por modificar as práticas mais antigas, na qual o nome da loja era reflexo da especialização em determinado produto. Por conseguinte, havia lojistas conhecidos como o “rei da batata”, “rei da cebola”, “rei do alho”, nomes que persistem. Porém, a realidade se faz outra. No passado do Mercado, a rotatividade de mercadorias permitia a um comerciante se especializar em um produto. Era o “comércio estabilizado”, segundo o entrevistado E5, no qual a prática e a inovação de produtos não existiam: “Antigamente, você não

vendia vários tipos de hortifruti, vendia mais um tipo só. [...] Era mais ou menos. Tinha um que era rei do tomate, batata, cebola e alho porque faziam mais ou menos o comércio estabilizado. Sabiam que vendiam.” (E5).

A tentativa de acompanhar as transformações contextuais também acomete um recorrente problema: a falta de pessoas para administrar os negócios. Assim, a tentativa de diversificar os negócios de uma família perpassaria a cultura, recorrente em pequenos negócios familiares, de pouca confiança nos empregados. Com um quadro pouco confiável para gerir o negócio, tendo em vista os recursos e a socialização do(s) proprietário, fica limitada a estratégia da diversificação. Em muitos casos, inclusive, observou-se a centralização das decisões e das negociações nas mãos do(s) proprietário(s). Conforme nos relatou o entrevistado E7: “Esta loja era de tabaco e a outra era floricultura. Era. E não conhecia nada de flor. Mas depois optamos a acabar com ela também. [...] Dava muito trabalho. [...] Eu ficava mais aqui e não tinha muito tempo para isso.” (E7)

Não só a diversificação, também outros rumos se fizeram necessários. Surge o comércio de embalagens no atacado e no varejo no Mercado, um negócio que aparentava ser promissor, uma nova forma de adquirir clientela pois atendia a demanda de supermercadistas, pequenos comerciantes, sacolões, ambulantes, dentre outros.

Outra estratégia surgiu a partir das lojas que precisaram ser descontinuadas em função da concorrência. Trata-se do aluguel das lojas para fins de depósito, que atendia aos grandes comerciantes, que aumentavam suas áreas comerciais dentro e

fora do Mercado, e aos proprietários do imóvel, cujo aluguel incrementava a renda. Dessas práticas, o sucesso comercial de alguns culminava em mais dificuldades para muitos, pois os depósitos traziam o desinteresse de clientes que deixavam de circular nos corredores divididos entre lojas e depósitos. Essa prática originara-se na década de 80, quando o movimento no mercado já havia diminuído, influenciando o valor dos aluguéis e da venda das lojas. Ressalta-se que não havia uma regulamentação bem definida por parte da “Associação do Novo Mercado”, que proibisse esse tipo de prática.

Talvez a associação necessitasse receber uma taxa de manutenção mensal das lojas que estivessem alugadas, ou sendo utilizadas por aqueles que pudessem contribuir, como os grandes frigoríficos, mesmo que ao longo do tempo isso colaborasse para a imagem de abandono ao consumidor varejista. Todavia, pela fala do entrevistado E5, “não aguentaram segurar”, pressupõe-se que por custos, ou pela menor necessidade de manter os depósitos, somente os grandes comerciantes no MN se sustentariam. Assim, os que não poderiam continuar com o depósito, provavelmente parariam de contribuir para a Associação, fato que dificultava a regulamentação dessa prática. Nesse sentido, grandes depósitos surgiram devido ao monopólio de grandes comerciantes do Mercado:

Mas não adiantava. O dono comprava e ele faz aquilo que quer. Esse rei da confiança ali comprou uma porção de loja aqui e alugou tudo para depósito. E eu mesmo não tinha onde guardar a mercadoria que era minha. E foi ampliando, ampliando. Fazendo depósito, depósito e outros fizeram depósito e não aguentaram segurar. Teve uns quatro aí que não aguentaram segurar o depósito e passou para ele. (E5)

Ainda entre os novos ramos comerciais que começaram a aparecer no Mercado, um dos mais recorrentes foi a comercialização de refeições – um negócio de baixo investimento e pequenos depósitos. Nesta perspectiva, escolheu-se atender aos moradores e trabalhadores do centro. A partir da nova territorialização surgem lanchonetes, localizadas na parte externa do MN, bem como restaurantes, estes mais internos e que servem muitas refeições diárias a preços mais baixos que outros estabelecimentos no centro. Eles atendem e mantêm uma frequente demanda, tidas como típicas dos restaurantes do Mercado. O “tropeirinho” é o prato principal do cardápio. Esse setor do Mercado traz movimento aos corredores, onde há pessoas sentadas em bancos ou apoiadas nas bancadas de alvenaria. Contudo, um movimento de pessoas que objetivam se alimentar, mas não comprar.

Assim, nessa diversificação, numa fase do MN em que o comércio hortifrutigranjeiro não mais sustenta grande parte dos comerciantes, três setores se destacaram: venda de refeições e lanches, miniatacados e embalagens. Além dessas, farmácias, mercearias, chaveiros, cabeleireiros, loterias são algumas das atividades que comerciantes do Mercado desenvolveram também. Contudo, apesar da tendência de diversificação, o antigo comércio de hortifrutigranjeiros, temperos, cigarros, e outros importantes produtos do passado do Mercado ainda resiste.

É interessante notar que, paradoxalmente, apesar das estratégias inventadas pelos comerciantes, nas representações sociais deles, observou-se a personificação do comércio, enquanto entidade dotada de força. Ele é referenciado como um

ser pelo qual os lojistas não têm muita influência, reagindo simplesmente, numa pressuposição de que a situação do MN não tem a ver com as práticas, estratégias ou mudanças implementadas por eles. Isso, de certa forma, defende a omissão frente à mudança e denota certa visão passiva em relação à atividade comercial, composta por práticas mais adaptativas e pouco planejadas em relação à concorrência, ao mercado, etc. Nesse sentido, uma grande mudança no papel do MN para a cidade, acontecerá com a instituição de um novo uso para aquele espaço, sem ligações com a função comercial deste edifício.

A gente, e não é qualquer gente, quer comida, diversão e arte: o Mercado das Borboletas

Desde o fim de 2010, o terceiro piso do Mercado Novo tem passado por uma transformação a partir das artes e da cultura – uma “ocupação” cultural, conforme um de seus idealizadores. Trata-se do Mercado das Borboletas (MB), uma alusão à aparição de borboletas em ambientes naturais degradados, indicando a retomada da vida. A área de nove mil m² estava destituída de finalidade, como vimos. A ideia surgiu quando o filho do maior proprietário das lojas do MN, após ver frustrada a sua tentativa de abrigar no segundo e terceiro andares um shopping popular, aos moldes do bem-sucedido Shopping Oiapoque, quis implantar naquele piso, com intenção de revitalizá-lo o projeto vencedor do

concurso para a ocupação do Mercado Distrital Santa Tereza¹⁹. Para tanto, procurou um artista plástico local, integrante do grupo premiado, propondo-lhe que participasse em sociedade de seu novo empreendimento – que conta hoje com três sócios.

O projeto de revitalização do espaço, alugado da empresa mantenedora da “parte de cima”, de propriedade de um dos sócios do empreendimento, incluía: núcleos e atividades artísticas e culturais (artes visuais, música, etc.), uma **Incubadora** de Artes e Negócios Sustentáveis, entre outros. A finalidade dele era aproveitar as 309 lojas desativadas e o *hall* do terceiro andar, além de facilitar a inserção mercadológica de empresas de bens e serviços culturais (*webdesigner*, estúdio de fotografia etc.) e impulsionar a **indústria cultural** do município. Em setembro de 2013 iniciaram-se as atividades da Incubadora que atualmente conta com quinze encubados (em sua maioria, bares temáticos).

É interessante notar que mesmo sem o auxílio do poder público local, o projeto casa com os novos usos dos espaços delineados para a cidade pela Prefeitura, sobretudo quanto às

¹⁹ Conforme vimos, em 2007, o Mercado Distrital do bairro Santa Tereza foi fechado. A prefeitura retirou os comerciantes, alegando ociosidade e prejuízo da construção. Objetivava-se transferir a sede da Guarda Municipal para o local, mas a proposta foi frustrada por um plebiscito dos moradores. Pressionada, a administração municipal fez um concurso para a ocupação, o qual três propostas participaram. A vencedora, “Mercado Santa Tereza – Centro de Artes, Cultura e Tecnologias Sócio-ambientais” propunha criar uma incubadora de empresas, um museu vivo, feiras, praça de eventos, escola de artes em resíduos e centro de referência da cultura afro-mineira. Todavia, por causa das acusações de fraudes no processo eleitoral, realizado pela *internet*, que definiria qual proposta receberia recursos do Orçamento Participativo, ela nunca foi implementada.

diretrizes da política cultural do município, como mostra o artigo 38 do Plano Diretor do município de Belo Horizonte (Lei 7165).

A primeira iniciativa de ocupação, em dezembro de 2010, era abrigar a “Feira Hippie de Natal”, que contava com a adesão de cerca de 250 artesãos. Todavia, houve um temporal que inundou o andar e comprometeu parte do telhado, o que intimidou os expositores. Diante da ausência de opções, a solução encontrada foi promover ali shows e festas. Assim, sem dinheiro, a ideia de espetáculo tornou-se norteadora do projeto, por possibilitar sua principal fonte de recursos: “resolvemos nos auto patrocinar com nossa arte a partir da realização de diversos eventos mas, principalmente, de festas culturais (...) Nosso objetivo – O ESPETÁCULO – afinal é disto que o artista vive.”²⁰

Os contatos pessoais dos sócios do Mercado com a comunidade artística (grupos de teatro, mestres de ofício e artistas plásticos) viabilizaram festas temáticas e consolidaram inicialmente mais uma opção de lazer e entretenimento na cidade. A facilidade de acesso, o estacionamento com capacidade para 140 veículos e maior proximidade dos bairros em relação a outras casas noturnas, geralmente localizadas na região do município de Nova Lima, ao sul de Belo Horizonte, também são facilitadores. Analisaremos agora o funcionamento deste empreendimento cultural.

Em determinados aspectos, o MB não se diferencia muito de outras casas de show de grande porte. Num lugar que cabe 1500 pessoas, podendo chegar a 2000, dependendo da circulação

²⁰ <https://www.facebook.com/tarcisio.ribeiro.988/posts/389474137779211>.

de pessoas durante um evento, há bilheteria de ingressos, área de fumantes, pista de dança, palco, setor administrativo, etc. Como ocorre em outras casas noturnas, mas com menor frequência, as festas são realizadas sob a forma de parceria: o produtor arca com todos os custos do evento (iluminação, som, bandas, contratação de pessoal, etc.), tendo sua receita, ou seja, a bilheteria; o MB fica com a receita do “Bar das Borboletas”, que detém o monopólio da venda das bebidas, e 20% da receita bruta dos cinco bares temáticos da venda de alimentos. O controle das fichas de bebidas é feito no caixa único, gerido pelo MB.

Chama-nos a atenção o caráter provisório da estrutura dos eventos. O aluguel do equipamento audiovisual (caixas de som, luzes, telão etc.) e a contratação dos funcionários (seguranças, técnicos de som, atendentes de bar, etc.) são temporários – sendo que, por noite, são contratadas por volta de 60 a 80 pessoas.

A diferença está no modo como os idealizadores lidam com o espaço que ocupam. Assim, mesmo o MB sendo decorado com esculturas, grafites e instalações, com essas intervenções artísticas, não se pretende mudar o aspecto rústico e simples do prédio. Aliás, a má conservação dele seria **reterritorializada** enquanto um lugar bucólico, no sentido de contrapor aos espaços hiper limpos e climatizados dos *shopping centers*, para criar um “outro tipo” de espaço urbano (um “*shopping* cultural sustentável”). Com a promoção constante de eventos culturais, festivais e shows, parece que o terceiro andar tem consolidado uma identidade própria, bem diferente da dos outros andares do MN e com maior projeção na cidade.

Ainda sim, à semelhança com os comerciantes do Mercado, a administração municipal é vista com desconfiança. Em primeiro lugar, pela ausência de uma política pública dirigida às pessoas envolvidas com os negócios criativos. Em segundo lugar e, principalmente, pelas exigências burocráticas da fiscalização municipal para que o espaço continue em funcionamento. Em um manifesto criticando a interdição no MB, ocorrida em agosto de 2012 e que durou nove meses, questiona-se a atuação da defesa civil, polícia militar, bombeiros, vigilância sanitária etc. Segundo o manifesto, a mobilização de carros e funcionários públicos foi um exagero considerando o tamanho do espaço interditado (1300 m², numa edificação de 36000 m²) e a disposição dos gestores do empreendimento cultural em mantê-lo funcionando segundo as normas vigentes – uma constatação que se assemelha, como vimos, aos comerciantes de hortifrutigranjeiros do andar térreo.

De qualquer maneira, é interessante percebermos as semelhanças entre a nova configuração espacial do 3º andar e a formação não planejada de zonas culturais, que acontece desde o início do século XXI em grandes metrópoles do hemisfério norte (Zukin & Braslow, 2011). Tal como esses distritos culturais, o MB não deve sua existência a políticas públicas explícitas a favor da “classe criativa” ou das “indústrias culturais”, ainda que no plano das intenções, como vimos, a prefeitura se preocupasse com elas. Assim, acontece neste espaço, um processo já observado alhures: a ausência periódica de investimentos financeiros e da intervenção estatal, que leva a uma desvalorização imobiliária; os baixos aluguéis atraem a classe artística que lá instala seus pequenos empreendimentos culturais. Por meio das intervenções artísticas, ela cria a impressão de um

lugar diferente dos demais, atraindo a atenção positiva dos *media* (*blogs, YouTube, Facebook, Twitter*, etc.) e transformando-o num catalizador comercial de gostos “desviantes” ou “fora do padrão” de bens e serviços criativos (Ibid)²¹. Nesse sentido, é possível pensar o terceiro andar como um **pedaço**, conforme Magnani (2003), onde os frequentadores não necessariamente se conhecem, mas se reconhecem como portadores dos mesmos símbolos de gostos, orientações, valores e modos de vida, com códigos de reconhecimento e comunicação bem evidentes.

A grande diferença é que as intervenções dos artistas no Mercado não foram espontâneas, mas promovidas pelos três *place entrepreneurs*. Por causa deles, o terceiro andar do MN renasce, enquanto lugar criativo para desempenho e consumo da diferença, uma eficaz ferramenta de *marketing* para atrair os consumidores culturais que lá têm permissão para “representar suas diferenças das normas de comportamento e papéis sociais convencionais em relativa segurança, com poucas consequências negativas para si ou para o distrito como um todo” (Zukin & Braslow, 2011, p. 136).

Essa é uma característica importante pois a instalação de um empreendimento privado no terceiro andar atraiu a atenção da PBH, proprietária do terraço que, após a implementação do Código de Posturas, vem exigindo adequação do MB às políticas espaciais de revitalização do hipercentro. Teríamos, portanto, um retorno desse órgão ao mercado, décadas depois de suas primeiras

²¹ Há registros em vídeo das primeiras intervenções artísticas neste espaço, ocorridas em 2010, pelo coletivo “Vendendo Peixe”. Disponível em: <http://urubois.org/vendendopeixe/>. Acessado em: 02/06/2014.

intervenções no térreo, quando determinou as construções que separariam as lojas, tabuleiros e bancadas já existentes.

Assim, cinquenta anos após ser inaugurado, o MN se apresenta ainda um espaço fragmentado por vários usos distintos. No térreo, comerciantes desenvolvem suas estratégias de sobrevivência (semi-atacado, aluguel para armazém etc.). Acima, no primeiro e segundo andares, onde há lojas em funcionamento, surgiu um comércio específico (gráficas, oficinas, confecções etc.), sem relação com as atividades do andar térreo. Em comum, os comerciantes destes três pisos atuam meio à confusão de lojas e não são atendidos em suas reivindicações devido à ausência de uma associação politicamente forte entre eles. O terceiro andar, que hoje integra o circuito cultural da cidade, parece ser mais eficaz na produção de sua identidade, recebendo maior reconhecimento do público externo, consumidores de bens culturais. Em comum, os atores desses quatro pisos têm a percepção negativa da administração municipal. Por fim, o quarto andar, cuja propriedade é da Prefeitura, garante a presença desta no Mercado, ensejando conflitos e desconfianças.

Considerações finais

Este estudo buscou pensar nos usos dos espaços na cidade de Belo Horizonte, contando a trajetória do que se denomina de MN. O estudo de espaço é importante para a gestão porque lança um olhar “de fora para dentro” das organizações, sejam elas públicas ou privadas. Nesse sentido uma organização pode ser entendida como um **espaço social** delimitado por um contrato, de acesso restrito e de responsabilidade limitada (S/A, Cia, Ltda,

etc.), no qual se pode ditar regras e leis, ordenar as ações de outros e exercer atividades (Spink, 2001).

Observamos que o MN, de suas origens até a atualidade, passou por momentos diversos que resultaram em diferenças no movimento de clientes. Consequentemente, afetaram vários aspectos da sua gestão. A época compreendida entre a origem do Mercado na década de 1960 até a década de 2010 revela uma polifonia de narrativas que procuravam explicitar as oscilantes condições comerciais (faturamento, manutenção, transformação das lojas, etc.), causadas por interferências externas e internas.

Aqui, os conceitos da Geografia Humana podem facilitar a compreensão. Por se tratar de um **espaço**, o prédio se degradou em sua **forma** por causa da interrupção do projeto inicial, do desinteresse dos comerciantes e da especulação imobiliária. Ele modificou suas **funções** por causa das mudanças em sua **estrutura** (a de central de abastecimento de hortifrutigranjeiros para as de semi-atacado, pequenos serviços e espaço de entretenimento). As mudanças aconteciam no mercado por ele ser, ao longo de décadas, **lugar** da ocorrência cotidiana de estratégias e táticas de sobrevivência dos comerciantes em meio a uma competição por clientes com o CEASA, os sacolões e os supermercados. Ao longo das décadas, elas concorreram para constituir as identidades e representações sociais do que é ser comerciante naquele lugar.

As distintas trajetórias das partes de cima e de baixo são também clareadas por conceitos geográficos. A parte de baixo, de um **entre-lugar**, se **reterritorializa** pela atividade feirante, tornando-se o centro das atividades comerciais do mercado. Já a

parte de cima, que era para abrigar o comércio, pela atividade especulativa e pela falta de interesse dos comerciantes, se **reterritorializa** na sua maior parte num **não-lugar**, que é o estacionamento. Há ainda outra **reterritorialidade** acontecendo no terceiro andar com o Mercado das Borboletas. Com a entrada de três *place entrepreneurs* sem proveniência das atividades comerciais do edifício, esse espaço vem abrigando, desde 2010, festas e eventos culturais, por meio de parcerias e patrocínios de grandes empresas. Nesse sentido, o edifício se reterritorializa enquanto um lugar “exótico” para um público de reconhecido *status* social, que vai ali para saciar-se de experiências e significados não provisionados em outros lugares.

A maior oposição que os sócios destacam contra o sucesso de seu empreendimento é PBH, cujas ações parecem intencionar para o fechamento do MB. Todavia, *les extremes se touchent* e o que parece ser oposição torna-se semelhança, pelo menos sob três aspectos. Em primeiro lugar, as duas organizações são geridas como negócios. O MB, certamente, por ser uma casa de shows, algo que teoricamente não deveria se aplicar à administração municipal. Todavia, conforme Vainer (2002), agora é a cidade em seu conjunto que aparece assimilada à empresa, ainda que essa mudança não seja de todo completa. Produtividade, competitividade, subordinação dos fins à lógica do mercado (sobretudo imobiliário), são os elementos que estão lá compondo o “empresariamento da gestão urbana”, uma ideologia que aprofunda o *supostamente* público e o privado do uso do espaço e que tem sido amplamente difundida (Harvey, 1996).

Em segundo lugar, como ambos visam atrair um mercado consumidor específico, devem se desfazer da política – entendida

como meio para construção da cidadania. Quanto ao MB, ainda que ele se proponha ser uma ocupação cultural, não o é, no sentido de agregar atores para o engajamento político, tal como ocorre com o “Duelo de MCs”²² e a “Praia da Estação”²³, também no centro. Do seu lado, o projeto urbano da PBH, que implica na apropriação da cidade por interesses empresariais, depende, e muito, do banimento do conflito e das condições de exercício da cidadania, tão característicos da política. Vimos esse contexto com a desterritorialização dos ambulantes para a reterritorialização de moradores e comerciantes. Pois, conforme

²² O Duelo de MCs, inspirado no *Hip-Hop* norte-americano, movimento da cultura negra daquele país, é um duelo de improvisação aberto e que reúne dezena de jovens debaixo do Viaduto de Santa Teresa, num espaço projetado para ser palco, pista de dança e arquibancada. O Duelo acontece semanalmente, embora pela negociação muitas vezes conflituosa com a PBH, que concede o alvará de apenas uma semana de validade para cada evento. O grupo, mesmo assim, insiste e “briga” pela realização do evento. Curiosamente, o “Duelo” se desenrola sob o olhar da PM-MG, que, numa espécie de contrauso às avessas, ocupou a construção, também sob o Viaduto, destinada à instalação de um bar (Jayme & Trevisan, 2012).

²³ Em um convite divulgado na *internet*, o movimento dizia: “DECRETO Nº 13.798 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009 do nosso digníssimo prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, proíbe que aconteça qualquer tipo de evento na Praça da Estação. A pergunta permanece: a quem interessa que os espaços públicos sejam apenas pontos de passagem e consumo? Se nos é negado o direito de permanecer em qualquer espaço público da cidade, ocuparemos esses espaços de maneira divertida, lúdica e aparentemente despretensiosa. Traga sua roupa de banho (bermuda, calção, biquíni, maiô, cueca), bóias, cadeiras, toalhas de praia, guarda-sol, cangas, farofa e a vitrolinha... Traga tambores e viola! Traga comida para um banquete coletivo! Onde? Praça da Estação - Hipercentro de Belo Horizonte. Quando? Sábado, 16/01/2010, 09h30min. Quanto? De graça!” Disponível em: <<http://comjuntovazio.wordpress.com/2010/01/13/prazia-na-praca-da-estacao/>> Acessado em: 15/06/2014.

Vainer (2002, p. 89) “a constituição e legitimação da nova cidadania conferida aos segmentos estratégicos caminha *pari passu* com a destituição dos grupos com ‘*escassa relevância estratégica*’”. Assim, a gestão pública precisa ser realista para atender ao seu público-alvo (usuários solventes) e não idealista ao ponto de produzir planos utópicos de inclusão social. Transfigurando-se em empresa, a cidade (*city*) é enfraquecida como espaço da política (*polis*), habitado por cidadãos, em favor de bem articulados governantes que encarnam o projeto empresarial.

Finalmente, tanto a PBH quanto o MB colocaram a cultura no centro de suas atividades. Para o MB, a fórmula é conhecida, mas lá foi implementada com algumas modificações: “redesenhasse o local; programam-se eventos culturais; abre-se um café ou coisa que o valha igualmente *chic*, completando-se o serviço com uma pequena horda de seguranças” (Arantes, 2002, p. 36). Assim, eles conseguiram uma ressignificação do lugar para fins de consumo. No caso da PBH, temos o *marketing* de uma “imagem-de-centro” para trazer de volta um público considerado “adequado” para aquela região. E busca isso com estratégias culturais de redensolvimento urbano, já levantadas por Zukin (1995). A primeira delas, como mostrou o Código de Posturas, é a determinação do manuseio dos aspectos visuais e táteis da cidade. A segunda é a articulação habilidosa de símbolos de crescimento e promessa de empregos e negócios, presentes na fala da PBH e da mídia local. A última é a busca de alianças com o círculo de negócios para a preservação e promoção de museus, complexos arquitetônicos, etc. – cujo melhor exemplo é o programa “Adote um bem cultural” da PBH.

Em ambos os casos, na PBH e no MB, o “culturalismo de mercado” (Arantes, 2002) encontra-se no centro de suas preocupações. A cultura, ao tornar-se imagem, acabou moldando tanto indivíduos e “coletividades imaginadas” que se autoidentificam pelo consumo de estilos e lealdades a marcas, quanto o sistema concentrado de provedores desses produtos intangíveis e lucrativos. Isso é importante porque, dentro desse contexto, o planejamento estratégico urbano, “antes de tudo um empreendimento de comunicação e promoção” (Arantes, 2002, p. 16–17), passará a mobilizar as pessoas por meio do *marketing* de uma nova mercadoria, a cidade, que não é vendida sem uma política adequada de *image making*.

Assim, numa época em que a “marca” ganha importância inédita, o negócio das imagens parece ser a nova fronteira de acumulação de poder e dinheiro, situação que lhe permitiu infiltrar nos domínios econômico, social e político para reconfigurá-los e valorizá-los (Kraniauskas, 1998). Isso era o que alertou Debord (1997), ao prever que a cultura seria a “mercadoria vedete” na próxima fase do capitalismo, exercendo a mesma função estratégica da estrada de ferro e do automóvel nos dois ciclos anteriores. Seja nas mãos de planejadores urbanos ou de promotores culturais, a cultura torna-se, de princípio reativo e libertário da resistência antiprodutivista, parte decisiva do mundo dos negócios públicos e privados. Nesse sentido, uma simbiose de imagem e produto, a “cidade-empresa-cultural” (Arantes, 2002), estaria determinando os usos das metrópoles a partir de fins do século XX. Usos quase unidimensionais definidos por essa nova forma de gestão urbana, mas que, como vimos, tem falhado sistematicamente em encontrar o lugar do

Mercado Novo e de suas práticas no Hipercentro de Belo Horizonte.

Referências

Appadruai, A. (1997). Soberania sem Territorialidade: notas para uma geografia pós- nacional. *Novos Estudos CEBRAP*, 49, 33-46.

Arendt, Hannah. (2007). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

Arantes, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: Arantes, O., Vainer, C., & Maricato, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. (2002) Petrópolis: Vozes.

Augè, M. (1994). *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papiurus.

Bakhtin, M. (1999). *Marxismo e filosofia de linguagem*. São Paulo: Hucitec.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *Plano Diretor e Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo – Leis Municipais n° 7.165/96 e 70166/96*. Belo Horizonte: PBH/SMPL, 1996.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *Altera o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo – Lei Municipal n° 8.137/00*. Belo Horizonte: PBH/SMPL, 2000.

Berger, P. L. & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.

Blalock Jr., H.M. (1973). *Introdução à pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar.

Brown, A. D. & Humpreys, M. (2006). Organizational identity and place: a discursive exploration of hegemony and resistance. *Journal of Management Studies*, 43(2), 231-257.

Carrieri, A. P., Murta, I. B., Mendonça, M. C. N., Maranhão, C. M. S. A., Leite-da-Silva, A. R.. (2008). Os espaços simbólicos e a construção de estratégias no Shopping Popular Oiapoque. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 6.

Cavedon, N. R. (1999). O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999b. 1 CD-ROM.

Cavedon, N. R. & Ferraz, D. L. da S. (2005). Representações sociais e estratégia em pequenos comércios. *RAE-eletrônica*, (1).

Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Chanlat, J.-F. O ser humano, um ser espaço-temporal. In: Chanlat, J.-F. (1993). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas.

Corrêa, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: Santos, M., Souza, M. A. A., & Silveira, M. L. (1996) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur.

Corrêa, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: Castro, I.E., Gomes, P. C., & Corrêa, R. L. (1995). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Daskalaki, M., Starab, A., & Imas, M. (2008). The ‘parkour organization’: inhabitation of corporate spaces. *Culture and Organization*, 14(1), 49-64.

Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo – Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Denzin, N.K. & Lincoln, Y. S. (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage.

Fanitel, L. D. & Cavedon, N. R. (2010). A cultura organizacional do restaurante chulé na praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65-91.

Fischer, T. et. al. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais – Salvador da Bahia, cidade puzzle. In: Motta, F. C. P. & Caldas, M. P. (2012). *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.

Goldenberg, M. (2002). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Gomes, M. A.A.de Figueiras & Lima, F. J. M.. Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961. In: Leme, Maria Cristina da Silva (1999). *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel.

Harvey, David. (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, 16(39) 48-64.

Ipiranga, A. S. R. (2010). A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65 – 91.

Jayme, J. G. & Trevisan, E. (2012). Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. *Revista Civitas*. 12(2)359 – 377.

Julião, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920) In: Dutra, Eliana de Freitas. (1996). *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: Editora Belo Horizontes c/arte49 – 118.

Leite, R. P. (2007). *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora Unicamp.

Magnani, J. Guilherme Cantor. (2003). *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora UNESP.

Malinowski, B. (1978). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. S. Paulo: Ed. Abril.

Murta, I. B., Souza, M. M. P., & Carrieri, A. P. (2010). Práticas discursivas na construção de uma gastronomia polifônica. *Revista de Administração Mackenzie (Online)*, 11, 38-64.

Pereira, D. & Carrieri, A.P. (2005). Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. *RAE Eletrônica*, 4(1).

Pimentel, T. D. & Carrieri, A. P. (2011). A espacialidade na construção da identidade. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(1) 1-21.

PLAMBEL. Estudo de viabilidade técnica e econômica do projeto da área central – PACE. Belo Horizonte, s/d.

PLAMBEL. A estrutura urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o processo de formação do espaço urbano. Vol. 1 e 2. Belo Horizonte, 1986.

PRAXIS Projetos e Consultoria Ltda. Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: < http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=plano_reabilitacao_hipcentro_p1.pdf. > Acessado em: junho de 2014.

Sá, T. (2006). Lugares e não Lugares em Marc Augé. *Artitextos*, 03, 179-188.

Santos, M. (1985). *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel.

Saraiva, L. A. S.; Carrieri, A. P. (2010). Contribuições ao desenvolvimento do conceito de organização-cidade: um estudo em Minas Gerais. In: *Encontro de Estudos Organizacionais*, Florianópolis, SC, Brasil.

Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. P., & Soares, A. S. (2014). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), 97-126.

Silva, Gregório Lara da. (2005). *Análise do Projeto Olho Vivo: um instrumento de prevenção da criminalidade no Hipercentro de Belo Horizonte*. 2005. Monografia (Especialização) – Academia de Polícia Militar, Polícia Militar de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Souza, José Moreira de., & Carneiro, Ricardo. O Hipercentro de Belo Horizonte: conformação espacial e transformações recentes. In: *Anuário Estatístico de Belo Horizonte*, 2003. Disponível em: < http://portal2.pbh.gov.br/pbh/pgEDOCUMENT_VisualizaConteudo_Header.html?query=pp_conteudo.id=5186; acessado em junho de 2014. URL:

Souza, M. M. P. & Carrieri, A. P. (2012). Identidades, práticas discursivas e os estudos organizacionais: Uma proposta teórico-metodológica. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(1) 40-64.

Souza, M. M. P., Murta, I. B. D., Carrieri, A. P., Pinheiro, A. S. (2014). Do beija e deixa ao membro virtual: os vários usos do

sagrado na Feira do Jubileu de Congonhas. *RAUSP-e (São Paulo)*, 49, 429-440.

Spink, Peter. (2001). O Lugar do Lugar na Análise Organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, 5, 11 – 34.

Staub, I. D. & Paula, E. R. A traição das palavras: implicações linguísticas e territoriais em processo de aquisição de empresas siderúrgicas brasileiras. In: Carrieri, A. P., Saraiva, L. A., Pimentel, T. D., Souza-Ricardo, P. A. G (2009). *Análise do Discurso em Estudos Organizacionais*. Curitiba: Juruá.

Stepheson. People and Place. *Planning Theory & Practice*, 11(1) 9-21.

Triviños, Augusto N.S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Vainer, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, O., Vainer, C., Maricato, E.. (2002). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.

Vargas, Heliana Comin & Castilho, Ana Luisa Howard. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: Vargas, H. C. & Castilho, A. L. H. (2006). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri/SP: Manole.

Vasconcellos, Lélia Mendes de & Mello, Maria Cristina Fernandes de. Re: atrás de, depois de... In: Vargas, H. C. & Castilho, A. L. H. (2006). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri/SP: Manole.

Vergara, S. C. (2005). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

Villaça, Flávio. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute.

Xavier, W.S., Barros, A. N., Cruz, R. C., Carrieri, A. P. (2012). O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais na formação do lugar, do não lugar e do entrelugar. *Revista de Administração*.47(1) 38-50.

Zukin, Sharon. (1995). *The Cultures of Cities*. Cambridge: Blackwell.

Zukin, S. & Braslow, L. (2011). The Life Cycle of New York's Creative Districts: Reflection on the Unanticipated Consequences of Unplanned Cultural Zones. *City, Culture and Society*, 2(3) 131-140.

CAPÍTULO 6

A trama “bem-sucedida” de um projeto de bairro numa “cidade sem favelas”

Nayara Emi Shimada

Elisa Yoshie Ichikawa

Uma breve introdução

Maringá é uma cidade que surgiu por volta da década de 1940 como resultado da ação conjunta de fazendeiros paulistas e empresários ingleses que, interessados em investir em solo brasileiro, decidiram criar a Companhia de Terras Norte do Paraná. Essa companhia, depois renomeada Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), foi a grande responsável em fundar, estabelecer e incentivar o desenvolvimento do que se tornaria a cidade de Maringá. Assim, toda demarcação de espaço da cidade foi ação estrategicamente pensada e realizada dentro do modelo da expansão capitalista pela Companhia. Assim, nesse momento inicial, veremos uma cidade que se constituiu desde os primeiros anos de seu desenvolvimento, como uma cidade com espaços hierarquizados e estritamente demarcados, voltado ao atendimento do capital privado.

Sendo assim, a partir da década de 1950, em razão da crescente hierarquização social, da especulação imobiliária e da permanência de um ideário de cidade “bela, acolhedora e moderna”, começaram a surgir as chamadas “ocupações irregulares” na cidade de Maringá, algo que fugia da “normalidade” de sua realidade planejada, mas tão comum em tantas cidades brasileiras na época. Dessa forma, a partir do aparecimento desses “problemas na ordem urbana”, iremos apresentar a história do bairro Santa Felicidade, bairro que surgiu decorrente do processo denominado de “Programa de Desfavelamento Municipal” pela prefeitura da cidade na década de 1970. Assim, discutindo a história do bairro desde sua fundação até as últimas intervenções empregadas pelo poder público local, será possível compreendermos como as ações de diferentes agentes em favor da manutenção de uma estética urbana que esbanja progresso e qualidade de vida e serviços, podem resultar em uma constante reorganização do espaço urbano voltada aos interesses de poucos e em detrimento de uma população pouco favorecida e ouvida.

Assim, destacamos a necessidade, neste capítulo, de desenvolver o interesse do campo dos estudos organizacionais sob uma nova forma de olhar para as discussões sobre cidades, e o contexto de um bairro, em particular, visto a partir de suas teias políticas, da gestão pública e de grupos que se colocam hierarquicamente numa posição superior para decidir sobre a organização e reorganização do espaço urbano. Além disso, é importante que os estudos organizacionais também despertem para esse tipo de debate, uma vez que há diversas inserções entre as organizações e a sociedade nas discussões sobre as cidades. Portanto, nesse capítulo temos o objetivo de discutir como surgiu

o bairro Santa Felicidade a partir das intervenções realizadas pelos agentes produtores do espaço em prol da conservação de um padrão urbanístico instituído na cidade, desde a elaboração de seu arrojado projeto inicial. Nas seções seguintes, nos aprofundamos no percurso da colonização até a configuração do espaço urbano de Maringá-PR, para posteriormente, discutirmos o surgimento do bairro Santa Felicidade.

Maringá: uma cidade planificada

E de sol a sol os homens que aqui se encontravam executavam suas tarefas de abrir caminhos e de espalhar civilização. De picada em picada, foi-se alargando a área geográfica do lugar onde hoje conhecemos como “Maringá Velho”, nascedouro da exuberante Maringá. E a primeira ruazinha aberta, [...] propiciou que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (ex-Cia. de Terras Norte do Paraná) pudesse instalar o seu escritório e oferecer terrenos com excepcionais facilidades de pagamento a todos quantos o desejassem. [...] Assim, a 10 de maio de 1947, em plena tarde de outono, com as folhas das árvores caindo suavemente sobre a terra fértil, fundava-se a cidade de Maringá (Andrade, 1979, p. 62-63).

Que fascinante imagem que esse trecho do autor Artur Andrade nos traz sobre o surgimento da cidade de Maringá. No entanto, investigando como ocorreu a configuração da região onde hoje se encontra Maringá, deparamo-nos com o apagamento de uma história pré-existente em favor da divulgação de uma “tão bela” história de desbravamento e progresso avassalador da

ocupação capitalista. Estes fatos, a nosso ver, se repetiram na história dos moradores do bairro Santa Felicidade, porém contaremos sobre isso mais adiante. Detemo-nos, neste momento, em apresentar ao leitor como que se deu a formação e configuração do espaço urbano de Maringá, para logo depois destacarmos a formação histórica do bairro Santa Felicidade.

Na verdade, a história do grandioso desbravamento realizado na região de Maringá pela empresa inglesa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que posteriormente passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), oculta a história regional de populações que já residiam primeiro nessa área. Os historiadores Mota e Noelli (1999) descrevem que os fundadores de Maringá não foram os primeiros habitantes a ocuparem essas terras, ou seja, não existia a falácia de uma terra “despovoada” ou a existência de um “vazio demográfico” apregoado pela empresa colonizadora, mas que a região conhecida como Norte do Paraná, onde está localizada Maringá, era antes ocupada por diferentes populações indígenas. Portanto, para que a Maringá e o Norte do Paraná viessem a ser regiões “prósperas”, foi necessário que a Companhia expulsasse e destruísse quaisquer vestígios de pioneirismo dessas populações no local.

Diante de tal ação, a Companhia acabou instituindo uma história de que essas terras estavam vazias à espera de uma ocupação, ou ainda, estavam livres para a venda de lotes àqueles interessados em comprá-las. Nessa situação, observa-se que a colonização da região de Maringá foi realizada dentro do modelo da expansão capitalista pela Companhia, sendo as terras indígenas ajustadas ao seu sistema de produção, não importando

os direitos, muito menos a história de povos pré-existentes fixados na região (Mota & Noelli, 1999). Dessa forma, cria-se em torno da colonização do Norte do Paraná um “ideário” de uma ocupação tranquila e sem qualquer resistência da parte daqueles que estavam sendo expulsos dos seus territórios, destacando-se o caráter pioneiro e desbravador dos primeiros habitantes desta região, lugar de mata virgem e animais selvagens, e escondendo da história “oficial” uma guerra de conquista e dominação das populações existentes, marcada por morte, perseguição e expulsão daqueles que ali já viviam. Apaga-se o seu pioneirismo, seu modos de vida e até sua história de resistência para surgir a história de uma “colonização pacífica e harmoniosa” (Mota & Noelli, 1999, p. 23).

Assim se inicia o processo de reocupação capitalista da região de Maringá, marcada pela expulsão daqueles que já habitavam as terras, pela comercialização de lotes para aqueles que tivessem condições de comprar e a implementação da política agrícola vigente naquela época no país, o cultivo do café em grande escala. Dessa forma, uma terra que se caracterizava como “vazio demográfico”, para atrair os compradores passou a ser designada como o “Novo Eldorado” ou a “Nova Canaã”, fazendo parte do projeto de ocupação capitalista, promovido pelo governo estadual com associação com o governo federal e a Companhia inglesa, afirma Tomazi (1999). A ocupação capitalista, como afirmam Tomazi (1999) e Araújo (2005), procurou silenciar a existência e a expulsão dos primeiros habitantes do Paraná – os povos indígenas, os ribeirinhos, os colonos, os posseiros, os pequenos proprietários, os trabalhadores nordestinos – e mais tarde até a participação dessas pessoas no desenvolvimento daquelas terras foi omitido.

Enquanto isso, a rica floresta do Paraná ia desaparecendo rapidamente, dando lugar a uma nova vegetação e imagem que iam se construindo por meio de fotografias e relatos diversos, que visavam atrair compradores para as novas terras com a promessa de riqueza e a possibilidade de se ter uma vida melhor, afirma Cordovil (2010). O domínio da expansão capitalista sobre a mata “selvagem” a ser civilizada era glorificada e divulgada. Era o prenúncio de uma nova realidade imposta por uma política colonizadora realizada por uma empresa privada que tinha como alvos principais: transformar aquele espaço “vazio”, remover os indivíduos considerados “indesejáveis” de suas propriedades e, em seguida, introduzir relações capitalistas no uso da terra (Cordovil, 2010). Assim, não só Maringá, mas toda essa região do Norte do Paraná, era vislumbrada como “o lugar” para se implantar o legítimo projeto de modernização.

Dessa forma, com as informações apresentadas até o momento, é possível ter uma dimensão sobre em qual contexto se formou a cidade de Maringá, e como essa reocupação é marcada por uma tendência de “reapropriação” capitalista do espaço. Assim, vemos uma cidade que foi idealizada e que ainda se desenvolve fortemente sob uma lógica capitalista, capaz de construir um espaço urbano que, segundo Corrêa (2004), é reflexo de uma estrutura de relações sociais que foram constituídas no passado e que se reproduzem até os dias atuais na configuração espacial da cidade. Portanto, consoante com que Carlos (1996) sugere, a região de Maringá foi estabelecida sobre um espaço em que antes era decorrente de uma interação entre pessoas, com suas produções e modos de vida singulares e que, a partir de uma colonização são expostos a uma urbanização planejada, transformando tais espaços em mercadorias de troca,

resultantes de apropriação exclusivamente privada realizada pela CMNP e, posteriormente, por outros agentes. Anteriormente tinha a função somente de uso, mas agora é dotado de valor de troca, em que é possível vendê-lo e comprá-lo.

Assim sendo, por volta dos anos de 1930, todo o Norte do Paraná vivenciou um intenso processo de reocupação capitalista e, a fundação de Maringá tornou-se, desde logo, peça fundamental para a ação estratégica da Companhia que se encarregava de assegurar o sucesso do empreendimento e ainda garantir a continuação do planejamento, cuidadoso e intencional, que estava sendo realizado com a colonização do Norte do Paraná (Giménez, 2007). Por isso, é impossível não perceber que a organização do espaço urbano de Maringá foi estrategicamente delineada por um agente hegemônico atuante: a Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) que, desde o início, planejou e edificou a região por meio de suas estratégias e ações concretas e, acima de tudo, buscou alcançar os seus objetivos econômicos e políticos.

Então, antes mesmo da fundação da cidade, por volta do ano de 1938, a CMNP considerando que a estrada de ferro passaria pela região de Maringá em direção a Guaíra, começou a realizar a comercialização de alguns lotes no local que posteriormente corresponderia ao município de Maringá (Reis, 2004). Não obstante, apenas em meados da década de 40 foram iniciadas as primeiras construções na região, local que posteriormente seria conhecido como “Maringá Velho”. O nome foi dado a um povoado destinado à formação de comércio e abrigo aos milhares de imigrantes trazidos pela Companhia, sendo estes, em sua maioria, paulistas, mineiros e nordestinos. O

local também servia para a realização de negociações de compra e venda dos lotes, bem como ponto de passagem para aqueles que já estavam construindo seus ranchos e as primeiras lavouras de café e cereais, complementa Reis (2004). Assim, para facilitar o deslocamento desses primeiros proprietários e, principalmente o escoamento de suas produções, a Companhia construiu também nessa área, além da estrada principal, vários acessos secundários a região onde seria instituída a cidade de Maringá, afirma Luz (1999).

Entretanto, mesmo oferecendo suporte e toda a estrutura para o desbravamento e povoamento da região, a CMNP não queria que o povoado “Maringá Velho” se tornasse o local definitivo para a edificação de Maringá, uma vez que o objetivo traçado era conseguir um terreno que se adaptasse melhor ao arrojado projeto urbanístico que planejava implantar na região (Luz, 1999). Nessa época, todavia, muitas famílias já estavam se deslocando para esse povoamento inicial em busca de novas oportunidades que as terras do Norte do Paraná anunciavam oferecer. Aliás, algumas dessas famílias traziam algum capital para adquirir suas terras, mas outras, com muitas dificuldades conseguiam dar a “entrada” na compra do lote e, para pagá-lo, tinham de passar privações durante algum tempo, afirma a autora Luz (1999).

Assim, com o estabelecimento definitivo da estrada de ferro na região, sem demora a CMNP mandou realizar diversos levantamentos e pesquisas sobre a topografia local para a efetivação do planejamento urbano da área. E com dados da futura cidade em mãos, a Companhia encarregou o urbanista e engenheiro Jorge de Macedo Vieira de traçar o plano definitivo

da mesma, tendo como a base “a mais avançada concepção de cidade existente na época” (Luz, 1999, p. 135). Deste modo, o projeto de Maringá foi desenhado com alguns traços do modelo inglês de cidade-jardim como, por exemplo, a grande presença de espaços mais amplos, vias de circulação eficientes, divisão setorial da cidade, qualidade de vida, preservação de áreas verdes e arborizadas, adaptação do traçado das ruas ao relevo e o zoneamento, sendo executado conforme os critérios de uso e ocupação do solo, entre outros (Giménez, 2007). Portanto, dentro dos padrões do modelo de cidade-jardim, a cidade de Maringá nasce sob a égide de um planejamento e de uma combinação alinhada entre a topografia do solo e o traçado estratégico de suas ruas, praças, bosques e avenidas, fomentando, nitidamente na cidade, uma segmentação dos seus espaços (Araújo, 2005; Ramos & Santos, 2013).

Como informa a série “Como andam Curitiba e Maringá”, de 2009, a cidade de Maringá foi estabelecida numa localização privilegiada, dentro da região de ocupação pela CMNP. Obedecendo a um plano urbanístico, no dia 10 de maio de 1947, foi realizado oficialmente o lançamento de sua pedra fundamental. Nos anos de 1947 a 1949 mais famílias desembarcavam na cidade em busca da “Terra da Promissão” (Tomazi, 1999, p. 64). Nessa época, a cidade despontava com um intenso ritmo de crescimento populacional e urbanização. Rodrigues, Costa e Ferrari (2009) afirmam que nos anos seguintes, apenas 18,8% da população de Maringá residia na área urbana e 81,2% na área rural. Já no ano de 1960, depois de ser elevada à categoria de município, o cenário já era bem diferente: 45,7% na área urbana e 54,3% na área rural. Estes dados demonstram como a cidade vinha sendo destaque como exemplo

de padrão urbanístico e se tornando um dos mais importantes centros urbanos do Estado.

No entanto, é possível constatar que Maringá foi fundada como cidade planejada trazendo, em sua concepção, os pressupostos de ordem e controle, ou seja, desde o início o plano desenvolvido por Jorge Macedo Vieira determinou como seria realizada a ocupação do espaço urbano de tal maneira que, previamente, já era estipulado onde deveriam morar as diferentes camadas sociais da população (Galvão & Tonella, 2010). Sendo assim, o plano inicial obedecia a conveniente localização dos bairros, determinando-lhes previamente sua função, e também a sua classificação socioeconômica: “principal”, “popular” e “operária”. Neste contexto, um lote de terras na zona “principal” custava até 10 vezes o valor de um lote de igual tamanho na zona “operária”, afirmam os autores Galvão e Tonella (2010).

Dessa forma, de acordo com Corrêa (2004), podemos observar que o espaço urbano de Maringá já nasce configurado de acordo com a sua funcionalidade ou utilidade, com formas espaciais para “operários”, outra para “populares” e uma zona privilegiada na região central da cidade, servida com os melhores serviços urbanos. Estas formas não surgiram naturalmente, mas foram produzidas socialmente pelos agentes sociais na busca da acumulação de capital, pela manutenção das relações de produção e pela procura constante da reorganização do espaço segundo seus próprios interesses (Corrêa, 2004). Assim, vemos que a cidade de Maringá se constituiu, desde os primeiros momentos de seu desenvolvimento, como uma cidade com espaços hierarquizados e estritamente demarcados, voltada ao atendimento do capital privado que, ao estipular as áreas a serem

comercializadas, conforme a condição socioeconômica dos moradores, acabou estimulando uma ocupação residencial segregada e segregadora, a qual, ao mesmo tempo, determina e aprofunda a manutenção da desigualdade, e auferir maiores lucros para os detentores desse capital, garantem Cordovil e Rodrigues (2012).

Giménez (2007) coloca que essa cidade pacífica e ordeira, e com traços da tipologia de cidade-jardim, sustenta uma ideologia ainda mais perversa em que privilegia sempre uma dominação elitista e defensora de uma hierarquização social, ideário adotado, no caso de Maringá, desde o princípio, pela sua fundadora CMNP. Assim, o espaço urbano de Maringá tornou-se, conforme podemos analisar por meio de Lefebvre (2006), um meio para execução de um ordenamento potente e centralizado, no qual a estratégia da classe dominante é a obtenção ou maximização de lucro. Nesse contexto, é possível observar, atuando sobre o espaço urbano de Maringá, o que Lefebvre (2006) chamou de discurso da modernidade, estratégia que age em prol de uma gestão eficiente dos espaços com o objetivo de transformar a cidade num produto estratégico para as classes dominantes.

Assim, vemos que essa estratégia é muito fomentada pelos agentes produtores do espaço, por meio da propagação do discurso da cidade com qualidade de vida, com geração de riqueza, um lugar de harmonia, garante Giménez (2007). Esta estratégia homogeneizadora acaba sendo “comprada” pela população e subserviente aos interesses da elite econômica, do poder público local e, principalmente, do mercado imobiliário da cidade. Dessa forma, constata-se que a configuração do espaço

urbano de Maringá foi, desde o início, permeada por uma ideologia capitalista, que está sempre em constantes modificações, seja por pressões locais, globais ou dos agentes produtores do espaço. Além disso, Teodoro e Amorim (2010) apontam que o Estado também se apresenta, junto ao capital, como um dos principais transformadores e modeladores das cidades, o que também não deixa de acontecer de forma diferente na cidade de Maringá.

Como é possível constatar, antes mesmo da sua edificação, o espaço reservado para a fundação da cidade de Maringá já tinha sido definido conforme os objetivos da ocupação capitalista da CMNP, o principal agente social formador do espaço em todo Norte do Paraná. No entanto, como destacado por Araújo (2005), muitos são os agentes econômicos e políticos que agiram e ainda agem sobre a configuração do espaço urbano de Maringá para que seus planos sejam postos em prática e mantidos até hoje, como é o caso dos agentes imobiliários, as construtoras e as loteadoras que, desde o desenvolvimento da cidade, se preocupam em impor a valorização de algumas áreas da cidade, em detrimento de outras. Conforme mencionado anteriormente, o outro agente social definidor do espaço é o poder público – o Estado – que, articulado com o poder público municipal, é o grande responsável pelas transformações ocorridas sobre o espaço urbano e também por controlar o surgimento dos fenômenos vistos como “indesejáveis” à ordem urbana, tais como as ocupações irregulares, as favelas e os moradores de rua que prejudicariam toda a estética desenhada e mantida pelos agentes sociais da cidade (Rodrigues, 2007).

Assim, estes grupos atuantes no espaço urbano são capazes de formar e modelar, conforme seus interesses ou racionalmente, o espaço social, como pode ser visto na configuração do espaço urbano de Maringá. De tal maneira, corroborando com a ideia de Lefebvre (2006) e Corrêa (2004), é perceptível a não existência de um espaço *a priori* neutro, preexistente, passivo ou vazio na história de Maringá, já que este sempre foi, e ainda é, carregado de interesses dos agentes dominantes. Portanto, vemos Maringá sendo tratada como um produto social em que agentes produzem e consomem conforme os seus únicos interesses.

Nesse sentido, tratada como produto social, a realidade urbana de Maringá se mantinha conforme o que tinha sido planejado no seu projeto inicial, isto é, áreas determinadas para serem habitadas de acordo com as condições socioeconômicas dos moradores. No entanto, ainda que essa realidade urbana pudesse ser planejada e mantida, seja pela iniciativa dos agentes imobiliários, do poder público ou dos dois agentes, o espaço maringaense apresenta aspectos frágeis, cheios de contradições e de problemas, afirma Giménez (2007). Ou seja, por mais que se tente manter uma imagem de um produto “perfeito”, um espaço de consenso dentro dos padrões estabelecidos no projeto inicial, que lhe asseguram uma configuração “ajardinada e bela” (Tonella & Rodrigues, 2003, p. 2), a ideologia produzida nunca pode ser vista como um bloco fechado ou homogêneo, conforme colocado por Malldier (2003), já que pode sempre surgir escapes ou resistências imprevisíveis frente a uma situação de assujeitamento. Igualmente, frente a uma realidade urbana “produzida”, começaram aparecer “furos” no espaço urbano de

Maringá que permitiram vir à tona uma situação que antes estava sendo abafada.

Assim, resultante da crescente hierarquização social, da especulação imobiliária e do descompromisso do poder público local com a configuração do espaço urbano da cidade, começaram a ocorrer, sobre a realidade “perfeita”, problemas relativos ao deslocamento de grupos de baixa renda para os limites fora da cidade, para as cidades vizinhas ou ainda, eles tinham a alternativa de residirem nas extremidades, isto é, nas “bordas” da cidade, locais carentes de infraestrutura urbana (Fontana& Valotta, 2014). Este contexto foi cuidadosamente ocultado e abafado da realidade urbana planejada para a cidade, já que conflitava com a imagem de um único espaço urbano homogêneo e próspero para “todos”. Dessa forma, vemos que para uma parte da população, que muitas vezes é aquela que ajudou arduamente na construção da cidade, é negado o direito de ter acesso ao que Lefebvre (2001) chamou de “as positivities do urbano”, ou seja, os benefícios que a cidade contemporânea tem para oferecer.

Portanto, Maringá se desenvolve como uma cidade capitalista, em que seu espaço urbano é o principal instrumento político “intencionalmente” organizado, configurado pelo Estado, pelo poder público municipal e que está nas mãos de uma classe dominante. Nesse sentido, aqueles que não estão dentro dessa realidade urbana planejada, ou ainda, que são afetados por esse processo de “desqualificação social” apontado por Nogueira (2009), já que não se sentem merecedores de reconhecimento social, enquanto são “removidos” para um lugar desvalorizado, lutam para construir uma identidade enquanto sujeito cidadão. No entanto, enquanto essas pessoas não oferecerem nenhum tipo de

“lucro” aos interesses dos produtores do espaço, eles continuarão sendo afastados da imagem “bela” da cidade e também dos frutos produzidos por esse espaço, já que segundo Galvão e Tonella (2010), mantendo-os “escondidos” não existirão contradições sociais ou resistências, pelo menos no plano das aparências.

Dessa forma, essas áreas produzidas pelas estratégias de acumulação das classes dominantes, como é o caso do bairro Santa Felicidade e de outros bairros mais pobres e afastados do centro da cidade, acabam tendo uma função dentro dessa estrutura social construída, já que são lugares de reprodução dos diversos grupos sociais. Assim, uma cidade dita como “planejada” nunca conseguirá abarcar toda a complexidade existente na realidade social, visto que esta acaba sendo um campo de lutas e conflitos, ou ainda, espaço para a existência de diferentes classes sociais fazerem uso dela, às vezes da maneira mais vital, tendo o direito à voz, à cidadania.

Assim, “produto” de uma colonização privada bem sucedida, Maringá vem reiterando características de exclusão, já que a datar do seu surgimento sua população nativa, os verdadeiros “pioneiros”, não foram incorporados à sua história “oficial”, visto que o objetivo de seus colonizadores era a construção de um espaço que transmitisse ares de modernidade, civilização e desenvolvimento. Como aponta Araújo (2003), os idealizadores do seu processo de construção, tanto física quanto ideologicamente, fazem questão de “excluir e apagar” o que existia antes no lugar, “reconstruindo”, junto com a cidade, uma história de desbravamento e pioneirismo, tendo como personagem principal a Companhia de Terras Norte do Paraná. Portanto, veremos mais adiante que essa prática de “excluir e

apagar” o que havia antes e buscar incutir no imaginário das pessoas uma nova e perfeita imagem e história, é comum entre os agentes sociais organizadores do espaço urbano da cidade de Maringá.

Nesse sentido, a realidade urbana divulgada por esses agentes de cidade “ajardinada e bela” prevalece sobre aquela cidade segregadora, dividida por espaços sociais previamente demarcados, por seus diferentes preços, o que demonstra o quanto Maringá nasceu e se consolida sobre uma ocupação espacial socialmente diversificada (Araújo, 2003). Assim, mesmo com o seu crescimento além dos limites pré-determinados e com uma contradição social latente, seus dirigentes continuam, “disfarçadamente” e por meio de mecanismos diversos, disseminando a manutenção dessa distribuição desigual do espaço. No entanto, como já mencionado, ainda que o seu projeto inicial assegurasse um espaço reservado para que a população pobre da cidade estabelecesse suas residências, além do trabalho dos agentes em prol de manter essas pessoas “escondidas”, Rodrigues (2004) aponta que na década de 1950, a aparente harmonia urbana desviou-se do padrão apregoadado.

Em decorrência dessa desigualdade social imposta na cidade, e também na época, em razão da crescente erradicação do café na região de Maringá e a conseqüente imigração campocidade, segundo Rodrigues (2004), passaram a ocorrer processos de ocupação irregular de terrenos públicos em vários locais: na Vila Esperança, Colônia Portuguesa, na Av. Tuiuti, na Vila Nova (favela do Queiroz), nas Ruas Monte Cáceros e Guedner e Travessa Liberdade, sendo que as três últimas formam a favela do José do Suspensório, bem como na Rua Setúbal e na Vila

Morangueira (Chácara 94, 110, Rua Havaí e atrás da Chácara Porta do Céu), e ainda a Vila Moema e Chácara 15. Além desses lugares, na região do cemitério, localizado na área central da cidade, se desenvolveram também pequenas favelas, originando a chamada “Favela do Cemitério”. Eram cerca de 300 barracos, construídos pelos próprios moradores, sem condições de acesso ao mercado imobiliário, espaço da cidade onde pessoas acabaram morando sozinhas ou com suas famílias.

No entanto, esse processo que deu origem à favelização, tão comum em tantas cidades brasileiras, em Maringá era visto como algo que fugia da “normalidade” empregada em seu espaço urbano. Assim, nas décadas de 1970 e 1980, a ação do poder público local em reverter e impedir o crescimento dessa prática na cidade ocorreu de forma contundente, afirma Rodrigues (2004). Essas ações de “limpeza na ordem urbana” tiveram início na administração de Sílvio Magalhães Barros (1973-1977), prosseguindo no segundo mandato do prefeito João Paulino Vieira Filho (1977-1982) e foram finalizadas no mandato seguinte do prefeito Said Ferreira (1983-1988). Dessa forma, a intervenção do poder público previa a transferência das 14 favelas localizadas próximas ao cemitério da cidade para núcleos populares construídos com recursos públicos para justamente receber essas pessoas, como é o caso do bairro Santa Felicidade.

Sendo assim, diante desse processo denominado de Programa de Desfavelamento Municipal pela prefeitura de Maringá, é possível enxergar nessas ações empregadas com a ajuda do poder público local, uma iniciativa para a permanência do padrão de embelezamento constituído na cidade, bem como também é possível ver uma conservação da hierarquização social

criada na cidade desde seu projeto inicial, uma vez que essas “favelas” estavam sendo construídas em um local “reservado” às elites, muito próximas à região da zona residencial principal e perto do centro da cidade. Ou seja, algo “estranho e inesperado” surgia perante a estética racionalmente mantida pelos agentes sociais da cidade, que prejudicava a imagem construída de “cidade bela”, o que também desorganizava a divisão dos espaços sociais previamente demarcados. Em razão de todos esses fatores, os agentes entram em ação com o objetivo de “proporcionar à família maringaense a oportunidade de virem a possuir casa própria” (LEI MUNICIPAL nº 1.111/75 de 11/12/1975) e, assim, realizar a manutenção da distribuição desigual do espaço. Portanto, é a partir desse ponto que na próxima seção irei dar continuação à forma como ocorreu a formação histórica do bairro Santa Felicidade.

Santa Felicidade: seus primeiros passos...

A história do bairro Santa Felicidade, bem como a trajetória dos seus moradores, se inicia muito antes da entrega da chave simbólica no dia 29 de janeiro de 1977 – dia da inauguração do bairro Santa Felicidade, denominado na época de PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados. Como exposto anteriormente, com o surgimento de algumas “favelas” no espaço urbano de Maringá e uma, em especial, na região central, a Favela do Cemitério, no final dos anos 70, a prefeitura de Maringá, autorizada pela Lei Municipal nº 11/75 de 11/12/75, visando difundir sua política de assistência social no campo da cooperação habitacional, instituiu o Programa

Social de Desfavelamento Municipal. Sua finalidade era “proporcionar à Família Maringaense, cujos rendimentos auferidos estivessem abaixo dos valores mínimos estabelecidos pelo programa habitacional do BNH, através de seus órgãos cooperadores e promotores, a oportunidade de virem possuir casa própria” (Caniato, 1986, p.15). A meta do programa foi criar o Núcleo Habitacional Santa Felicidade, financiado pelo BNH – Banco Nacional de Habitação, que tinha como plano global proporcionar iluminação pública, rede de água pluvial e esgoto sanitário, água potável, praça pública urbanizada, ponto de ônibus coberto, ruas asfaltadas e macadamizadas, centro social, entre outros benefícios.

Para atingir tal fim, a prefeitura incumbiu a Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá (FDSM), criada pela Lei Municipal nº 1122/76, de 04/05/1976, de ser o agente promotor do Programa Social de Desfavelamento Municipal. Segundo Caniato (1986), a Fundação se incumbiria de fazer a triagem necessária para a escolha daqueles que seriam beneficiados, realizar o trabalho de elevação social dessas pessoas, firmar os contratos de comodato, informar a prefeitura de algum caso de desistência do contrato e, ainda, de fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte dos novos moradores do bairro.

Nas palavras de Galvão (2011), o objetivo da prefeitura com a implementação do programa era proporcionar moradia “decente” à população mais pobre da cidade. No entanto, existia um objetivo por trás dessa “boa ação”: a de acabar com a paisagem degradante que os barracos causavam ao ideário de “cidade bela”, “cidade modelo”, já que a cidade se orgulhava do fato de não possuir favelas ou áreas de ocupação irregular. Sendo

assim, a Fundação se incumbia de fazer o levantamento das pessoas que residiam em condições precárias nas 14 favelas existentes, conseguindo cadastrar 585 famílias. Nesse ínterim, iniciava-se, também, o fechamento da maior favela da cidade, localizada próxima à região “nobre” de Maringá que, segundo Caniato (1986), chegou a ter mais de 300 ranchos – a Favela do Cemitério. Dessa forma, com a ajuda dos guardas municipais, a prefeitura providenciava a numeração dos barracos e o impedimento da construção de novos barracos.

Após fazer a urbanização da área dos 280 lotes em um local afastado do centro da cidade, isto é, na periferia, a prefeitura iniciou a construção das casas-embrião, entregues somente com a instalação de água, luz e sanitária, em 42m² de área construída, com apenas quatro paredes externas, em um terreno de 250m². Inicialmente o bairro foi inaugurado com apenas 30 casas construídas, mas não acabadas, no término da gestão do prefeito da época, Silvio Barros. Em seguida, devido às pressões dos proprietários dos lotes onde estava localizada a Favela, o prefeito que sucedeu – João Paulino Vieira Filho – abandonou o programa e iniciou a expulsão dos favelados, “rapidamente e à força, derrubando os barracos, colocando as famílias em caminhão da Prefeitura, deixando-as com seus pertences pelas estradas e municípios próximos a Maringá” relata Caniato (1986, p. 17).

Diante de tal situação, Caniato (1986) conta que a imprensa, os prefeitos das cidades vizinhas e alguns maringaenses, começaram a exigir que a prefeitura efetivasse o desfavelamento de uma forma mais humana. Portanto, o prefeito se viu obrigado a criar uma comissão especial, grupo que ficaria responsável em realizar o desfavelamento de uma forma mais

“sutil”, realizando as indenizações para alguns, os cadastramentos para outros, com o objetivo de adequá-los ao projeto. Mesmo assim, a comissão obrigou os favelados a assinar um documento declarando que estavam saindo da favela de “livre e espontânea vontade, com a promessa de não construírem nenhum barraco na cidade e no município de Maringá” (Caniato, 1986, p. 18).

Dessa forma, poucas foram as famílias que concretizaram o “sonho” de morar no novo bairro construído exclusivamente para eles. Assim, algumas famílias que não conseguiram se “adequar” às exigências do projeto, tiveram que arranjar outro lugar para residir: uns eram levados à Estação Rodoviária e Ferroviária para saírem da cidade, outros eram transportados para cidades vizinhas onde, segundo Caniato (1986), eram comprados terrenos para eles remontarem seus barracos. Do total de 59 famílias residentes classificadas inicialmente para o Programa do Perfilurb, apenas 13 acabaram sendo transferidas para o bairro, pois as demais acabaram desistindo e indo para outros lugares, devido às pressões e ameaças da prefeitura e dos proprietários dos terrenos.

Sendo assim, mesmo já inaugurado o bairro (29/01/77), as casas só começaram a ser ocupadas a partir de 09/11/77, coincidindo, segundo Caniato (1986), com a mudança do prefeito e com a nova política de desfavelamento colocada em prática “a ferro”. Nessa época, houve certa modificação nos critérios estipulados pela Fundação para a seleção dos futuros moradores do bairro. No início do programa os critérios eram: renda familiar de 500 cruzeiros, ser residente em Maringá pelo menos há um ano, e uma referência fornecida pela entidade assistida, caso o

morador fizesse parte de alguma. Posteriormente, dentro da nova política de desfavelamento, exigia-se que a pessoa fosse morador de Maringá, possuísse família, isto é, deveria ser casado e possuir filhos, bem como ser indicado pelo agente promotor. Deveria, também, apresentar uma declaração assinada por dois ex-vizinhos e ter trabalho efetivo. Vale ressaltar que aqueles moradores advindos da Favela do Cemitério eram obrigados a fornecer à Fundação atestados de “Boa conduta” e “Nada Consta”, retirados em delegacias, enquanto os moradores advindos das instituições de caridade deveriam apresentar apenas uma declaração da entidade. Sendo assim, vemos que um programa criado, a princípio, para atender especialmente aos moradores da Favela do Cemitério, acabou alterando seus critérios de seleção e exigências para a ocupação das casas, privilegiando os moradores advindos das entidades assistenciais da cidade.

Dessa forma, havia uma nítida discriminação, por parte da Fundação, em relação aos moradores da Favela, uma vez que foram exigidos muitos requisitos morais e econômicos, critérios que dificilmente esse grupo teria condições de apresentar em razão de suas condições naquele momento (Caniato, 1986). É possível observar que o próprio órgão responsável pela ocupação do bairro conseguiu realizar um processo de discriminação entre os primeiros moradores do bairro, já que, como conta Caniato (1986) aqueles das tais instituições se sentiam moral e socialmente mais desenvolvidos que os ex-moradores da Favela, e também se sentiam com medo de possíveis agressões e roubos. Entretanto, Caniato (1986) afirma que por meio da convivência cotidiana com os moradores da Favela, os primeiros moradores perceberam quem eram os “reais malfeitores” da situação, fato os

levou a se aproximarem e abandonarem as atitudes defensivas com os ex-moradores da Favela do Cemitério.

Portanto, Caniato (1986) relata que foram para o Profilurb, atual Santa Felicidade, aqueles moradores que, de certo modo, eram protegidos pelas instituições de caridade da cidade; aqueles que, da Favela do Cemitério, conseguiram provar à Fundação que eram “mais avançados” moralmente e economicamente; e, ainda, aqueles que conseguiram resistir às pressões e ameaças daqueles interessados em privilegiar a organização social do espaço urbano. Além do mais, a autora menciona que nesse processo de ocupação e construção do bairro, a força da organização desses ex-favelados também foi um passo importante para a construção do bairro, visto que já existiam dentro deste os agentes principais que ajudavam aqueles que enfrentavam dificuldades para serem beneficiados com a moradia, deixando até em segundo plano a ação “bondosa” da prefeitura na construção das casas do Profilurb. Essa força de organização, complementa a autora, veio a se concretizar na criação, em 1982, da Associação de Moradores do Profilurb, a única naquela época a funcionar sem qualquer ligação com políticos ou órgão público.

Outro problema relatado por Caniato (1986), decorrido dessa troca de prefeitos durante a execução do programa, dizia respeito ao contrato de concessão definitiva do imóvel. Conforme previa o contrato de comodato, assinado entre a prefeitura e os futuros moradores, depois do período de dois anos de experiência, caso os moradores não infringissem as regras de “comportamentos sociais e morais” estabelecidos pela Fundação, estes receberiam o contrato de concessão definitiva. No entanto,

até o ano de 1986, no qual foi realizado o estudo da pesquisadora Ângela Caniato, nove anos depois que os moradores tinham ocupado a casa, ainda não tinham os contratos em mãos, permanecendo sob a guarda da Fundação, propagando uma situação de insegurança entre os moradores.

Assim, essa situação de instabilidade dos moradores durou até a primeira gestão (1983 a 1988) do prefeito Said Felício Ferreira, em que a prefeitura retomou o processo de legalização da compra de toda a região que havia sido prevista para a construção de 280 casas (Araújo, 2005). Nas palavras de Caniato (1986) e Araújo (2005), somente nessa época, na década de 1980, a prefeitura começou a regularizar a posse das casas pelos atuais moradores do bairro. No entanto, sua preocupação maior não era apenas oferecer e regularizar moradia a estes moradores, mas para todos aqueles que ainda residiam nas sub-habitações existentes em Maringá. Sendo assim, a nova administração pretendia um movimento bem mais abrangente, que erradicasse de vez todas as consideradas “favelas” da cidade, sem utilizar a estratégia de expulsar as pessoas de suas construções e não oferecer-lhes uma condição melhor em troca, situação essa que já havia acontecido no início do programa, relembra Araújo (2005).

Nesse contexto, a mesma autora afirma que é possível perceber que o mesmo tratamento de jogar essas pessoas para as bordas da cidade – ou para a periferia – ainda é dado aos pobres que residiam em Maringá, como ocorreu com os moradores do bairro Santa Felicidade, colocados à margem da cidade, num local que naquela época tinha o menor valor de mercado, pelas condições de topografia e solo menos favorável, e ainda, em péssimas condições de infraestrutura. Como relata Araújo (2005),

isso ocorre na presença de “casas de tolerância” e de dois frigoríficos, que afastaram por muitos anos o desenvolvimento e a habitação dessa área, ou seja, um lugar evitado por todos naquele momento na cidade, mas que para os “pobres” seria o lugar adequado para se viver. Assim, é visível a continuidade da intervenção das elites locais e agentes sociais construtores do espaço em segregar e afastar essa população vista por estes como um “obstáculo” para a manutenção da “bela imagem” divulgada da cidade, bem como para o seu progresso social e, principalmente, econômico. Araújo (2005, p. 149) complementa:

A busca pela manutenção dos espaços “visíveis” da cidade livres de figuras indesejáveis como os pobres ou favelados, ainda permeia a ação dos agentes formadores do espaço urbano, assim como das elites da cidade. Deslocar grupos residentes nas áreas centrais da cidade e destruir as sub-habitações onde moravam também pode ser entendido como uma forma de extirpar os pobres daquele espaço urbano. Ainda que essa retirada não seja total, já que eles foram transferidos para as franjas da cidade, essa mudança teve alto grau de eficiência, visto que liberou de uma população indesejada, um local cujo valor no mercado imobiliário aumentaria significativamente. Essa transparência é significativa, pois, entre outras consequências, segrega os pobres e os torna “invisíveis”, mantendo, para a cidade, a aparência de perfeição, de local planejado e sem pobreza.

Portanto, vemos a mesma ação de renegar a população mais pobre se repetir em Maringá, assim como aconteceu nas décadas de 1950 e 1960, em que a presença dos “pobres” era coibida na cidade, na década de 1980, quando a solução

encontrada “em prol da família maringense”, era a transfência para um lugar só deles, resultando, deste modo, numa cidade “limpa” e sem pobres. Entretanto, conforme colocado por Araújo (2005), a saída na época encontrada pela prefeitura de deslocá-los para fora da região “visível” não significava a solução para o panorama socioeconômico que a cidade enfrentava. No entanto, essa intervenção foi suficiente para manter a imagem positiva da cidade e dar continuidade ao ideário planejado. Por essa via também, era possível que o grande poder controlador existente na cidade, isto é, o poder público local e os agentes produtores do espaço, administrassem e vigiassem “os indesejáveis”, colocando-os ou removendo-os de um lugar para outro conforme julgasse conveniente, ou de acordo com os seus interesses, escondendo, dessa forma, as contradições ou as mazelas que teimavam em aparecer na realidade urbana planejada.

Uma nova fase? Ou o retorno da velha fase para o bairro... ?

Em virtude de tudo o que foi mencionado, o bairro Santa Felicidade pode ser visto como um caso de desigualdade espacial e social, construído e mantido pelos agentes construtores do espaço urbano da cidade de Maringá, afirma Rodrigues (2004). Por outro lado, durante todo esse período de constituição em que o bairro encontrava-se distante do centro, desprovido de equipamentos urbanos, tais como creches, escolas, posto de saúde, entre outros, ou seja, mesmo diante dessa situação e na condição de segregados e excluídos das “positividades do urbano”, os moradores do bairro Santa Felicidade durante muitos anos e com muita persistência, conseguiram construir suas vidas

no bairro; Eles ergueram suas casas, segundo o seu modo de vida, construíram suas relações de vizinhança e amizade no lugar que foram a eles destinados, conseguindo tomar para eles este espaço antes desconhecido e indesejado por todos, transformando-o na “casa deles”, embora estivessem ainda expostos a todas as adversidades existentes, como a precariedade na infraestrutura urbana e de serviços, além da estigmatização dos moradores por parte do conjunto da sociedade maringense.

Ocorre que nesse meio tempo, conforme Reschilian e Uehara (2013), observa-se uma desaceleração do crescimento demográfico de Maringá, como reflexo do modelo de urbanização brasileiro. Nesse período, relatam os autores, dois fenômenos surgem na realidade urbana da cidade: a expansão populacional para as cidades vizinhas, em razão do alto custo das moradias em Maringá, como também vemos surgir o fenômeno da verticalização no centro da cidade, com o aparecimento de corredores altamente edificadas, alterando a paisagem da “bela cidade”. Assim, nessa onda de urbanização desigual, na década de 1990, é possível enxergar em Maringá um aumento na aprovação de novos loteamentos, com a edificação e ampliação de condomínios horizontais por toda a cidade (Reschilian & Uehara, 2013).

Assim, em consequência desse surto de novos loteamentos e condomínios, a distância entre o centro da cidade e o bairro Santa Felicidade diminui, valorizando, dessa maneira, esta região considerada antes “periferia da cidade”, bem como aumentando, de maneira significativa e inesperada, o interesse imobiliário por ela. Dessa forma, em uma área que antes era desvalorizada e segregada, começavam a surgir novos contornos

e valorização no mercado imobiliário, o que resultou na instalação de mansões, vários condomínios de luxo, instituições de ensino e empresas na região (Stahlhoefer & Rodrigues, 2010). Além disso, torna-se presente a existência de equipamentos urbanos na região e no bairro.

Assim, superando a precariedade dos anos iniciais e com a valorização da região, a história de remoção e transferência começava se repetir e, sobretudo, novamente os moradores são vistos como “obstáculos” para o progresso imobiliário, o bem-estar social e econômico da cidade e, principalmente, o fato de que a “aparência de bairro simples” não estava mais combinando, ou melhor, se “adequando” com o que estava sendo construído ali ao seu redor. Vemos assim, uma população que teve que passar por uma falta de infraestrutura urbana, por uma situação de insegurança nos anos iniciais, sem ter a posse definitiva de sua casa, novamente alvo estratégico de remoção, aponta Uehara (2012). Assim, constata-se que nesse contexto, o capital imobiliário, apoiado por outros agentes dominantes, utiliza-se de mecanismos diferenciados para que, no mesmo espaço, ora irá segregar e excluir, ora irá absorver essa parte da população, contradição inerente à ideologia capitalista quando colocada em prática no espaço urbano (Mendes *et al.*, 2008).

Sendo assim, em virtude dessa valorização da região e tendo como argumento a “necessidade de rápida tramitação de documentos e da iminência de repasses de recursos” (Galvão, Rodrigues & Tonella, 2009), no ano de 2007 é apresentado à

população um Projeto de Requalificação Urbana e Social - ZEIS²⁴ Santa Felicidade, da Prefeitura Municipal de Maringá, com recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, projeto este já apresentado pronto, ou seja, não debatido com a comunidade “objeto” da ação. Segundo a pesquisa do Observatório das Metrôpoles - Núcleo RMM (2011)²⁵, o projeto visava a reurbanização e a requalificação de áreas em declínio físico e social; a urbanização de novas áreas com construção de novas unidades habitacionais de interesse social; e medidas de recuperação ambiental e a provisão de infraestrutura urbana e social aos seguintes conjuntos da ZEIS: Jardim Ipanema, Conjunto Residencial João de Barro I, Bairro Santa Felicidade e Residencial Tarumã.

A implementação do projeto previa a remoção de 1/3 do total de 246 dos terrenos do bairro Santa Felicidade, o que significava que a maioria dos atuais moradores seria removida para outro lugar e não iria usufruir dos benefícios dos investimentos dos recursos do PAC naquela área, garantem Galvão, Rodrigues e Tonella (2009). Os autores explicam que a remoção seria necessária, de acordo com o projeto, uma vez que haveria uma ampliação no tamanho dos terrenos, que antes tinham 250m² e seriam ampliados para o tamanho que varia entre 300 a 350m². Além dessa justificativa, a transferência era essencial pois o objetivo assistencial também abrangeria a

²⁴ ZEIS: refere-se à Zona Especial de Interesse Social. Definição disponível no Estatuto da Cidade – Lei nº 10. 257/2001.

²⁵ Relatório elaborado por Fernanda Martins Valotta. TR: Monitoramento da política de desenvolvimento urbano – monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento. Observatório das Metrôpoles – Núcleo Regional de Maringá, 2011. Não publicado.

melhoria das habitações nos bairros, o que contribuiria para a desconcentração da população da região sul da cidade e a distribuição mais equilibrada do território urbano (Tonella & Rodrigues, 2010).

Na proposta enviada ao Ministério das Cidades, esse mesmo projeto ainda justificava a sua existência em razão de três questões fundamentais que só poderiam ser “solucionadas” com a contemplação dos recursos do PAC. A primeira que ele visava solucionar dizia respeito ao forte grau de conurbação que Maringá apresentava com seus municípios vizinhos (Sarandi e Paiçandu), o que vinha produzindo uma deteriorização nas condições habitacionais nos municípios citados, já que estavam sendo pressionados pela demanda não atendida da cidade de Maringá. Assim, essa situação afetava as condições sócio-espaciais das duas cidades vizinhas, com efeito “bumerangue” sobre a cidade central Maringá.

A segunda questão contida no projeto construído pela prefeitura de Maringá-PR envolvia questões ambientais, especificamente no Jardim Tarumã, localizado em Maringá, local em que parte de suas casas tinha sido construída sobre uma área definida pelo Ministério Público como de preservação ambiental, por se tratar de leito aterrado do córrego Tarumã. Em resultado disso, essas casas também apresentavam condições inadequadas de habitabilidade em função da umidade excessiva nos períodos chuvosos do ano. A terceira razão para justificar a existência do projeto era pela formação de enclaves ou guetos em bairros de Maringá onde a presença do tráfico de entorpecentes provocava a desestruturação social, bem como o recrutamento de jovens que

passaram a cometer delitos que afetavam não apenas o próprio bairro, mas o restante da cidade também.

Com o objetivo de reverter essa lógica e “solucionar” tais questões, o poder público de Maringá elaborou um projeto que propunha uma transformação socioambiental que envolvia soluções para as áreas social, segurança pública, econômica (emprego e renda), infraestrutura, educação e saúde. Entre as justificativas contidas no projeto, as apontadas como as mais graves estão: dados históricos da prefeitura confirmavam que o bairro localizava-se numa região conhecida como muito carente e a mais violenta do município; a presença de construções desordenadas (os chamados “puxadinhos”) e insalubres no bairro; baixos índices de escolaridade e uma resistência da população à instrução; altos índices de doenças como AIDS e outras DSTs generalizadas; e a presença de altos índices de dependência química na região que, conforme o projeto, interferia negativamente no comportamento destes indivíduos perante a sociedade local e regional, fato esse que, segundo o governo municipal, é o responsável direto pelo aumento da criminalidade e da violência no local. Portanto, essas foram as questões apontadas pela prefeitura e colocadas no projeto como as mais graves justificativas para a elaboração e implementação da requalificação urbana e social no bairro.

Em seguida, com a aprovação e a liberação do recurso a partir do ano de 2009, cerca de 104 famílias foram removidas para regiões consideradas como vazios urbanos “declarados de utilidade pública ou de propriedade do Município de Maringá, de forma pulverizada na malha urbana, de maneira a manter a população atendida o mais próximo possível do local onde já

mantém laços sociais e econômicos”²⁶. Sendo assim, aos moradores que ficaram no bairro, cerca de 164 famílias, a prefeitura, conforme levantamento e consulta, prometeu revitalizar suas casas em outra fase do projeto. Além de se preocupar “bondosamente” em manter os laços sociais e econômicos das famílias removidas, um dos interessantes objetivos do projeto era resgatar a autoestima desses moradores. Aliás, segundo o texto que consta no projeto, o discurso do resgate não servia para esses moradores, uma vez que só se resgata aquilo que um dia foi construído e, portanto, a autoestima dessa população deveria ser construída, mas não apenas com base em programas de assistência social mas, principalmente, com o investimento do poder público no aspecto físico do bairro, “para mudar o impacto visual e conceitual da favela ‘símbolo da segregação espacial’, território por excelência da pobreza e da cultura popular” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ..., 2007, p. 6).

Portanto, pela única e exclusiva razão em conceder urgentemente uma inserção social e construção de cidadania para essa população, bem como pelo fardo em carregar uma história de exclusão e segregacionismo por tantos anos, a prefeitura justifica a existência desse projeto, ressaltando que “o impacto da segurança, do belo, do estético, inaugurará uma nova fase, o princípio de uma nova história de inserção social” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2007, p. 15).

²⁶ Projeto de trabalho técnico social para Requalificação Urbana e Social da ZEIS Santa Felicidade e ocupação de vazios urbanos – realizado pela prefeitura de Maringá no ano de 2007.

Além de toda essa preocupação “gratuita”, o município de Maringá também almejou, por meio desse projeto de requalificação, promover a melhoria de qualidade de vida dessas populações excluídas, realizando um trabalho social que incentivasse “a organização, a educação sanitária e ambiental, gestão comunitária e o desenvolvimento de ações em acordo com as necessidades e direitos da família, facilitando o seu acesso ao trabalho e a melhoria da renda familiar” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2007, p. 16). Assim complementa:

O enfoque da intervenção social é contribuir para uma ocupação urbana planejada, envolvendo os beneficiários em processo de mobilização sobre preservação ambiental, educação sanitária, convívio familiar e comunitário, relacionamento interpessoal, qualificação profissional, cidadania entre outros elementos propícios à sociabilidade e uma convivência pacífica. A intervenção contribuirá significativamente para a prevenção e erradicação da pobreza em áreas urbanas vulneráveis do município de Maringá e ainda oportunizará que vários núcleos familiares que residem sobre o mesmo teto adquira sua moradia, promovendo assim a qualidade de vida [...] (PREFEITURA MUNICIPAL..., 2007, p. 16).

Diante de todos os fragmentos retirados do projeto, vemos que utilizando explicitamente o discurso de “melhoria da qualidade de vida e assistência social às populações excluídas e segregadas” e, sobretudo o discurso da “construção de uma autoestima”, bem como o estímulo em promover a cidade para os agentes imobiliários e os grandes proprietários fundiários, o poder público local consegue novamente, por meio desse projeto,

agir em favor da manutenção e propagação de um modelo de cidade que esbanja progresso e qualidade de vida e de serviços. Para que isso aconteça, aquele bairro que surgiu e permaneceu por tantos anos sendo o local destinado a esconder os “indesejáveis” e que carregava características singulares e pouco atrativas, isto é, ruas e calçadas bem estreitas e a construção dos “puxadinhos” nos terrenos, torna-se, neste momento, alvo de interesses e, infelizmente, sujeito à “adequação” aos padrões de beleza apreçados na região e por toda a cidade de Maringá (avenidas e ruas largas e ajardinadas, calçadas ecológicas).

Portanto, o que vemos é um bairro e, principalmente, pessoas e seus modos de vida sendo gerenciadas estrategicamente em razão de uma única e “aplaudida” finalidade: transformar a cidade em um lugar atrativo e belo, tanto para aqueles que investem, quanto para a própria população atingida. Assim, aquela cidade que outrora tinha espaços em “desarmonia” e com conflitos aparentes, isto é, a bela região central reservada para as classes média e alta, e as “bordas” da cidade sendo um lugar improdutivo destinado aos pobres e ex-favelados, possui agora espaços visualmente semelhantes, mas que na realidade continuam carregando contradições sociais. Consequentemente, a cidade então fragmentada, passa a ser vendida e divulgada como uma cidade homogênea e próspera para todos, especialmente para os investidores.

Considerações finais

Nosso principal propósito neste capítulo foi, a partir de um contexto particular – a história do surgimento do bairro Santa Felicidade –, refletir e trazer para o âmbito dos estudos organizacionais outra forma de olhar para a gestão “bem-sucedida” de uma cidade, principalmente exaltando como os resultados de uma organização e reorganização do espaço urbano, orquestrada (muitas vezes) por aqueles incumbidos pela própria população em buscar o bem comum de uma comunidade ou cidade, pode ir ao encontro de interesses de alguns grupos e, além disso, dar a eles a possibilidade de se colocarem hierarquicamente numa posição superior para decidir sobre quais espaços devem ser valorizados em detrimento de outros. Assim, esse capítulo veio com o objetivo de suscitar reflexões sobre o ideário de cidade que vinha sendo formatado, no qual a cidade está subjugada a um modelo de planejamento alinhado aos interesses empresariais, em que progressivamente o espaço urbano é lançado como mercadoria pronta para competir no mercado por novos investimentos, tecnologias e novos negócios, além da obrigação de se autopromover como um espaço “apto” para o exterior e futuros investidores, divulgando e construindo no imaginário da própria população uma imagem unificada de cidade próspera, com qualidade de vida e com grande oferta de infraestrutura e de serviços.

Sendo assim, em torno dessa imagem de cidade-perfeita é criada uma realidade sem quaisquer indícios de conflitos ou contradições sociais, incutindo por vezes na população, um sentimento de satisfação em viver nesse espaço “sem favelas” e

de orgulho por serem parte de um projeto em favor do progresso e do embelezamento da cidade. Entretanto, o que desejamos destacar com esse capítulo é que essa concepção estratégica de cidade pode ser contestada e, sobretudo, que existem outras possibilidades de pensar a cidade e as práticas que a constituem no campo dos estudos organizacionais.

Deste modo, para ilustrar esses outros modos de análise foi apresentada a questão da configuração do espaço urbano de Maringá e o bairro Santa Felicidade, uma vez que nos deparamos com uma cidade “produto” de uma colonização privada bem sucedida, o qual demonstra que, desde a sua concepção até os dias atuais, a cidade possui uma ocupação espacial socialmente diversificada e uma forte política de “limpeza urbana”, em que seus dirigentes continuam disfarçadamente propagando por meio de mecanismos autorizados a sua manutenção.

Portanto, desvelando essa imagem de cidade-perfeita criada sobre Maringá e no imaginário daqueles que nela habitam, foi possível compreender que a cidade vai além da concepção que a toma apenas como um empreendimento estratégico, o que significa que, no caso específico de Maringá e do bairro Santa Felicidade, podemos compreendê-la a partir de como as ações estratégicas e as intervenções políticas e econômicas realizadas no espaço da cidade em prol da sustentação de uma ordem espacial e um padrão urbanístico podem acabar influenciando, excluindo e alterando o modo de vida daqueles que, de alguma maneira ajudaram a construí-la, mas que ainda hoje permanecem anônimos diante da história “oficial” divulgada na cidade.

Referências

Andrade, A. (1979). *Maringá: ontem, hoje e amanhã*. Maringá: Editora Rumo Gráfica.

Araújo, M. C. de. (2003). Espaço urbano e exclusão espacial em Maringá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, 2003, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp, p. 4-18.

Araújo, M. C. (2005). *O bairro Santa Felicidade por ele mesmo: espaço urbano e formas de representações sociais em Maringá*. 2005. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, Araraquara.

BRASIL. *Lei nº 1.111/75*, de 11 de dezembro de 1975, Maringá-PR.

Caniato, Â.M^a P. (1986). *A Luta pela moradia de ex-favelados como parte essencial do processo de formação da consciência social*. 143p. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Carlos, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: Santos, M., Souza, M. A. A. de, & Silveira, M. L. (1996). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Editora HUCITEC 191-197.

Cordovil, F. C. S. (2010). *A Aventura Planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá – 1947 a 1982*. 636 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) –

Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

Cordovil, F. C. de S. & Rodrigues, Ana L. (2012). Segregação socioespacial a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá-PR. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 1(16) 41, 2012.

Corrêa, R. L. (2004). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

Fontana, F., & Valotta, F. M. (2014). Projeto PAC “Contorno Norte” de Maringá: os impactos da obra e o aprofundamento do processo de segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. *Revista Espaço Acadêmico*, 13(155) 106-122.

Galvão, A. A., Rodrigues, A. L., & Tonella, C. (2009). *Reestruturação socioespacial do território metropolitano: o caso do PAC Santa Felicidade em Maringá (PR)*. Montevideo: Instituto do Milênio.

Galvão, A. A., & Tonella, C. (2010). Políticas públicas urbanas, espaço público e segregação em uma cidade média: o caso de Maringá-PR. In: Seminário Nacional Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, 1, 2010, Rio Grande do Norte. *Anais...* Rio Grande do Norte.

Galvão, A. A. (2011). Questão territorial e mobilidade social: a trajetória dos moradores do bairro santa felicidade na cidade de Maringá-PR. *Revista Geográfica de América Central*, 2(47), 1-15.

Giménez, H. M. M. (2007). *A Verticalização de Maringá: O caso do novo centro: uma urbanização do possível*. . 183f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Lefebvre, Henri. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora.

Lefebvre, Henri. (2006). *A produção do espaço*. São Paulo: Martins.

Luz, F. Maringá: a fase de implantação. In: Dias, R. & Gonçalves, J. H. R. (1999). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM.

Maldidier, D. (2003). *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. São Paulo: Pontes.

Mota, L. T. & Noelli, F. S. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: Dias, R. B. & Gonçalves, J. H. R. (1999). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM.

Mendes, C. M., Marcatti, R. S., & Töws, R. L. (2008). A produção do espaço urbano em Sarandi (PR-Brasil): particularidades e disparidades. *Simpósio sobre pequenas cidades e desenvolvimento local*, v. 1, p. 1-15.

Nogueira, M. L. M. (2009). Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(1), 69-86.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. *Projeto de trabalho técnico social para Requalificação urbana e social da ZEIS Santa Felicidade e ocupação de vazios urbanos*. Maringá, 10 de dezembro de 2007. 62f. Não publicado.

Ramos, F., & Santos. B. M. (2013). Um olhar para grandes projetos urbanos em Maringá-PR. *II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço*, Campo Mourão: FECILCAM.

Reis, O. (2004). *Maringá 60 anos: a história em contagotas*. Primavera: Maringá.

Reschilian, P. R. & Uehara, A.Y. (2013). Desafios à questão metropolitana: o processo de organização do espaço urbano e regional de Maringá. *Oculum Ensaios*, 15.

Rodrigues, A. L. (2004). *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. 258 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Rodrigues, A. L. *Maringá: a segregação planejada*. In: Macedo, O. L. C.,

Cordovil, F. C. S., & Rego, R. L. (2007). *Pensar Maringá*, 60, 101-14.

Rodrigues, A. R., Costa, S. P., & Ferrari, L. C. C. O contexto histórico e a institucionalização da região metropolitana de

Maringá. In: Rodrigues, Ana L. & Moura, R. (2009). *Como andam Curitiba e Maringá*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles.

Rodrigues, A. L. & Moura, R. (2009). *Como andam Curitiba e Maringá*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles.

Stahlhoefer, J. M. C. & Rodrigues, A. L. (2010). (Des) articulações territoriais urbanas: a privatização de áreas públicas em Maringá. *II Simpósio Paranaense de Estudos Climáticos e XIX Semana de Geografia*, Maringá.

Teodoro, P. H. M., & Amorim, M. C. de C. T. As múltiplas leituras sobre a produção do espaço urbano em Maringá/PR. *GEOGRAFIA (Londrina)*, 19(1), 143-164.

Tonella, C. & Rodrigues, A. L. (2003). Metrôpole regional no contexto da dinâmica paranaense. In: Encontro Nacional da ANPOCS, XXVII, Caxambu, 2003. *Anais...* Caxambu.

Tonella, C. & Rodrigues, A. L. (2010). Reflexões preliminares acerca do andamento do PAC, do Minha Casa Minha Vida e do Plano Nacional de Habitação de Interesse Social para a Região Metropolitana de Maringá. In: Seminário Nacional governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano, 2010, Natal. *Anais do Seminário Nacional governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano*. v. 1.p. 1-15

Tomazi, N. D. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: Dias, R. B. & Gonçalves, J.

H. R. (1999). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. EDUEM: Maringá.

Uehara, A. Y. (2012). Do modelo de cidade-jardim à metropolização: evidências do urbanismo à brasileira na Região Norte do Estado do Paraná. 102f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos.

CAPÍTULO 7

Empreendedorismo local: contribuições a partir de estudos de dinâmicas de reconversão de funções econômicas de cidades

*Anderson de Souza Sant'Anna
Reed Elliot Nelson
Fátima Bayma de Oliveira
Daniela Diniz Martins*

Introdução

Este capítulo tem como propósito central compartilhar resultados de programa de pesquisa destinado a melhor compreender de que forma diferentes agentes sociais se articulam - ou não - em dinâmicas de reconversão de funções econômicas de cidades, orientadas pela indústria do turismo. Partindo de aplicação de metodologia do tipo *Grounded Theory* (Glaser,

1992, 1978; Glaser & Strauss, 1967; Dey, 2007) e recorrendo, *a posteriori*, à “Teoria da Ação Prática”, de Bourdieu (2010, 2008, 1996), com sua consideração às noções de *habitus*, campo, e capital, tem-se como principais contribuições dos casos desenvolvidos junto às históricas cidades de Tiradentes (MG) e Paraty (RJ), a identificação de três categorias de empreendedores locais - agentes protagônicos das dinâmicas investigadas - indutivamente denominados de “tradicionais”, “modernos” e “pós-modernos”.

Esses “tipos” - ou, mais precisamente, “grupamentos” - de empreendedores, quando não outros, caracterizam-se por dispor de capitais econômicos, simbólicos e culturais (sociais), identidade pessoal, valores e interesses que os distinguem (Bourdieu, 2010, 2008, 1996), sendo que seus empreendimentos contemplam diferentes modelos de negócios e estilos de gestão. Juntos concorrem para definir os empreendimentos e comunidades investigados e dispor de seus recursos espaciais, humanos e econômicos. Além disso, como achados da trajetória de pesquisa já percorrida, acrescenta-se que:

1. As comunidades investigadas desenvolveram vocabulários compartilhados de pares de opostos que expressam as principais tensões sociais advindas dos atuais processos de reconversão de suas funções econômicas ou de requalificação de seus espaços urbanos;
2. Posicionamentos distintos dos agentes sociais estão localizados em diferentes espaços criados pela interseção ou justaposição desses pares de opostos;

3. Os diferentes tipos de empreendedores identificados têm consciência de sua localização e da localização dos outros nos esquemas de opostos;

4. Os diferentes tipos de empreendedores têm diferentes metas e preferências em relação ao desenvolvimento das comunidades, com implicações diferentes sobre a natureza das comunidades, no longo prazo;

5. A distribuição proporcional de diferentes tipos de empreendedores tem impactos na dinâmica econômica e social das comunidades;

6. A diversidade entre tipos de empreendedores das comunidades não favorece a busca por metas comuns, oportunizando assim o poder das oligarquias políticas tradicionais, com implicações na qualidade do desenvolvimento econômico futuro das comunidades;

7. Os tipos de empreendedores identificados pelos sistemas cognitivos das comunidades se sobrepõem, mas não duplicam as tipologias existentes na literatura sobre empreendedores;

8. Embora alguns empreendedores pareçam compartilhar comportamentos em comum com os tipos identificados na literatura tradicional sobre empreendedorismo, apresentam variações quanto às suas origens sociais, motivações e valores pessoais.

Antes, porém, de aprofundarmos na discussão de tais achados, convém delinear as bases teóricas que a fundamentaram:

a noção de “Requalificação de Funções Econômicas de Cidades” e a “Teoria da Ação Prática”, de Pierre Bourdieu.

A noção de reconversão de funções econômicas de cidades

Uma série de debates conduzidos no meio acadêmico tem alertado para a importância de se analisar cidades submetidas a processos de reconversão de suas funções econômicas (Harvey, 1992; Borja & Castells, 1997; Bentley, 2005). Vale ressaltar que estes têm estimulado reflexões sobre implicações dessas transformações sobre arranjos locais e no potencial de desenvolvimento de tais localidades e que tal interesse pode ser explicado pela experiência de cidades que vivenciaram uma requalificação de seus espaços urbanos, com implicações sobre indicadores socioeconômicos e culturais (Borja & Castells, 1997).

Concomitantemente a tais dinâmicas no âmbito de cidades, as grandes empresas, em meados da década de 1970, têm se direcionado a processos sistemáticos de “reestruturação produtiva”, envolvendo estratégias como a intensificação da busca por novos mercados, a introdução de novas tecnologias de produção - especialmente as digitais - e a adoção de modelos de gestão e regulação da força de trabalho mais flexíveis e reestruturáveis (Harvey, 1992).

A decisão estratégica das empresas, segundo Ferreira (2007) tem se espalhado pelo globo - não abrindo mão, porém, de centralizar o comando, o capital e as *core competencies* em suas sedes. A proposta é buscar em cada país o que ele pode oferecer de mais vantajoso: mão de obra barata, ausência de restrições

ambientais e/ou trabalhistas, matéria-prima acessível, beneficiando-se das possibilidades advindas das tecnologias de comunicação, montando-se o produto final em diversas unidades geograficamente espalhadas (Ferreira, 2007: 98).

Como suporte a tais estratégias das empresas, as cidades têm buscado “preparar-se” para as “novas” forças da economia global. Tal movimento evidencia-se na difusão de um “discurso ideológico hegemônico que preconiza como inexorável o papel ‘modernizante’ das cidades globais” (Ferreira, 2007: 115).

Sob essa concepção, segundo Sassen (1999), para serem competitivas, as cidades devem se adaptar “às exigências das ‘transformações mundiais’ que lhes permitirão um novo papel estratégico” (Sassen, 1999 apud Ferreira, 2007: 115). Se as teorias clássicas sobre cidades propunham investigar seus “atributos” conferindo-lhes - ou não - a classificação de “cidade-mundial” de primeira ou segunda importância, emerge a necessidade de uma nova matriz teórica “propositiva”, que possa, de forma “efetiva”, prover a “receita” necessária a essa “transformação” (Ferreira, 2007). Autores como Sassen (1999), Borja e Castells (1997) especializaram-se no estudo - e consultoria - dessa “nova modalidade de planejamento urbano”, amplamente inspirada nas teorias de gestão empresarial.

Como resposta às novas demandas evidencia-se uma série de iniciativas destinadas à reconversão de funções econômicas de cidades cabendo, todavia, reflexões, mais amplas e críticas, quanto às suas implicações sobre diferentes dimensões: econômicas, sociais, políticas, institucionais, culturais e espaciais. De modo geral, tais dinâmicas têm sido abordadas por

meio de diferentes nomenclaturas como regeneração (*regeneration*), reestruturação (*restructuring*), revitalização (*revitalization*), requalificação (*requalification*) e reconversão (*reconversion*) de funções econômicas de cidades, expressão essa adotada para fins deste estudo (Harvey, 1992; Borja & Castells, 1997; Bentley, 2005).

Ponto comum entre essas diferentes expressões é a tendência contemporânea de *planejamento estratégico de cidades*, associada a noções como *cidade-espetáculo* (Sánchez, 2003), *cidade-empresa* (Vainer, 2000), *cidade empreendedora* (Hall, 1995), as quais apontam como tendências o enfraquecimento do planejamento regional como empreendimento exclusivo do Estado, fortalecendo o papel do empreendedor privado no desenvolvimento das cidades (Luchiari, 2005).

Segundo Fischer (1996), dentre os fatores que impulsionam as cidades a buscarem tais projetos de transformação, evidencia-se: 1. sensação de crise aguçada pela tomada de consciência da necessidade das respectivas mudanças; 2. articulação entre atores públicos e privados e configuração de lideranças locais; 3. vontade conjunta dos cidadãos para que a cidade dê um salto. Pressupõe, portanto, uma “liderança compartilhada”, com forte conexão entre iniciativa privada e setor público e consensos entre os agentes locais envolvidos, com vistas a legitimar a vocação da cidade.

A configuração desse quadro - espacial, social, econômico, político e ideologicamente marcado - sugere, por conseguinte, abordagens de análise mais aptas a lidar com o que

Weaver (1958) define como problemas de “complexidade organizada”, ao invés de modelos baseados em notações matemáticas e em probabilidades estatísticas, direcionados ao equacionamento de problemas de outras ordens - “simplicidade elementar” ou “complexidade desorganizada” (Jacobs, 2011: 478). Estas premissas são largamente empregadas em estudos econômicos que, no entanto, revelam limites a uma compreensão mais sistêmica da complexidade das dinâmicas vivenciadas no âmbito das cidades contemporâneas.

Nesta direção, Jane Jacobs (2011, 1975) aponta para a relevância de estudos que busquem escutar e aprender com o cotidiano. Segundo Sirman (2010: 161), inspirado em seus estudos “[...] *academics become more open to phenomenological explanations, analyzing human actions from the perspective of how actors perceive reality. Participant observation and community-based research took the foreground*”. Tal concepção traz à tona a importância da “vida urbana”, da vivência de seus diversos protagonistas anônimos, dos vários níveis de conectividade entre os vizinhos, da variedade de pessoas e estruturas, da história, da diversidade, bem como da “beleza” que molda a cidade.

Assim sendo, tendo por base tendência de dinâmicas de “reconversão de funções econômicas de cidades” fundamentadas em perspectivas de “planejamento estratégico” (Sassen, 1999; Borja & Castells, 1997), assim como a relevância de abordagens que busquem investigar as cidades como problema de “complexidade organizada” (Weaver, 1958), entendendo-as como “organismos repletos de inter-relações não examinadas, mas obviamente intrincadas” (Jacobs, 2011: 488), buscou-se

investigar o papel e as formas de articulação entre diferentes agentes sociais envolvidos, em particular aqueles evidenciados como mais protagônicos nas dinâmicas analisadas – no caso de Tiradentes (MG) e Paraty (RJ): os empreendedores – a partir da “Teoria da Ação Prática”, de Bourdieu, cujos pressupostos serão discutidos no tópico que se segue.

A teoria da ação prática de Bourdieu

Como *framework* para análise das relações entre diferentes agentes sociais envolvidos nas dinâmicas investigadas junto a Tiradentes (MG) e Paraty (RJ) fez-se uso da teoria da ação social de Bourdieu, em particular suas noções de *habitus*, campo e capital (Bourdieu, 2010, 2009, 2009a, 1990).

Em relação à noção de *habitus*, esta pode ser compreendida como central na abordagem bourdesiana, notadamente ao desempenhar papel central em sua análise do processo de reprodução da ordem social, funcionando como mediador, por excelência, entre as instâncias do individual e do coletivo.

Em termos históricos, o *habitus* refere-se a antigo conceito aristotélico-totemista, repensado por Bourdieu, que evolui dentro de sua obra passando de noção determinista a um conceito mais aberto, que leva em conta a autonomia da ação do agente. Para Bourdieu (2009: 87):

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.

Desse modo, o *habitus* é um sistema de disposições que os indivíduos adquirem no processo de socialização, ou seja, são modos de agir, fazer, perceber, sentir e pensar, interiorizadas como resultado das condições de sua existência. Contudo, não é uma imposição pois é, na verdade, uma disposição de sentido, fornecendo ao agente um sentido de comportamento a partir de sua relação com a sociedade, a estrutura e a ação. Ainda permite a produção de pensamentos, percepções e todas as ações nas condições particulares de sua produção, evidenciando uma liberdade, porém controlada.

Constitui-se, nessa direção, um sistema de classificação que limita as escolhas dos indivíduos, um sistema de classificação anterior à ação, que na forma interiorizada permite ao agente agir sem precisar lembrar, necessariamente, das regras observadas para tal. Além de sistema de classificação, o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas classificáveis de um sistema e de sistemas de classificação.

Em termos estruturais, o *habitus* é composto de duas dimensões: primeiro, pelos princípios de valores morais que de forma interiorizada passam a regular a conduta dos indivíduos; e, segundo, pela postura, ou forma de disposição do corpo e suas relações, sendo essas duas partes, no entanto, indissociáveis. Em linhas gerais, o *habitus* compõe a raiz daquilo que define a personalidade dos indivíduos. Assim sendo, até mesmo as preferências e gostos são produtos do *habitus*,

Bourdieu ainda trata o *habitus* como fator de distinção, produto da posição e da trajetória social dos indivíduos. Assim, cada classe corresponde a um *habitus* diferente, que produz práticas distintas e se organiza por meio de diferentes capitais.

Apesar de tanto Bourdieu quanto Karl Marx tratarem a realidade social como relações entre classes historicamente em luta, a maneira com que o primeiro constrói a teoria do espaço social pressupõe rupturas com a teoria marxista (Gonçalves, 2010). Para Bourdieu, a posição social não se refere apenas à posição nas relações de produção mas também, à posição ocupada nos diferentes campos sociais. Bourdieu considera o campo social como um espaço multidimensional, o qual não deve ser tratado unicamente pela dimensão econômica, devendo considerar, também, as lutas simbólicas que ocorrem nos diferentes campos. Assim sendo, nas palavras do autor, o *habitus* constitui:

Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais. Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas

propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um sistema de diferenças, de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo o que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença (Bourdieu, 2008:164).

Para a sociologia de Bourdieu, todos os indivíduos biológicos, sendo produtos das mesmas condições e de mesmos *habitus* seriam, *a priori*, idênticos. Cada indivíduo é nada mais que uma variante de um *habitus* de posição de classe, sendo o princípio da diferença entre os *habitus* individuais decorrentes de trajetórias sociais distintas. Ou seja, existe um *habitus* de classe e, dentro desse, algumas variações, que repercutem as individualidades, produtos das trajetórias individuais. Segundo Bourdieu (2009: 100):

O princípio das diferenças entre o *habitus* individuais reside na singularidade das trajetórias sociais, às quais correspondem séries de determinações cronologicamente ordenadas e irredutíveis umas às outras: o *habitus* que, a todo momento, estrutura em função das estruturas produzidas pela experiências anteriores as experiências novas que afetam essas estruturas nos limites definidos pelo seu poder de seleção, realiza uma integração única, dominada pelas primeiras experiências, das experiências estatisticamente comuns aos membros de uma mesma classe. Com efeito, o peso particular das experiências primitivas resulta, no essencial, do fato de que o *habitus* tente a garantir sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança mediante a seleção que ele opera entre as informações novas, rejeitando, em caso de exposição

fortuita ou forçada, as informações capazes de questionar a informação acumulada e, principalmente, desfavorecendo a exposição a tais informações.

Nesse sentido, o *habitus* é entendido por ser um forte fator de reprodução social. Os agentes, quando dotados de mesmo *habitus* não precisariam entrar em acordo para agir de mesma maneira. Cada um, acreditando obedecer a um gosto individual, concordaria, de forma inconsciente, com os outros. Sob tal perspectiva, a prática coletiva deve sua unidade ao *habitus* coletivo, que cria a ilusão da escolha, quando os agentes estão apenas mobilizando o *habitus* que os modelaram.

Dessa forma, o *habitus* está diretamente relacionado à prática, ou melhor, ele é resultado dela, mas não somente. Bourdieu (2008: 97) chega a propor uma fórmula para sua compreensão: “[*Habitus*) (*Capital*)] + *Campo* = *Prática*”]. Partindo dessa fórmula, o *habitus* se traduziria em estilos de vida, julgamentos morais, políticos e estéticos que, também, permitem criar estratégias individuais e coletivas.

Em adição, Bourdieu lembra que para compreender a constituição do *habitus* é necessário conhecer sua história, gênese e estruturas vigentes na sociedade e em um dado campo, em particular. As funções sociais seriam, portanto, ficções, na medida em que se forjam a partir de uma imagem social - por meio da representação - e, para serem cumpridas, necessitam de adesão dos agentes ao jogo social. O *habitus* seria, assim, um fator explicativo da lógica de funcionamento da sociedade.

Bourdieu enfatiza, ademais, que o *habitus* possui características que se incorporam ao agente, levando-o a se tornar o próprio agente que reproduz, internamente, as estruturas externas do mundo. Contribui, ainda, de forma sutil e, não raro, inconsciente, para a reprodução da ordem social.

Também é a forma pela qual as instituições encontram sua realização. A propriedade se apropria do proprietário, sob a forma de estruturas geradoras de práticas, conforme a sua lógica e exigências. Contudo, o *habitus não* é um destino, sendo um produto da história que está sujeito a novas experiências e a ser por ela afetado. Ele é duradouro, porém não imutável.

De fato, Bourdieu quando propõe o conceito de *habitus*, pretende evidenciar que o ser humano é um ser social, que seus comportamentos e ações, até as que julgamos mais *naturais*, são produtos da organização social. O autor também visava tratar a lógica das práticas nos diferentes campos e mecanismos da reprodução social.

Juntamente com o *habitus*, o conceito de campo também ocupa lugar de destaque na teoria da ação prática de Bourdieu. Para esse autor, a sociedade consiste em um conjunto de campos sociais atravessados por lutas entre classes. Cada campo é, desse modo, marcado por agentes sociais providos de mesmos *habitus*, sendo essa relação entre *habitus* e campo uma relação de condicionamento: o campo estrutura o *habitus*. Em “O poder simbólico”, Bourdieu (2010: 135) define o campo social como:

[...] um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um

sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das duas posses.

Ou seja, cada elemento do campo é um agente que comunga de interesses e capitais similares, sendo que cada campo possui suas próprias características, com suas regras e capitais específicos. Por possuir uma parte que domina e outra que é dominada, de acordo com o acúmulo de capital que detém, o campo tende a ser marcado por conflitos constantes. O campo poderia ser considerado, desse modo, como um mercado, em que os agentes se comportariam como jogadores.

Há que se salientar que não se tratariam, portanto, de espaços com fronteiras delimitadas, pois os campos interagem entre si, muito embora, não sejam totalmente autônomos. O limite de um campo seria o limite de seus efeitos no qual toma parte todos os que são afetados por tais efeitos ou nele os produz. Bourdieu denomina essas características dos campos de *leis gerais dos campos*, que, conforme Bonnewitz (2003: 60):

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das

diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irredutíveis às que regem os outros campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes.

Para Bourdieu (2010), cada campo é dotado de lógica e história próprias, o que permite compreender sua relativa autonomia em relação aos outros. Nessa direção, campos diferentes só poderiam funcionar na medida em que se vislumbrassem agentes que lhes proporcionassem recursos, contribuindo para manter suas estruturas, ou de forma condicionada, transformá-los. A posição dos agentes no campo social dependeria, assim, de sua posição no espaço social. A estrutura dos agentes no campo social seria, em decorrência, reflexo da estrutura social. Apesar de possuírem lógicas próprias, os campos são atravessados por clivagens idênticas às que se opõem as classes sociais. Além disso, acrescenta Bourdieu (2010: 69):

Compreender a gênese social de um campo, e apreender tudo aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as

obras por eles produzidas e não como geralmente se julga, reduzir ou destruir.

Bourdieu compara o campo com o mercado, com a relação entre produtores e consumidores. Os produtores seriam indivíduos que detêm algum capital específico e lutam entre si a fim de conquistarem capital suficiente para dominarem o campo. Nesse sentido, o campo é um espaço de forças opostas, sendo o capital um meio e um fim. Nas palavras de Bonnewitz (2003: 61):

Efetivamente, podemos comparar o campo a um jogo (embora, ao contrário de um jogo, ele não seja o produto de uma criação deliberada e obedeça a regras, ou melhor, a regularidade que não são explicadas e codificadas). Temos assim móveis de disputa que são, no essencial, produto da competição entre os jogadores; um investimento no jogo, *illusio* (de *ludus*, jogo): os jogadores se deixam levar pelo jogo, eles se opõem apenas, às vezes ferozmente, porque têm em comum dedicar ao jogo, a ao que está em jogo, uma crença (*doxa*), um reconhecimento que escapa ao questionamento [...] e essa colusão está no princípio de sua competição e de seus conflitos. Eles dispõem de trunfos, isto é, de cartas mestras cuja força varia segundo o jogo: assim como a força relativa das cartas muda conforme os jogos, assim também a hierarquia das diferentes espécies de capital (econômico, cultural, social, simbólico) varia nos diferentes campos.

O objetivo desse jogo é acumular o máximo de capital, desde que respeitadas suas regras. Ademais, as formas de jogar, conforme indicado, seriam relativas à quantidade de capital dos jogadores, ou seja, jogadores em posições dominantes tendem a

serem conservadores, ao passo que jogadores em posições dominadas tenderiam a ser contestadores, senão subversivos.

Conforme mencionado, os campos organizam-se, hierarquicamente, no interior do espaço social e de poder, a partir de capitais. Em outros termos, as diferentes formas de capital permitem estruturar o espaço social. Desse modo, para compreender como se organiza tal espaço, torna-se relevante uma análise dos diferentes tipos de capitais mobilizados.

Sob essa ótica, convém, de antemão, salientar que Bourdieu, diferentemente de Karl Marx, não limita o conceito de capital à dimensão econômica. Para ele, o capital se acumula por meio de operações de investimento, transmite-se pela herança e permite extrair lucros segundo a oportunidade que seu detentor tiver de operar as aplicações mais rentáveis. A partir dessa definição, Bourdieu distingue quatro tipos de capitais: cultural, social, econômico e simbólico.

Segundo Bourdieu, o capital cultural apresenta-se sob três formas: no estágio incorporado, no estágio objetivado e no estágio institucionalizado, sendo, em todas essas manifestações, *a priori*, resultante do conjunto de qualidades intelectuais transmitidas pela família ou adquiridas junto ao sistema escolar.

O capital social, por sua vez, envolve a manutenção das relações sociais que englobam tanto os indivíduos quanto o coletivo, acumulando-se pelo processo de socialização, isto é, pela “rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interreconhecimento, ou a um conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns

[...], mas também são unidos por ligações de permanentes de úteis” (Nogueira & Catani, 2005: 67).

Já o capital econômico é constituído pelos diferentes fatores de produção e pelos conjuntos dos bens econômicos, como bens materiais, renda, patrimônio. É importante frisar que, para Bourdieu, a riqueza não é necessariamente fator de capital econômico. Para que se comporte como capital, é necessário, segundo esse autor, levar em conta sua relação com o campo: “a riqueza não pode funcionar como capital senão em relação com o campo propriamente econômico, que supõe um conjunto de instituições econômicas e um corpo de agentes especializados, dotados de interesses e de modos de pensamento específicos” (Bourdieu, 2009: 205).

Por último, o capital simbólico, que faz referência aos outros capitais - na medida em que não existe sozinho, nem é independente dos demais - e a eles se associa, agregando valor. Para Bourdieu (2009: 196)

O capital simbólico é esse capital denegado, reconhecido como ilegítimo, isto é, ignorado como capital (o reconhecimento no sentido de gratidão suscitado pelos benefícios que podem se derivar de um dos fundamentos desse reconhecimento), constitui, sem dúvida, com o capital religioso, a única forma possível de acumulação quando o capital econômico não é reconhecido.

Por meio desse relato, Bourdieu enfatiza a relação entre capital social e capital econômico, ou seja, o capital econômico não age senão sob a forma eufemizada do capital simbólico. Contudo, essa reconversão não acontece de forma automática,

pois necessita, obrigatoriamente, de um conhecimento da lógica econômica:

[...] o capital simbólico traz tudo o que pode ser colocado sob o nome de *mesba*, isto é, a rede de aliados e relações que se tem (e que se mantém) por meio do conjunto dos engajamentos e das dívidas de honra, dos direitos e dos deveres acumulados ao longo das gerações sucessivas e que pode ser mobilizado nas circunstâncias extraordinárias. Capital econômico e capital simbólico estão tão inextricavelmente mesclados que a exibição da força mental e simbólica representada pelos aliados prestigiosos é de natureza e trazer por si benefícios materiais, em uma economia da boa-fé na qual uma boa reputação constitui a melhor e talvez a única garantia econômica (Bourdieu, 2009:198).

Outra característica importante do capital simbólico é a forma como legitima o poder simbólico que, relacionado à posição do agente, proporciona a dominação do campo:

O capital simbólico confere poder e legitimidade - poder simbólico - ao agente ou grupo que o possui, a partir de seu reconhecimento dentro de determinado campo. Essa posse também está relacionada à posição do agente dentro do campo, e se dá em relação aos demais agentes, pressupondo o 'desconhecimento da violência que se exerce através dele'.

Nesse contexto, a mobilização de diferentes capitais, de diferentes formas, em diferentes volumes, em diferentes campos, constitui elemento central à distinção, tema recorrente nos

estudos de Bourdieu, notadamente em seus estudos teórico-empíricos (Bourdieu, 1989, 1996, 2008).

Essa posição dos agentes, a que se refere Bourdieu, apresenta-se dependente do volume e da estrutura do capital que detém e, dentre todos os capitais, o cultural e o econômico estabelecem os critérios mais significativos de distinção entre tais agentes.

A posição em relação ao volume de capital contrasta os agentes mais fortemente dotados de capital daqueles mais fracamente, ou seja, hierarquiza-os em alta e baixa escala social, tomando como referência a quantidade de capital acumulado.

Já em relação à estrutura do capital é significativo apontar, também, a relevância da constituição de seu volume total, na medida em que os agentes, cujo capital econômico se sobrepõe ao capital cultural, opõem-se àqueles com propriedades contrárias. É essa forma de distinção que permite diferenciá-los, em um mesmo espaço, na dimensão social. Como resultado, o espaço social somente pode funcionar por meio dessa lógica de distinção, em que os agentes, tanto individuais quanto coletivos, interiorizam a vontade de criar identidades sociais próprias que os permitam coexistir socialmente.

Bourdieu também reforça a cultura como outro importante fator de distinção. Tal definição de cultura é considerada, no sentido sociológico, como um conjunto de valores e práticas adquiridas e compartilhadas por uma pluralidade de pessoas. O termo cultura será adotado, não raro, no plural - *culturas* - o que remete à noção de pluralismo cultural. Essa relação com a cultura

é, portanto, na medida em que depende da posição do agente no espaço social, diferente de classe para classe. As classes dominantes, por exemplo, tendem a criar um poder distintivo que tem por função assegurar suas posições, por meio de uma estratégia de distinção (manutenção do *status quo*). Para melhor compreender essa lógica de manipulação e aplicação da lógica de distinção apresenta-se relevante retomar a questão do poder simbólico e, para tal, tratar de outro importante conceito na teoria sociologia de Bourdieu: a noção de dominação.

Para se abordar a noção de dominação em Bourdieu, vale retornar à metáfora por ele adotada para explicar os campos sociais e, no interior destes, os jogos que se desenrolam e nos quais os jogadores estão em conflito constante, visando acumular capital que lhes permitam dominá-lo:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada (letrados ou intelectuais e artistas, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização (Bourdieu, 2010: 12).

Por meio de tal metáfora percebe-se que os agentes dominantes devem criar e construir sua reputação, fazendo com

que os dominados acreditem em seus méritos. É assim que emerge o poder simbólico, o qual permite que uma classe dominante estabeleça uma cultura dominante:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (Bourdieu, 2010: 10).

Em suma, a cultura que une (intermediário de comunicação) a “classe” dominante é a mesma que a separa (instrumento de distinção) dos dominados, legitimando as distinções entre as culturas (designadas como subculturas) e definindo sua distância em relação à cultura dominante.

O caso Tiradentes: do esquecimento à ressurgência pela via da indústria do turismo

Como já mencionado, o ponto de partida consistiu na análise de caso junto à histórica cidade de Tiradentes (MG) a qual, em espaço de tempo relativamente curto, emergiu de longo período de abandono e esquecimento, decorrente do esgotamento da atividade de extração aurífera (Frota e Peterson, 1978), para se configurar em um dos principais e mais sofisticados destinos turísticos do país.

Pela análise de tal dinâmica foi possível evidenciar o papel protagônico dos empreendedores locais, tornando relevante melhor compreender as relações estabelecidas por esses agentes, quer entre si, quer com os demais *players* envolvidos no processo. Constituiu sua principal motivação analisar as origens dessa *metamorfose*, a dinâmica e tensões sociais que a acompanham, na expectativa de que os achados obtidos possam ser de utilidade para os diferentes *stakeholders* de Tiradentes (MG), assim como a outras comunidades em busca de realização de seu potencial econômico e social, por meio de processos de reconversão de suas funções econômicas. Ademais, a partir dos achados empíricos, foi possível proceder a articulações com a literatura, aportando elementos que possam vir a contribuir para a ampliação dos estudos, notadamente, sobre o Empreendedorismo, no contexto de tais processos.

Em termos metodológicos, a pesquisa que subsidiou a realização desse primeiro levantamento empírico de dados pode ser caracterizada como de natureza qualitativa, conduzida com inspiração no tipo *Grounded Theory* (Glaser, 1992, 1978; Glaser & Strauss, 1967; Dey, 2007), portanto, com pouca ênfase inicial na teoria existente, no caso em particular, dada à escassez de literatura pertinente a relações entre os construtos de interesse.

Muito embora orientada por tal método, os dados obtidos não os impediram de proceder, *a posteriori*, articulações entre os achados obtidos e a literatura, possibilitando identificar importantes conexões, por exemplo, com o arcabouço teórico de Bourdieu (2009; 2008; 1996), na análise dos diferentes campos (arenas), em que diferentes tipos de capitais (econômicos, culturais, sociais e simbólicos) permitiram aos autores melhor

compreender distinções entre os empreendedores que interagem na comunidade de Tiradentes (MG). Articulações com a literatura clássica de Empreendedorismo Social e com a teoria da Comunidade Social Ecológica também se revelaram relevantes.

No que tange à coleta de dados, inicialmente foi reunido o máximo possível de dados históricos formais sobre a cidade e redondezas. Na sequência foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas, e em profundidade, junto a respondentes que tinham dados sobre a história da cidade, bem como que vivenciaram, mantiveram - ou mantêm - envolvimento ou contato direto com pessoas envolvidas na reconversão de suas funções econômicas investigadas. Para tal, foi adotada amostragem dirigida e intencional.

Como já mencionado, à medida que a pesquisa se desenvolveu, procedeu-se a revisão da literatura relacionada ao empreendedorismo e desenvolvimento comunitário. A partir dessa revisão, reorientou-se o foco das entrevistas, reinterpreto-se os achados já obtidos, produzindo textos preliminares (Nelson & Sant'anna, 2012a; Sant'anna, Nelson & Oliveira, 2011; Sant'anna *et al.*, 2011), os quais foram discutidos com colegas em congressos e seminários (Nelson & Sant'anna, 2012b; Nelson & Sant'anna, 2011; Sant'anna *et al.*, 2012a; Sant'anna *et al.*, 2012b), utilizando conceitos emergentes em relatos de entrevistas subsequentes, bem como elementos para novas interpretações e análises.

Ao todo, os autores procederam a nove viagens a Tiradentes (MG), com a realização de 39 entrevistas, resultando em mais de 110 horas de relatos, complementadas por 42 horas

de observações de campo, as quais forneceram mais de 350 páginas de material transcrito. As entrevistas variaram em duração e estrutura, tornando-se mais seletivas à medida que o estudo progredia. Normalmente, elas incluíam o histórico pessoal e relações do entrevistado com a comunidade, suas descrições das mudanças vivenciadas pela comunidade, ao longo do tempo, o histórico e estrutura de seu empreendimento - se fosse o caso - e visão quanto ao futuro ideal para a comunidade, assim como o necessário para que esse ideal seja alcançado.

Quanto ao tratamento e análise dos dados obtidos, primeiramente foram utilizadas informações do conjunto das fontes para desenvolver uma história detalhada da cidade e de sua trajetória econômica e social, desde o século XVIII, buscando identificar e caracterizar as fases da evolução da comunidade, principais atores e forças sociais, econômicas e políticas em jogo, durante cada uma delas. Procurou-se, também, identificar junto a cada uma de das fontes seu papel na comunidade e exposição pessoal nos eventos sociais marcantes ao longo do processo de reconversão das funções econômicas da cidade.

Em seguida buscou-se identificar as principais categorias cognitivas, tanto em relação à dinâmica social, quanto aos tipos de empreendimentos e variações individuais entre as lideranças, emergentes das entrevistas. Para tal, além da leitura e análise das transcrições das entrevistas, os autores fizeram uso do *software* de análise qualitativa de dados *N-vivo*, a fim de apoiar o processo de identificação de temas e sub-temas (Flick, 2009). Primeiramente, foram geradas categorias mutuamente exclusivas e exaustivas (Denzin & Lincoln, 2000; Miles & Huberman, 1994) e, a partir de tais códigos, identificadas categorias secundárias

(Bowen, 2006; Dey, 2007; Giola & Thomas, 1996). Segundo os autores, a análise por meio do *software* pouco variou em relação à análise manual das transcrições. Ambas identificaram diversos temas e categorias opostas usadas pelos membros da comunidade para descrevê-la e a seus membros, assim como, posteriormente, possibilitou a construção de tipologia de seus empreendedores, a partir dos capitais econômicos, sociais e simbólicos por eles mobilizados (Bourdieu, 2009; 2008), na dinâmica investigada.

Embora de natureza indutiva, foram obtidos, já nas entrevistas preliminares, relatos que refletiam tensões que marcavam a dinâmica local. Alguns respondentes indicaram, por exemplo, o recente desenvolvimento da cidade como produto da intervenção inspirada de alguns poucos líderes preeminentes. Outros a indicaram como resultado direto de sua evolução macroeconômica. No entanto, à medida que se aprofundava na análise dos dados, a importância da variação entre os empreendedores locais e suas relações, quer entre si, quer com a comunidade como um todo, tornou-se evidente, possibilitando identificar mais claramente um conjunto de estudos na literatura passível de apoiá-los na interpretação dos achados e mesmo possibilidades quanto a ampliá-los.

Vale observar que a literatura das pesquisas iniciais sobre o empreendedorismo é marcada pelo esforço de se identificar atributos que distinguem o empreendedor do restante da população. Desse modo, características psicológicas, como tolerância ao risco e nível de agressividade, assim como fatores demográficos - educação, etnia e classe social - foram amplamente considerados na tentativa de definição de um perfil de empreendedor típico ou bem-sucedido.

Com a evolução dos estudos no campo, esse tipo de pesquisa perde espaço, tendo-se percebido que os empreendedores variam entre si de forma significativa, bem como que essas variações apresentam ampla gama de implicações sobre o comportamento e desempenho de seus empreendimentos. Mesmo em subcategorias do empreendedorismo, como o chamado *Empreendedorismo Social*, evidenciam-se estudos e análises que apontam para diferentes tipos e estilos pessoais de empreendedores.

Como a maioria desses estudos são de origem norte-americana e, ocasionalmente, europeia, pouco se sabe sobre distinções entre empreendedores brasileiros e de demais países, senão os de origem nórdica. São consideradas exceções os estudos realizados por Mallman, Borba e Ruppenthal (2002), sobre tipos psicológicos encontrados em incubadora de empresas, em Santa Maria (RS). Desse modo, sabe-se ainda muito pouco sobre a atuação *in loco* de empreendedores, no Brasil, e quase nada sobre sua atuação *vis-à-vis* na comunidade em que se estabelecem.

Concomitantemente, o desenvolvimento territorial é forjado por uma rede de atores, com interesses plurais, que operam nos espaços local e global, como forma de buscar a inovação e a competitividade, identificar tipos de lideranças empreendedoras locais e mecanismos utilizados para sua manifestação em processos de mobilização e interação entre diferentes atores envolvidos em tais processos. Nesse contexto, revela-se crucial melhor compreender as bases para o desenvolvimento de políticas e intervenções em prol de um desenvolvimento local efetivamente sustentável.

Como resultados, os dados coletados permitiram identificar quatro temas principais que expressavam as tensões, distinções e contradições vivenciadas na dinâmica atual de reconversão das funções econômicas de Tiradentes (MG): 1. Entre áreas geográficas da cidade; 2. Entre nativos e não nativos; 3. Nos modelos de negócios e filosofia dos empreendimentos locais; e 4. Nas relações entre os empreendedores e demais membros da comunidade.

Centro versus periferia

Especialmente como resultado do notável aumento do tráfego de turistas ocorrido na cidade, durante a década de 90, a área histórica de seu centro histórico tornou-se diferenciada do restante da cidade. Tal *lócus* passa, desde então, a se dedicar, primordialmente, à atividade comercial, apesar do desejo de alguns entrevistados de que a área abrigue uma proporção maior de espaços e atividades culturais e habitantes. Por sua vez, os proprietários interessados em empreendimentos na cidade desejam locais no centro da cidade, dado à maior parte do trânsito de turistas e consumidores acontecer nessa região. Questões relacionadas ao tráfego de veículos e animais, a localização e as rotas usadas pelo transporte público, a extensão e o aborrecimento causado por obras de infraestrutura pública assumem significado relativamente maior quando envolvem a área histórica do centro da cidade. Embora se fale em assegurar a qualidade de vida dos residentes locais, a maioria concordaria que os investimentos na área histórica estão focados em facilitar a vida dos turistas e não dos locais. Os costumes, hábitos e o movimento diário dos

residentes da área evidenciam-se como preocupações secundárias.

Qualquer espaço que não pertença à área central inseria-se na categoria de “periferia” que, neste contexto, pode ser traduzida como “bairros” - e mais, recentemente, também por “condomínios” - localizados em áreas “circunvizinhas” ao centro histórico da cidade. Antes de seu renascimento como destino turístico de alto nível, essas áreas contavam com poucos habitantes e era constituída de pequenas casas e modestos sítios ou chácaras. Com o desenvolvimento da cidade, tais áreas se transformaram, sendo ocupadas de três formas distintas, destacados a seguir.

Primeiramente, devido ao fato de o preço dos terrenos de valor histórico de sua área central terem aumentado de forma significativa, seus tradicionais habitantes acabaram por vender ou alugar suas propriedades para os empreendimentos entrantes e construíram residências nos bairros ou condomínios residenciais, que passaram a compor a paisagem do município.

Em segundo lugar, como a periferia não estava sujeita às mesmas restrições que o centro nos quesitos tamanho e estilo das construções permitidas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, os empreendimentos de maior porte - hotéis, “*shoppings*”, centros de convenção e similares - passaram a se localizar também nessas áreas.

Em terceiro e último lugar, os residentes que ocupavam, nessas áreas periféricas, residências modestas, antes do *boom* turístico, passaram a vivenciar pressões do “convívio” junto a

empreendimentos e residências mais suntuosas, inclusive em condomínios fechados de alto luxo, que para lá se deslocaram.

“ETs” versus “Minhocas”

Como já salientado, a trajetória histórica de Tiradentes (MG) favoreceu a formação de diferentes grupos e questões comunitárias que, uma vez mais, os autores procuraram retratar por meio de pares de conceitos opostos reiteradamente presentes em relatos obtidos de suas entrevistas. Uma das mais frequentes e, evidentemente, mais destacadas dessas antinomias diz respeito à distinção entre os “locais” e os “de fora”.

Muito do crescimento populacional da cidade se deu sob a forma de migrantes atraídos pela atmosfera cultural ou pelas belezas naturais do lugar. Ademais, os empreendimentos abertos pelos “de fora” acabaram por empregar, em seus negócios, estratégias e táticas diferentes das locais. Porém, a distinção vai além do modelo e estilo de negócios, incluindo diferenças quanto à visão de mundo, capital humano e outros aspectos. A distinção entre nativos e recém-chegados também foi foco de considerável ausência de confiança e tensão entre tais grupos, particularmente por parte dos nativos. O par antitético utilizado na cidade para identificá-los é "ETs" e "Minhocas", respectivamente. O simbolismo dessas expressões é fácil de ser descrito. Os “ETs”, extraterrestres ou “Extra-Tiradentinos”, implica algo de exótico e estranho, que talvez conte com capacidades e conhecimentos técnico-científicos superiores, mas com uma compreensão limitada do sistema e dos eventos locais. Por outro lado, os

“Minhocas” vêm da terra, são mais limitados em seus horizontes, porém mais “pés no chão”.

Os termos expressam bem as percepções e frustrações dos nativos em relação àqueles que vêm de fora, cuja educação formal, experiência cosmopolita e contatos externos fazem com que consigam, aparentemente com mais facilidade, desenvolver negócios que atraem uma clientela também esotérica e que paga preços “astronômicos” para dormir em prédios antigos e saborear as especialidades da culinária local.

As diferenças culturais entre os forasteiros e os nativos criaram tensões não só entre os empreendedores e no campo da política, mas também em relação aos empreendedores e seus funcionários, como veremos mais à frente. Apesar de tais tensões, os “ETs” que permanecem em Tiradentes (MG) - há um grupo significativo de pessoas que se mudam para a cidade, mas que a deixaram após alguns anos - parecem se identificar fortemente com a comunidade. Eles não apenas percebem Tiradentes (MG) como “lar”, mas tendem a se considerar agentes de mudanças locais, com a missão de melhorar a comunidade, tanto social, quanto econômica e politicamente.

“ETs” *versus* “Minhocas” e “Centro” *versus* “Periferia” parecem constituir os pares antitéticos mais emblemáticos e disseminados na cidade, mas não são os únicos. Três outros pares oposicionais identificados co-variam e se inter-relacionam com esses dois primeiros, porém se associam mais diretamente aos “modelos de negócio e gestão” dos empreendimentos locais, que à dimensão da comunidade, em sentido mais amplo, são:

empreendimentos “Joia” *versus* empreendimentos “Bijuteria” e “Individualismo” *versus* “Coletivismo”.

“Joia” versus “Bijuteria”

Os dados obtidos em Tiradentes (MG) apontam ainda para a distinção importante entre os empreendedores que veem seus negócios como reflexo de sua identidade e missão pessoais e aqueles para quem seus negócios são percebidos em termos mais utilitaristas. A primeira categoria apresenta-se motivada pela oportunidade de desfrutar de um estilo de vida de cidade pequena. Parecem não enfatizar nem o crescimento, nem o lucro a qualquer custo. Seus negócios são percebidos como extensão de sua identidade pessoal e como parte de seu papel dentro de uma interação comunitária baseada no face-a-face, personalizada. Já uma outra categoria parece ver seus empreendimentos como respostas a oportunidades de negócios a serem exploradas, como a existência de um mercado mal servido que floresceu durante a década de 1990, quando o influxo de turistas à cidade cresceu consideravelmente. Tal categoria frequentemente utiliza-se de linguagem financeira e, com frequência, enfatiza termos como crescimento e retorno.

Segundo esses autores, os termos locais para descrever tal antinomia são “Bijuteria” e “Joia”. Outra vez, o simbolismo contido nos termos descreve bem como os entrevistados retratam tais categorias. Uma joia é algo raro e valioso que também tem valor estético e *status*. Uma bijuteria também tem propósito estético, mas não é nem cara, nem rara. Na verdade, é uma cópia

do original ou um item que pode chamar a atenção, mas que não tem tanto valor, nem é original.

As “Jóias” - amplamente reconhecidas tanto pelos empreendedores, quanto pelos moradores da cidade - buscam preservar e expressar a cultura única da região em seus produtos e serviços. Adicionalmente, tais empreendimentos apresentam ter uma visão de longo prazo para seus negócios.

As “bijuterias”, por sua vez, são, normalmente, bem gerenciadas e podem oferecer excelente qualidade de serviços, mas não fazem nenhum esforço especial para preservar a identidade e o legado cultural da cidade. Seus proprietários são orientados para o crescimento, para volume e para o mercado e se engajam em promover e gerenciar, agressivamente, atividades que aumentem o tráfego de turistas na região.

Tal distinção, quanto à missão e ética que permeiam as relações com a comunidade, se estende aos estilos de liderança e tratamento pessoal observados em seus negócios. Observa-se, também, que os empreendimentos “Joia” enfatizam os relacionamentos pessoais e o desenvolvimento de seus funcionários em maior grau que os empreendimentos “Bijuteria”, enquanto essa categoria enfatiza a eficiência na execução de tarefas.

Os empreendimentos “Joia” tendem a desenvolver seu pessoal em um nível bem acima do exigido pelo ambiente imediato em que atuam. Os proprietários dessa categoria matriculam seus funcionários em programas de alfabetização e capacitação, certificam-se de que continuam na escola e, até

mesmo ajudam a pagar seus cursos universitários. Seus negócios apresentam menor rotatividade de pessoal e seus gerentes são frequentemente promovidos a partir de funcionários experientes e leais que trabalham no empreendimento há muito tempo. Padrões e políticas formais não são comuns, exceto aquelas estritamente necessárias para se cumprir as leis trabalhistas brasileiras.

A tendência dos proprietários “Bijuteria”, por seu turno, é a de implantar um ambiente de trabalho menos pessoal, reforçando metas, prazos de entrega, padrões de desempenho explícitos, sistemas de avaliação e recompensa, baseados em normas e uso de uma hierarquia formal, para monitoração do desempenho de seu corpo funcional. Nesse quesito, quebraram a tradição de relações personalistas e de reciprocidade, a longo prazo, típicas em Tiradentes (MG), em particular, e em pequenas comunidades, no Brasil em geral. Eles também preferiam empregar migrantes de fora da região, na medida em que os percebem como melhores trabalhadores, mais “dóceis” e menos “contaminados” pela cultura do mercado de trabalho local.

Como já mencionado, essas duas categorias - “Joaia” e “Bijuteria” - estão associadas de perto aos dois últimos pares em oposição detectados, notadamente quando analisadas as relações desses empreendimentos com a comunidade local. São eles: “Preservação” *versus* “Exploração” e “Coletivismo” *versus* “Individualismo”.

“Preservação” versus “Exploração”

A partir de relatos obtidos, constata-se, em um extremo, grupo de empreendedores - nascidos em Tiradentes (MG) ou não - que manifestam preocupações quanto ao crescimento desordenado da cidade, assim como quanto às tendências de que a expansão desenfreada dos setores de varejo e serviços venham a ofuscar o apelo histórico, artístico e cultural da comunidade. Eles afirmam a necessidade de se conservar o capital histórico e cultural local. Distinguem modelos de desenvolvimento entre “simples crescimento” e “verdadeira prosperidade”, bem como expressam o desejo de que a cidade “prosper de verdade”. Demonstram maior sensibilidade para com os problemas da comunidade e falam mais sobre eles. Problemas tais como deficiências no suprimento e qualidade da água, tratamento do esgoto, gestão de resíduos, dentre outros do dia-a-dia de uma comunidade que vive intenso processo de crescimento, são por eles amplamente salientados. Não apenas abordaram tais temas, mas também exemplificaram tentativas concretas de desenvolver iniciativas coletivas para sua resolução, bem como para o desenvolvimento da comunidade, de maneira sustentável.

No outro extremo foi possível identificar empreendedores mais individualistas em relação às suas atividades e mais orientados para a maximização de seus investimentos financeiros, em oposição à prosperidade coletiva. Seus modelos e táticas de negócios se preocupam menos com os possíveis impactos negativos sobre o ambiente histórico da cidade, sua cultura ou o dia-a-dia de seus habitantes. A tendência é de serem menos otimistas sobre o potencial de ações coletivas como veículos para

o desenvolvimento da comunidade e em acharem que há poucos benefícios em se apoiar causas públicas.

A distância cognitiva e social polarizada é evidente entre essas categorias e acompanhada por certo grau de desconfiança, animosidade e tensão, não permitindo uma coordenação eficaz e ação coletiva entre os empreendedores. Isso se torna mais profundo dado ao isolamento dos empreendedores em relação às “dinastias familiares” da cidade, as quais controlam a máquina política. Para esses autores, já houve várias tentativas de se organizar associações comerciais, associações de classe, mas nenhuma resultou em instituição que sobrevivesse.

Em suma, ao classificar cada empreendimento local de acordo com sua localização nos pares em oposição identificados, dois tipos distintos de empreendimentos poderiam ser evidenciados já nas entrevistas iniciais conduzidas pelo estudo. Um primeiro, que poderíamos chamar de “Conservadores”, seria composto por empreendimentos localizados, preponderantemente, no centro histórico, sendo, principalmente, possuídos por não nativos (“ETs”), que se encontram na parte mais refinada da categoria “Joia”.

O segundo grupo, que poderíamos denominar de “Orientados a Resultados”, seria composto por empreendimentos localizados na periferia, concentrando negócios, preponderantemente, “bijuteria”. Eles mantêm relações mais instrumentais com seus funcionários, são mais orientados para o curto prazo e para o lucro imediato. São, igualmente, mais individualistas em relação à comunidade e às suas políticas. Há exceções a esse padrão, principalmente entre os “ETs” que se

inseriram tardiamente no processo e/ou não dispunham de recursos financeiros suficientes para adquirirem propriedades no centro histórico ao longo do atual *boom* econômico, os quais tendem a se encaixar na primeira categoria. Entretanto, como tipos ideais, essas duas categorias provavelmente refletem as principais diferenças sociais que dividem, à primeira vista, os empreendimentos da comunidade.

Análise posterior e mais pormenorizada, tendo por base o arcabouço teórico de Bourdieu (2009; 2008), permitiu delinear, a partir dos aspectos que caracterizam a dinâmica social da localidade e características de seus empreendimentos, uma tipologia dos empreendedores individuais em disputa pelo domínio do campo econômico, social, cultural e simbólico de Tiradentes (MG).

Como resultado, os dados evidenciam três categorias de empreendedores, indutivamente por eles denominadas como: *empreendedores tradicionais*, *modernos* e *pós-modernos*. Não homogênea, a primeira categoria - *empreendedores tradicionais* - pôde ser subdividida em duas subcategorias: os *remanescentes* e os *pioneiros*.

Muito embora ambas as subcategorias de *empreendedores tradicionais* aparentemente se iguallassem no que tange ao valor que seus representantes sugerem atribuir à tradição, distinguem-se, todavia, quanto à forma de manifestação dessa noção: o *empreendedor remanescente* revela enfatizar mais amplamente dimensões associadas à sua *linhagem familiar*, o nome de família e a vinculação a um clã específico. É distintivo, nessa

subcategoria, a fidelidade a um laço de sangue, à terra, ao solo, à história.

Os *empreendedores remanescentes* são representados, em sua maioria, por pequenos comerciantes e empreendedores individuais - marceneiros, serralheiros, carpinteiros, ourives, costureiras, doceiras e outros profissionais de ofício - nascidos na cidade e região, os quais em sua maioria já mantinham negócios na cidade bem antes do *boom* do turismo, quando a mesma encontrava-se ainda esquecida e povoada, basicamente, por idosos, crianças e famílias tradicionais da agricultura, pecuária ou do que ainda restava de um breve surto de desenvolvimento advindo da extração da prata e sua manufatura.

Já o *empreendedor pioneiro* parece dar mais ênfase à sua *bagagem cultural e humanista*, evidenciada na valorização de aspectos tais como o bom gosto e o belo, aspectos que procura associar, de forma direta, ao “DNA” de seus empreendimentos. Comumente fixados no centro histórico, são “pioneiros” na implantação de empreendimentos direcionados ao que mais tarde viria a se configurar no processo de reconversão de funções econômicas de Tiradentes (MG), na direção do turismo e da indústria criativa.

Embora alguns dos representantes dessa subcategoria tenha vínculo familiar com nativos da cidade ou região, a “linhagem familiar” ou o “nome de família”, conforme anteriormente salientado, parece não constituir seu principal fator de distinção. Ao contrário dos *empreendedores remanescentes*, os *pioneiros* parecem evidenciar, como elementos centrais de diferenciação, o fato de serem estrangeiros ou, apesar de nascidos

na cidade e região, terem vivenciado experiências em outros países ou grandes centros urbanos.

Outro traço distintivo desse grupo é, conforme mencionado, seu nível cultural, de erudição que, de modo geral, atribuem às suas vivências externas, permitindo novos olhares e perspectivas. Em essência, esses elementos parecem forjar, já nos primórdios do atual processo de transformação econômica de Tiradentes (MG), o imaginário do tipo de *empreendedor remanescente vis-à-vis ao pioneiro*.

Vale reiterar relatos de *empreendedores pioneiros* associando, de maneira enfática, a estrita ligação entre seus empreendimentos e seus projetos pessoais e de vida, sendo estes comumente apresentados não como negócios, mas como extensão de suas existências.

É relevante registrar que ambas as subcategorias de *empreendedores tradicionais* revelam, não raro, preocupações quanto à sobrevivência, a médio e longo-prazos, de seus negócios, muito embora os *empreendedores pioneiros* pareçam dispor de dispositivos que lhes permitiriam maior *background* para ajustes e mudanças de rumo em seus modelos de negócios e gestão. Esse aspecto, como o processo sucessório, transparece como elemento crítico para a perpetuidade de seus empreendimentos, na medida em que a transição de modelos de gestão mais singulares, carismáticos e fortemente centrados na identidade e projeto de vida do fundador, pode apresentar-se desafiadora.

Quanto aos *empreendedores remanescentes*, uma vez que o processo de reconversão econômica foi levado a cabo, majoritariamente por empreendimentos externos, eles se apresentam, atualmente, pouco representativos em termos econômicos, exceto, em alguns casos, pela posse de imóveis no centro histórico. O menor nível de escolaridade e a própria dimensão de seus negócios (pequenos bares, lanchonetes, *ateliers* de artesanato e prestação de serviços com baixo valor agregado), sofrem, continuamente, o peso da concorrência, por parte de empreendimentos mais *modernos*.

Papel importante tem sido desempenhado por instituições governamentais de apoio às micro e pequenas empresas, por meio de ações de sensibilização e mobilização desses empreendedores, em especial quanto à importância da qualificação e “de uma visão mais estratégica de seus negócios”, bem como a oferta de programas de treinamento em gestão e desenvolvimento pessoal. No caso específico dos pequenos artesãos, são indicadas como relevantes, senão fundamentais à sobrevivência futura, iniciativas de cooperativismo e o associativismo.

Aos *empreendedores tradicionais - remanescentes e pioneiros* - contrapõe-se a disputa por espaço, poder e *status*, outra categoria de empreendedores: os *empreendedores modernos*. Muito embora, esse conjunto de empreendedores pareça igualar-se no que se refere à valorização de atributos como a “gestão profissionalizada” e à disseminação de valores que visam extrapolar a dimensão da tradição (do “nome de família”, do “conservadorismo”, do “patrimonialismo”), seus representantes encontram-se distantes de se apresentarem como categoria homogênea, podendo-se identificar, a partir dos capitais

econômicos e simbólicos por eles mobilizados, duas subcategorias: os *empreendedores negociais* e os *empreendedores profissionais*.

Os *empreendedores negociais*, já em bom número com empreendimentos localizados geograficamente fora do centro histórico da cidade, habitualmente são associados à busca frenética e incansável por resultados e pela adoção de lógica de negócio cada em técnicas centradas no modelo do *management*, de base norte americana. Diferentemente dos *empreendedores pioneiros*, que buscam forjar uma imagem de seus empreendimentos associada a valores mais humanistas, visando ao desenvolvimento da sociedade e das pessoas, e a um projeto ético e estético, alicerçado em uma filosofia que enfatiza uma valorização do humano e do local, os *empreendedores negociais* comumente são descritos como focados no curto-prazo, no lucro imediato, no *marketing* e no entretenimento.

Outra subcategoria de *modernos* compreenderia os empreendedores que denominamos de *empreendedores profissionais*. Essa subcategoria é constituída, na grande maioria, por indivíduos que justificam sua presença em Tiradentes pelo desejo de saírem dos grandes centros urbanos. Muitos são profissionais liberais ou ex-executivos de grandes empresas, nacionais e multinacionais, que, em especial, durante viagens à cidade como turistas, decidiram fazer uma transição profissional, realizando antigos sonhos de terem seus próprios negócios, quer pelo estresse, por desligamentos involuntários ou ainda pelo desejo de construírem a vida de outra forma. São psicólogos, médicos, advogados, engenheiros que, além de verem na cidade encantos naturais e potencial econômico, vislumbram ter ali

melhor qualidade de vida e criarem seus filhos de forma mais livre e saudável.

Como atributos dos *empreendedores profissionais*, além do caráter urbano e cosmopolita, destaca-se a valorização da instrução em nível superior, em especial em gestão e de experiências prévias e competências em modernas práticas de gerenciamento. Nessa direção constata-se ênfase em discursos e posturas gerenciais associados a noções como as de qualidade, responsabilidade social empresarial, preservação do meio-ambiental, respeito à ecologia, cidadania empresarial, dentre outras que procuram vincular a imagem de seus empreendimentos às noções de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Finalmente, além dos *empreendedores tradicionais*, dos *empreendedores modernos* e suas variações, uma última categoria de empreendedores pôde ser identificada: os *empreendedores pós-modernos*, que, de forma similar, parecem se distinguir em duas subcategorias, as quais denominamos de *empreendedores camaleões* e *empreendedores vanguardistas*.

Os *empreendedores camaleões*, no geral, compõem-se de pessoas advindas de grandes centros, mas também por cidadãos da cidade. Com poucos recursos financeiros, comparativamente aos *empreendedores modernos* e *pioneiros*, constituem seus empreendimentos na base do “jeitinho brasileiro” e da improvisação, copiando o estilo de pousadas, o cardápio de restaurantes e artigos de *ateliers* de arte, voltados a públicos de maior poder aquisitivo. Distinguem-se, ademais, pela flexibilidade, adaptabilidade, capacidade em assumir riscos e

elevado senso de oportunidade e frequentemente encontram-se inseridos na economia informal.

Por último, os *empreendedores vanguardistas*, em essência constituídos por proprietários de *ateliers* de arte, produtores artísticos, pintores e outros artistas caracterizam-se e são comumente caracterizados por atributos tais como: criação, novo, sensibilidade, independência, autonomia, liberdade, negação da tradição e do *status quo*, polêmica, transgressão de regras, desconstrução, provocação, contestação, desprendimento, resistência e por estilos de vida particulares. De modo geral, estimulam, por seu caráter questionador da própria arte, dos comportamentos, da ecologia e da política, a inserção na comunidade de novos temas como o papel do homem e da mulher, o lugar do corpo e da sexualidade na sociedade, o uso dos objetos no cotidiano, da cultura de massa e o desperdício da sociedade de consumo.

O Quadro 1 apresenta uma síntese da tipologia de empreendedores desenvolvida a partir do conjunto de dados obtidos em Tiradentes (MG), bem como dos atributos que caracterizam os *habitus* de seus representantes.

**QUADRO 1. Tipologia de Empreendedores em Dinâmicas de
Reconversão de Funções Econômicas de Cidades**

Categorias	Sub-Categorias	Atributos
Empreendedores Tradicionais	Empreendedores Remanescentes	Simplicidade, sabedoria, conhecimento tácito, naturalidade, emoção, recato, família, conservadorismo
	Empreendedores Pioneiros	Erudição, cultura, requinte, sofisticação, nobreza, refinamento, bom gosto, estilo, beleza, distinção, elaboração, respeito, justiça, bravura, coragem, dignidade, postura, atitude, elegância, charme, etiqueta, classe, discrição, essência, prestígio, reputação
Empreendedores Modernos	Empreendedores Negociais	Entretenimento, curto-prazo, lucro imediato, <i>marketing</i> , agressividade, competitividade, resultado financeiro, crescimento, expansão, diversificação, negócios
	Empreendedores Profissionais	Qualificação, profissionalismo, gestão, cientificidade, qualidade, certificação, competência, modernidade, responsabilidade social, preservação ambiental, ecologia, cidadania empresarial, desenvolvimento sustentável, politicamente correto
Empreendedores Pós-modernos	Empreendedores <i>Camaleões</i>	Improvisação, imitação, informalidade, cópia, “jeitinho brasileiro”, senso de oportunidade, aventura, risco, flexibilidade, adaptabilidade
	Empreendedores Vanguardistas	Arte, criação, novo, originalidade, subjetividade,

	sensibilidade, independência, vanguarda, intelectualidade, autonomia, liberdade, polêmica, visão crítica, transgressão, desconstrução, provocação, contestação, sensibilidade, desprendimento
--	---

Fonte: elaborado pelos autores

Posteriormente, foi conduzido estudo similar junto à também histórica cidade de Paraty (RJ).

O caso Paraty: do ocaso como cidade portuária estratégica à redescoberta pelo turismo

Iniciando, igualmente, por análises de documentos sobre a evolução histórica e econômica da cidade, agregadas com relatos de entrevistas realizadas pelos autores foram também constatados acontecimentos decisivos nas transformações econômicas vivenciadas pelo município. Pelas entrevistas foi possível, por exemplo, corroborar que o povoamento e desenvolvimento de Paraty (RJ), do século XVI ao XVII, viu-se impulsionado pelo posicionamento da cidade como principal rota de acesso às Minas Gerais, ao constituir-se como importante porto marítimo. Tal período de progresso, no entanto, é interrompido com a criação do caminho por terra, pelo interior do país, e, principalmente, pela construção da ferrovia Rio-São Paulo deslocando parte significativa do fluxo de pessoas e bens que antes circulavam na região. Concomitantemente, aponta-se como causa do esvaziamento de Paraty (RJ) a abolição da

escravatura, em 1888, na medida em que tal medida acabou por provocar êxodo da maior parte da população local que era escrava.

O processo de Paraty (RJ) - do esquecimento ao início do ciclo do turismo - dar-se-ia somente em 1953, quando da construção da estrada ligando-a à cidade a Cunha (SP) e, em 1978, com a implantação da Rodovia Rio-Santos (BR-101) que insere a região no eixo Rio-São Paulo. Em outros termos, o atual ciclo de desenvolvimento, baseado no turismo, terá suas bases com a abertura de novos acessos a Paraty (RJ). A atividade turística, entretanto, somente se verá fomentada e se sustentará em função de algumas características peculiares da cidade. Uma dessas categorias é seu patrimônio arquitetônico e histórico preservado em decorrência, assim como o constatado em Tiradentes (MG), do período de esquecimento vivenciado pela cidade e do tombamento de ativos como monumentos estaduais, em 1945, e pelo Patrimônio Histórico, em 1968. Como decorrência, casas, igrejas e ruas foram mantidas intactas, preservando o caráter colonial da cidade, diferentemente de outras que se urbanizavam de forma a se descaracterizarem.

Além da preservação do patrimônio material da cidade, relatos dão conta de fortes traços culturais e artísticos, os quais criam a ambiência necessária ao turismo cultural. Isso, na medida em que a cidade, desde tempos remotos, como uma das principais portas de entrada de mercadorias, artistas e escoamento das riquezas do Brasil, tem sofrido influência de diferentes estilos culturais, dos mais diversos cantos do planeta.

Somada à influência internacional, Paraty (RJ) tem sido, historicamente, bastante frequentada por artistas brasileiros em busca de lugar tranquilo e sossegado, antes mesmo da abertura da Rodovia Rio-Santos. Assim, estes foram lá deixando, igualmente, suas marcas culturais. Dentre as pessoas que vinham a Paraty (RJ), os paulistas tiveram influência marcante. Com a abertura da estrada Paraty-Cunha, muitos adquiriram casas no Centro Histórico da cidade e se integraram ao cotidiano da comunidade. Adicionalmente, o perfil de tal público - instruído, culto e com elevado poder aquisitivo - contribuiu para a criação e fortalecimento de um caráter cultural singular. Soma-se a isso, suas belezas naturais, com inúmeras praias, ilhas e cachoeiras cercadas pela Mata Atlântica que amplificam sua atratividade do ponto de vista turístico. Finalmente, registra-se sua localização estratégica, entre os dois maiores eixos econômicos do país: Rio de Janeiro e São Paulo.

Tais processos são marcados, entretanto, por contradições e conflitos entre seus agentes e instituições, com diferentes interesses e objetivos, os quais apresentam impactos significativos na dinâmica de desenvolvimento vivenciada. Uma contradição bastante presente nos relatos obtidos em Paraty (RJ) relaciona-se ao embate quanto à preservação do perfil artístico-cultural da cidade *vis-à-vis* o aumento “turismo de massa” vivenciado pela cidade nos últimos vinte anos. Diversos entrevistados sugerem, em função da vocação cultural de Paraty (RJ), ser perfil “adequado” aquele com bagagem cultural, que aprecia arte e dispõe de condições financeiras suficientes para usufruir das pousadas, restaurantes e passeios que, em sua maioria, são ofertados por preços elevados.

Vale salientar, no entanto, sazonalidades nos perfis de público que frequenta Paraty, devendo a prefeitura estimular eventos associados à arte, cultura e educação, mais compatíveis com a “vocaçãõ” da cidade. Há evidências, todavia, de que a prefeitura promove festivais de diversas naturezas, visando atrair diferentes tipos de públicos, o que, do ponto de vista de alguns, constitui política contraditória, que prejudica a imagem e o turismo local.

Outra contradição evidente decorre da abertura de novas vias de acesso à cidade: Paraty-Cunha e a Rio-Santos. Em decorrência, registra-se o deslocamento da população nativa do centro-histórico para a periferia. Dada a facilitação dos processos de mobilidade, muitos paulistas começaram a adquirir imóveis no centro e a comunidade local - pressionada pela valorização imobiliária - viu-se compelida a vender suas casas e mudar para regiões do entorno. Desse modo, o centro histórico se diferencia em relação às demais áreas da cidade, tornando-se ponto privilegiado de negócios, concentrando a maior parte dos estabelecimentos comerciais voltados para o turismo.

Além disso, com a abertura de ampla gama de novos empreendimentos na cidade, parte da população nativa passa a se ocupar como mão-de-obra dos restaurantes e pousadas, mudando o seu modo de vida anterior, baseado na pesca e agricultura de subsistência. Se por um lado tal fenômeno resultou na geração de renda, por outro pode ter significado a perda de costumes e tradições. Em outros termos, enquanto a expansão do ciclo do turismo se mostra importante ao propiciar desenvolvimento econômico, também se revela contraditório no que tange ao

deslocamento da população nativa de seu *habitat* de origem e a impactos em seu estilo de vida.

Há de se ressaltar, todavia, que embora tenha havido o deslocamento e fragilização cultural, há indícios quanto a “preconceitos” da população nativa em relação aos forasteiros, como constatado em Tiradentes (MG). Isso, na medida em que os locais entendem os novos entrantes como indivíduos capazes de aportar novos conhecimentos e experiências para a cidade, desenvolvendo negócios capazes de torná-la mais atrativa. Igualmente, as pessoas não nascidas em Paraty (RJ) estabeleceram fortes ligações com a cidade, integrando-se rapidamente ao seu cotidiano, mitigando potenciais ações discriminatórias.

Assim como em Tiradentes (MG), também em Paraty (RJ) os empreendedores assumiram papéis protagônicos nas dinâmicas de reconversão de funções econômicas estudadas. Evidentemente o poder público, as associações e a própria população de Tiradentes (MG) e de Paraty (RJ) influenciaram tais dinâmicas, porém, de forma menos decisiva. Em decorrência, deu-se ênfase aos empreendedores locais (donos de pousadas, restaurantes, lojas), sem, todavia, desconsiderar outros agentes que influenciaram tais dinâmicas.

Outro resultado comum em ambas as cidades foi a presença de mesmos grupamentos de empreendedores: *tradicionais* (*remanescentes* e *pioneiros*); *modernos* (*profissionais* e *negociais*) e *pós-modernos* (*camaleões* e *vanguardistas*), conforme os capitais econômicos, simbólicos e culturais mobilizados.

Igualmente, essas categorias e subcategorias de agentes se articulavam, vivenciavam conflitos e constituíram alianças visando ampliar seus espaços e conquistarem o domínio sobre o campo a que se vinculam, resultados que propiciam novos suportes empíricos quanto às possibilidades de aplicação dos estudos de Bourdieu (2010; 2009a; 1996; 1989), em pesquisas sobre a temática do *Empreendedorismo Social*.

Análise comparativa entre os casos apontam ainda para similaridades, as quais podem ser explicadas pelas semelhanças dos processos de transformação investigados. As duas cidades se desenvolveram a partir da economia aurífera, foram abandonadas após o declínio do ciclo do ouro, recuperaram-se pela preservação e revitalização de seus patrimônios artístico-culturais e tiveram novo impulso econômico por meio do turismo.

Quanto às diferenças entre os casos investigados, vale salientar a desconsideração quanto à presença significativa, em Paraty (RJ), de *empreendedores negociais*, os quais se fazem presentes, em grande número, em Tiradentes (MG). Igualmente, tensões entre nativos *versus* forasteiros não foram observadas, em mesmo nível, em Paraty (RJ), comparativamente ao observado em Tiradentes (MG).

Ao mesmo tempo em que cada tipo de empreendedor identificado tem seu papel, seus objetivos e produz seus impactos, eles coexistem em um estado de tensão dinâmica. Por exemplo, eventuais alianças entre *empreendedores camaleões e negociais* poderiam *baratear* as cidades investigadas, destruindo seus posicionamentos como destinos turísticos qualificados.

Também não é sem importância que a existência e disponibilidade de um *centro histórico* valoriza e facilita os dons e inclinações dos *empreendedores vanguardistas e pioneiros*, de forma mais relevante que em outros contextos.

Considerações finais

Em termos teóricos, a relevância desses estudos faz-se notar ao evidenciarem que os empreendedores, descritos como principais agentes dinamizadores dos processos de reconversão de funções econômicas investigados, apresentam variações entre si - em termos de papéis desempenhados, atributos pessoais, estilos de gestão de seus empreendimentos - e convivem nas dinâmicas de transformação sócio-econômico-espaciais investigadas em constantes inter-relações, conflitos e alianças. Tais achados revelam-se relevantes visto que a literatura clássica sobre liderança e empreendedorismo ainda não se apresenta suficientemente atenta às dinâmicas de coexistência e tensão entre tipos de empreendedores distintos. Do mesmo modo, a literatura clássica sobre urbanismo não dispensa maior atenção à coexistência de tais tensões em diferentes tipos de configurações socioespaciais.

Outro importante achado desses estudos refere-se ao fato de os sujeitos personificados nos diferentes tipos de empreendedores identificados não surgirem, nem atuarem em um “vácuo social”, nem serem independentes uns dos outros, especialmente em contextos em que compartilham de um mesmo patrimônio histórico e cultural. Eles, ao contrário, fazem parte de uma “ecologia social comunitária” (Hannan & Freeman, 1984), repleta de competição, colaboração, assim como sinergias

intencionais e inconscientes. De forma similar, a literatura revela não considerar a importância da “ecologia social comunitária” no estabelecimento de dinâmicas socioespaciais que contribuam para a definição dos parâmetros de interação entre tais agentes e seu papel social na comunidade.

As dinâmicas observadas por meio dessas “etnografias” em Tiradentes (MG) e Paraty (RJ), igualmente, apresentam resultados distintos dos dois extremos que caracterizam o pensamento tradicional sobre o empreendedorismo. De um lado, a visão dos empreendedores como elementos quase míticos que, ao contrário dos demais indivíduos, por seu gênio e competências singulares, estariam aptos a identificar, “liderar”, aproveitar oportunidades e criar novas riquezas que outros não conseguem vislumbrar. De outro lado, a ideia que macro forças tecnológicas e econômicas criariam oportunidades para novos empreendimentos, os quais seriam idealizados ao acaso por pessoas que, não por virtudes particulares, acontecem de estar no lugar certo, na hora certa. Sem dúvida, os acidentes da história e geografia forjaram configurações de recursos de certa forma únicas. Uma vez mais, todavia, não se tem claro o papel das configurações espaciais nesses processos. Em outros termos, a literatura deixa sem respostas a questão sobre de que forma diferentes arranjos relacionais que caracterizam as dinâmicas investigadas correspondem a distintas configurações espaciais.

Verificar que diferentes empreendedores estão inseridos em contextos sociais nos quais seus agentes têm papéis diferenciados e conflituosos parece não ser, no entanto, a única contribuição desses estudos. Evidencia-se, também, que o empreendedor depende de seu entorno - assim como modifica a

configuração espacial em que se insere - de forma ainda não claramente explicitada pela literatura.

Adicionalmente, os achados e resultados sugerem que muito embora os “tipos” de empreendedores encontrados na literatura internacional possam ser reconhecidos nos casos investigados, as trajetórias e origens sociais das pessoas que os representam podem ser bastante diferentes. Isso indica que mesmo que esses distintos grupamentos acabem manifestando um perfil universal típico, o caminho que cada um percorre para ocupar determinado papel de liderança em seu campo pode variar de forma significativa, em função da dinâmica sócio-econômico-espacial prevalecente.

Por fim, a diversidade entre os “tipos” de empreendedores, ao impedi-los de perseguir objetivos comuns, tende tanto a estimular mudanças - dependendo do equilíbrio de forças e capitais mobilizados (Bourdieu, 2008, 1996) - quanto à preservação do poder local das oligarquias políticas tradicionais, com potenciais impactos sobre a amplitude e qualidade do desenvolvimento local futuro.

Referências

Bonnewitz, P. (2003). *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes.

Borja, J. & Castells, M. (1997). *Local y Global, La gestión de las ciudades em la era de la información*. Madrid: Santillana de Ediciones, S.A.

Bourdieu, P. (2010). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (2009). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

Bourdieu, P. (2009a). *O senso prático*. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P. (2008). *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.

Bourdieu, P. (2008a). *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk.

Bourdieu, P. (2007). *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. Porto Alegre: Zouk.

Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp.

Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus.

Bourdieu, P. (1996a). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bourdieu, P. (1989). *La noblesse d'état: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Bowen, G. (2006). Grounded Theory and Sensitizing Concepts. *International Journal of Qualitative Methods*, 5(3), 1-9.

Denzin, N. & Lincoln, Y. (2000). *Handbook of qualitative research*, 2nd edition. Sage Publications: Thousand Oaks..

Dey, I. Grounding Categories: In: Bryant. Z. & Charmaz. T. A. (2007). *The SAGE Handbook of Grounded Theory*. SAGE Publications: Los Angeles.

Ferreira, J. S. W. Globalização, ideologia e planejamento urbano. In: Ferreira, J. S. W. (2007). *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis: Vozes.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Editora Artmed: Porto Alegre.

Frota, L. C. & Peterson, C. (1983). *Tiradentes: retrato de uma cidade*. Campos Gerais: Rio de Janeiro.

Glaser, B. (1978). *Sensitivity: Advances in the methodology of grounded theory*. Sociology Press: Mill Valley, CA.

Glaser, B. (1992). *Basics of grounded theory analysis: Emergence vs. forcing*. Sociology Press: Mill Valley, CA.

Glaser, B. & Strauss, A. (1967). *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Aldine de Gruyter: New York.

Gioia, D. A. & Thomas, J. B. (1996). Identity, Image and issue interpretation: Sensemaking during strategic change in academia, *Administrative Science Quarterly*, 41, 370-403.

Gonçalves, N. G. (2010). *Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução*. Petrópolis: Vozes.

Hannan, M. & Freeman, J. (1984). Structural inertia and organizational change. *American Sociological Review*, 49(2),149-164.

Harvey, D. (1989). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

Jacobs, J. (2011). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Luchiari, M. T. D. P. (2005). Centros históricos: mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo.

Mallmann, T. D. M., Borba, B. W., & Ruppenthal, J. E. (2005). Avaliação da tipologia dos empreendedores residentes da incubadora tecnológica de Santa Maria utilizando o teste “Kersey Temperament Sorter”. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção. *Anais do XXV ENEGEP*. Porto Alegre.

Miles, M. & Huberman, A. (1994). *Qualitative data analysis. An expanded sourcebook*, 2d ed. Sage Publications: Thousand Oaks, CA.

Nelson, R. E. & Sant'anna, A. S. (2012b). Entrepreneurial types and community dynamics in Tiradentes, Brazil. In: Academy of Management 2012 Annual Meeting. *Proceedings...* Boston: AOM.

Nelson, R. E. & Sant'anna, A. S. (2012a). Tipos de empreendedores em periferia brasileira. *Revista de Administração Pública* (Impresso), 46(5).

Nelson, R. E. & Sant'anna, A. S. (2011). Entrepreneurial types and community dynamics in Tiradentes, Brazil. In: I Congresso Lusófono de Comportamento Organizacional e Gestão. *Anais...* Lisboa: ISCSP/UTL.

Nogueira, M. A. & Catani, A. M. (2005). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.

Sassen, S. (1999). As cidades na economia global. *Cadernos de Urbanismo*, 1(1), Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo.

Sánchez, F. (2003). *A reinvenção das cidades: para um mercado mundial*. Chapecó: Editora Argos.

Sant'anna, A. S., Nelson, R. E., & Oliveira, F. B. (2011). Empreendedorismo e desenvolvimento do turismo em

Tiradentes. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 6(3), .

Sant'anna, A. S.; *et. al* (2011). *Liderança e reconversão de funções econômicas de cidades: o caso Tiradentes*. Nova Lima: FDC/FAPEMIG. (Relatório de Pesquisa).

Sirman, R. Built form and the metaphor of storytelling. In: Goldsmith, S. A. & Elizabeth, L. (2010). *What we see: advancing the observations of Jane Jacobs*. Oakland, CA: New Village Press.

Vainer, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: Arantes, O., Vainer, C., & Maricato, E. (2011). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.

CAPÍTULO 8

A cidade e o círculo privilegiado da cultura

Wesley Silva Xavier

Introdução

Encarar uma cidade como objeto de estudo tem se mostrado tarefa cada vez mais arenosa, em particular, pelos inúmeros olhares possíveis. Os arranjos se multiplicam ao considerarmos os recortes, os elementos centrais dentro da complexidade, bem como os posicionamentos, as escolhas epistemológicas, teóricas e metodológicas ou, ainda, as leituras possíveis para se lançar à compreensão de determinadas relações sociais a partir de algo que não é aparente.

Para muito além do estado da arte do tema, nos mais vastos campos que o objeto perpassa, refletir sobre a cidade e suas

formas de vivência tem se tornado um fenômeno bastante contemporâneo, ao passo em que superamos a dicotomia do global/local para entendermos como determinadas relações que são universais podem impactar a cidade (Lefevbre, 2009), a partir de manifestações específicas, porém, generalizáveis em sua essência. As motivações deste trabalho vão nestas duas direções e visa tanto contribuir para o debate sobre cidades, de forma geral, quanto entender parte da dinâmica de uma cidade a partir de suas produções culturais, comumente lançadas como sínteses de um fenômeno tão complexo.

De modo mais específico, neste texto proponho discutir como a produção e o consumo de bens culturais provocam e perpetuam fissuras entre classes na cidade, produzindo um círculo privilegiado da cultura, círculo este formado por tomar para si a primazia do conhecimento sobre cultura de modo naturalizado e, por consequência, ver como legítimo seu papel na determinação do que deve ou não ser considerado cultura.

Neste texto, parto de uma ideia de produção cultural que deve ser necessariamente analisada dentro de uma perspectiva histórica e na relação dialética com as esferas econômicas e políticas, de forma interdeterminada. A cultura aqui é entendida como algo que opera tanto o aprisionamento quanto a tentativa de supressão das contradições sociais. Este caráter dual – embora produzindo o mesmo efeito – ocorre porque antes disso há mediações pautadas em assimetrias de poderes. Nesta seara, é possível observar a primazia por determinadas produções que vão ao encontro dos interesses de grupos que dominam e exercem maior poder no campo da cultura.

Estes grupos acabam por delimitar não apenas o que deve circular enquanto mercadoria, mas também a quem este produto cultural deva servir. Produção e consumo apresentam elos inelimináveis. Explicam, por exemplo, o esvaziamento de público em eventos de cultura erudita, mesmo que gratuitos. É necessário, neste caso, invertermos a causalidade, de modo que o distanciamento entre a produção e o público não esteja no desinteresse deste último, mas na distinção historicamente imposta a este tipo de produção.

É este o esforço a que me lanço aqui ao tentar situar o tratamento da produção cultural dentro da ótica econômica e política que desvela como os espaços urbanos são constituídos por contradições e diásporas locais, bem como na tentativa de elucidar a operacionalização da cultura como mecanismo de distinção, legitimação e manutenção de uma ordem que incide em várias concepções e apropriações da cidade. Na sequência apresento breves considerações teóricas sobre a operação da cultura como aprisionamento e emancipação, além do percurso metodológico utilizado no trabalho. As duas próximas seções são dedicadas à exposição dos dados que ilustram duas Cataguases, a dos desavisados e a dos informados, bem como a formação histórica do círculo privilegiado da cultura na cidade. Por fim, apresento as considerações finais sobre o que julgo ser extensão de uma dominação de classes através da cultura.

Breves considerações sobre a cultura como aspecto de aprisionamento e emancipação

O sentido de cultura como resultado da capacidade produtiva do homem remete muito além dos produtos culturais. Etimologicamente a palavra cultura origina-se do verbo *colere*. Cultura representava o cultivo e o cuidado com plantas, animais e tudo que se relacionava à terra, ou exatamente, à agricultura (Eagleton, 2005; Chauí, 1987; Gomes, 1999). Em complemento, o termo cultura era utilizado para tratar do cuidado com as crianças, sua educação e o desenvolvimento de suas virtudes naturais, puericultura. Sob outro aspecto, Arendt (2009) destaca que este cuidado com a educação se referia ao cultivo do espírito, sendo a cultura também atrelada ao cuidado com os deuses, os ancestrais e seus monumentos, recobrados pela memória.

A partir do século XVIII, o termo cultura incorpora novos significados. Marcado pela substituição da fé pela razão, no século XVIII os ideais iluministas são consolidados, bem como as bases positivas para o desenvolvimento da ciência, da libertação do homem do período das trevas. O ideário progressista ressoa na própria condição de vida da população, particularmente na Europa, e encontra na cidade seu lócus de manifestação, de forma que a cidade seja vista como produto da razão e o campo do empirismo (Lefebvre, 1999).

Para Gomes (1999, p. 110-111) “o sentido de cultura como obra, a aparência e o resultado do trabalho humano sobre a natureza, produto material e técnico de uma sociedade sobre o terreno” ganhou um sentido metafórico. Este sentido se dá no entendimento da educação enquanto instrumento de

transformação do espírito humano, espírito este que se manifesta como um “campo ordenado e produtivo de ideias e comportamentos” que caracterizam o *ethos* de um homem educado e que, portanto, se afasta da ideia de “natureza humana pura”. Assim, o homem se projeta não como produto da natureza, mas como produto de uma sociedade, “naquilo que ela apresenta de melhor”. Este processo se desenvolve sob os pilares do conhecimento acumulado que designa a cultura um caráter de saber. Por consequência, o homem de cultura “possui instrução, espírito cívico e público”.

Estabelece-se, aqui, um ponto fundamental para o processo de elaboração da cultura a partir de uma base racional, reflexiva. De acordo com Raymond Williams (2011a), o termo cultura articula-se, ora positiva, ora negativamente, com o termo *civilização*. Derivado do latim *cives* e *civitas*, civilização “referia-se ao civil, como homem educado, polido, e à ordem social” – sociedade civil. Contudo, o significado de civilização extrapolava o sentido civil, representando um estado de perfeição, uma etapa evoluída do desenvolvimento histórico-social, remetendo à ideia de progresso (Chauí, 1987; Gomes, 1999).

A cultura, enquanto produto, é historicamente imersa neste mecanismo de distinção, inclusão e exclusão, de modo que o processo histórico de produção artística – e também científica – tem sido colocado como espectro distintivo no decorrer da história da humanidade. A busca pela distinção de classes dominantes e o advogar das atividades exercidas por parte desta classe, num ordenamento que assume um ar de naturalidade, é responsável por estabelecer quem deve empregar seus esforços no processo de transformação produtiva clássica e aqueles que

destinam seu tempo ao desenvolvimento de formulações científicas e artísticas. É esta a verdadeira divisão do trabalho, que separa o trabalho físico do intelectual, que se constitui numa aparente autonomia fundante de toda espiritualidade que representa algo que não é real, num exercício de emancipação da vida material ao propósito da teorização abstrata, consciência sem práxis (Marx & Engels, 2007). Dessa forma, a distinção se daria em preservar a legitimidade de alguns grupos em produzir e ditar o que deve ser encarado como produção artística/cultural, e de outro lado, a existência de uma massa que destinaria seu tempo ao trabalho convencional.

A própria dialética da cultura confere a esta exclusão outra inclusão que com ela se relaciona, ao passo em que há o resgate de elementos culturais que não se enquadram no ordenamento intelectual supracitado. Esta contradição, que exclui determinadas manifestações carentes de uma certa elaboração, leva a outra contradição, esta de ordem ontológica: o mecanismo operatório da cultura produzida nas classes desfavorecidas apresenta nuances que podem cambiar entre a emancipação e o aprisionamento. Williams (2011b) ressalta que a busca pela *cultura popular* pode significar um mergulho no passado a fim de prospectar a cultura nativa verdadeira ou reprimida que fora obliterada por formas acadêmicas e institucionais elitistas. Além disso, Williams (2011b) destaca a ênfase no *povo* na *cultura popular* sob o viés de uma tradição reprimida que se moveria em direção a tendências revolucionárias. Esta ideia está estreitamente vinculada à concepção materialista da estética, que concentra em si a relação do indivíduo com a vida material e suas contradições, além da possibilidade de tomada de posição pela arte (Lukács, 1970).

Não obstante este caráter aprisionador, a importância da inserção cultural através de determinadas produções artísticas, confere a possibilidade de determinadas manifestações culturais excluídas operarem a resistência frente à produção da cultura mediada pelo capital, pelo Estado, enfim, pelos grupos que exercem hegemonia. A hegemonia constitui-se pelas relações de atividades que podem ser fixadas e apresentam capacidade de controlar e produzir mudanças sociais. Seu caráter dinâmico se dá nas alterações de acordo com as condições históricas, cujas mudanças auxiliam a manutenção da dominação. Todavia, o conceito de hegemonia não se dá a partir de um determinismo, e sim, numa relação dialética frente a práticas de resistências, contra-hegemônicas (Gramsci, 1970).

Apesar do potencial revolucionário, o caráter dialético confere resposta às práticas culturais potencialmente libertadoras, uma vez que as práticas hegemônicas se relacionam com as práticas de resistência. Visam compreendê-las, oferecer respostas que possam sanar os questionamentos, forjar um processo de inserção daqueles que estão marginalizados e, a partir daí, reconstituir as práticas hegemônicas e a dominação. A partir da ideia de hegemonia e contra-hegemonia, Chauí (1987) destaca a cultura popular como expressão dos dominados, constituída tanto por processos de aceitação, interiorização, reprodução e transformação, quanto por processos de recusa, negação e afastamento por parte dos dominados.

Moura *et al.* (2011) destacam que a cultura pode tornar-se resistência quando assume sua capacidade criativa, quando se remodela, permanecendo intacta às investidas de grupos hegemônicos, ou mesmo se apropriando destes a fim de tornar-se

um movimento coletivo pela vida e, por consequência, potencializar alternativas. Este campo de batalha se opõe evidentemente frente à concepção acadêmica de cultura, cujo pressuposto está ancorado no conhecimento formal, no aspecto do *belo*, em conformidade ou rompendo com o estabelecido, mas erguido sob o mesmo pano de fundo. A resistência através da cultura emana do movimento oposto a esta dualidade que se estabelece com os aspectos formais, estabelece-se sobre a base dos saberes construídos empírica e historicamente, na própria luta pela vida (Freire & Nogueira, 2007).

Aspectos metodológicos

A discussão aqui lançada é parte de minha tese que tratou da formação cultural da cidade de Cataguases-MG sob uma perspectiva histórica. Não obstante o caráter histórico, busco, neste recorte, focar nos depoimentos dos entrevistados, apesar do caráter ineliminável que estes apresentam com a historicidade do campo e da cidade.

Do total de 22 entrevistados, foram selecionados fragmentos de nove entrevistas realizadas, conduzidas a partir de um roteiro não estruturado, de maneira que a conversa com os entrevistados fosse conduzida a partir de temas de ordem genérica. Dado o caráter não estruturado da entrevista, fui a campo sem um roteiro de questões a serem tratadas. Entretanto, estabeleci alguns temas que seriam importantes para compreender a dinâmica existente na produção cultural e relação direta com as questões sociais. Como percurso, busquei combinar

três tipos de entrevistas preconizados por Seidman (1991), que me permitissem explorar a história dos entrevistados em relação ao tema da pesquisa, os detalhes das experiências dos entrevistados com as elaborações artísticas e a reflexão destes sobre as produções, reverberações sociais, e a cultura na cidade.

Diante desta proposta, foram elaboradas relações de temas a serem tratados, considerando três grupos de entrevistados: pessoas ligadas a produções culturais independentes do poder público e das fundações culturais; entrevistados que estão ou estiveram ligados às fundações; e pessoas ligadas ao poder público municipal. É necessário ressaltar que a definição dos temas não resultou em uma entrevista linear, uma vez que eram constantemente abandonados pelos entrevistados sem que eu interferisse. Pelo contrário, nestes casos busquei explorar os conteúdos suscitados pelos entrevistados e, posteriormente, retornava aos temas para tratar de pontos que restavam ou que não tinham ficado claros.

As entrevistas foram analisadas à luz do materialismo histórico de orientação marxiana. A concepção materialista da história deve ser encarada como base da explicação histórica, mas não a explicação histórica em si (Hobsbawn, 1998). No materialismo histórico, é através da dialética que as múltiplas determinações entre base e superestrutura são apreendidas, tendo centralidade o desenvolvimento das forças produtivas humanas, a base, contudo, sem implicar em absoluto em qualquer relação determinista ou mecânica. É necessário reforçar este caráter dinâmico evocado no movimento dialético da base e da superestrutura para que não se denote ao materialismo histórico função determinista, e sim dialética, que, por consequência

imprime dinamicidade. Deve-se, pois, considerar, em cada realidade a apreensão de suas próprias contradições, suas dinâmicas próprias (interna) e suas transformações (Lefebvre, 2006).

Ainda em relação à análise dos dados, esta é estritamente qualitativa e se baseia na concepção marxista da linguagem e do discurso desenvolvida por Mikhail Bakhtin. A importância do discurso se faz presente em virtude do desenvolvimento da filosofia burguesa através da palavra (Bakhtin, 2009). A ideologia no discurso deve ser encarada como parte de uma realidade, mas também como forma de refletir ou refratar essa mesma realidade. O componente ideológico traz consigo um significado que remete a algo situado fora de si mesmo, de forma que os signos presentes no discurso sejam fundamentais para a apreensão da ideologia, dado o caráter intersubjetivo do discurso (Barros, 2005). É preciso ressaltar que este processo ideológico que se manifesta através dos signos só se torna criação ideológica na consciência em sua conexão com o real, tanto na produção por parte da classe dominante, quanto na apreensão/resistência por parte da classe dominada. Segundo Bakhtin (2009, p. 35), o ideológico só pode ser explicado no “material social particular de signos”.

Esse caráter material atribuído à ideologia discursiva só pode ser compreendido na relação entre base e superestrutura (Bakhtin, 2009). Para o autor, a explicação de uma relação entre a base e um fenômeno isolado qualquer só pode representar valor cognitivo se este fenômeno estiver acompanhado de seu contexto ideológico. Analogamente, o conteúdo dialético da superestrutura só permite a compreensão de uma transformação ideológica a partir de uma imediata relação com as transformações na base.

Esta dinamicidade garante não o caráter determinista, mas as transformações operacionalizadas na própria ideologia, por meio de sua dialética interna das suas próprias contradições, em consonância – mas não necessariamente sincronizada – com as relações materiais através da dialética externa.

A cidade dos informados e dos desavisados

Informados e desavisados foram termos que encontrei para expressar a existência de dois polos em um continuum frente ao legado modernista que atravessa a história da cidade, que cria ao mesmo tempo um sentimento ufanista e um total desconhecimento sobre a representatividade de Cataguases, em particular, na literatura e na arquitetura produzida no modernismo.

Diferentemente da maioria das cidades interioranas, Cataguases-MG caracteriza-se por ter tido um prematuro processo de industrialização, já na primeira década do século XX, bem como um processo de formação cultural muito peculiar. O período entre os anos 20 e 50 foi marcado pelas incursões modernistas no campo da literatura – com destaque para os poetas da Revista Verde – e da arquitetura e do paisagismo – com os trabalhos de Niemeyer, irmãos Roberto, Francisco Bolonha, Burle Marx, dentre outros. Este último campo, resultando na consolidação do projeto ideológico que, ancorado numa disputa política, solidifica na cidade a *vanguarda* através da arquitetura moderna pensada pelo grupo que passa a controlar não apenas as

atividades econômicas na cidade, mas também o domínio político²⁷.

Com a consolidação dos poderes político e econômico, as décadas seguintes foram marcadas por um esfriamento nas atividades culturais mantidas pelos grupos industriais, retomadas somente nos anos 80, com o surgimento das fundações culturais ligadas a empresas da cidade. Quanto ao poder público municipal, o processo de tombamento das construções modernistas particulares e de alguns bens supostamente públicos, deflagrou uma uniformidade de ações voltadas para o campo da cultura, em particular na década de 90, de forma que a única via de ação fosse a cristalização de um passado que diferenciou a cidade das demais.

Não obstante a reconhecida *vocação cultural* da cidade, em Cataguases é possível perceber a existência de uma cidade dos *desavisados*, dos que nela nascem, moram e muitas vezes morrem sem ter ideia do passado modernista, e outra cidade *vanguardista* que se apresenta aos *informados*, aos que tanto presenciam eventos culturais, como participam das elaborações artísticas na cidade. Aqui o elo com o passado opera a legitimação dos tipos de produções culturais e a quem elas devem servir.

Esta coexistência reflete a distinção que Oliveira (2011)

²⁷ O uso da arquitetura moderna como projeto eleitoral pode ser melhor compreendido em: Almeida, O. V. O. *A Disputa de grupos familiares pelo poder local na cidade de Cataguases: práticas eleitorais, representação e memória*. Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

realiza entre a *Cataguases real* e a *Cataguases ideal*. A primeira, caracterizada “pela convivência de um contingente cotidiano endurecido por turnos ininterruptos das fábricas e pelo aniquilamento dos horizontes, já de si inviabilizados”, é demarcada pelo caráter estático de sua dinâmica econômica e mobilidade social, não havendo alternativa para além da subserviência e da “dependência dos favores do poder”, em uma cidade que combina “a estrutura mal-arranjada de um capitalismo fabril”, “alicerçado nos resquícios do modelo escravista”. Na outra *Cataguases, ideal*, o *moderno* visa superar os estilos que lhe precedem, com promessas de novidade. Contudo, restringe-se a olhar para si, alimentando-se de seu passado, reafirmando os valores simbólicos de implicações materiais da “afirmação ideológica de uma *elite*” (Oliveira, 2011, p. 68-69).

Tratarei de expor esse processo elucidando como as ações do poder público e das fundações culturais na cidade perpetuam a existência desses dois grupos, bem como a emergência na relação dialética entre *desavisados* e *informados*, da formação de um círculo privilegiado da cultura, que toma para si a expertise em determinar a produção e o consumo da cultura na cidade e, evidentemente, o que deve ou não ser legitimado como produção cultural.

A primeira via para a formação do círculo privilegiado é o caráter passadista que incide sobre a cultura em Cataguases-MG, de forma que a *cidade de vanguarda* deva ser preservada e, com ela, todas as suas contradições. As ações do poder público se concentraram e se concentram fortemente na preservação dos monumentos tombados, a fim não apenas de legitimar a condição de uma *cidade de vanguarda*, mas também de pretensamente

alavancar o turismo na cidade. Os investimentos alocados na Secretaria de Cultura se restringem ao patrimônio material do município e distritos, justificando os gastos a partir da ideia de cidade modernista.

(Texto 1) A prioridade do nosso governo foi primeiro dentro da cultura, principalmente no patrimônio cultural, né, que está restaurando esses patrimônios culturais que nós temos aqui. Vou te dar exemplos: nós reformamos todas as estações ferroviárias que nós temos, que é a Eva Nil, e Sereno, Gloria, Aracati e a do Sinimbu. Partimos depois prá praças, reformamos a Praça Sandoval Azevedo, e a outra foi a José Inácio Peixoto, que o [Arquiteto Francisco] Bolonha, antes de falecer, deixou uma modificação num projeto que tinha ali naqueles jardins pra pedra portuguesa. A obra também está praticamente finalizada, e agora nos vamos partir prá praça Rui Barbosa e pra Santa Rita, e aqui na praça Rui Barbosa com o ICMS da cultura, que todo dinheiro que é destinado ao ICMS da cultura fica na cultura, pra gente poder fazer essas reformas, e na praça Santa Rita, nós estamos procurando uma parceria com o IPHAN. (...) Todo mundo que vem aqui, um museu a céu aberto, e tinha alguns locais que não estava condizendo com a verdade. Por exemplo, o Painel de Portinari que nós tínhamos ali, então essa é a prioridade da prefeitura, estão quase terminando essa situação [E10].

O texto 1 torna explícito que a unicidade de sentido imputada à cidade implica no direcionamento dos recursos públicos destinados à cultura para a manutenção do legado modernista e, por consequência, da segregação que a *modernização* de Cataguases impõe a seus habitantes. O

argumento impresso no texto toma emprestada a ideia de uma cidade de *museu a céu aberto*, a cidade forjada aos desavisados que raramente se lança a seus habitantes, uma vez que seu próprio processo de formação foi impositivo.

A afirmação *todo dinheiro que é destinado ao ICMS da cultura fica na cultura* não é apenas tautológica, pois também reflete o sentido estrito e restrito de cultura para a instância política municipal. A cultura aqui se apresenta determinada e fixa, assim como seu tratamento por parte do capital que a gerou. Entretanto, sua dialética interna permite compreender a negação da capacidade dos habitantes como produtores de cultura, independentemente do âmbito de suas manifestações, da mesma forma que seu processo histórico leva ao entendimento que a *cidade de vanguarda* encontra conformidades nas esferas econômicas e políticas, tornando perene tanto a abstração da arte, quanto a mitificação de suas formas.

Para além da mitificação continuada da Cataguases Modernista, o poder público empreende ações com fins de abarcar a *cultura popular*, cujo termo estabelece desde já seu mecanismo distintivo frente a uma produção cultural mais acadêmica, formal, quase sempre precedida de uma formação artística ou de outros mecanismos legitimadores.

(Texto 2). Nós temos um movimento da cultura negra lá no Justino, que esse a gente sabe como funciona. A gente tem outro lá no Ana Carrara, nós temos um outro que é no Sol Nascente, que é de Folia de Reis, enfim, a gente tem que catalogar isso primeiro. Isso também é uma outra [manifestações culturais *populares*] que nós temos na pauta de estar melhorando e buscando, que são coisas

completamente diferentes da cultura nossa popular. (...) A gente tem resgatado alguma coisa da cultura do passado como bate-pau, essas quadrilhas, principalmente nesse momento que estamos vivendo agora, nós começamos fazendo a gestão também, é a questão folclore. Todo mês do folclore a gente faz um grande cortejo, e é a oportunidade de a gente estar reunindo todas essas manifestações culturais que nós temos aqui no nosso município. [E 20]

O trecho em destaque na primeira parte do texto 2 indica que o Poder Público Municipal tem conhecimento sobre algumas manifestações da *cultura popular*, mas que se trata de um conhecimento incipiente acerca deste. O distanciamento das ações do executivo voltadas para estas manifestações populares da cultura está intimamente conectado com a manutenção dos investimentos nas edificações tombadas, uma vez que a escolha implica necessariamente a renúncia a qualquer possibilidade de participação de grande parte dos cidadãos historicamente excluídos do processo de produção cultural da cidade.

A segunda parte permite inferir que as ações do executivo visam convergir as manifestações culturais *populares* reunidas num evento, o *grande cortejo*, a fim de celebrar o *mês do folclore*. Dois pontos são fundamentais neste fragmento. Primeiro, o caráter aglutinador que se estabelece para com todas as manifestações artísticas, retirando delas qualquer possibilidade de expressar suas particularidades, os elementos que constituem sua origem e as impressões criativas que os artistas possam incrementar a cada manifestação. Desta forma, a negação das particularidades, a conexão destas manifestações com suas raízes históricas e com as questões materiais da vida são suprimidas, ao

passo que reúnem vertentes artísticas diversas sob um caráter que as universaliza, que estabelece convergência e unidade entre elas, o rótulo do *folclore*, o segundo ponto fundamental do fragmento do texto 2.

Por parte do capital o distanciamento deste tipo de manifestação cultural remete à mesma distinção estabelecida na incorporação da arquitetura modernista, como tentativa de romper com o passado oligárquico e instaurar a *vanguarda*. Assim como a separação estabelecida pelo poder público entre *cultura e folclore*, a elaboração artística mantida pelo capital, via fundações culturais, se assenta no contexto urbano, ao passo que afasta a herança rural.

(Texto 3). Porque ninguém quer se associar a elas [*manifestações populares*], né, cara? (...) o quê que uma manifestação popular pode trazer, né? As pessoas ficam achando que é coisa de gente da roça, coisa de gente jeca, pobre, brega... E a mentalidade dos produtores culturais é a mesma, cara, é a mesma desse raciocínio. “Não, Folia de Reis!” A presidente da fundação, por exemplo, já cansou de falar isso, cara. “A gente tem que ir nisso, tal de Folia de Reis? Patrocina, aí tem que ir nesse negócio?” [E11]

(Texto 4). Ainda existem essas expressões, né? E por quê que elas tão sistematicamente esquecidas? Ninguém tem paciência prá mexer com esse povo. Entendeu? As pessoas que estão gerindo a cultura hoje não querem ter o tempo do cara, para explicar a ele o que ele faz, sabe? Aquilo demora! Até eles articularem a frase, construir a frase... O quê que eles querem, eles querem uma flor de plástico prá botar no violão deles. Aí o gestor cultural fala: “pô, isso é um absurdo!”. Sabe? O cara quer um sapato. Os caras não

dão quinhentos reais prá uma folia dessa, e paga cinco mil pra um show de um famoso ninguém, sabe? É uma loucura essa discrepância. Então, você fala, pô, o grupo lá do Sol nascente precisa de quinhentos reais, não. Isso é um absurdo, quem precisa de quinhentos reais, sabe? O cara fala ah, “eu preciso de quinhentos reais prá eu locomover de van”, “pô, van, que absurdo, é um luxo! Quem precisa de van?” Aí os caras pagam prá gente vir de fora, gente que eles nunca viram pra dar algum showzinho aqui, eles gastam aí com van, com hotel, com tudo, sabe? Então, isso aí que eu tô falando, até, desculpa, eu tô falando isso, de certa forma, porque a gente fica eh... impressionado com essa... com esse descaso. (...) O que eu entendo, eu não quero dizer que é a única forma de expressão verdadeira. Mas é uma das formas de expressão. Pelo menos é daqui, sabe? É daqui do entorno. E isso não tem o mínimo de respeito, sabe? Eh... porque eles têm dignidade, cara, eles têm envolvimento, eles têm integridade. Porque eles sabem que tão fazendo uma coisa verdadeira, né? Eles não tão fazendo uma coisa porque querem posar de artista. Porque é muito bom, você veste, cria uma linhazinha aqui, e começa a se posicionar como intelectual, como artista, e começa a participar de uma tribo qualquer. Não eles, eles não têm nada dessa conotação. Eles são artistas de verdade, né? [E6]

O texto 3 remete à ideia de que a associação com a Folia de Reis é estabelecer uma relação com um passado que não condiz com o status das fundações. A essência destas manifestações é eminentemente rural e de cunho religioso e, por isso, contraditória à racionalidade empregada pelo capital tanto nas fábricas quanto na cultura. O caráter formal que se estabelece desde a formatação dos lugares do círculo privilegiado da cultura

até a incorporação de projetos para se considerar a legitimidade de certas demandas culturais, como no caso dos editais, não incorpora a fala dispersa, coloquial, inculta dos representantes da Folia de Reis, conforme explicita o texto 4.

Este movimento de negação desse tipo de produção cultural é alicerçado pela aproximação ou pertencimento da classe produtora a grupos de poder econômico e político, fortalecidos também pela legitimidade conferida no uso do conhecimento formal e normativo, que estabelece os padrões de qualidade para esta produção da cultura popular e que é julgado por aparatos institucionais que comungam dos mesmos princípios *estéticos*. Em suma, trata-se de uma relação complementar entre os que detêm o poder de produzir a cultura popular e os que podem cancelar ou refutar o resultado desta produção enquanto tal.

Mais uma vez cabe destacar que a distinção estabelecida remete à ideia da coexistência de uma cultura de vanguarda baseada numa suposta racionalidade e de um folclore baseado numa tradição, na empiria de um povo que recobra o passado. A ideia de cultura popular (folclore) caracteriza-se, aqui, pela contraposição ao classicismo baseado na razão iluminista. O povo romântico, emotivo, iletrado, puro, natural nasce de motivos estéticos, intelectuais e políticos. Por ser representativa da mais pura manifestação artística do povo, a cultura popular se eleva à categoria de guardiã da tradição. De acordo com Chauí (1987, p. 20-21), a convergência com a cultura de vanguarda se daria no momento em que “a razão vai ao povo” para educar sua sensibilidade tosca. Eis o papel das vanguardas políticas.

Além disso, esta distorção ou apropriação da ideia de popular é necessária aos grupos de poder econômico, político e cultural por apresentar um movimento dialético que implica na redução da diferença de classes e produção cultural representativa destas classes. Ao tomar para si o rótulo de popular, as classes dominantes planificam a ideia de povo e popular como contraponto ao erudito, elevando à esfera simbólica a contradição de ordem material.

O círculo privilegiado da cultura

O peso do legado modernista deflagrou a instauração da cidade dos informados e dos desavisados, de forma que aos primeiros coube a manutenção de um passado como mote de uma política pública para a cultura e, aos segundos, ações pontuais de fomento a manifestações que não se enquadram na ideia de cultura – em particular, o folclore. É necessário destacar que as ilações aqui lançadas afastam-se de qualquer leitura determinista, na medida em que o entendimento da formação cultural e econômica da cidade, ligada ao aspecto político, é dialética.

Para além da cidade de vanguarda, modernista, íntima a alguns e estranha a muitos, cabe destacar que o círculo privilegiado da cultura se consolida quando a oferta e a própria produção do que é considerado cultura fica a cargo do capital. Passados quarenta anos do fervor da elite econômica e cultural pela arquitetura modernista, a relação do capital com a cultura é revigorada a partir da aproximação das empresas da cidade junto às atividades culturais, fundamentalmente fomentadas por alguns

membros das famílias proprietárias, dando origem a três fundações culturais – Fundação Simão, Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho e Instituto Francisca de Souza Peixoto.

Esta aproximação caracteriza-se, a partir dos anos 2000, pelo desenvolvimento de projetos culturais que transitaram entre a função social e a promoção do espetáculo. Os projetos assumidos como de cunho social abarcam atividades de dança, teatro, percussão, pintura, capoeira, artes plásticas e artesanato. Já os espetáculos, intensificados a partir de 2005, combinam apresentações musicais de artistas, locais e consagrados, e teatro.

O primeiro ponto que merece reflexão diz respeito ao caráter dos financiamentos públicos de demandas culturais privadas. Apesar da existência de uma reserva de recurso – legitimamente público, em função dos incentivos fiscais recebidos pelas empresas mantenedoras das fundações – destinado à produção artística local, a seleção dos contemplados não se dá pelo *mérito* irrestrito das propostas inscritas, mas sim pelo que é de interesse da fundação cultural, requisito que antecede e acompanha a avaliação da proposta.

(Texto 5) A gente lança no site [*o edital para músicas e grupos de teatro da cidade*]. Então, a gente tem uma verba destinada a isso. Então, por exemplo, cada espetáculo a gente tem um cachê... se for de fora é o seguinte: são seis projetos, seis peças ou bandas. A gente tenta dividir: três aqui de Cataguases e três de fora. Então a gente inscreve vários e a gente seleciona depois o que tem mais a ver com o estilo da casa, entendeu? [E1]

A ênfase no entretenimento sentenciou forte mudança na política das fundações, particularmente na da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho. Além das atividades ligadas à música e ao teatro, que desde 1995 serviram como complemento à criação do Museu da Eletricidade, a fundação se solidificou na cidade a partir da criação do Centro das Tradições Mineiras (CTM), em 2000. Localizado numa área carente da cidade, em seu início o CTM atendia mais de 600 crianças através de oficinas de teatro, artes plásticas, percussão, dança, artesanato, dentre outras. Todavia, a partir de mudanças ocorridas na coordenação e na própria fundação, o escopo dos projetos foi totalmente remodelado, ao passo que o caráter social dos projetos desenvolvidos no CTM foi substituído por uma proposta de formação artística profissionalizante.

(Texto 6) Eu estou lá no CTM desde que fundou. (...) Aí, o primeiro dia foi uma seleção pra ver a aptidão das crianças. Então tinha aula de artes visuais, artes plásticas, dança, teatro, capoeira, manequim, percussão. E aí as crianças participavam de todas as oficinas, era um pouquinho [de cada oficina], foi um dia inteiro, manhã e tarde. E fim de semana, no sábado. E aí, as crianças iam, se apresentando e a gente vendo a aptidão de cada um. Nessa primeira peneirada ficaram seiscentas crianças. (...) assim funcionou muito tempo dessa forma. Os meninos, eles só tinham direito a fazer uma oficina, porque não tinha jeito [*por falta de espaço*]. Aí foi diminuindo um pouquinho o número, mas ainda assim, por muito tempo, ainda ficava assim uns quatrocentos alunos. (...) Aí, com o tempo, mudou a coordenação, mudou o perfil do projeto, também. (...) entendeu-se que todos os alunos teriam que fazer todas as oficinas. Aí aumentou a carga horária das crianças. Passou de segunda a quinta de uma e meia às

cinco e meia. Aí, eu falei “isso não vai dar certo”. Primeiro: porque eles já estão acostumados com a escola, que é essa obrigação, essa obrigatoriedade de frequência. E lá estava fazendo a mesma coisa. Isso vai perder o prazer. Eu acho que a arte tem que estar ligada diretamente ao prazer, senão não funciona. Eh, aí, o que aconteceu? Foi sumindo aluno... E aí, tá. Hoje, eles têm, assim, uma bagagem muito grande, mas eu acho que essa carga horária apavorou essas crianças. Por quê? Primeiro, porque não podia faltar. E segundo, menino de dez, doze anos, fazer aula de manhã e ainda fazer a tarde, mais quatro horas de aula, né mole não, ninguém aguenta. E aula pesada, porque capoeira, dança, é pesado. (...) Eu, quando mudou tudo lá, eu estava com cinquenta e oito alunos. Agora, o projeto inteiro está com quarenta. [E7]

O texto 6 estabelece relação direta entre a redução do número de alunos que o projeto contemplava e a mudança estabelecida. A adoção de um ensino profissionalizante e sua elevada carga horária atribuiu à atividade artística dos alunos um caráter maçante, uma vez que as crianças tinham que combinar as atividades do projeto com as escolares. Além disso, outro aspecto significativo é a obrigatoriedade de os alunos fazerem todas as oficinas, que além de ser mais uma variante do esvaziamento do projeto, representa um ordenamento da produção artística.

A redução do número de alunos não implicou necessariamente uma queda nos gastos com o projeto. O texto 7 indica uma relação contrária, com o aumento da verba de R\$300.000,00 para R\$600.000,00, cujo impacto não incide na manutenção de uma estrutura que possibilitasse a permanência dos alunos na instituição por quatro horas durante quatro dias na

semana. Em complemento, o fornecimento de lanche aos alunos foi interrompido, tornando a participação nos projetos menos estimulante, por serem os participantes carentes e as atividades demandantes de elevado esforço físico, como dança e capoeira.

As mudanças realizadas incidiram não apenas no curso profissionalizante. O nome Centro das Tradições Mineiras dá lugar ao Ponto de Integração nas Artes (PINA), mais condizente com as atividades desenvolvidas. Os textos 7 e 8 apontam que as mudanças implementadas no projeto tinham como claro objetivo a redução do número de alunos e, dessa forma, a absorção da verba a ser investida nos projetos de interesse exclusivo da coordenadora, como as atividades da Cia de Dança Contemporânea por ela encabeçada, o que fica explícito nos textos 7 e 9.

(Texto 7) E outra coisa, antes tinha trezentos mil anuais, dava prá fazer um rebuliço danado, tinha festa, era muito legal. Tinha folclore, tinha festa junina. Aí, agora, o que tem? Não tem mais nenhuma festa? Quando vai pedir um lanche pros meninos, fala com os meninos, pergunta se tá passando fome. E vêm seiscentos mil anuais. (...) Agora são quatro horas-aula por dia. Quatro dias por semana, então são vinte horas semanais. E não tem um lanche. Aí você imagina o menino sair de casa seis e meia da manhã, vão prá aula. Sete horas tá dentro da escola. Onze e meia ele sai, corre em casa, almoça, uma e meia ele tem que estar lá no CTM de novo. Sai às cinco, cinco e meia. Sem comer nada? A maioria deles não tem como levar lanche, não tem condições de levar lanche todo dia, de segunda a quinta. Então quê que acontece, um que leva um lanche, divide com o outro e tal, mas, a maioria fica sem lanche, fica lá com fome, fica só na água. Entendeu? Fica só na

água. (...) Só, o que acontece, tem a Cia de Dança Contemporânea, que é o profissionalizante que tá rolando aí... Que eles vão pra Portugal, vão pra Bahia direto, vai pra tudo quanto é lado. Com que grana que eles vão? (...) tipo assim, “vamos enxugar, vamos ter menos alunos”, né? Prá ter mais grana prá fazer outras coisas. Igual, eles foram pra Portugal, o pessoal da Cia de Dança. Como é que eles foram pra Portugal? [E12]

(Texto 8) Bom, há uma coisa meio nebulosa que eles não falam tudo prá gente. O que ela passa é que era esse mesmo o projeto, era prá diminuir mesmo os alunos. [E7]

(Texto 9) Ela [*a coordenadora do projeto*] sempre admitiu, comigo, numas reuniões mais restritas, que ela só cuidava de um dos projetos porque ela queria ter o elenco de dança. [E3]

As mudanças ocorridas em dos projetos da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho reforçam não apenas o processo de ordenação da produção cultural, mas também o engodo que permeia os investimentos através de recursos públicos que visam a atender a demandas privadas e pessoais. Porém, a determinação do que deva ser produto cultural não esgota na produção. Nos termos de Marx (2011), produção e consumo estabelecem relação ineliminável. A pauta estabelecida pelas fundações culturais é necessariamente o que pode ser absorvido pela cidade enquanto cultura, mesmo que através de espetáculos. Todavia, a histórica falta de convergência entre os interesses de grande parte da população e o que lhes é culturalmente ofertado cria um círculo privilegiado da cultura, a

demarcação *espontânea* de um feudo capaz de absorver, de compreender *a verdadeira cultura*.

(Texto 10) Eu acho assim, às vezes, por exemplo, a gente muda aqui um pouco do [*Fundação*] Ormeo. Mesmo assim, o estilo de músicas, de show [*realizados pela Fundação Ormeo*], é um pouco diferente do nosso. Mas normalmente é o mesmo público, entendeu? Assim, aqui eu acho que basicamente é até um pessoal mais velho, dependendo do estilo de música. Aqui a gente já é mais pro lado da MPB, uma coisa mais light. Mas é o mesmo movimento, é um ciclo mesmo, é o mesmo pessoal. Eu não sei, porque a gente tenta. Quando a gente faz a divulgação, mesmo dentro da empresa, a gente vê uma certa resistência, ainda mais quando é no [*Centro Cultural*] Humberto Mauro, que eles acham que é muito elitizado, entendeu? Eles acham que essa parte, ainda mais elitizada. Eu acho que criou um pouco, uma resistência. [E1]

(Texto 11) Existe sim um grupo cativo. As pessoas que saem, que vem, sabe aquela figurinha carimbada...Mas isso depende muito da atração a ser oferecida. Depende muito do público que você atinge. [E9]

Os textos 10 e 11 permitem identificar o caráter restritivo das atividades oferecidas pelas fundações a partir da própria definição do que é ofertado. A ideia de cultura utilizada pelas fundações está intimamente ligada à promoção de espetáculos, ao *cult*, atrelada à forma como atributo estético. O não reconhecimento por parte da população das atrações ofertadas leva necessariamente a sua não participação, à formação do *ser sem cultura*. A cultura se constrói não necessariamente a partir da formação na sociedade, mas para a sociedade, engenhosamente

pensada para fins de dominação. Os valores e fabricados contemplam a afirmação acerca de um universo superior, deslocado por sua magnitude e grandeza, do mundo cotidiano, como cultura afirmativa (Marcuse, 2004), uma extensão exata da dominação exercida pelo capital frente ao trabalho.

Em sua dialética interna, a afirmação do que deva ser considerado produção cultural implica também o que não é cultura ou, no mínimo, o que deve ser marginalizado enquanto manifestação cultural. O texto 12 explicita que a operacionalização da cultura pelo capital restringe a possibilidade de manifestações culturais de grupos já historicamente excluídos, uma vez que a ideia de cultura assumida pelas fundações culturais não contempla este tipo de atividade. Ademais, inexistente o amparo legal, de forma que o lastro superestrutural entre produção artística e instância político-jurídica delega ao capital a possibilidade de uso das leis e produção da cultura.

(Texto 12) A gente sabe que uma instituição, graças à Lei de Incentivo, ela determina o que é, o que seja bom culturalmente ou não pro público consumir. É o perigo da Lei, né? Porque acaba sendo bom aquilo que uma instituição determina que é bom. E uma instituição tá longe de saber o que é melhor ou... Talvez ela possa compreender de cultura, mas é o que é interessante pra ela. Porque, primeiro, a... a Lei de Incentivo, ela é interessante pras empresas participarem pra dar visibilidade, né? Geralmente as empresas querem participar da Lei, desde que tenham visibilidade. (...) se o cara não tá apoiado pela Lei, ele hoje se considera à margem de tudo, e vai definhando, definhando, até desaparecer [as manifestações culturais populares]. [E6]

A manifestação artística estabelecida na relação produção-consumo define não apenas o consumo a partir da oferta, mas também a oferta a partir do tipo de consumidor que se quer alcançar, tendo em vista o processo histórico de exclusão promovido pelo círculo privilegiado da cultura. As decorrências desse processo de monopólio da cultura provocam o distanciamento de grupos que não se sentem reconhecidos nos bens culturais ofertados pelas fundações, ilustrado na manutenção de um público cativo nos eventos produzidos. As justificativas frente à manutenção de um grupo de privilegiados que consomem as promoções culturais por parte do capital, passam por um suposto desinteresse da população pelo tipo de atração oferecida pelas fundações, atribuindo a culpabilidade deste distanciamento à incapacidade de compreensão dos homens frente ao *valor daquela arte* que lhes é ofertada. A falácia se desfaz não apenas na análise histórica sobre este processo de segregação, mas também em elementos pontuais que dão pistas claras sobre o caráter restritivo das fundações culturais.

(Texto 13) Eles tinham um projeto, fizeram um projeto maravilhoso de transformar a Fábrica (*edifício que sediou o Instituto Francisca de Souza Peixoto*) num museu maravilhoso! O projeto arquitetônico era lindo! E tinha condição de fazer porque tinha espaço, obras maravilhosas que têm lá, tudo guardadas, climatizadas. É tudo, assim, tem umas estantes assim, bota os quadros ali. (...) Tem Picasso, tem muita coisa boa, até [*Salvador*] Dali tem. Tá lá. Dentro dessa estufa, dessa sala climatizada. Muito bem guardada, sabe? Mas tá guardado! Igual a casa do Chico Peixoto, também, gente! Por que guardar aquilo? E aí, essa pobreza. Não adianta nada ter Djanira, Portinari... Mas a gente não tem acesso?! [E7]

(Texto 14) Você vê lá, a Fundação Ormeo Junqueira Botelho fez o memorial Humberto Mauro lá... Que é um memorial que ninguém visita, fica mais fechado do que aberto... conseguiu uma verba monstruosa, por quê? [E11]

(Texto 15) a arte, ela é ordinária, né? Ela vai se fazendo, ela é do dia a dia, ela não tem que ser extraordinária. Extraordinário é você fazer um teatro como o Centro Cultural Humberto Mauro. Bota ali umas telas bacanas. “Olha que bacana, é de isopor”. Chama a tia Irene pra vir aqui, chama Dona Iracema pra ver o que ela vai dizer. “Oh meu Deus, lugar bom, fresquinho, né?” Porque ela não tem nenhum contato, ela não vê, ela não se vê, ela não vai se encontrar ali. [E3]

As barreiras criadas pelas fundações culturais não se caracterizam apenas em seu caráter abstrato de efeito prático, como a exclusão da classe *inculta* a partir do cardápio artístico oferecido. As barreiras se apresentam também em seu sentido literal quando as obras, os espaços destinados às manifestações artísticas são *protegidos*. Os textos 13, 14 e 15 evidenciam que os bens culturais são mantidos à fruição dos mecenas, porém, não sem antes se justificarem a partir do efeito social a fim serem financiados com recurso público.

As restrições impostas inibem a possibilidade das classes excluídas reconhecerem, inclusive, o próprio patrimônio cultural recobrado pelos grupos que exercem domínio político e econômico na cidade, como as obras de Djanira e Portinari, além dos espaços públicos. Não obstante o interesse do poder público municipal e das fundações em preservar a *vocação cultural* da cidade, o texto 16 indica que esta se apresenta de forma

contemplativa, estática, demarcando na cidade a distinção entre a vivência material e concepção abstrata. A preservação encontra um fim em si mesma, sem reverberar na vida prática. O centro da cidade remete à elite, inacessível, de forma que o indivíduo só se reconheça no bairro. O *estranhamento* é reflexo do próprio processo que distingue materialmente as condições do centro e da periferia, a não apropriação do espaço que se reafirma seu caráter extraordinário e que reverbera na manutenção das forças que diferenciam as classes econômica e culturalmente.

(Texto 16) Eu levei os meninos do [Escola Estadual] Carmelita na casa da Nanzita. Nossa, mas você fica assim, sabe, parece que aquela casa vai fechar ali, e agarrar eles ali dentro e eles nunca mais vão sair. Fica todo mundo andando juntinho, assim... “Ô gente, pode olhar, é tudo aberto, não precisa ficar andando em fila não! Pelo amor de Deus, explora o espaço, olha a flor, olha o quadro que ela pintou daquela flor, vê se vocês veem alguma semelhança do dia que ela pintou com a flor que tá aqui hoje”. É isso que você tem que explorar, mas eles ficam muito apagados no ambiente que não é deles. Eles acham que aquilo não, não os pertence. Eles só se sentem bem no bairro deles e na escola deles. Fora dali eles são muito perdidos. (...) Eles não sabem de nada do que tem aqui.

Quando você fala no Portal Humberto Mauro²⁸, eles não sabem nem onde que fica, esses dias eu falei Avenida Humberto Mauro: “Onde que é isso, dona? Onde que é a Avenida Astolfo Dutra”. Você sabe onde é a avenida Astolfo Dutra? “Não, dona, o que é isso?”. (...) quando eles assinam o nome, por baixo eles botam: VR. Eu não sabia o quê que era isso. Botava o nome e escrevia VR. Aí, um dia eu perguntei, falei: “Gente, que isso que vocês colocam debaixo do nome?”. Achei que até que era uma gangue, sabe aquelas coisas assim? Comando Vermelho, aquelas coisas? Eu achei que era! “Ô dona, é [Bairro] Vila Reis, você num sabe entender não?”. Eles acham que o mundo deles é aquilo ali. [E7]

²⁸ O Portal Humberto Mauro é uma obra construída pela Cia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, via Lei Estadual de Incentivo a Cultura. Inaugurado em 2002, o portal homenageia o cineasta Humberto Mauro, em alusão a seu pioneirismo, inaugurando a produção cinematográfica brasileira. Trata-se de uma estrutura em ferro idealizada pelo escultor mineiro Amilcar de Castro. No início de 2013 a prefeitura decidiu instalar aparelhos de ginástica ao ar livre em vários pontos da cidade, tanto no centro quanto nos bairros. Em função de ser um local que atrai um considerável número de pessoas para a prática da caminhada e corrida, a Avenida Humberto Mauro, que abriga o portal, foi escolhida para ser um dos locais de instalação dos aparelhos de ginástica. Entretanto, pessoas ligadas às atividades culturais na cidade se manifestaram contrária à instalação destes aparelhos, argumentando que esta ação da prefeitura violaria a obra que homenageia o cineasta. Além de ilustrar a necessidade contemplativa imposta às obras de arte na cidade, tal argumento viola o próprio conceito adotado por Amilcar de Castro. O uso do ferro pelo escultor se justifica na dinamicidade que a obra sempre irá apresentar, uma vez que o ferro sempre se altera a partir do contato com a natureza.

No caso das investidas em espaços de circulação, por ora denominados *espaços públicos*, Santos (1979) ressalta que repousar a constituição do espaço mais na forma do que na formação representa isentar as dinâmicas sociais que criam e transformam as formas deslocando, assim, o foco unidirecional para a cristalização das coisas. Representa abrir mão da constituição histórica do espaço e seus significados para sua sociedade ou, no caso de ver a cidade sob a lente dos projetos culturais do ideal industriário, renegar a cidade do cidadão.

É fundamental demarcar que esta relação se dá a partir da vontade do sujeito sobre o espaço, mas também sobre formulações de um materialismo histórico, em que o sujeito produz a consciência sobre o objeto (Lefebvre, 1991; Tricárico, 2007). A exclusão histórica instaura o estranhamento daquilo que é exposto como arte, ao passo que as relações que são colocadas da criação, da natureza e da sua reprodução artística, são desconhecidas. A ideia de um espaço que aprisiona traz consigo a ordem que os grupos de poder impõem. O centro, que abriga as residências e os espaços culturais dos grupos dominantes não apresenta acesso às classes historicamente excluídas, não apenas naquilo que é privado, porém assumido como *da cidade*, mas também nos espaços legitimamente públicos. A manutenção dos espaços públicos e privados representa não apenas a distinção cultural atribuída por e para esta classe dominante, mas também a negação da produção, experimentação e consumo do que pode ser considerado cultural.

Considerações finais

Este texto teve o propósito de discutir como a produção e o consumo de bens culturais provocam e perpetuam fissuras entre classes na cidade, produzindo um círculo privilegiado da cultura. Parto de uma ideia de produção cultural que deve ser necessariamente analisada dentro de uma perspectiva histórica e na relação dialética com as esferas econômicas e políticas, de forma interdeterminada.

Frente a este propósito, Cataguases se mostrou um caso muito rico, uma vez que seu processo de formação, nas intersecções com o plano econômico e cultural, esboça a ideia de cidade de sentido único no aspecto cultural. Sentido este deflagrado na produção modernista, quando o capital se lança a cidade de vanguarda como proposta eleitoral. Aqui o domínio se torna triplo, uma vez que a hegemonia econômica se estende ao campo político e cultural, cujos propósitos foram utilizados como *interesse da cidade progressista*, mas que alargou ainda mais a distância histórica entre capital e trabalho, fundando na cultura outro mecanismo distintivo.

O sentido vanguardista pode ser compreendido como extensão da divisão entre capital e trabalho transposta para o elemento cultural, constituindo a separação entre *desavisados* e *informados*. Garante-se aqui o ideário cultural de fruição para a elite que a gera, que a determina, além de representar a outra cidade de vanguarda, revigorante, longe das paredes que separam cidadãos que não pertenciam a esta elite. Apesar da contradição caracterizada pelo não conhecimento dos cidadãos desta identidade que Cataguases *carrega como legado*, são claros os

esforços de revigorar a tradição cultural através do fortalecimento das fundações culturais ligadas às famílias industriais. Preenchem-se, neste instante, as lacunas provocadas pela inexistência de um aparato que consolidasse os ideários modernistas que, desde o processo de tombamento da cidade, tem se mostrado inócuo pela inoperância do Poder Público. O processo histórico permite inferir a continuidade da existência de incluídos e excluídos, capital e trabalho, mas também a possibilidade de resistência cultural, sempre mediante o risco de cooptação por parte do capital.

O sentido unitário conferido à ideia de cultura a partir do legado modernista provoca reflexos que inibem formas outras de manifestações culturais na cidade. A chancela de patrimônio histórico artístico e cultural conferida pelo IPHAN em 1994 é utilizada pelo poder público a fim de justificar a destinação de grande parte dos recursos na preservação dos bens imóveis tombados, sob o argumento de alavancar por meio do turismo a economia da cidade. O investimento na área cultural acaba se restringindo ao caráter obreiro já característico na gestão pública e, por consequência, sendo inócuo no fomento às manifestações artísticas.

A contrapartida para o esquecimento das manifestações culturais historicamente excluídas reside na tendência universalizante em abarcar as manifestações no bojo do folclore. A planificação das elaborações retira as especificidades existentes, bem como os traços que estas historicamente carregam. Por consequência, extrai das elaborações artísticas a possibilidade de transformação quando a arte passa a representar uma tomada de posição do homem frente aos conflitos sociais.

As possibilidades de transformação das classes excluídas encontram resistência também no capital, uma vez que as empresas não contribuem financeiramente por já manterem – em grande parte com isenção fiscal – suas fundações culturais, e estas, por terem já uma pauta que consubstancia a formação de um círculo privilegiado da cultura. Esta recusa não é apenas frente às possibilidades que estas manifestações artísticas podem gerar, mas também frente às condições de sua produção, do empirismo empregado, de uma questão social ou pretérita que a própria racionalidade repulsa. Antes isolada na instauração de uma arquitetura modernista com cunhos políticos, a aproximação do capital com a cultura revela agora em sua forma institucional, de maneira que suas pospostas se manifestem a partir de nuances diversas.

Ao exercer seu predomínio sobre a produção e o consumo das manifestações artísticas, as fundações culturais sublimam a potencialidade transformadora que a cultura pode apresentar. Em sua faceta mais contemporânea, o capital aniquila a possível superação de suas contradições, não apenas ao manter distantes do consumo os que estão fora do círculo privilegiado, mas também por fazer das elaborações artísticas, das oficinas, um processo mediado pelos interesses estabelecidos pelo próprio capital através das fundações.

É preciso afirmar que o caso Cataguases é apenas um sopro na necessidade de compreender as políticas culturais sob a perspectiva histórica, entrelaçada nas esferas política e econômica. Sobretudo, é necessário refletir sobre produções culturais que possibilitem a preservação de traços identitários em suas diversidades e viabilize transformações sociais. Outras

investigações sobre sentidos de cidade e formação de círculos privilegiados de cultura são necessárias, fundamentalmente num período que os rótulos para cidades têm sido elaborados como política pública. Talvez seja este o caminho para tornar a cultura outra via de mudança social. Para muito além da inserção econômica, creio que a produção cultural deve fomentar reflexões sobre o indivíduo frente à sociedade, sobre a historicidade e os processos que têm sistematicamente operado os mecanismos de distinções e gerado círculos privilegiados.

Referências

Arendt, H. (2009). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Bakhtin, M. (2009). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

Barros, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às Teorias do Discurso. In: Brait, B (2005). *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora Unicamp.

Chauí, M. (1987). *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Eagleton, T. (2005). *A Ideia de Cultura*. São Paulo: Editora Unesp.

Freire, P. & Nogueira, A. (2007). *Quer fazer: teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes.

Gomes, P. C. C. Cultura e Civilização: a renovação de um importante debate. In: Rosendhal, Z; Corrêa, R. L. (1999). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

Hobsbawn, E. (1998). *Sobre História*. São Paulo: Companhia das letras.

Lefebvre, H. (1999). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Lefebvre, H. (2006). *Le Marxisme*. Paris: Presses Universitaires de France.

Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing.

Lukács, G. (1970). *Introdução a uma Estética Marxista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Marcuse, H. (2004). *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.

Marx, K. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. & Engels, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.

Moura, E. P. G., Zucchetti, D. T., & Menezes, M. M. (2011). Cultura e Resistência: a criação do popular e o popular como criação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 92(232), 663-667.

Oliveira, M. V. F. (2011). *A Ruína e a Máscara: as contradições de uma modernização conservadora em Inferno Provisório*, de Luiz Ruffato. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Seidman, I. E. (1991). *Interviewing as qualitative research: a guide for researchers in education and the social sciences*. New York: Teachers College Press.

Tricárico, L. T. (2007). Para o modernismo, a modernidade. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 14(15), 210-238.

Williams, R. (2011b). *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis: Vozes.

Williams, R. (2011a). *Política do Modernismo*. São Paulo: Editora Unesp.

CAPÍTULO 9

Henri Lefebvre – marxista e humanista: traços de sua apropriação no planejamento urbano e nos estudos organizacionais

*Maria Ceci Misoczky
Clarice Misoczky de Oliveira
Rafael Kruter Flores*

Henri Lefebvre (1901-1991) foi um marxista que “parecia se reinventar, conceber um novo som, explorar uma nova ideia, alcançar uma nova nota, quase a cada década”. Frequentemente, essas novas construções, erigidas sobre o conjunto de trabalhos anteriores, “o levavam além, o impulsionavam para a frente”. Frequentemente, essas novas formulações “recriavam o velho mundo de uma nova maneira; outras vezes, elas antecipavam, de

alguma maneira, o que estava para se realizar”²⁹ (Merrifield, 2006, p. xxi).

A experiência de ler Lefebvre é surpreendente e desafiadora. Aqueles que experimentaram certamente se identificam com o registro de Elden (2006, p. 185): “Apesar dele escrever em um estilo desafiador, errático e alternadamente informativo e conversacional, com digressões, ataques gratuitos a outros autores e com uma ampla gama de referências históricas, contemporâneas e literárias, ele nunca é menos do que cativante”.

Claro que a leitura de uma obra tão vasta termina por ser sempre seletiva e provisória. Para a escrita desse capítulo nos orientamos por uma aproximação que partiu da crítica da vida cotidiana (através da edição que reúne os três volumes dedicados a esse tema e se encontra em Lefebvre, 2014) e seguiu um caminho marcado pela sua política do possível, pela necessidade de construir futuros nos quais os seres humanos realizem suas potencialidades, sempre respeitando sua defesa da filosofia como consciência crítica da vida real. Nesse sentido, desprezamos a interpretação pós-moderna de partes da obra de Lefebvre, especialmente influenciada por Soja (1989, 1996, 2000). Concordamos com Schmid (2008, p. 42), que critica essa interpretação e sua construção de três dimensões ou momentos da produção do espaço: físico, mental e social. Voltaremos a esse tema mais adiante. Por enquanto é suficiente esclarecer que nossa leitura de Lefebvre é marcada pelo respeito ao seu Humanismo Marxista e ao seu otimismo sobre a possibilidade de as lutas sociais transformarem a realidade opressora e alienante. Ela

²⁹ Essa trajetória pode ser encontrada em mais de 60 livros e 300 artigos.

também é marcada pelos nossos interesses de pesquisa: a crítica à economia política da organização; a produção do espaço; e a organização das lutas sociais.

A maior parte do capítulo expressa essa leitura que reafirmamos ser parcial, provisória e respeitosa da intencionalidade política que o autor expressou claramente e, até mesmo, à exaustão, em seus escritos e vida. Seguem duas pequenas partes que visam, meramente, ilustrar as tendências dominantes de apropriação do pensamento de Lefebvre no contexto brasileiro do Planejamento Urbano e nos Estudos Organizacionais. Para tanto, foram escolhidos textos recentes e representativos. Seguem algumas considerações de encerramento.

Henri Lefebvre: renovador do marxismo

Para iniciar, um pouco de sua história. Em dezembro de 1940, Lefebvre foi, como professor de filosofia em uma escola secundária, para Saint-Étienne, no sul da França. Logo, com o governo colaboracionista pré-nazista de Vichy, foi demitido e se mudou para Aix-en-Provence, onde se uniu ao Movimento de Resistência. Merrifield (2006, p. 3-4) registra aquele tempo:

No *Café Mirabeau*, em Aix, Lefebvre encontrou outros *maquisands*, organizou conspirações clandestinas e sabotagens, fez amizade com ferroviários que ajudavam a descarrilhar trens inimigos e farejava colaboradores. “Trabalhávamos para dar uma ideologia à Resistência”, lembra Lefebvre. [...] Lefebvre também descia,

regularmente, a Marselha, o verdadeiro viveiro da luta, e frequentava o *Café Au Brûleur de Loup*, onde lobos militantes, viajantes de espírito livre, refugiados em fuga, e aqueles que buscavam partir para a América encontravam, todos, um santuário acolhedor. O surrealista André Breton ficou por lá antes de partir para Nova York; o mesmo ocorreu com Victor Serge, o anarquista e veterano revolucionário russo, que mais tarde foi para Martinica. Em Marselha, Lefebvre ficou amigo de Simone Weill, a devotada mártir-filósofa [...]. No começo de 1943, Lefebvre se escondeu em uma comunidade camponesa isolada dos Pirineus, no vale de Campan, perto de Tarbes. Ele viveu com os locais, e lutou com os *maquisands* locais, até a Libertação. Ele conheceu pastores nas encostas, estudou-os, aprendeu seus rituais e folclore, sua *façon de vivre*, e mesmo viu um tipo de comunismo primitivo em sua vida cotidiana. Ele ainda não sabia, mas já havia embarcado na pesquisa da vida cotidiana, grávido de seu doutorado em sociologia camponesa (*Les communautés Paysannes Pyrénéennes*) que defendeu em Paris, em junho de 1954.

Nesse trabalho já se pode identificar o procedimento que marcou sua obra. Hess (1991, p. 1) esclarece que Lefebvre desenvolveu, a partir de sua leitura de Marx, um método para abordar a realidade social. Essa maneira opõe o conjuntural ao estrutural, articula forma e conteúdo, se interessa pelo momento em sua dramaticidade, submete a filosofia ao que se forma e se transforma e orienta-se sempre pelo objetivo de conhecer a realidade e pensá-la para transformá-la. O método regressivo-progressivo consiste em, como Marx ensina, partir do que existe, analisá-lo para ir se aproximando cada vez mais dessa realidade presente identificando, de modo regressivo, o que precedeu esse

presente. Logo, levar o processo na direção oposta, para iluminar e esclarecer os possíveis contidos na situação. Além disso, não se pode compreender os procedimentos de Lefebvre sem o conceito de práxis. Diz Lefebvre (1965, p. 31) a esse respeito:

Realidade e conceitos permanecem abertos e a abertura tem várias dimensões: a natureza, o passado, o possível humano. Não é suficiente dizer que o conceito de práxis se esforça para capturar ou captura a complexidade dos fenômenos humanos. Deve acrescentar-se que só ele captura sua crescente complexidade. [...] Apenas um pensamento de um determinado tipo, ou seja, o intelecto analítico tradicional, confunde encerramento e determinação, a abertura é a indeterminação.

Além disso, “a determinação da práxis é sobretudo negativa”, mas é o negativo, no pensamento dialético, que revela o essencial, o positivo. Mas isso não basta. A práxis “realiza a abolição da filosofia independente, especulativa e metafísica”, mas só realiza a filosofia na medida em que “uma práxis eficaz (revolucionária) supera, com a [superação da] divisão do trabalho e do Estado, a oposição entre o mundo filosófico (verdadeiro) e o mundo não filosófico (real)”. É, portanto, “a práxis revolucionária o que introduz inteligibilidade concreta (dialética) nas relações sociais. Restabelece a consciência entre as representações e a realidade, entre as instituições (superestrutura) e as forças produtivas (a base), entre formas e conteúdo” (Lefebvre, 1969a, p. 32, 34 e 49). Ao longo de um capítulo dedicado ao tema da práxis, Lefebvre (1969 a, p. 53) afirma, diversas vezes, que apenas a práxis revolucionária é verdadeira, condenando a “práxis repetitiva e mimética”.

Retomando o tema do método, em “A produção do espaço” Lefebvre (1991, p. 65-66) descreve sua abordagem “regressivo-progressiva:

Ela toma como ponto de partida as realidades no presente: o salto para a frente das forças produtivas, e a nova capacidade para transformar o espaço natural tão radicalmente que ela ameaça a própria natureza. O efeito desse poder destrutivo e construtivo se sente em todos os lados: ele entra em combinações, frequentemente de modos alarmantes, com as pressões do mundo do mercado. [...] A produção do espaço, tendo atingido o nível conceitual e linguístico, atua retroativamente sobre o passado, desvela aspectos e momentos até agora incompreendidos. O passado aparece sob uma luz diferente, e, portanto, o processo pelo qual esse passado se torna o presente também ganha um novo aspecto. O *modus operandi* é também aquele que Marx propôs em seu principal texto ‘metodológico’. As categorias (conceitos) que expressam as relações sociais na mais avançada sociedade, ou seja, na sociedade burguesa, escreve Marx³⁰, também permitem “insights sobre a estrutura e as relações de produção em todas as formações sociais que desapareceram e a partir de cujas ruínas e elementos [a sociedade burguesa] se construiu, e cujos traços remanescentes ainda parcialmente não conquistados permanecem como nuances que propiciam o desenvolvimento de significados explícitos”. [...] Como podemos compreender uma gênese, a gênese do presente, junto com as pré-condições e processos envolvidos, de outro modo que não seja começando pelo presente,

³⁰ A referência usada na edição inglesa que estamos consultando é a página 105 de *Grundrisse*, publicado por Penguin Books em 1973.

trabalhando na direção do passado e então retrazendo nossos passos de volta? [...] Um novo conceito, o de produção do espaço, aparece no começo; ele precisa ‘operar’ de tal maneira que lance luz no processo do qual não pode ser separado porque é um produto dele. Nossa tarefa, portanto, é empregar esse conceito dando-lhe rédea livre [...] sem autonomizar a realidade do conhecimento. Finalmente, uma vez tendo iluminado e validado seu próprio vir-a-ser, a produção do espaço (como conceito teórico e realidade prática em conjunção indissociável) vai ficar clara, e nossa demonstração terá terminado: deveremos ter chegado a uma verdade ‘em si mesma e para si mesma’, completa e ainda assim relativa. Desse modo, o método se torna progressivamente mais dialético sem ameaçar a lógica e consistência.

Como se pode perceber, a presença de Marx na obra de Lefebvre é constante. Já em 1934 havia publicado uma antologia, junto com Norbert Guterman. Nessa mesma década, a relação de Marx com Hegel e o desenvolvimento do pensamento marxista eram temas centrais no esforço para recuperá-lo de leituras que o reduzem à economia política, como se Marx tivesse abandonado qualquer concepção do mundo filosófico. Para Lefebvre, segundo Elden (2004), a filosofia está subsumida em *O Capital*, mas não esquecida. Trebitsch (2014a) registra como, depois do final da guerra em 1945, Lefebvre se tornou o mais importante conhecedor e disseminador do marxismo na França. No best-seller (até os dias de hoje³¹) “*O Marxismo*”, Lefebvre (1961, p. 1) logo adverte:

³¹ Texto de divulgação da nova edição desse livro, lançada em 2010 pela LP&M: “Quem vivesse em Paris a partir de 1948 e não tivesse

Esta exposição sobre o marxismo é a obra de um marxista. Isso significa que o marxismo será apresentado em toda sua amplitude e em toda a força de sua argumentação. É necessário destacar que, ao tratar de responder aos argumentos dos adversários, nos esforçamos por situar a discussão em um nível mais elevado, em um nível de investigação objetiva, racional e desapaixonada da verdade? Em outras palavras, o autor deste estudo se esforçou por apresentar a formação do pensamento de Karl Marx, a teoria da liberdade em Marx, a aplicação de seu método a diversos problemas.

Pouco mais adiante, faz a defesa do marxismo como filosofia em ação:

[...] [até] seus inimigos mais encarniçados reconhecem atualmente que o marxismo é uma concepção de mundo. [...] O que é uma concepção de mundo? É uma visão de conjunto da natureza e do homem, uma doutrina completa. Em certo sentido, uma concepção do mundo representa o que se denomina tradicionalmente uma *filosofia*. Mas

lido *Marxismo* de Henri Lefebvre, seria, no mínimo, visto com desconfiança. Não porque a doutrina de Karl Marx fosse a ideia dominante. Mas porque para você ter assunto nas rodas e mesas dos esfumaçados cafés parisienses, era preciso demonstrar um mínimo de inteligência. E ser inteligente, naquela época, incluía saber o que significava marxismo. O fato do ensaio do sociólogo francês Lefebvre – escrito no centenário do Manifesto do Partido Comunista –, ter virado rapidamente um best-seller, tinha uma explicação lógica: o texto era ao mesmo tempo esclarecedor, apaixonante e conciso. Ou seja: fácil e rápido de ser lido. E foi dessa maneira, fácil e rápida, que ele se espalhou pelo mundo (não sem algumas censuras posteriores, é claro)”. Disponível em: http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=935305&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=616452.

possui um sentido mais amplo que a palavra “filosofia”. Em primeiro lugar, toda concepção do mundo implica uma *ação*, isto é, algo mais que uma “atitude filosófica”. E essa ação existe inclusive quando não é formulada e relacionada expressamente com a doutrina (LEFEBVRE, 1961, p. 8-9).

Trebitch (2014a, p. 8) relata a introdução do Marxismo na Sorbonne (em 1947), na qual Lefebvre realizou uma série de aulas sobre temas como o futuro do capitalismo e a contribuição do marxismo para o ensino da filosofia, transcrevendo o registro em *La Pensée*³²:

Nosso amigo Henri Lefebvre deu uma brilhante demonstração de como o materialismo dialético pode e deve rejuvenescer e trazer nova vida ao modo como a filosofia é tradicionalmente ensinada na universidade. Esperávamos que sua aula fosse um sucesso [...], mas tivemos que usar o Grande Anfiteatro da Sorbonne, que se encheu com uma multidão expectante de quase 2.000 pessoas, composta principalmente por trabalhadores da universidade, estudantes e secundaristas, que seguiram a fala brilhante de Henri Lefebvre com atenção apaixonada e aplausos frequentes.

Membro do Partido Comunista Francês desde 1928, expulso em 1958 (naquele momento afirmou ter saído do partido pela esquerda), foi um militante crítico que combatia “a simplificação esquemática e dogmática do marxismo” que

³² No número 15 de novembro-dezembro de 1947, na página 2.

eliminava a pesquisa sociológica e simplificava a filosofia (Lefebvre, 2014, p. 75).

É amplamente reconhecida a seminal contribuição de Lefebvre à renovação do marxismo pela valorização da vida cotidiana³³ em uma obra composta por três volumes³⁴, cujo tema central é a alienação. Retomando os escritos de Marx, Lefebvre (2014, p. 83-84) recupera as diversas maneiras de seu tratamento:

[...] Marx não limitou a alienação à exploração [...]. Ele analisou a alienação sob vários títulos: (a) alienação do trabalhador como um *objeto* (o trabalho alienado que o transforma em um objeto); (b) alienação da atividade produtiva, em outras palavras do próprio trabalho [...]; (c) alienação do ser humano como ser-espécie, membro da espécie humana – como um sistema de *necessidades humanizadas da espécie*; (d) alienação do ser humano como um ser da natureza como um conjunto de *necessidades materiais*.

Dado o “caráter onipresente, polissêmico da alienação como um conceito”, é essencial “realizar não apenas uma análise econômica, mas também uma sociológica” que considere as “necessidades básicas diferenciais, o grau e as estruturas dessas

³³ Essa obra é uma expressão da interação de Lefebvre com os Situacionistas e, em especial, com Guy Debord. Devido ao espaço disponível para esse capítulo, não trataremos desse tema. Os interessados em saber mais sobre as mútuas influências e a ruptura podem consultar, p. ex., Trebitsch (2014a e b).

³⁴ O primeiro publicado originalmente em 1947, o segundo em 1961 e o terceiro em 1981.

necessidades, sejam novas ou velhas, encobertas ou insatisfeitas, etc.” (Lefebvre, 2014, p. 84-85).

No primeiro volume - “Introdução” – Lefebvre (2014, p. 158) apropria o marxismo como “conhecimento crítico da vida cotidiana”. Antes é preciso dizer que seu marcado humanismo afirma, como não poderia deixar de ser, o proletariado como o sujeito histórico que pode se tornar o novo ser humano³⁵. Essa humanização implica romper consigo mesmo, conscientizar-se do significado de sua vida ao vivê-la como vida proletária em seu cotidiano. Ou seja, trata-se de “tomar a vida real como ponto de partida em uma investigação sobre como as ideias que a expressam e as formas de consciência que a refletem emergem” (Lefebvre, 2014, p. 165). Para tanto, é preciso reexaminar a noção de mistificação: primeiro denunciando-a e, depois, estudando como ela pode ter começado e como se impôs, como a transposição ideológica opera na consciência, porque “as ideologias e mistificações se baseiam na vida real, ainda que, ao mesmo tempo, disfarçam ou invertam essa vida real”. É preciso, portanto, pressupor que “a ligação entre as ideias e o real tenha sido seguida em ambas as direções, incorporando, assim, a crítica da vida pela sua própria consciência”. Um exemplo é quando o proletário acredita ser apenas um cidadão: “a crença na igualdade

³⁵ “Em primeiro lugar, o marxismo pode ser definido como o conhecimento científico do proletariado: ele é a ‘ciência do proletariado’ de duas maneiras: estudos marxistas do proletariado, sua vida, sua realidade, sua função social, sua situação histórica. Ao mesmo tempo, essa ciência vem do proletariado e expressa sua realidade história e sua ascensão política e social. O conhecimento política dessa realidade social, dessa *classe*, implica conhecimento da sociedade e da história da consciência humana em sua totalidade” (Lefebvre, 2014, p. 167).

política e legal do indivíduo, que é uma crença ilusória para qualquer proletário que a tome pelo seu valor aparente, se transforma em um meio admirável de ação assim que ele começa a insistir que a democracia deixe de ser uma ficção legal e política” (Lefebvre, 2014, p. 166).

Para analisar essa vida real, Lefebvre (2014, p. 168) defende que o marxismo “descreve e analisa *a vida cotidiana da sociedade* e indica os meios pelos quais ela pode ser transformada” porque ele “descreve e analisa *as vidas cotidianas dos próprios trabalhadores*”, vendidos como mercadorias e separados dos seus meios de produção. “A vida cotidiana real dos trabalhadores é a de uma mercadoria dotada, infelizmente para eles, com vida, atividade, músculos – e com uma consciência que a pressão concertada de seus mestres procura reduzir a um mínimo ou desviar para canais inofensivos [...]”. Por isso, o marxismo é um “conhecimento crítico da vida cotidiana”. Tendo feito essa defesa, o autor sistematiza essa crítica: (a) da individualidade que decorre da fragmentação do trabalho e da consciência da privacidade da vida privada; (b) das mistificações que separam os seres humanos de sua realidade humana e social concreta; (c) do dinheiro, por meio do qual ‘o existir’ e o ‘ter’ parecem idênticos; (d) das necessidades que, ao serem transformadas em uma única – a necessidade de dinheiro – podem ser criadas de modo fictício e artificial; (e) do trabalho, da alienação dos trabalhadores e do ser humano; e (f) da liberdade do ser humano isolado que defende o direito a uma individualidade privada em oposição à definição dialética e concreta do marxismo - o reino da liberdade é progressivamente estabelecido pelo desenvolvimento das potencialidades humanas como um fim em si mesmas.

Claro que a crítica só tem sentido se ela contribuir para mudar a realidade que critica. Portanto, o caráter ambíguo da vida cotidiana é constantemente ressaltado. Ela é cada vez mais colonizada pela mercadoria, pela mistificação e pela alienação. No entanto, é nela que o inevitável início da realização do possível acontece (Lefebvre, 1971), ou seja, as contradições da vida cotidiana encontram suas soluções na própria vida cotidiana.

No segundo volume – “Fundamentos para uma sociologia do cotidiano – escrito em 1961, Lefebvre (2014, p. 329-330) reafirma a agenda marxista:

O que Marx queria? No que consistia o projeto marxista inicial? Vamos reafirmá-lo uma vez mais em toda sua autenticidade. Primeiro e acima de tudo, Marx queria mudar a vida cotidiana. Mudar o mundo é, acima de tudo, mudar o modo como o cotidiano, a vida real, é vivido. [...] Em Marx há dois projetos para a transformação da vida cotidiana. Eles ficam no meio do caminho entre Utopia e prática, mas ambos implicam uma práxis revolucionária total.

Para esclarecer essa possibilidade de transformar a vida cotidiana, Lefebvre (2014) desenvolve uma teoria dos momentos³⁶. O momento é constituído por uma escolha que o destaca e o separa da ambiguidade inicial. Ele tem uma duração específica, tem sua memória, seus conteúdos e sua forma; cada um se torna um absoluto; desalienado em relação à trivialidade

³⁶ Em oposição à noção de tempo linear (duração) de Bergson, o momento detona a duração linear, ele é festival e revolução – ver a esse respeito, p. ex., Merrifield (2006) e também “La somme et le reste” (Lefebvre, 1959).

do cotidiano e às atividades fragmentadas acima das quais se erige, se torna alienação porque se proclama como um absoluto. Portanto, o momento é “a tentativa de atingir a realização total de uma possibilidade”. A possibilidade “se oferece, ela se revela”; mas ela é “determinada e, conseqüentemente, é limitada e parcial”. Portanto, “desejar vivê-la em sua totalidade significa exauri-la e, ao mesmo tempo, realizá-la”. O momento “se exaure no ato de ser vivido” (Lefebvre, 2014, p. 642). A análise implica em caracterizá-lo como percebido, situado e distanciado em relação a outro momento no cotidiano, porque é nele que a possibilidade se torna aparente e que o cotidiano pode, então, ser negado. É no momento quando ele se politiza que ocorre a radical descontinuidade, a pura e absoluta contestação.

Esse tema está no coração do registro sobre o momento que foi o Maio de 1968 francês. Escrevendo imediatamente após aquele momento, Lefebvre (1968, p. 51) discutiu o significado e relevância da espontaneidade “para submeter dissociações” e “superar separações” a fim de produzir eventos e movimentos: “A contestação surge espontaneamente. Ela pode ser definida como espontaneidade; ela tem a aparência de espontaneidade. Não há, é claro, absoluta espontaneidade. [...] A explosão da espontaneidade surge de condições prévias” (Lefebvre, 1969b, p. 69). A espontaneidade é desencadeada quando defasagens – distorções e disparidades - se acumulam; é nas ruas que a espontaneidade se expressa; a espontaneidade e a transformação das ruas em arenas políticas levam ao fenômeno da violência; a espontaneidade profunda não é apenas uma reação às defasagens acumuladas, mas também um sintoma de novas contradições. Mais que isso, a “espontaneidade necessita uma orientação”; ela requer “um tipo de pensamento que pode compreendê-la, que

pode guiá-la sem distorcê-la” (Lefebvre, 1969b, p. 51). Ou seja, no calor do momento, Lefebvre (1969b, p. 73) constata a dialética entre lucidez e espontaneidade e ressalta o papel da teoria: “Se a análise dialética fracassa em identificar os (novos e velhos) elementos na situação, em explicá-los em sua totalidade, em preenchê-los de significado, então o desespero vai tirar vantagem”. É preciso, portanto, encontrar uma posição na qual a “unidade do conhecimento” retenha a consciência política e a compreensão teórica e expresse “o âmbito e a orientação da verdade revolucionária (Lefebvre, 1969b, p. 154).

O poder das ruas tem a força de sacudir sociedades ou, pelo menos, de produzir ou de tornar crises institucionais visíveis. Ele é um poder efetivo, ainda que transitório. Entretanto,

Quando o processo de desalienação através do discurso frontal, de atividades de rua e da desordem espontânea – quando esse processo de desalienação refluíu, a ordem da existência cotidiana se reorganiza em sua solidariedade de pés-no-chão. Essa perturbação da ordem social começa a ser vista como perturbação da existência cotidiana; a restauração da existência cotidiana apoia a restauração da ordem social (Lefebvre, 1969b, p. 89).

Como, então, pode um movimento baseado na negação se tornar um poder? Como explorar a possibilidade de uma total reconstrução da sociedade, de uma democracia permeada pelo movimento? Lefebvre (1969b, p. 81 e 84) anuncia a autogestão como uma “rede de organismos de base nos quais todos os interesses, todas as aspirações e todas as liberdades estariam ativamente presentes (em vez de ser meramente representadas). Porém, é preciso acautelar-se porque “[...] não há nada mágico na

autogestão, ela não é uma panaceia. [...] Tomada em isolamento, isto é, divorciada do problema do qual surge e abstraída de um projeto teórico abrangente, a autogestão é apenas um slogan vazio”. Voltaremos a esse tema mais adiante, após revisar algumas de suas contribuições para uma teoria do espaço.

Entre 1966 e 1974 Lefebvre produziu oito trabalhos dedicados a compreender o urbano e, mais amplamente, a produção do espaço, buscando “revigorar nossa compreensão do moderno capitalismo espremendo dele a seiva negligenciada do espaço” (Smith, 2003, p. ix). A vida cotidiana, a teoria marxista e as políticas revolucionárias são, então, reinterpretadas tendo como pano de fundo o tema do espaço (Harvey, 1991). Nos próximos parágrafos vamos considerar três desses trabalhos seminais.

“Direito à cidade” (Lefebvre, 2001) também expressa a marca do momento Maio de 1968. O texto original foi escrito ao longo dos anos 1960, editado em 1968 e atualizado em 1972. Schmid (2012) esclarece que esse livro deriva de estudos sobre a urbanização que ocorria na França naquela década, um processo marcado pela ascensão do fordismo, expansão do Estado de bem-estar keynesiano e massiva migração rural. Naquele contexto, o planejamento urbano funcionalista reestruturou áreas e as margens das cidades se encheram de conjuntos habitacionais e unidades unifamiliares. Essa transformação urbana levou a uma modernização fundamental da vida cotidiana.

Para Lefebvre (2001, p. 12), a cidade é uma ‘obra’, e essa característica contrasta “com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na

direção dos ‘produtos’. [...], a obra é valor de uso e o produto é valor de troca”. Quando a industrialização predomina, o segundo se sobrepõe ao primeiro: “[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbanas, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (Lefebvre, 2001, p. 14).

Esse processo é repleto de contradições e desordens que precisam ser normalizadas. Eis o papel do urbanismo: seja o dos homens de boa vontade, que resulta em formalismos e esteticismos; o dos administradores públicos, tecnocrático e sistematizado, “com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica)”; ou o dos promotores de vendas, “que concebem e realizam, sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro”. Dessas tendências resulta “uma estratégia global (isto é, um sistema unitário e um urbanismo já total)”. Esse urbanismo “programa uma cotidianidade geradora de satisfações”: o consumo programado; centros de decisões que concentram os meios de poder, informação, formação, organização e operação; repressão através de coações e, inclusive, violência; e persuasão por meio de ideologia e publicidade. “Ao redor desses centros se repartirão, em ordem dispersa, segundo coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem, assim, para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores do espaço” (Lefebvre, 2001, p. 32-33).

O que fazer dadas essas condições tão adversas? A resposta é clara: “a revolução sob a hegemonia da classe operária” (Lefebvre, 2001, p. 139). Essa é a frase final de um parágrafo muito citado que, sem essa última frase, se transforma em uma defesa abstrata de direitos de cidadania³⁷:

Em condições difíceis, no seio dessa sociedade que não pode opor-se completamente a eles e que, no entanto, lhes barra a passagem, certos direitos abrem caminho, direitos que definem a civilização (*na*, porém *contra* a sociedade – *pela*, porém frequentemente *contra* a ‘cultura’). Esses direitos mal reconhecidos tornam-se pouco a pouco costumeiros antes de se inscreverem nos códigos formalizados. Mudariam a realidade, se entrassem para a prática social: direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o *direito à cidade* (não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiros desses movimentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e, por conseguinte, se inscrevem nas perspectivas da revolução sob hegemonia da classe operária.

Assim, a concretização do direito à cidade exige, ao lado da revolução econômica e política (autogestão generalizada), uma

³⁷ Essa “ficção política” que opera para definir a democracia em termos mínimos (Lefebvre, 2014, p. 111).

revolução cultural permanente. E o agente desse processo revolucionário só pode ser o proletariado, só ele tem “a capacidade de produzir um novo humanismo”, o “humanismo do *homem urbano* para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, *apropriação*, valor de uso (e não valor de troca), servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza material” (Lefebvre, 2001, p. 140).

Em “O direito à cidade” encontramos o anúncio da ideia de uma ‘sociedade urbana’ que se constitui a partir das ruínas da cidade. Em “A revolução urbana” (Lefebvre, 2003) encontramos a reafirmação e o desenvolvimento dessa proposição. De acordo com Merrifield (2013), em Marx se encontrava a ideia de que a urbanização tinha sua própria finalidade, qual seja, a de produzir o modo capitalista de produção. Lefebvre (2003) vai além. Para ele, a urbanização não é apenas uma manifestação altamente desenvolvida da industrialização, pois a industrialização tem sido sempre um tipo especial de urbanização:

Marx não sabia, e não poderia saber, que a urbanização ancora a lógica da industrialização. Marx não viu que a produção industrial implica na urbanização da sociedade; que dominar as potencialidades da indústria demanda um tipo específico de entendimento do processo urbano. [...] O urbano é agora uma realidade ontológica dentro de nós, uma realidade que exige um modo diferente de ver: é um problema metafísico de confronto com nós mesmos em um mundo que é cada vez mais urbanizado (Merrifield, 2013, p. 911).

Portanto, não faz mais sentido falar de ‘cidades’, mas de ‘sociedade urbana’; e o urbano se tornou a arena da “nova contestação e de reinvenção da prática marxista” (Merrifield, 2006, p. 80). Por ‘revolução urbana’, Lefebvre (2003) se refere a transformações que afetam a sociedade desde um período no qual o crescimento e industrialização predominavam, até o período no qual a problemática urbana se tornou predominante. Claro que as modalidades de urbanização dependem das características da sociedade durante o curso da industrialização. Assim,

O surgimento da sociedade urbana em tempos diferentes e as implicações e consequências dessas diferenças iniciais são parte da problemática associada com o fenômeno urbano ou, simplesmente o ‘urbano’. Esses termos são preferíveis à palavra ‘cidade’, que parece designar um objeto definitivo, claramente definido, um objeto científico e um objetivo imediato de ação, quando a abordagem teórica requer uma crítica desse ‘objeto’ e uma noção mais completa do objeto virtual ou possível (Lefebvre, 2003, p. 16).

Para explorar o urbano como um novo campo é preciso um “pensamento urbano (não urbanismo)” constituído por um espaço-tempo renovado e diferencial, que permita superar os campos³⁸ cegos, ou seja, que supere a visão do urbano através dos olhos e conceitos moldados pelas práticas e teorias da industrialização: “ferramentas analíticas fragmentadas concebidas durante o período industrial e, portanto, redutivas da

³⁸ Por campo Lefebvre (2003, p. 32) se refere a fatos ou fenômenos sucessivos ou simultâneos, mas também a “modos de pensar, ação e vida”. Parece haver uma inspiração não referida na teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu.

realidade emergente” que fazem com que o urbano permaneça obscurecido (Lefebvre, 2003, p. 29). Assim que paramos de “definir o espaço-tempo urbano em termos da racionalidade industrial – seu projeto de homogeneização – aparece o diferencial, cada espaço e cada momento existem somente dentro de um todo, através de contrastes e oposições que os conectam e os distinguem de outros lugares e momentos” (Lefebvre, 2003, p. 37). Para definir essas propriedades dos espaços urbanos diferenciais (tempo-espaço), o autor introduz novos conceitos: (a) isotopia – um lugar e tudo que o cerca e que faz de tudo o “mesmo lugar”; (b) heterotopia – uma diferença que situa o lugar diferencial com relação ao lugar inicial como um outro lugar e que pode ir do contraste ao conflito ao se levar em consideração os ocupantes do lugar; e (c) u-topia – o não lugar que não tem lugar e busca um lugar para si. Nesse sentido, o u-tópico “não tem nada em comum com um imaginário abstrato”. Ele é real, “ele está no próprio coração do real, da realidade urbana que não pode existir sem esse fermento. [...] Esse é um lugar paradoxal aonde o paradoxo se torna o oposto do cotidiano” (Lefebvre, 2003, p. 38).

Se “o espaço urbano é contradição concreta”, o estudo de sua lógica e propriedades formais leva “à análise dialética de suas contradições”. O urbano não é, portanto, um espaço preenchido por objetos, ele é um “campo de tensões, uma virtualidade, um possível-impossível que atrai o realizado, uma presença-ausência sempre renovada e demandante”. A cegueira de ver “apenas coisas, operações, objetos”, de considerar “o urbano como um feito, um resultado, ou um meio”, sob a égide da racionalidade industrial, é o que define o urbanismo (Lefebvre, 2003, p. 39-41).

Nesse contexto, a estratégia para conhecer o espaço urbano implica, para Lefebvre (2003, p. 149): (a) em uma crítica radical do urbanismo, “de suas ambiguidades, suas contradições, suas variações, do que ele confessa e do que ele oculta”; e (b) no desenvolvimento de uma ciência do fenômeno urbano. Já a estratégia política implica: (a) na introdução da problemática urbana na vida política; (b) no desenvolvimento de um programa político que comece com uma forma generalizada de autogestão; e (c) na introdução de um sistema contratual que concretize a direito a não ser excluído da centralidade e dos seus movimentos.

Retomando o processo pelo qual a urbanização suplantou a industrialização, Lefebvre (2003, p. 154-155) afirma que “o espaço não é mais um meio indiferente, a soma de lugares nos quais a mais-valia é criada, realizada e distribuída. Ele se torna o produto do trabalho social, o próprio objeto geral da produção, e, conseqüentemente, da formação de mais-valia”. No que chama de ‘neocapitalismo’³⁹, “o espaço como um todo entra na produção como um produto, através da compra, venda e troca de partes do espaço”. Isso não é novo. A novidade reside na “produção global e total do espaço social”. Ele defende que o circuito secundário do capital absorve choques e, na depressão, os lucros fluem na sua direção - o capital se fixa nas propriedades imobiliárias e toda a economia é abalada; ainda assim esse setor se expande. “Pode até mesmo ocorrer que a especulação imobiliária se torne a principal fonte na formação de capital, isto é, na realização de

³⁹ Marcado por duas estratégias em uso: neoliberalismo - “que maximiza as iniciativas permitidas às empresas privadas e, com relação ao ‘urbanismo’ aos desenvolvedores e bancos”-; e neogerencialismo - “com sua ênfase no planejamento e, no domínio urbano, na intervenção de especialistas e tecnocratas do capitalismo estatal” (Lefebvre, 2003, p. 78 e 107).

mais-valia” (Lefebvre, 2003, p. 162). Essa proposição foi criticada por Harvey (2009, p. 311), em um texto originalmente publicado em 1973, que defendeu que “a sociedade industrial e as estruturas que a compreendem continuam a dominar o urbanismo”. É interessante, entretanto, registrar que as análises posteriores desse autor⁴⁰ vão mais e mais na direção da tese pioneira de Lefebvre.

Em busca do que chamou de ‘espaçologia’ – uma teoria unitária do espaço - Lefebvre (1991) apresenta sua já clássica dialética e sua interação na produção do espaço: (a) a prática espacial - com todas as contradições da vida cotidiana, o espaço percebido; (b) a representação do espaço - regimes discursivos daqueles que concebem o espaço a partir de teorias e do planejamento; e (c) o espaço representacional – o espaço como ele pode ser, plenamente vivido, momentos do presente. A produção do espaço inclui, portanto, a produção material, a produção de conhecimento e a produção de significado. Essas dimensões formam uma dialética unitária e contraditória, como explica Schmid (2012).

Merrifield (2006, p. 104-105) lembra o quanto a ênfase na produção é marxista:

Sua [de Marx] obsessão com a produção foi pensada [...] para chegar à raiz da sociedade capitalista, para ir além dos fetichismos observáveis da aparência, para traçar suas

⁴⁰ Harvey (1982) mostra como o valor aprisionado no espaço não pode ser desvalorizado sem sua própria destruição. Mais recentemente, as raízes urbanas da crise do capital se tornaram seu tema central, como em Harvey (2012).

dinâmicas internas e seus momentos generativos – em todos os seus disfarces físicos e mentais, em todas suas ofuscações materiais e políticas. Aqui, ‘generativo’ significa ‘ativo’ e ‘criativo’, e criação é, de fato, um ‘processo’. Assim, para chegar a esse aspecto generativo do espaço é preciso explorar como o espaço é ativamente produzido.

É muito difícil entender a tese produzida por Lefebvre sem a companhia de Marx e de O Capital. As aproximações são evidentes. O fetiche do espaço lembra o fetiche da mercadoria e, assim como há trabalho abstrato⁴¹, há espaço abstrato. Em Marx essa já é uma categoria de difícil compreensão; em Lefebvre (1991, p. 285) ela talvez ganhe ainda mais complexidade. Assim como o trabalho abstrato é pura materialidade, o espaço abstrato também o é. Ele tem uma expressão objetiva em lugares, atividades, prédios, mercados de troca etc., assim como o trabalho tem sua expressão objetiva na mercadoria. No entanto, assim como o trabalho concreto desaparece na mercadoria fetichizada; o espaço concreto, produzido em relações sociais concretas de

⁴¹ É o trabalho concreto abstraído nas relações sociais marcadas pelo fetichismo da mercadoria. Com o desaparecimento do valor de uso dos produtos do trabalho, também desaparece o valor de uso do trabalho incorporado nos produtos e, portanto, desaparecem as diferentes formas de trabalho concreto que não mais podem ser identificadas e aparecem, então, sob a forma de um mesmo tipo de trabalho: o trabalho humano em abstrato. Ver, a esse respeito: <https://www.marxists.org/archive/rubin/value/ch14.htm>. Trata-se do capítulo 4 do livro de Issak Rubin sobre “A teoria do valor em Marx”.

produção, mas delas abstraído, se torna espaço abstrato fetichizado. É preciso, portanto, superar essa ilusão.

Para tanto, Lefebvre (1991, p. 286-287) propõe a consideração de três formatos: (1) geométrico – tratado como ‘absoluto’, o espaço de referência, é o espaço euclidiano que se define por sua isotopia; (2) óptico ou visual – o que é meramente visto, reduzido a uma imagem que torna difícil ver, mas que “é falado mais e mais eloquentemente e escrito mais e mais copiosamente”; e (3) fálico - é completamente preenchido com imagens ou objetos transicionais que simbolizam a força, a violência masculina, a brutalidade do poder político e seus meios (polícia, exército, burocracia). Mas, diz ele, “o espaço não é homogêneo, ele apenas *tem* uma homogeneidade como meta, como orientação [...]. Ele parece homogêneo, mas é multiforme. Seus formatos geométricos e visuais são complementares em suas antíteses. Eles são diferentes modos de atingir o mesmo resultado: a redução do ‘real’, por um lado, a um ‘plano’ existindo no vazio [...] e, por outro, à unidimensão de um espelho, de uma imagem, de puro espetáculo [...].

Aqui é preciso retomar os equívocos contidos na influente leitura que Soja (1989, 1996 e 2000) faz da dialética desses três momentos dialeticamente interconectados, mas não reconciliados em uma síntese. Em vez disso, Soja (1996) apresenta três espaços independentes: físico, mental e social, sendo que o terceiro espaço, o social, aquele que tem uma importância estratégica, já que é nele que os demais espaços podem ser entendidos e transformados. Kipfer et al. (2008, p. 9) lembram que Lefebvre escreveu diversas vezes sobre “as deploráveis consequências de especializar o tempo em séries de instantes”, expressando seu

“compromisso com categorias temporais e históricas – momentos, ritmos, eventos – em seus estudos sobre o espaço, e o fez com uma persistente relutância em ontologizar espaço, tempo, ou qualquer outra coisa”. Nesse sentido, os autores perguntam: “Como Soja ficou tão perdido procurando por Lefebvre na casa-prisão da ontologia espacial? ”. Uma explicação poderia ser a tentativa de considerá-lo como um precursor do pós-modernismo, “subsumindo o espaço vivido em novas políticas culturais de identidade e diferença localizadas no terceiro espaço” e suprimindo a ênfase de na “diferença e vida cotidiana como categorias da crítica dialética que autorizam uma dimensão contraditória de alienação e libertação”. Na mesma direção, Schmid (2008, p. 42) indica que a concepção de Soja é “fundamentalmente diferente da teoria da produção do espaço de Lefebvre”.

Retomando as proposições de Lefebvre, o esforço em “A produção do espaço” é no sentido de negar a generalização do espaço abstrato e abrir caminhos para o espaço diferencial. O direito à diferença já era o tema de “O direito à cidade”, sendo retomado a partir do diálogo entre Marx e Nietzsche. Em uma leitura política desse último autor, Lefebvre (1991) afirma a insuficiência da análise da luta entre as formas de arte dionisíacas e apolíneas⁴², mas recupera a ideia da dualidade do ser humano com relação ao espaço e coloca, ao lado de Dionísio, as forças que buscam reapropriar o espaço abstrato:

A prática espacial não é nem determinada por um sistema existente, seja ele urbano ou ecológico, nem adaptada a

⁴² Ver Nietzsche, F.(1992). *O Nascimento da Tragédia ou Helenismo ou Pessimismo*. São Paulo: Cia. Das Letras.

esse sistema. Pelo contrário, graças às energias potenciais de uma variedade de grupos capazes de desviar o espaço homogeneizado de seus propósitos, pode surgir um espaço teatralizado e dramatizado. [...] Nesse lado [do Logos] das coisas está uma variedade de forças que aspira dominar e controlar o espaço – negócios e Estado, instituições, família, *establishment* e ordem estabelecida, corporações e corpos constituídos de todos os tipos. No campo oposto estão as forças que buscam apropriar o espaço – várias formas de autogestão ou controle pelos trabalhadores do território e das entidades industriais, comunidades e comunas, grupos que lutam para mudar a vida e para transcender partidos e instituições políticas (Lefebvre, 1991, p. 391-392).

Eis aí, novamente, o tema da autogestão. Brenner e Elden (2009, p. 14 e 16) lembram que o tema da autogestão havia se tornado central nos debates políticos e ideológicos na esquerda francesa e europeia dos anos 1970. No entanto, em Lefebvre (2009) ela ganha um caráter distinto. Escrevendo em inglês os autores alertam que “o termo *autogestion* significa literalmente ‘*self-management*’, mas sua conotação francesa pode ser capturada mais acuradamente como ‘controle dos trabalhadores’⁴³. [...] o conceito de autogestão pode ser interpretado como um retrabalho do conceito de

⁴³ Uma discussão a esse respeito se encontra em Misoczky, M. C. Homenagear Tragtenberg retomando as ideias e conceitos da matriz revolucionária. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21898>.

‘desaparecimento do Estado’ nos escritos de Marx, Engels e Lenin”.

Lefebvre (2009, p. 144) apresenta elementos para uma sociologia da autogestão. Nela encontramos a seguinte hipótese de trabalho:

A experiência (prática social) mostra que as associações, em sua forma mais simples e interessante, chamada de autogestão, aparecem nos pontos fracos da sociedade existente. Em cada sociedade podemos perceber os pontos fortes [...]. Sabemos que os pontos fortes têm uma coesão, uma coerência. [...] Entre eles encontramos zonas de fraqueza ou, mesmo, lacunas. É aí que as coisas acontecem. Iniciativas e forças sociais intervêm nessas lacunas, ocupando-as e transformando-as em pontos fortes ou, ao contrário, em ‘outra coisa’ em relação àquela que tem uma existência estável.

Ao escrever sobre essas experiências, Lefebvre (2009, p. 148) se refere à Comuna de Paris, aos Sovietes e a organizações argelinas durante a luta pela independência. Portanto, ele não se refere e, mesmo critica “concepções estreitas e condenadas nas quais a autogestão tende a dissolver a sociedade em unidades distintas, comunidades, negócios, serviços”. Em vez disso, “o princípio da autogestão revive a contradição entre valor de uso e valor de troca. Ela tende a restaurar a primazia do valor de uso. Ela ‘é’ o valor de uso dos seres humanos em suas relações práticas. Ela os valoriza contra o mundo da mercadoria sem, no entanto, negar que esse mundo tem leis que precisam ser controladas e não negligenciadas”.

Em síntese:

A autogestão nasce e renasce no coração de uma sociedade contraditória, mas tende, através de várias ações (do Estado, das tecnologias, das burocracias e tecnocracias), na direção da integração global [...]. A autogestão nasce como uma forma atual e universal de luta de classes [...]. A autogestão, portanto, tende a resolver a totalidade das várias contradições submissumindo-as em uma nova totalidade, por meio de paroxismos teóricos e práticos nos quais a someadessas contradições é levado ao limite, ao seu ponto final dialético. Isso pressupõe um momento histórico, uma conjuntura favorável. A autogestão precisa ser estudada de duas maneiras diferentes: como um meio de luta, que limpa o caminho; e como um meio para a reorganização da sociedade, que a transforma de baixo para cima, da vida cotidiana para o Estado.

Fica o alerta: “Nunca podemos esquecer que a sociedade constitui uma totalidade e não consiste na soma de unidades elementares. Mesmo radicalizada, uma autogestão que se organiza em unidades parciais, sem atingir a globalidade, está destinada a fracassar” (Lefebvre, 2009, p. 150).

Presenças de Lefebvre no contexto brasileiro do Planejamento Urbano

Ao pesquisar os Anais dos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), no período de 1986 a 2015, encontramos dezenove trabalhos que exploram as teorias elaboradas por Lefebvre. Importante notar que, desses,

sete foram apresentados na edição de 2013 e outros sete na edição de 2015, evidenciando um crescente interesse nesse autor. Importante notar, também, a realização de sessões livres pelo menos nas últimas oito edições do evento. Elas foram propostas por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com convidados, e se dedicam “ao estudo da natureza da urbanização contemporânea, particularmente no Brasil”⁴⁴. Como fruto do trabalho desse coletivo, identificamos duas publicações síntese, uma referente à sessão livre realizada no ENANPUR de 2003 e o livro lançado na edição de 2015 - *Teorias e Práticas Urbanas, condições para a sociedade urbana* - com a intenção de “trazer alguma luz sobre o *campo cego* da realidade contemporânea”, explorando temáticas que incluem “questões do direito à cidade, da crítica do Estado, do planejamento, do direito e das leis, bem como as possibilidades de explorar fissuras do espaço abstrato do capitalismo” (Costa, Costa & Monte-mór, 2015, p. 15). Pela revisão que apresentamos no item anterior, há um uso inadequado de termos: o campo cego, em Lefebvre (2003), se refere especificamente à análise do urbano com o olhar da racionalidade industrial e não à realidade contemporânea em geral; e o espaço abstrato não é um espaço objetivo no qual possam ser exploradas fissuras, pois ele se refere à produção social do espaço concreto que fica oculta, fetichizada, no espaço abstrato.

No que se refere à temática do direito à cidade, muito já foi dito sobre a banalização do conceito de Lefebvre (2001), associado a um direito de cidadania, de acesso à infraestrutura

⁴⁴ Ver, a esse respeito, os Anais do ENANPUR disponíveis em: <http://www.anpur.org.br/posts/eventos/anpur>.

urbana, à habitação, ao bem viver, ou a algum tipo de participação popular na tomada de decisão sobre a cidade. Nesse sentido, Melo (2015, p. 246) resgata o alerta de Souza (2010) “para o fato de que há uma aparente adesão não só de acadêmicos, mas também de diversas organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais ao slogan do direito à cidade. [...] adesão que raramente vem acompanhada da correta observância da dimensão crítica e da racionalidade da abordagem lefebvriana”. Segundo Melo (2015), Harvey (2012) também caiu na armadilha de conciliar uma concepção radical (a do direito à cidade) com um projeto político de controle democrático através de um Estado reformado. Como vimos, Lefebvre recorre à autogestão na transição para o desaparecimento do Estado, como possibilidade para a criação de uma sociedade urbana na qual a humanidade do proletário possa se realizar plenamente.

Dias (2013, p. 10), por sua vez, propõe “uma mudança de paradigma para a matriz urbanística partindo das formas de representação da cidade para a integração do saber científico e técnico ao processo da luta cotidiana”, resgatando a passagem na qual Lefebvre critica o Estado e, por consequência, o planejamento urbano. Para Lefebvre (2003, p. 153), a ilusão urbanística está relacionada à ilusão filosófica: “o filósofo acredita encerrar o mundo inteiro num sistema: o seu”. Ela também se relaciona à ilusão estatista: “[...] o Estado saberia e poderia sugerir os assuntos de várias dezenas de milhões de sujeitos. Ele erigir-se-ia tanto como diretor de consciência, quanto como administrador superior”.

Assumindo, portanto, essa crítica se torna um contrassenso vislumbrar em Lefebvre subsídios para novos

modelos de planejamento urbano, como fazem Limonad (2015) e Randolph (2015). Para Limonad (2015, p. 99), “a possibilidade de o planejamento contribuir para reverter esse estado de coisas estaria em se pautar em uma economia política do espaço social, em proposta de contraplanejamento, de alternativas de apropriação do espaço social na esfera do cotidiano, na esfera de reprodução da vida material na ordem próxima”. Entretanto, para Lefebvre, a possibilidade de concretizar uma vida urbana centrada no valor de uso jamais residiria em um instrumento da racionalidade industrial (o planejamento). Randolph (2015, p. 126) também trata do contraplanejamento: “[...] um planejamento, só ‘às avessas’ é a organização e explicitação das contradições internas às sociedades capitalistas contemporâneas: aquela que se desloca da contradição (dialética) entre capital e trabalho para um bem mais profundo e, bem se diga, perigosa; aquela entre a vida humana e os mecanismos instrumentais e abstratos que é ao mesmo tempo ‘infra’ e ‘superestrutura’, e regulação de produção e regulação política da sociedade”. Apesar desse trecho ser aparentemente coerente com as proposições de Lefebvre, nele encontramos uma articulação dessas proposições com as de Habermas, além da localização de Lefebvre como um situacionista. Portanto, as ideias que são apresentadas sobre o contraplanejamento expressam uma abordagem que requer muita cautela para não incorrer em incoerências internas, postura que o próprio Randolph (2015, p. 124) reconhece ao mencionar que essa articulação “ainda precisa ser melhor explorada”.

Em outra direção, Santos Júnior (2015, p. 211-212), explora os conceitos de heterotopia e direito à cidade para a possibilidade de trajetórias da transformação, em uma abordagem coerente com o pensamento de Lefebvre:

É preciso ver [...] na diversidade de práticas urbanas heterotópicas empreendidas pelos diferentes agentes sociais aprendizados que conformam a práxis que poderá gerar uma nova utopia de direito à cidade, capaz de desenvolver ações coletivas de rebeldia criativa e novos processos de reapropriação, pelos seres humanos, do seu espaço e da sua temporalidade, na perspectiva da transição urbana para uma cidade mais justa e democrática.

Nessa breve ilustração do uso do pensamento lefebvriano no contexto brasileiro do Planejamento Urbano, podemos perceber a dificuldade - com exceção de Santos Junior (2015) e Melo (2015); e das aproximações de Dias (2013 - ou, mesmo, resistência, em apropriar de modo coerente as proposições de Lefebvre, bem como sua radicalidade política. O trecho de Costa (2013, p. 1-2), que transcrevemos abaixo, expressa essa dificuldade:

O pensamento de Henri Lefebvre tem sido motivo de debates e controvérsias, especialmente em torno dos conceitos de urbano, cidade e espaço. Se por um lado isto tem significado, talvez em razão de leituras superficiais ou equivocadas, questionamentos ao pensamento livre desse filósofo, por outro lado, tem resultado em efeitos positivos uma vez que colocam em evidência, de forma cada vez mais intensa, a sua contribuição para o pensamento crítico sobre a sociedade e suas transformações. Uma “cobrança”, relacionada ao entendimento de seu pensamento refere-se à relação entre teoria e evidências empíricas e, principalmente, entre teoria e prática. [...] Enfim, acreditamos que a principal contribuição de Lefebvre é teórica. [...] As reflexões de natureza fluida, aberta e dinâmica não permitiriam ou dificultariam a construção de

categorias de análise empírica, às vezes necessárias para a aproximação com a realidade? Haveria na vasta produção de Lefebvre uma proposta de teoria sobre a cidade ou o urbano (teoria urbana)? O que é a cidade quando Lefebvre nos fala de o direito a ela? [...] É real, concreta? Ou é uma virtualidade, sinônimo de urbano? [...] Havendo ou não uma teoria da cidade (teoria urbana), o pensamento de Lefebvre traz contribuições importantes para isto? O uso das suas reflexões teóricas para a análise e o planejamento urbanos significa redução de seu pensamento? Não seria a teoria também uma forma de prática?

Fica, para nós, a dúvida se a dificuldade em entender as proposições de Lefebvre se deve a uma leitura excessivamente parcial e/ou à dificuldade em assumir as críticas ao objeto que define essa área – o planejamento urbano – como instrumento a serviço da reprodução das relações sociais capitalistas de produção e da transformação do espaço concreto em espaço abstrato.

A presença de Lefebvre nos Estudos Organizacionais

A presença de Henri Lefebvre nos Estudos Organizacionais também tem sido marcada por uma apropriação parcial de sua obra. Não raro, os autores afirmam basear-se na dialética e buscam compreender a organização como espaço – tendo originado estudos sobre o espaço organizacional. Pode-se atribuir a Dale e Burrell (2007, p.32) uma importante influência. Em *'The spaces of organization and the organization of space'*, afirmam que “a organização é central para a construção do espaço

social”. Essa é uma referência sempre citada que viesou, já de saída, a influência de Lefebvre, de modo que ele aterrissa no campo dos EOs despidido de suas raízes no materialismo histórico.

Dale e Burrell (2007) lançaram duas principais linhas de argumentação: o espaço é central para a organização; e a organização é fundamental para o entendimento das estruturas, processos e relações sociais. A principal contribuição é considerar a organização em um sentido duplo: como instituição que facilita a ação coletiva; e como processo de ordenamento social. “Com esses argumentos, pretendemos encorajar uma análise da organização que considere o espaço, a personificação e a materialidade, uma teoria social que considere o significado da organização como uma forma social ou uma instituição que facilita a ação coletiva e um processo de ordenamento social que facilita a significação e a estrutura” (Dale & Burrell, 2007, p. 4).

A contribuição de Lefebvre, segundo os autores, reside em proporcionar “um entendimento das interconexões dos diferentes níveis de como o espaço social é produzido e reproduzido; de fato, de que todos os espaços são sociais, mesmo que pareçam globais ou abstratos” (Dale & Burrell, 2007, p. 16). Para tanto, a dialética – espaço produzido, representação do espaço e espaço vivido – é fundamental. Ela permite compreender o “papel chave desempenhado pela organização na construção dos lugares e espaços que formam a experiência da vida cotidiana” (Dale & Burrell, 2007, p. 32).

O argumento dos autores sobre a relevância das organizações na produção do espaço parece ter obliterado a outra linha de reflexão: a organização como processo de ordenamento

social no campo dos EOS. Ou seja, prevaleceu a busca por entender o papel da organização na produção do espaço ou a organização como espaço produzido. Pode-se supor que isso se deva, em parte, à influência institucionalista na elaboração dos autores, manifesta nas categorias de instituição, ação coletiva, e estrutura.

Em uma análise das publicações sobre o tema, Beyes e Steyaert (2012, p. 5) percebem uma

tendência a reificar o espaço, a tornar o devir espacial em representações dos seres [*beings*] dos espaços organizacionais, a priorizar os produtos espaciais em detrimento dos processos de sua produção. Isso é mais perceptível quando os estudiosos de organizações se baseiam na tríade de espaços concebidos, percebidos e vividos para traçar três diferentes modalidades de produção do espaço: os espaços organizacionais são facilmente percebidos tanto como planejados (concebidos), ou praticados de forma rotinizada (percebidos), ou incorporados ou [*othered*] (vivido).

Os autores buscam retomar a percepção processual do espaço perdida nas publicações nos EOs. Neste sentido, baseando-se na proposição de Soja (1996), propuseram o conceito de ‘*spacing*’: uma “reconceituação do espaço como processual e performativo, aberto e múltiplo, praticado e no cotidiano”. “Aqui, o foco está em como a vida se forma e ganha expressão nas experiências compartilhadas, rotinas cotidianas, encontros fugazes, movimentos incorporados, habilidades práticas, intensidades afetivas, impulsos duradouros, interações

corriqueiras e disposições sensuais” (Beyes & Steyaert, 2012, p. 7).

O problema é que aqui as proposições de Lefebvre também são despidas de seu conteúdo dialético materialista, cedendo lugar a uma concepção pós-moderna. Os próprios autores mencionam a crítica ao conceito de ‘*spacing*’, feita por David Harvey, que viu ali um horizonte político reduzido que “poderia facilmente ser inscrito em uma ideologia neoliberal de recusa em perceber a persistência de hierarquias sociais sérias no ‘mundo plano e pluralista da classe executiva’” (Beyes & Steyaert, 2011, p. 9).

As limitações expressas em Dale e Burrell (2007) e Beyes e Steyaert (2012), de certa forma, representam as limitações da apropriação de Lefebvre no campo dos EOs, guardando eventuais exceções que possam existir. Tais limitações incluem o enquadramento do espaço social no espaço da organização e o abandono do primado ontológico da materialidade.

Leonard (2012) analisa a extensão em que o aumento da retórica ambiental tem sido acompanhado por uma mudança expressiva nas práticas organizacionais. Combinando a tríade de Lefebvre com a teoria de Foucault, a autora critica a ambiguidade em relação ao discurso verde e seus impactos negativos que, ao serem reconhecidos pelos gestores, poderiam ser enquadrados e geridos. Já Conrad e Richter (2013), partindo do princípio de que a materialidade é socialmente produzida e, ao mesmo tempo, produz relações sociais, exploram o poder na materialidade da mesa, indicando a relação entre esse objeto e as relações de poder. Mostram, por exemplo, como a mesa redonda cria diferentes

níveis de integração sendo, assim, um meio para produzir consensos, enquanto mesas retangulares são apropriadas para expor diferenças de status. Essas apropriações dispensam comentários.

Mais recentemente, em 2015, Kingma, Wassermann e Morrell lançaram a chamada de trabalhos '*Organizational Space and Beyond; The Significance of Henri Lefebvre for Organizational Studies*', no âmbito de um congresso promovido pelo Apros (*Asia-Pacific Researchers in Organization Studies*) e do Egos (*European Group for Organizational Studies*). A chamada enfatiza a contribuição de Lefebvre para os EOs: "sua distinção entre espaço concebido, percebido e vivido pavimentou o caminho para explicações de organizações como sítios onde poder e cultura são desafiados, negociados, resistidos e alterados, assim como o próprio espaço é produzido". Dentre os temas sugeridos figuram: identidade; aspectos de rotinização que mascaram relações de poder e dificultam a resistência; novas tecnologias e organização do espaço; implicações do direito à cidade para os estudos organizacionais e as relações de trabalho; e conexões entre vários níveis de análise, do local (lugar de trabalho) ao mezzo (organizacional) ao nível macro ou global. As reflexões críticas feitas anteriormente se aplicam também aqui.

No cenário brasileiro, Onuma, Teixeira e Moreira (2013, p. 2) enfatizam que os EOs constituem um campo, no sentido dado por Bourdieu, no qual os pesquisadores disputam o monopólio da competência científica. Articulam a esse entendimento a ideia de que as organizações são espaços socialmente construídos que reproduzem a diferenciação e

colaboram para a construção de espaços sociais que reforçam a fratura social.

Já Coimbra e Saraiva (2014) analisam de que forma os participantes de um movimento social ressignificaram os sentidos da produção e da distribuição espacial em Belo Horizonte, afirmando ter em Lefebvre a referência para entender “a concepção da produção social do espaço urbano como uma construção simbólica, o que implica distintas formas de apropriação e sentidos de pertencimento e diferentes representações” (Coimbra & Saraiva, 2014, p. 46).

Em recente publicação, Lacerda (2015, p. 224) buscou no marxismo uma superação da dicotomia entre objetivismo/subjetivismo. Tendo como referência, além de Lefebvre, David Harvey e Milton Santos, o autor argumenta que “a abordagem espaço-temporal das organizações é uma forma de articular tanto uma compreensão objetiva do mundo material quanto uma abordagem subjetiva que provê significado para este mesmo mundo [...]”. Incorre em muitos equívocos em relação à ontologia marxista, como, por exemplo, considerar Milton Santos um autor da vertente marxista; ou enquadrar a abordagem espaço-temporal nos limites da organização reificada.

Antes de concluir essa brevíssima revisão ilustrativa, é justo mencionar a recente Tese de Doutorado defendida por Castilhos (2015), que analisou a constituição territorial do bairro Jardim Europa, em Porto Alegre. Inicialmente, o autor trabalhou com a dialética de Lefebvre, tal como a abordagem tem sido usualmente trabalhada no campo dos EOs. No entanto, segundo o próprio autor, sua “ideia inicial era tentar compreender como os

diferentes agentes se influenciam mutuamente nessas três dimensões do espaço, o que rapidamente se revelou uma apropriação demasiadamente parcial do arcabouço teórico de Lefebvre, o que me levou a abandoná-la em favor da adoção articulada da praxiologia social” (Castilhos, 2015, p. 75).

Esse texto, junto com os mencionados anteriormente, reforça nosso entendimento de que Lefebvre chega nos EOs, principalmente pela mutilação da dialética e pelo argumento simplificado e simplificador de que o espaço é socialmente produzido. Os processos sociais contraditórios que produzem o espaço que, no entanto, são pouco ou nada explorados, o que fica evidente pela ausência gritante dos temas que marcam a obra de Lefebvre em sua relação com a de Marx: o proletariado como sujeito ativo na luta de classes, a teoria do valor, a alienação, a práxis revolucionária, entre outros.

Para encerrar...

Esse texto foi uma primeira sistematização a partir dos estudos que estamos realizando da obra de Henri Lefebvre. Ao nos aproximarmos dessa obra foi se criando um ruído com relação à sua presença nas áreas disciplinares às quais nos vinculamos. Por isso a decisão de incluir os dois últimos itens que, longe de se constituírem em uma revisão, ilustram esse ruído. O caminho de polemizar com membros de nossas comunidades acadêmicas pode ser sempre mal interpretado. Por isso fazemos esse esclarecimento: assim como Lefebvre se colocou a tarefa de retirar Marx das interpretações que marcavam seu tempo e que o

transformavam em um estrutural-funcionalista e/ou economicista, nos colocamos a tarefa de retirar Lefebvre das interpretações que o transformam em um pós-moderno ou em uma referência para realizar o que ele negava.

Temos clareza sobre a dimensão dessa tarefa autoimposta, mais ainda porque pretendemos realizá-lo sob a égide da práxis, assumindo plenamente a abertura da realidade e dos conceitos, a crítica negativa da qual o positivo emerge, e explorando o método lefebvriano de abordar a realidade social – método que (como já registramos) opõe o conjuntural ao estrutural, articula forma e conteúdo, se interessa pelo momento em sua dramaticidade, submete a filosofia ao que se forma e se transforma, orienta-se sempre pelo objetivo de conhecer a realidade e pensá-la para transformá-la.

Referências

ASIA-PACIFIC RESEARCHERS IN ORGANIZATION STUDIES. *Sub-theme 13: Organizational Space and Beyond: The Significance of Henri Lefebvre for Organizational Studies*. Chamada de trabalhos, Junho, 2014. Disponível em <http://www.apros.org/archives/201>. Acesso em 5 jun. 2015.

Beyes, Timon., & Steyaert, Chris. (2012). Spacing organization: non-representational theory and performing organizational space. *Organization*, 19(1), 45 – 61.

Brenner, Neil., & Elden, Stuart. Introduction: state, space, world – Lefebvre and the survival of capitalism. In: Brenner, Neil, & Elden, Stuart (2009). *State, space, world: selected essays – Henri Lefebvre*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Castilhos, Rodrigo Bisognin. (2015). Produzindo lugar, reproduzindo espaço: uma análise das dinâmicas de mercado no campo de moradia. *Tese* (Doutorado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115544/000964211.pdf?sequence=1>. Acesso em 15 jun. 2015.

Coimbra, Kary. E. R. & Saraiva, Luiz Alex S. (2014). Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o quarteirão do soul. *Revista Economia & Gestão*, 14(37), 28 – 52.

Conrad, Lisa. & Richter, Nancy. (2013). Materiality at work: a note on desks. *Ephemera*, 13(1) 117 – 136. Disponível em <http://www.ephemerajournal.org/contribution/materiality-work-note-desks>. Acesso em 5 jun. 2015.

Costa, Geraldo Magela. (2013). Urbano, cidade e espaço (e suas interconexões) no pensamento de Henri Lefebvre: Reflexões sobre a aproximação entre a teoria e a prática urbana. *Anais XV ENANPUR*.

Costa, Geraldo Magela, Costa, Heloisa Soares de Moura. & Monte-Mór, Roberto Luís de Melo. Apresentação. In: _____.

(2015). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte.

Dias, Paola Lisboa Codo. (2013). O tapete de Eudóxia: da representação do espaço ao seber técnico integrado à luta cotidiana. *Anais XV ENANPUR*.

Elden, Stuart. (2004). *Understanding Henri Lefebvre: theory and the possible*. London: Continuum.

Elden, Stuart. (2006). Some are born posthumously: the French afterlife of Henri Lefebvre. *Historical Materialism*, 14(4), 185–202.

Harvey, David. (2009). *Social justice and the city*. Athens: University of Georgia Press.

Harvey, David. (2012). *Rebel cities*. London: Verso.

Hess, Rémil. (1991). *La méthode d'Henri Lefebvre*. Disponível em: <http://www.multitudes.net/La-methode-d-Henri-Lefebvre/>. Acesso em: 13 Mar. 2015.

Kipfer, Stefan et al. On the production of Henri Lefebvre. In: _____. (2008) *Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre*. London: Routledge.

Lefebvre, Henry. (1959). *La somme et le reste*. Paris: La Nef de Paris Ed.

Lefebvre, Henry. (1961). *El Marxismo*. Buenos Aires: Eudeba.

Lefebvre, Henry. (1965). *La proclamation de la Commune*. Paris: Gallimard.

Lefebvre, Henry. (1969a). *Sociología de Marx*. Barcelona: Península.

Lefebvre, Henry. (1969b). *The explosion: Marxism and the French upheaval*. New York: Monthly Review Press.

Lefebvre, Henry. (1971). *Everyday Life in the Modern World*. Londres: Penguin.

Lefebvre, Henry. (1976). *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production*. New York: St Martin's Press.

Lefebvre, Henry. (1991). *The production of space*. Oxford: Blackwell.

Lefebvre, Henry. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Lefebvre, Henry. (2003). *The urban revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Lefebvre, Henry. Theoretical problems of autogestion. In: Brenner, Neil. & Elden, Stuart (2009). *State, space, world: selected essays – Henri Lefebvre*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Lefebvre, Henry. (2014). *Critique of daily life*. London: Verso.

Lacerda, Daniel S. (2015). Overcoming Dichotomies through Space: the Contribution of Dialectical Materialism to Organization Studies. *Organizações & Sociedade*, 22(73), 223-236.

Lima, Rosangela da Silva. (2013). O jogo político e a reforma urbana em Santo André. *Anais XV ENANPUR*.

Limonad, Ester. Muito Além do Jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: Costa, Geraldo Magela., Costa, Heloisa Soares de Moura. & Monte-Mór, Roberto Luís de Melo. (2015). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte.

Melo, Marcos Gustavo Pires. Da crítica do direito ao direito à cidade: uma primeira aproximação. In: Costa, Geraldo Magela., Costa, Heloisa Soares de Moura. & Monte-Mór, Roberto Luís de Melo. (2015). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte.

Merrifield, Andy. (2006). *Henri Lefebvre: a critical introduction*. New York: Routledge.

Merrifield, Andy. (2013). The urban question under planetary urbanization. *International Journal of Urban and Regional Research*, 37(3), 909-922.

Onuma, Fernanda M. S., Teixeira, Juliana C. & Moreira, Lilian B. (2013). Reflexões acerca do Campo dos Estudos Organizacionais: Perspectivismo Teórico e Organizações como Espaços socialmente construídos. *Anais do XXXVII ENANPAD*.

Pauline, Leonard. (2012). Changing Organisational Space: Green? Or Lean and Mean? *Sociology*, 0(0), p. 1 – 17.

Randolph, Rainer. A origem estrutural da subversão em sociedades capitalistas contemporâneas, suas práticas baseadas na vivência cotidiana e um novo paradigma de um contraplanejamento. In: Costa, Geraldo Magela., Costa, Heloisa Soares de Moura. & Monte-Mór, Roberto Luís de Melo. (2015). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte.

Santos Junior, Orlando Alves dos. Espaços urbanos coletivos, heterotopia e o direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: Costa, Geraldo Magela., Costa, Heloisa Soares de Moura. & Monte-Mór, Roberto Luís de Melo. (2015). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte.

Schmid, Christian. Henri Lefebvre's theory of the production of space: towards a three dimensional dialectic. In: Kipfer, Stefan et al. (2008) *Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre*. London: Routledge, 2008.

Schmid, Christian. Henri Lefebvre, the right to the city, and the new metropolitan mainstream. In: Brenner, Neil. Marcuse, Peter. & Mayer, Margit (2012). *Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city*. New York: Routledge.

Smith, Neil. Foreward. In: Lefebvre, Henry. (2003). *The urban revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

Soja, Edward W. (1989). *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London: Verso.

Soja, Edward W. (1996). *Postmodern geographies: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Cambridge: Blackwell.

Soja, Edward W. (2000). *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Blackwell.

Trebitch, Michel. In: Lefebvre, Henri. (2014a). *Critique of daily life*. London: Verso.

Soja, Edward W.. In: Lefebvre, Henri. (2014b). *Critique of daily life*. London: Verso.

SOBRE OS AUTORES

Alessandro Gomes Enoque (Organizador)

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia.

Alexandre de Pádua Carrieri

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Titular da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Alexsandra Nascimento Silva

Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Administradora da Universidade Federal de Minas Gerais.

Alketa Peci

Doutora em Administração pela Fundação Getulio Vargas. Professora Adjunta da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas.

Anderson de Souza Sant'Anna

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

Clarice Misoczky de Oliveira

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Daniela Diniz Martins

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta da Universidade Federal de São João del-Rei.

Elisa Yoshie Ichikawa

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá.

Fátima Bayma de Oliveira

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas.

Luiz Alex Silva Saraiva (Organizador)

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Maria Ceci Misoczky

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Titular da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mônica de Aguiar Mac-Allister da Silva

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professora Associada da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Nayara Emi Shimada

Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá. Professora do Centro Universitário de Maringá.

Oscar Palma Lima

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Patrícia Bernardo

Mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá. Professora da Faculdade Alvorada e do Centro Universitário de Maringá.

Rafael Kruter Flores

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Reed Elliot Nelson

Ph.D. in Organizational Behavior pela Cornell University. Professor do Centro Universitário Campo Limpo Paulista.

Vanessa Brulon

Doutora em Administração pela Fundação Getulio Vargas. Professora Adjunta da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Wescley Silva Xavier

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa.

